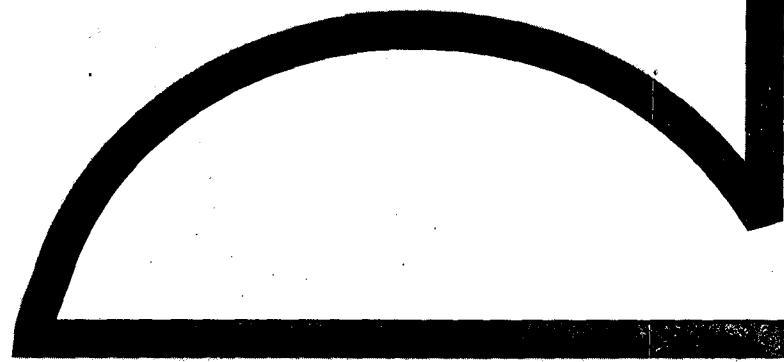


EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i>	
1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i>	4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i>	
2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i>	Suplentes de Secretário	
1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i>	1º Emilia Fernandes - Bloco - RS	
2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	2º Lúdio Coelho - PSDB - MS	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elio Alvares - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Ericson Pérus</i> <i>José Ignácio Ferreira</i>
LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos (3)</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Epitacio Cafeteira</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i>
		LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>
		Atualizada em 24-6-98

(1) Reeleitos em 2-4-97.

(2) Designados 16 e 23-11-95.

(3) Licenças nos termos do art. 56, § II, da Constituição Federal.

EXPEDIENTE	
<i>Aguciel da Silva Mala</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Reimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baete</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 67, de 1998 , que aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.....	14061
Nº 68, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade Ilhéus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.....	14061
Nº 69, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.....	14061
Nº 70, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.....	14062

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 97ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1998

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1998, de autoria do Senador Odacir Soares, que acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor –, para estabelecer proibição da inscrição do nome do consumidor na hipótese em que especifica. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.....

14063

2.2.2 – Requerimento

Requerimento nº 509, de 1998, de iniciativa da Comissão Parlamentar Externa criada através do Requerimento nº 153, de 1998, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País, solicitando a prorrogação do prazo concedido àquela Comissão até o dia 15 de dezembro de 1998.....

14064

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 239, de 1998 (nº 1.217/98, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica

que se ausentará do País no período de 16 a 19 de outubro do corrente, a fim de participar da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, na cidade de Porto, Portugal. À publicação.....

14064

Recebimento do Aviso nº 768/98, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o Relatório de Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade da República Federativa do Brasil no Exterior, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos no período de maio a julho de 1998 (Anexado ao Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, ao Projeto de Resolução nº 112, de 1994). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

14064

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO REQUIÃO, pela ordem – Indagações sobre a delonga na transcrição nos Anais do Senado Federal de documentos encaminhados por S. Ex^a, relacionados com denúncia de irregularidades no Banco do Estado do Paraná.....

14065

SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Esclarecimentos à questão suscitada pelo Senador Roberto Requião.....

14065

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre o resultado do pleito eleitoral no Estado do Acre.....	14065	SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários às declarações do Sr. Amilcar Brunaso Filho, sobre a fragilidade da segurança do sistema eletrônico de votação utilizado no pleito deste ano.....	14083
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Análise do Programa de Ajuste Fiscal, a ser implementado pelo Governo logo após o 2º turno das eleições.....	14070	SENADORA EMILIA FERNANDES – Homenagem ao Dia do Professor.....	14084
2.3 – ORDEM DO DIA		SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....	14087
Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 710/98, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992 e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros em Quioto, em 13 de outubro de 1994. Aprovado, após parecer de plenário. À Comissão Diretora para redação final.....		SENADOR JOSÉ SAAD – Análise das eleições brasileiras, em especial no Estado de Goiás. Histórico da trajetória política do Senador Iris Rezende, candidato ao governo de Goiás.....	14088
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998. Aprovada. À promulgação.....		2.3.4 – Discursos encaminhados à publicação	
2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia		SENADOR ZANETE CARDINAL – Necessidade do retorno e aprimoramento do Proálcool.....	14090
Requerimento nº 509, de 1998, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.....		SENADOR ODACIR SOARES – Anúncio de documentos divulgados por S. Exº, relacionados com o pleito eleitoral no Estado de Rondônia, intitulados "Por que votar em Odacir Soares" e "Carta dirigida aos amigos rondonienses".....	14092
2.3.2 – Leitura de pareceres		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Congratulações ao Reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra, pelo êxito frente à Universidade Federal do Ceará ..	14093
Nº 512, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 223, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Leonardo Silva, para Ministro Classista Temporário.....	14075	2.4 – ENCERRAMENTO	
Nº 513, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 224, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome da Sra Maria de Fátima Montandon Gonçalves, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.	14078	3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR	
Nº 514, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 225, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.	14079	Do Senador Roberto Requião, proferido na sessão de 13 de agosto de 1998 (Repúblicação para transcrição dos documentos nele referidos).	14096
Nº 515, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 226, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. José Alberto Rossi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.	14079	Aparte do Senador Romeu Tuma ao pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara, proferido na sessão de 13 de outubro de 1998 (Repúblicação).....	14264
2.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia		4 – RETIFICAÇÕES	
SENADOR CASILDO MALDANER – Alerta ao Governo sobre o comprometimento das reservas cambiais brasileiras, tendo em vista as elevadas taxas de juros atualmente praticadas.....	14080	Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de outubro de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	14266
2.3.4 – Discursos encaminhados à publicação		5 – EMENDAS	
SENADOR CASILDO MALDANER – Alerta ao Governo sobre o comprometimento das reservas cambiais brasileiras, tendo em vista as elevadas taxas de juros atualmente praticadas.....	14081	Oferecidas à Medida Provisória nº 1.710-2, de 1998.....	14266
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....	14082	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		Nº 1.767, de 1998.....	14269
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		Nºs 1.768 a 1.770, de 1998, referentes aos servidores Paulo Sérgio Lorenzoni e Hélio de Lacerda ...	14292
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		Nº 1.771, de 1998, referente ao servidor Francelino Mendes Vieira.....	14295
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		Nº 1.772, de 1998, referente ao servidor Celso Cavalcanti de Melo.....	14296
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
SENADOR PAULO GUERRA – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Preocupação com a situação dos servidores públicos no Estado do Amapá.....		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1998(*)

Aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos dos Atos Finais da Conferência Adicional de Plenipotenciários de Genebra, ocorrida em 1992, e da Conferência de Plenipotenciários de Quioto, ocorrida em 1994, da União Internacional de Telecomunicações – UIT.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem os referidos Protocolos, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no DSF, de 15-10-98.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 68, DE 1998

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade Ilhéus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 4 de outubro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 2 de setembro de 1991, a permissão outorgada à FM Cidade Ilhéus Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 69, DE 1998

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 102, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 5 de março de 1992, a permissão outorgada à Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998 – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 1998**

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de agosto de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992, a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 97^a Sessão Deliberativa Ordinária em 15 de outubro de 1998

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alcides Falcão – Antonio Carlos Magalhães – Arlindo Porto – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Elói Portela – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Jefferson Péres – João França – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Roberto Arruda – José Saad – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leonel Paiva – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Wellington Roberto – Zanete Cardinal.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 1998

Acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor –, para estabelecer proibição da inscrição do nome do consumidor na hipótese em que específica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art.43.

§ 5º-A É vedada a inscrição dos nomes de consumidores, como devedores, nos bancos de dados e cadastros pertinentes aos serviços de proteção ao crédito e congêneres, enquanto a dívida estiver sob discussão judicial promovida pelo devedor no exercício do seu direito de ação ou de defesa."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição legislativa tem por objetivo sanar uma lacuna da Lei nº 8.078, de 1990, que é omissa quanto ao direito do consumidor-devedor de discutir judicialmente a dívida contraída, impedindo que o seu nome conste no rol de inadimplentes dos cadastros dos serviços de proteção ao crédito do país, antes de transitada em julgado a ação relativa a essa dívida.

A Constituição de 1998 estabeleceu como grave violação ao direito a ofensa à vida privada e à imagem das pessoas.

Não seria justo, num sistema constitucional como o nosso, permitir a publicidade de uma situação creditícia irreal, por via dos bancos e dados dos sistemas de proteção ao crédito, quando o consumidor-devedor instaura a jurisdição para dizer, por exemplo, que não é devedor da obrigação que lhe é cobrada ou que o valor atribuído pelo credor não corresponde à natureza da obrigação assumida.

Opera-se in casu verdadeira negativa de jurisdição. Por temer que o seu nome venha a constar indevidamente no rol de maus pagadores dos serviços de proteção ao crédito, o cidadão é constrangido a usar o seu direito de ação e defesa (ação de nulidade da obrigação, embargos, contestação e reconvenção).

Com o presente projeto de lei, que submetemos à apreciação dos ilustres pares, de quem se espera a acolhida e, se necessário, o aperfeiçoamento, pretendemos estabelecer mais uma garantia para os consumidores, inegavelmente justa e oportuna.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1998. –
Senador Odair Soares.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.

SEÇÃO VI
Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no artigo 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a 5 (cinco) anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexactidão nos seus dados e cadastros poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 509, DE 1 998

Senhor Presidente,

A Comissão Parlamentar Externa, criada através do Requerimento nº 153, de 1998-SF, "Destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País", de conformidade com o artigo 76, § 1º, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência a prorrogação do prazo concedido a este Órgão Técnico até o dia 15-12-98.

Atenciosamente,

Sala da Comissão, 7 de outubro de 1998. –
Pedro Simon Presidente, – Osmar Dias, Vice-Presidente – Djalma Bessa, Relator – José Eduardo Dutra – Elói Portela – José Agripino – Cleone Paiva.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 239, de 1998 (nº 1.217/98, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 16 a 19 do mês em curso, a fim de participar da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, na cidade de Porto Portugal.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 239, DE 1998
(Nº 1.217/98, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que deverei ausentar-me do País no período de 16 a 19 de outubro de 1998, para participar da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, na cidade de Porto, Portugal.

Brasília 14 de outubro de 1998. – Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência recebeu, do Ministro de Estado da Fazenda, o Aviso nº 768, de 1998, de 09 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, o Relatório de Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade da República Federativa do Brasil no Exterior, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos no período de maio a julho de 1998.

O expediente, anexado ao processado do Di-versos nº 34, de 1997, e, em cópia, ao do Projeto de Resolução nº 112, de 1994, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Há oradores inscritos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR). Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a informação, através do Secretário da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro, de que um pronunciamento que fiz, há mais de um mês, a respeito de irregularidades ocorridas no Banco do Estado do Paraná e que foi complementado por um pedido de transcrição, nos Anais e no **Diário do Congresso**, de atas que comprovam o fato, embora deferido pela Mesa – presidida, naquele momento pelo Senador Geraldo Melo –, não foi publicado até agora.

A impressão que tenho é de que, para os efeitos oficiais do Congresso Nacional, não falei e não denunciei. Não posso concordar que, amanhã ou depois, eu seja acusado de omissão na denúncia de um fato seriíssimo, pelo esquecimento da Mesa ou da Secretaria na transcrição do meu discurso. Parece que não compareci à sessão e não falei no Congresso Nacional.

Não quero acreditar que tenha se tratado de censura da denúncia que fiz. Quero, desta forma, através da questão de ordem que levanto, requerer que seja imediatamente sanado o erro ou o esquecimento da Secretaria, publicando-se integralmente a Ata do Banco do Estado, que eu tornei parte do meu pronunciamento, o que foi, a meu pedido, deferido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Senador Roberto Requião, nos termos do art. 210 do Regimento Interno, os requerimentos nesse sentido são encaminhados à Mesa. Solicito ao Sr. Secretário-Geral que verifique se a Mesa já deliberou para a adoção das medidas cabíveis e pertinentes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, perdoe-me, não quero polemizar com a Presidência e muito menos com o Secretário, mas o requerimento foi encaminhado à Presidência e deferido liminarmente pelo Presidente Geraldo Melo. Não acredito que, depois de deferido pelo Presiden-

te da Mesa, o Presidente do Senado Federal, possa ser objeto de qualquer outra consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – V. Exª receberá as informações necessárias e com urgência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E muito menos que se possam censurar pronunciamentos de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Não acredito que isso tenha ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, gostaria de fazer um breve registro da vitoriosa campanha de que participei no Estado do Acre, na qual tivemos a felicidade de eleger o Governador do Estado, o engenheiro florestal Jorge Viana, o candidato ao Senado, o médico infectologista Tião Viana, doze deputados estaduais da coligação e mais três deputados federais, sendo dois do PT e um do PDT.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há mais ou menos quatorze anos eu participava de um evento pela instituição de eleições "diretas já", na frente do Palácio Rio Branco, fazendo uma vigília com velas acesas, e ali estavam dois jovens que passavam férias no Estado do Acre, como era de costume. Um deles cursava engenharia florestal na Universidade de Brasília e o outro, medicina na Universidade Federal do Pará. Naquele momento, éramos jovens sonhadores em busca da construção da democracia com que sonhávamos. Talvez, naquela época, os poderosos que ocupavam as estruturas de poder no meu Estado jamais imaginasssem que aqueles meninos sonhadores – apelidados de "meninos do PT" – conseguiriam, um dia, chegar onde chegaram, com um projeto político de desenvolvimento para o Estado, rearticulando sonhos e esperanças adormecidos em um povo, os quais, durante muitos anos, foram massacrados por uma série de problemas. Isso, com certeza, marcou profundamente a história política do Acre e a história individual de cada uma das pessoas que vivem naquele Estado.

Graças a Deus, sendo uma mulher de fé, sempre acreditei que era fundamental invertermos as palavras de São Tomé: ao invés de ver para crer, deveríamos crer para ver. E foi crendo que vimos uma série de mudanças ocorrerem na política do Acre: a eleição de deputados, de vereadores e do primeiro prefeito de capital filiado ao PT da Amazônia; de-

pois, a de algumas prefeituras do Estado, tudo isso fruto de um trabalho muito forte, que antecedeu, mesmo, essas vitórias eleitorais.

As condições de uma vitória do PT já estavam sendo criadas há muito tempo. Começaram antes mesmo do surgimento do Partido, nos anos 70, com os embates dos seringueiros em defesa da floresta, a criação dos sindicatos urbanos, as comunidades de base da Igreja Católica, o movimento cultural pela afirmação de uma identidade amazônica.

A idéia de uma administração pública voltada para o desenvolvimento regional e sustentável cresceu lenta mas constantemente nos anos 80, principalmente nas áreas rurais, com o surgimento das cooperativas e projetos de desenvolvimento comunitário, executados por uma ampla rede de organizações não-governamentais. Posso citar como exemplo de todas elas o trabalho profícuo do CTA, que deu uma grande contribuição principalmente na área de educação.

Uma parcela mais informada e organizada da população foi aos poucos crescendo e formando a base para a atuação do PT. Enquanto isso, na população em geral, crescia uma atitude de descrença em relação à política. A política do Acre, que sempre foi permeada pelo coronelismo e assistencialismo, nos últimos anos descambou para uma série de escândalos sucessivos, alguns com repercussão nacional, sem que os culpados fossem punidos. As eleições, marcadas muitas vezes pelo abuso do poder econômico, eram seguidas de mais frustrações com as promessas não cumpridas. A credibilidade de boa parte dos políticos no Estado do Acre chegou ao fundo do poço.

Em oposição a isso, o PT destacou-se pelo bom desempenho de seus parlamentares, vereadores combativos, deputados atuantes. Em três Municípios do interior, os prefeitos do PT faziam administrações exemplares, com altos níveis de aceitação popular, e o Partido trazia ainda o seu principal capital político: a excelente administração de Jorge Viana na prefeitura da capital. A memória desse bom desempenho administrativo era, ainda, reforçada pelo péssimo desempenho de seu sucessor, eleito em 1996 com evidente influência do poder econômico, dando à população o sentimento de que um erro eleitoral havia sido cometido e precisava ser corrigido.

Para consolidar esse quadro vantajoso, o PT teve e mostrou competência em articular a maior aliança eleitoral já vista no Estado: nada mais, nada menos do que onze partidos passaram a compor a Frente Popular. Até mesmo o PSDB, que em vários

Estados da região tem dado preferência a partidos mais conservadores, foi atraído para a oposição. Uma série de denúncias contribuíram para que o atual Governador se sentisse desestimulado a participar da reeleição. A frente de direita, que uniria os partidos conservadores, esfacelou-se em disputas localizadas.

Acrescenta-se ainda três fatores importantes. O primeiro é o evidente talento pessoal do candidato do PT ao Governo, Jorge Viana. Carismático, convincente e seguro, ele foi capaz de buscar aliados e apoiadores até mesmo em setores historicamente hostis à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores. O segundo, foi o acerto de sua estratégia de começar a campanha pelo interior do Estado. Jorge visitou pelo menos duas vezes os Municípios mais distantes, viajando pelos rios, pelos varadouros das florestas, reunindo-se com comunidades que nunca haviam recebido a atenção de políticos tradicionais do Estado. O terceiro fator foi a elaboração de um plano de governo baseado nas principais questões práticas vividas pela população, onde se destaca o problema do desemprego.

É fundamental destacar aqui, Sr. Presidente, que, com base em pesquisas, identificamos que o maior problema do nosso Estado era a questão do desemprego. Mais de 70 mil pessoas, num universo de 500 mil habitantes, não têm uma ocupação que lhes dêem uma renda para sobrevivência com a sua família. O segundo maior problema identificado era na área da saúde.

Acertadamente, tínhamos como candidato um prefeito que, à frente da administração que realizou, teve um programa de geração de emprego e renda e sabia que, com os nossos recursos naturais, com a nossa capacidade inventiva e criativa e com competência administrativa seríamos capazes de gerar 40 mil empregos. E a nossa principal bandeira foi a de geração de emprego e renda.

O segundo maior problema também tinha um porta-voz à altura: um médico responsável e salvador de vidas, Tião Viana, que assumiu, como bandeira de campanha, ser o "Senador da Saúde" dos acreanos.

Essa estratégia acertada, não apenas como estratégia para ganhar a eleição, mas como um projeto político para resolver os problemas fundamentais do Estado do Acre, deu a vitória às candidaturas de Jorge e Tião.

Com a história do PT no Estado e a trajetória política de seu candidato ao Governo, chegou-se ao ano de 1998 com uma certeza: só mesmo um gran-

de esquema de corrupção e fraude eleitoral seria incapaz de impedir a vitória. A não-candidatura do Governador à reeleição fez com que a máquina administrativa do Estado ficasse razoavelmente afastada da disputa majoritária, sendo usada apenas em parte para apoiar candidaturas proporcionais.

A Frente Popular exerceu uma eficiente vigilância jurídica no processo eleitoral e, principalmente, houve uma inquestionável adesão popular às candidaturas do PT, com índices sempre superiores a 50% em todas as pesquisas, o que inibiu, com toda a certeza, o apoio financeiro à candidatura dos adversários.

A nossa campanha, graças a Deus, foi uma campanha baseada em propostas, uma campanha afirmativa, sem atacarmos a honra de ninguém, típica daquelas pessoas que têm projetos e que entram na disputa política não com o objetivo de destruir os adversários, mas de dizer à população aquilo que querem e que irão construir à frente do Governo.

Na campanha, o PT limitou-se a mostrar o seu plano de governo e insistir na preocupação em estimular o desenvolvimento econômico, baseado no aproveitamento das riquezas regionais, gerar empregos, dar apoio aos municípios, realizar obras de infra-estrutura, como estradas e saneamento básico, e tornar eficientes os serviços sociais do Estado.

Na campanha para o Senado, o candidato do PT, o médico Tião Viana, deu ênfase às propostas de trabalho na área de saúde. Esse é um setor muito problemático no Estado, que enfrenta endemias e epidemias de todos os tipos e tem um péssimo sistema de saúde pública. Tião Viana tematizou sua campanha e caracterizou-se como o "Senador da Saúde", tornando visível a possibilidade de solução para um problema que atinge amplas parcelas da população: Caracterizou-se também como o representante de uma nova geração, capaz de renovar a representação política do Estado, com a qual a maioria da população demonstrava insatisfação.

A campanha para Deputado Federal concentrou-se em demonstrar a necessidade de limpar a imagem do Estado perante a Nação, manchada pela participação dos Parlamentares acreanos no episódio da compra de votos e de aluguel de mandato.

Para Deputado Estadual prevaleceu a associação dos candidatos ao programa de governo de Jorge Viana e a demonstração concreta de que o governo eleito precisaria de uma base parlamentar que fosse capaz de aprovar as medidas necessárias à realização do seu programa de governo.

Em todos os níveis, o principal apelo da campanha foi a necessidade de mudança. A experiência dos últimos vinte anos mostrou ao povo acreano que o seu principal problema é o sistema político dominante no Estado. Espalhou-se a convicção de que esse sistema precisava ser mudado com urgência, sob pena de a população continuar submetida à opressão e à miséria. "Mudanças urgentes para a vida melhorar", essa foi a mensagem central da campanha. O povo foi estimulado a dizer "chega".

A eleição foi uma das mais tranqüilas das que já participei. As pessoas foram às ruas decididas a fazer a mudança. O que tivemos foi uma grande manifestação da população. Desde as pessoas mais simples vestiam a camisa do Partido; as que não conseguiram uma camisa vestiam uma outra das campanhas passadas, colavam um adesivo do 13 e ficaram nas seções eleitorais, com o sentimento de que dessa vez não iriam permitir que a vontade do povo fosse mudada na hora da votação. O povo, literalmente, vestiu a camisa do 13.

Interessante ressaltar, Sr. Presidente, que, às 17h, multidões de pessoas se manifestaram em praça pública, com a absoluta certeza de que a eleição havia sido vencida no primeiro turno. E mais interessante ainda é que, ao encontrar as lideranças do PT, todos nós éramos cumprimentados com uma frase muito interessante. As pessoas não nos diziam: "Parabéns, vocês venceram", elas diziam: "Nós vencemos estas eleições".

Para mim, que acredito na idéia do legislador coletivo, que acredito que as grandes propostas só podem ser levadas a cabo se forem divididas, quanto à responsabilidade e à capacidade de execução, com amplas parcelas da população, fico extremamente satisfeita em ouvir da boca das pessoas que "nós vencemos as eleições". Não foram o Governador Jorge Viana, o médico Tião Viana, a Senadora Marina e as lideranças que compõem a Frente Popular, foram as pessoas que decidiram fazer essa mudança.

É por isso que a nossa responsabilidade é maior, pois acredito que talvez mais difícil do que mobilizar energias para reativar esperanças adormecidas é termos a capacidade de não frustrar essas esperanças uma vez mobilizadas. Temos a responsabilidade de implantar o nosso programa de governo com a implementação dos 40 mil empregos, com a geração de emprego e renda, para que a nossa população possa viver com dignidade, melhorar o sistema de saúde, dar atendimento às populações ribeirinhas, fazer com que os nossos produtos flores-

tais possam se constituir em elementos de riquezas, tornando-se uma referência de como desenvolver economicamente e socialmente a Amazônia sem causar tantos prejuízos ambientais.

Fico feliz e agradecida a Deus por essa vitória.

Quero aqui dizer que, quando se ganha um governo, deve-se esquecer toda disputa de campanha e fazer com que todas as pessoas que, sinceramente, queiram contribuir com o novo governo possam se sentir partícipes. Uma grande liderança é aquela que é capaz de fazer da sua vitória a vitória de outras pessoas. Uma grande liderança é aquela que é capaz de, em sendo campeão, tomar campeão também o seu povo. É isso que pretendemos fazer à frente do Governo do Estado do Acre, se Deus quiser.

Aprendi, com os preceitos bíblicos, que não se deve fazer aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fizessem. Sinceramente, quero implementar essa máxima evangélica no relacionamento para com os meus adversários aqui no Congresso Nacional, máxima que tanto me tem ajudado ao longo da vida.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Venho cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta quinta-feira, enaltecedo o desempenho do seu Partido e das agremiações coligadas na Frente Popular do Acre, cuja expressiva vitória, no pleito do último dia 4 de outubro, credencia-os a assumir os destinos do Estado. Ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade para rogar a V. Ex^a que se faça portadora de meus cumprimentos ao Dr. Jorge Viana, pela sua eleição para o Governo do Estado, e ao Dr. Tião Viana, eleito para o Senado Federal. Sou, acima de tudo, um acreano empenhado na busca de soluções para os graves problemas do povo e do Estado do Acre – e, desta forma, não tenho como não desejar ao Dr. Jorge Viana que cumpra uma administração digna da expectativa configurada nas urnas; que ele obtenha as condições materiais e políticas para cumprir todas as promessas que fez durante a campanha, principalmente para reduzir o nível de desemprego, que é a grande preocupação do povo do Acre e foi um dos itens principais de seus programas. Espero que S. Ex^a consiga justificar a confiança dos que apoiaram seu desempenho à frente da Prefeitura de Rio Branco e, desta forma, possa realizar um bom Governo e receber também o alto apoio de outros partidos, mesmo os que con-

correram em situação antagônica à que o PT desenvolveu no Estado do Acre. Fui, novamente, adversário do partido de V. Ex^a, postulando apoio para o nosso candidato, do PMDB – que, infelizmente, não alcançou resultado positivo. Encerrado o processo eleitoral, todavia, coerente com minha permanente defesa do progresso político-social do povo acreano, renovo o mais sincero desejo de que o Dr. Jorge Viana faça uma boa administração à frente do Governo do Estado do Acre e que o Dr. Tião Viana tenha, no Senado Federal, uma atuação compatível com a confiança nele depositada por expressiva parcela da sociedade acreana.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a está torcendo para que as metas e as propostas do programa do Governador eleito, Jorge Viana, sejam realizadas e que também contribuirá, como Senador da República, para que isso ocorra. Tenho convivido com V. Ex^a durante esses quatro anos e já havia tido a oportunidade de tê-lo como Governador do Estado na época em que eu era dirigente sindical, ligada à Central Única dos Trabalhadores. Sei que V. Ex^a tem um legado à história política do Acre e, como sempre, continuará contribuindo, ainda que com um governo que, conforme acaba de dizer, não é aquele para o qual V. Ex^a estava fazendo campanha. Com certeza, o Governador Jorge Viana conta com o apoio de V. Ex^a.

Para concluir essa parte em que me refiro à vitória das candidaturas de Jorge Viana, de Tião e de Lula, na capital do Estado do Acre, talvez para passar a V. Ex^as o quanto me sinto agradecida a Deus por tudo isso, gostaria de parodiar a bela canção de Zeca Baleiro, dizendo o seguinte: "essa vitória me faz ficar tão à flor da pele, que qualquer lampejo de estrelas me faz chorar, e o meu desejo se confunde com o desejo de fazer". É tão grande a responsabilidade que temos, que essa vitória me parece ter o fogo do Juízo Final.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a, nobre Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Marina Silva, gostaria de me congratular com V. Ex^a pelo resultado das eleições no Acre. Ele confirma que a vinda de V. Ex^a para o Senado Federal, há quatro anos, não foi obra de um mero acaso, mas a comprovação de um trabalho político sério, competente e consequente que vem sendo desen-

volvido pelo nosso Partido no Estado do Acre. À distância, parece-nos que está acontecendo no Acre uma verdadeira revolução democrática, pacífica e permanente, com uma evolução muito grande da consciência política dos moradores daquele Estado. O Acre, ao longo do tempo, foi manchete, no Brasil e no mundo, por fatos trágicos tanto para a causa progressista, quanto para a própria humanidade, com assassinatos de fundo político, com figuras políticas daquele Estado destacadas nas páginas policiais. O que estamos vendo é uma mudança profunda no quadro político daquele Estado, com a contribuição decisiva de V. Ex^a. Tenho certeza de que o companheiro Tião Viana, que virá para esta Casa representar o Estado do Acre na condição de Senador da República, exercerá um mandato tão brilhante quanto o que V. Ex^a vem desempenhando nesses quatro anos. O companheiro Jorge Viana, como Governador daquele Estado, já embasado na sua experiência vitoriosa como Prefeito da Capital – S. Ex^a deixou o Governo com índices altíssimos de aceitação –, repetirá esse desempenho à frente do Governo do Estado. Gostaria de parabenizar V. Ex^a e de expressar nosso júbilo, dizendo que temos certeza de que essa revolução democrática, pacífica e consequente continuará desenvolvendo-se no Estado do Acre. Muito obrigado.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Realmente, o trabalho que vem sendo realizado no Estado do Acre já dura mais de 20 anos; envolveu uma rede de organizações não-governamentais, associações, cooperativas, comunidades de base. Na sua tessitura, tem a força do movimento social organizado e a participação de lideranças. Não é algo que acontece esporadicamente, como um fenômeno; é algo construído, que representa, portanto, a conquista de muitas pessoas em todos esses anos de muito trabalho e dedicação. Tenho a felicidade de dizer que o grande homenageado de tudo isso foi aquele que nos inspirou e que levou muitos para o Partido dos Trabalhadores ou para a luta social: o nosso saudoso Chico Mendes. Ele não está mais conosco, mas permanece entre nós pelos sonhos que sonhou e nos ensinou a sonhar.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ainda gostaria de me referir ao processo político-eleitoral, de fazer uma breve observação sobre as eleições no plano nacional.

Primeiramente, o fato de não ter havido segundo turno nas eleições presidenciais não deve dar ao eleito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a sensação de que recebeu um cheque em branco da

sociedade brasileira. Pelo contrário, grande parte da população manifestou seu descontentamento com a forma como os problemas vêm sendo enfrentados; foi às urnas e quase garantiu o segundo turno para o candidato da Oposição, Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro aspecto é que, diferentemente das eleições passadas, quando as pessoas foram às urnas fazendo uma verdadeira apologia das ações que vinham sendo levadas a cabo pelo então Governo Itamar Franco, principalmente no plano econômico, desta vez elas tinham a sensação de que aqueles que estavam como co-gestores da crise – já em processo de desenvolvimento – deveriam continuar a operá-la. Uma boa parte, no entanto, teve a coragem de dizer que não desejava que eles permanecessem. Diferentemente do que ocorreu em outros países, o Brasil preferiu que os co-gestores da crise continuassem a dirigir os rumos do País.

Mas – repito – isso não significa um cheque em branco para o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se, por um lado, o Presidente foi autorizado a continuar operando a crise, a Oposição também continuará a fiscalizar e a fazer um contraponto ao que vem sendo realizado pelo atual Governo.

O crescimento da Oposição é significativo, tanto é que, na Câmara dos Deputados, passamos de 96 Parlamentares para 109. Além disso, temos um saldo de cinco candidaturas de Oposição para o segundo turno no País. No caso do Estado do Amapá, se ganhar o Governador Capiberibe ou o seu oponente, que é do PDT, o Governo será de Oposição, o que é muito significativo no momento em que estamos vivendo.

Por outro lado, devo dizer que o fato de a Oposição ter perdido as eleições não nos deve tirar da mente que o espaço entre Oposição e aqueles que estão na situação, o espaço entre perdedores e ganhadores, é preenchido exatamente pela defesa da democracia. Por isso, acredito ser fundamental que mesmo os perdedores nunca percam a dimensão de que o nosso principal objetivo é construir a democracia que queremos.

Nesse sentido, quero fazer uma advertência. Hoje, no Estado de São Paulo, no Distrito Federal e em outros lugares, nós, da Oposição, do Partido dos Trabalhadores, devemos saber claramente os projetos e as propostas que estão mais identificados com a defesa da democracia.

Se é verdade que, aqui no Distrito Federal, aquele projeto que mais está identificado com o ideal democrático que queremos construir é a candidatura do companheiro Cristovam Buarque e que para essa

candidatura deverão se dirigir todos aqueles que querem um governo que não leve ao retrocesso as conquistas do povo brasileiro, também nos lugares onde fomos derrotados devemos ter essa mesma capacidade de avaliação.

Lamento que o mau uso das pesquisas tenha prejudicado tanto a candidatura do Lula, que não foi para o segundo turno por apenas 3%. Lamento também o prejuízo causado à candidatura da Deputada Marta Suplicy. Tenho absoluta certeza de que, se não fossem o mau uso das pesquisas e um mau direcionamento da mídia para determinadas posições, Marta estaria no segundo turno. O Governador Mário Covas, com certeza, foi beneficiado pela situação criada, de que Marta não tinha condições de disputa. As pessoas foram induzidas a dar um voto útil ao Governador Mário Covas.

Tenho absoluta certeza de que, assim como já há manifestações de algumas lideranças do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, vamos saber discernir o projeto que mais fortalece a democracia no Brasil e, principalmente, no Estado de São Paulo.

Se compararmos os dois projetos políticos vitoriosos, nesse segundo turno, com certeza, a trajetória do Governador Mário Covas, em que pesem todas as divergências que possamos ter em relação ao seu projeto político e à forma de seu governo, nem se compara à outra candidatura.

Nesse sentido, como Senadora do Partido dos Trabalhadores e como uma pessoa que entende que o ponto de encontro entre perdedores e vencedores é o espaço da defesa da democracia, acredito que o Partido dos Trabalhadores terá a devida sabedoria de não perder esse ponto de encontro com a democracia e com o povo do Estado de São Paulo. Creio que o Partido dos Trabalhadores saberá fazer exatamente aquilo que precisa ser feito para que não haja nenhum tipo de retrocesso.

Talvez, para o prejuízo de que fomos vítimas, com a democracia muitas vezes sendo burlada por institutos de pesquisa que fizeram uso indevido de dados, e para uma série de fatores que contribuíram para a derrota da Deputada Marta Suplicy, a melhor resposta seja a de que, para nós, a democracia não é uma democracia de circunstância, a de que a democracia tem um fim em si mesma. Não devemos, em absoluto, perder essa dimensão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade,

que, regimentalmente, dispõe de vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Senadora Marina Silva, a nossa sorte é que o nosso País é privilegiado, pois tem riquezas incomensuráveis e permite, apesar de todas as dificuldades, que seu povo sobreviva.

Digo isso, porque V. Ex^a faz um relatório da vitória do Governador do Acre, pelo Partido dos Trabalhadores. Mas quero ressaltar, de imediato, as enormes dificuldades que os Governadores e Prefeitos do nosso País terão a partir do próximo dia 30 de outubro.

O Governo Fernando Henrique Cardoso pretende apresentar o seu ajuste fiscal, que visa resolver os problemas que o próprio Governo criou, relativos ao pagamento dos serviços das dívidas externa e interna brasileiras. Esse ajuste fiscal caminha no sentido contrário daquilo que, durante toda a vida, defendemos como políticos neste Congresso Nacional: esse ajuste evidentemente prejudica, de maneira extremamente forte, os Estados e os Municípios do nosso País.

Tenho pena das pessoas que vão governar os Estados brasileiros e dos nossos Prefeitos municipais, porque uma das idéias do Governo Fernando Henrique Cardoso que são noticiadas pela imprensa, mas que não são ditas por Sua Excelência ou por seus Líderes nesta Casa é o aumento do percentual do Fundo de Estabilização Fiscal. Hoje, o Governo Fernando Henrique Cardoso manipula 20% de todos os recursos constitucionais que estão no orçamento. Ele retirou 20% dos repasses do Fundo dos Estados; 20% do Fundo dos Municípios; e 20% dos recursos de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País.

Agora, a imprensa notícia que o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentará o seu pacote fiscal no dia 20 de outubro. Não acredito que Sua Excelência tenha coragem para isso. Na verdade, o Presidente vai deixar passar o segundo turno das eleições, disputado por vários candidatos do PSDB. Só depois de concretizado o resultado das eleições, o Presidente apresentará o seu plano de ajuste fiscal. Na verdade, Sua Excelência não fará isso agora. Eu até o desafio a fazer isso antes das eleições, mas, com certeza, Sua Excelência não o fará.

Caminha o Presidente numa direção inversa daquela pela qual, a vida inteira, lutamos neste Con-

gresso Nacional. Senador Ronaldo Cunha Lima, eu, que já fui do PMDB, e todos os Parlamentares que, há muitos anos, estão nesta Casa sempre defendemos o fortalecimento dos Municípios e dos Estados brasileiros, para que tivessem recursos, e, aplicando-os melhor, poderiam inclusive alcançar independência política.

É muito mais fácil um prefeito definir o que deve ser construído na sua cidade, contratar empreiteiras locais e pagar essa despesa do que esperar que o Governo Federal ou que o Governo do Estado vá ao Município para fazer as obras necessárias.

Foi com esse objetivo que trabalhamos duro na Constituição de 1988. Obtivemos vitórias espetaculares, tais como a garantia de 47% dos recursos do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados para serem distribuídos desta maneira: 21,5% para os Estados brasileiros – é o fundo do Estado; 22,5% para os Municípios – antes da Constituição de 1988 tínhamos 17%; e os 3% restantes para o Fundo Constitucional do Norte, que criamos para acelerar o desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. No entanto, há algum tempo o Presidente Fernando Henrique criou o Fundo de Estabilização Fiscal. Tomou 20% de todo esse recurso para gastar como bem entender. Sabemos que a maior parte desse dinheiro foi utilizada para pagar serviço da dívida interna e da dívida externa brasileira. E vou antecipar: quando vier o ajuste fiscal – alerto todos os Governadores e Prefeitos do Brasil – o Presidente Fernando Henrique vai aumentar o Fundo de Estabilização Fiscal para 40%. O Presidente manipulou em 1998 R\$34 bilhões, segundo levantamento da revista *Veja*. Ora, aumentando para 40% vai manipular R\$68 bilhões, o que significa um prejuízo inaceitável para os Estados e Municípios brasileiros.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que se o Presidente Fernando Henrique utilizasse esses recursos devidamente, fazendo as coisas de maneira igualitária, poderíamos até concordar. Mas grande parte desse dinheiro, como disse, destina-se ao pagamento dos serviços da dívida; outra parte é para fazer a sua política pessoal, a política da dependência. Sr. Presidente, Senador Ronaldo Cunha Lima, quando o PMDB quis lançar um candidato à Presidência da República do Brasil, todos os Governadores, sem exceção, levaram-se contra essa tese. Por quê? Os Governadores, hoje, já estão de pires na mão, não sobrevivem sem ajuda política do Governo do Estado. Nos Municípios acontece o mesmo. O repasse do ICMS era de 20%. Mediante a Constituição

de 1988, aumentamos para 25%, para que os Municípios tivessem mais força. Agora vem o Presidente querendo diminuir, querendo reduzir essa possibilidade.

Portanto, Senadora Marina Silva, pertencendo o Governador do Acre ao Partido dos Trabalhadores, tenho dó em pensar o que lhe vai acontecer. Até em relação a emendas, nós, da Oposição, temos problemas. Sabe-se que temos direito a apresentar emendas ao Orçamento da União no valor de R\$1,5 milhão e sabe-se também que essas emendas só saem por troca de votos. As emendas dos Senadores e dos Deputados de Oposição não são atendidas. Nesses quase quatro anos que estou no Senado da República, não consegui liberar mais do que 20% das emendas que propus ao Orçamento da União. E é uma perseguição nítida e clara aos que são da Oposição. Às vezes, nós, que temos o mesmo direito que tem um Senador da base do Governo, para conseguirmos liberar uma verba, precisamos fazer um apelo, um pedido a um líder do Governo, utilizando a amizade, utilizando o entendimento.

Portanto, entre os muitos defeitos do ajuste fiscal, quero de imediato fazer esse alerta aos Governadores e Prefeitos do nosso Brasil.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Concedo o aparte ao Senador Carlos Bezerra, que havia pedido antes, e depois a V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Nobre Senador, V. Ex^a trata de um dos assuntos mais sérios deste País, que é a centralização de recursos do Governo Federal. Esse não é um problema novo, é secular; nasceu com a formação do Brasil, nasceu com as capitâncias hereditárias, com o Rei, e essa cultura é mantida até hoje infelizmente. Acredito que este é o maior problema deste País: a centralização de recursos. Hoje, com todos esses avanços que V. Ex^a mencionou no seu discurso, a União ainda fica com cerca de 60% dos recursos arrecadados no País. Fiquei feliz ao ouvir ontem uma declaração do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer. S. Ex^a pretende apressar a votação da reforma tributária, começando ainda esse ano. Isso, a meu ver, é de transcendental importância para o País. Penso que é o momento, nobre Senador, aproveitando a votação da reforma tributária, de melhorarmos a situação dos Municípios e dos Estados. Verdadeira-

mente, o que V. Ex^a afirmou tem inteira veracidade. A União, como sempre, quer trazer os Estados e Municípios dependentes de si, para manter o controle político. Os militares aprofundaram esse aspecto violentamente, a partir da ditadura militar de 1964. Saímos da ditadura, demos alguns passos no sentido de dar maior autonomia aos Estados, aos Municípios, mas estamos patinando na areia. Não vamos a lugar nenhum. Os avanços são muito fracos, muito tênuas, e o poder do Governo central hoje é tão grande ou maior do que aquele da época da ditadura militar – creio até que é maior; talvez hoje o Governo tenha muito mais poder do que na época dos militares. Então, nobre Senador, está na hora de os Municípios, os Estados, as Bancadas formarem uma grande frente municipalista, uma grande frente pela autonomia dos Estados, e aproveitarem o ensejo da iminente votação da reforma tributária para fazer justiça aos nossos Estados e aos nossos Municípios. Países do mundo inteiro, bem menores que o Brasil – Itália, Suíça, França, Alemanha – são altamente municipalistas. Todas as decisões passam pelos Municípios. No entanto, nós, que somos um gigante, uma país enorme, continental, centralizamos tudo em Brasília. Um Prefeito para construir um posto de saúde ou uma escola, para comprar uma ambulância tem que vir a Brasília, de pires na mão, e levar o Deputado e o Senador a tiracolo para conseguir um parco recurso para aplicar em seu Município. Isso é catastrófico em um País subdesenvolvido e grande como o nosso, que precisa desenvolver-se urgentemente e gerar empregos para milhões de jovens que todo ano passam a integrar a massa trabalhadora. Parabenizo V. Ex^a pela sua fala e concito os nobres Pares para lutarmos por uma reforma tributária que realmente venha fazer justiça aos Estados e Municípios brasileiros. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE – (Bloco/PSB – PA) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. A reforma tributária pretendida pelo Governo objetiva consolidar o poder central, colocando mais recursos na mão do Governo Federal. E pior: atualmente...

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Quem vai votar somos nós, Senador. Não é possível que todo o Congresso fique subjugado a isso.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Exatamente. É bom fiquemos alerta a isso.

Devemos chamar a atenção também para o fato de o Governo ter municipalizado todos os serviços, mas não ter repassado aos Municípios os recursos devidos para essa finalidade. Foram liquidadas instituições federais, como a Fundação Nacional de

Saúde, a SUCAM. Todo esses serviços, então, estão sendo prestados pelo município. Entretanto, os recursos que são repassados pelo Sistema Único de Saúde não atendem às dificuldades de cada um. Assim acontece nos setores da saúde e educação: passa-se a responsabilidade ao Município, mas os recursos não são repassados. É impossível aceitar isso. É impossível aceitar também o aumento do percentual do Fundo de Estabilização Fiscal de 20% para 40%.

Ouço V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Ademir Andrade, em primeiro lugar queria cumprimentá-lo pelo prestígio que V. Ex^a goza junto ao Governo Federal. V. Ex^a conseguiu liberar 20% de suas emendas. Quero dizer a V. Ex^a que a minha situação não é igual a sua, pois não consegui liberar nenhuma emenda. Por outro lado, eu gostaria de reiterar a sua crítica ao ajuste fiscal, que, na verdade, é uma fantasia que se está realizando no momento. São propostas criativas e absolutamente ineficazes. O Governo Federal resolveu cortar algumas passagens aéreas. Falta que sugira ao Congresso Nacional que dê passagem de ônibus aos Parlamentares para virem de seus Estados a Brasília. D. Maria, de Taguatinga, diarista em minha casa, hoje pela manhã, me sugeriu: "Senador, que tal se o Presidente arrendasse o Palácio da Alvorada a um buffet e fosse morar no Hotel Nacional? Seria um extraordinário corte de despesas". Mas isso só cabe na cabeça de D. Maria, de Taguatinga. Outra medida extremamente criativa foi a do futuro Ministro Mendonça de Barros, que resolveu fazer cortes nas despesas de viagens internacionais, debitando a sua conta para uma empresa espanhola de telefonia.... Por aí vai esse festival de besteiras que assola o País. A última peça desse festival é o ajuste fiscal. O Presidente não morará mais no Palácio da Alvorada, os Parlamentares virão a Brasília de ônibus e o ajuste fiscal é uma brincadeira monumental diante de um País que possui juros de 40% ao ano. Não há ajuste fiscal que resolva nem sequer uma parcela da conta de juros da dívida mobiliária interna e da dívida externa do Brasil. Estamos voltando exatamente à proposta inicial de Fernando Henrique, defendida com clareza nos seus livros antigos. É à tese de que a dependência, ao contrário do que os "dependentistas" imaginavam, não traz ao País o retrocesso, mas liquida a burguesia nacional que o Presidente considerava atrasada – isso está escrito textualmente, *ipsis literis*, nos seus livros – e a substitui por uma burguesia internacional avançada. Na verdade, o Presidente é

o extermínador da burguesia brasileira. Exterminou primeiro a burguesia rural, que surgiu para equilibrar contas quando do estímulo do Governo à agricultura no momento do processo de importações da década passada, e agora liquida a burguesia industrial. Falasse em necessidade de novos investimentos no País, mas ontem, eu e o Senador Josaphat Marinho, tivemos a oportunidade de conversar com alguns economistas, e Décio Munhoz nos chamava a atenção para o fato de que 25% da capacidade industrial brasileira é ociosa. Recuperar essa capacidade industrial se realiza simplesmente com a diminuição dos impostos internos. E, para que o Senador tenha idéia do que significa 25% da capacidade industrial, digo que significa um valor ao redor de R\$250 bilhões em investimento. É um investimento já feito, que bastaria ser viabilizado com a queda dos juros e uma política industrial razoável que o País não conheceu até hoje. Então, estamos diante de uma farsa! Não existe nenhuma possibilidade de o ajuste fiscal e os cortes no salário dos funcionários resolvarem este problema. E ainda condenamos o Presidente do STJ, que, a meu ver, nada mais fez do que interpretar literalmente o dispositivo constitucional que estabelece o teto salarial. O Presidente do STJ, embora inoportuno do ponto de vista do aumento de despesas, interpretou a Constituição literalmente. Não há possibilidade de outra interpretação quanto à vinculação dos salários, e ela é auto-aplicável. É evidente que, para modificar o salário mais alto, precisamos da participação dos três poderes, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, mas, enquanto não se modifica, o número é o aquele estabelecido pela política salarial do próprio Judiciário. É o valor de R\$10.700, que é o salário dos Ministros e que deve também orientar a composição dos salários dos juizes. Então, estamos vivendo um período de notícias, de factóides, que espero que não termine com o vaticínio da Dona Maria, de Taguatinga, com a mudança do Presidente da República, num gesto de rara austeridade, para o Hotel Nacional e o aluguel do Palácio da Alvorada a um **buffet** de Brasília.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu fazia referência, Senador Roberto Requião, apenas a um dos pontos pretendidos no ajuste fiscal pelo Governo Fernando Henrique, que é a questão da ampliação dos recursos do Fundo de Estabilização Fiscal, medida que vai prejudicar enormemente os municípios, os Estados e o Fundo de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País. É evidente que condeno, porque o

Fundo está baseado em duas situações: uma é a redução de despesas – e aí o Senador Roberto Requião fez alguns comentários –, mas há outras muito mais graves na área da saúde e da educação.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Não só graves, Senador, mas absolutamente ineficazes diante da conta de juros.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Talvez o Presidente queira estar apresentando à sociedade uma idéia falsa da nossa realidade, isto é, querendo dizer que vai conter, que está certo em conter. Tanto é verdade, que ganhou a eleição porque passou uma imagem falsa. Na verdade, o povo não conhece profundamente o que está acontecendo. O povo acredita porque a moeda está estabilizada e não se dá conta do que está por detrás de tudo isso. Mas nós, do Congresso Nacional, vamos ter a responsabilidade de aprovar ou não essas medidas, embora sabemos que o Presidente Fernando Henrique tem condições de tomar muitas medidas sem passar pelo Congresso. Segundo levantamento feito pela Revista **Veja**, o Presidente pode reduzir o gasto público a R\$10,2 bilhões sem que haja nenhuma manifestação nossa ou necessidade de nos consultar. Mas ele vai terá que fazê-lo, por exemplo, para passar às suas mãos, para seu controle pessoal, mais R\$34 bilhões do Fundo de Estabilização Fiscal; terá que fazê-lo também para aumentar os impostos que pretende, que é outro ponto do ajuste fiscal. Estão aí incluídos uma série de impostos: imposto de renda da pessoa física, imposto sobre o cheque – a CPMF, que quer passar de 0,2 para 0,3% –, o aumento da contribuição previdenciária do servidor público, já massacrado por quatro anos seguidos sem aumento, e o imposto sobre as grandes fortunas – espero que venha desta vez, já que sempre defendemos nesta Casa.

Espero que o Governo, Senador Antonio Carlos Magalhães, não mande a mensagem de ajuste fiscal, deixando a cobrança de imposto sobre grandes fortunas para a Oposição ter como ponto de negociação, porque isso não vai fazer com que aprove mos pontos com os quais concordamos. Há, portanto, uma série de responsabilidades, há coisas gravíssimas que vão ser expostas a partir do dia 25 – o Governo Fernando Henrique lamentavelmente não tem coragem de apresentar esse ajuste fiscal antes do segundo turno das eleições. Está dito, está programado que será dia 20, mas desafio que seja, ele não tem coragem para isso, vai deixar passar a eleição.

Vamos ter a grande responsabilidade de analisar tudo isso. O Governo está tirando dinheiro dos

Estados, dos Municípios, dos fundos constitucionais, está reduzindo gastos do orçamento. Por quê? Para pagar os serviços da dívida? Para pagar os juros que se elevaram para 50% ao ano, quando em qualquer país europeu, qualquer país da Ásia, nos Estados Unidos, os juros daqueles que poupam dinheiro é 4% ao ano? É para isso que estamos sacrificando o povo brasileiro? A nossa sorte é que o Brasil é um país muito rico e muito farto e o povo sempre encontra uma forma de sobreviver, de dar um jeito na vida.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ademir Andrade?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Ademir Andrade, gostaria de parabenizar V. Ex^a por trazer essa questão em debate, já que estamos percebendo que a intenção do Governo e da sua própria base parlamentar é jogar uma cortina de fumaça sobre o que está preparando após as eleições, pois sabem que os candidatos que apoiam poderão ser prejudicados se anunciassem esse pacote antes das eleições do segundo turno. Também estamos percebendo que o Governo vai optar, mais uma vez, pelo caminho que considera mais fácil. O Governo e amplos setores da sociedade vêm falando da necessidade de se fazer uma reforma tributária. No entanto, durante três anos e meio não se teve notícia de qual era o projeto de reforma tributária do Governo, até porque a reforma tributária que interessava ao Governo foi feita, qual seja, a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal, que centralizava ainda mais recursos nas mãos da União em prejuízo principalmente daqueles Estados menos desenvolvidos e que dependem mais das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. O Governo também aprovou a chamada Lei Kandir, que acabava com a cobrança do ICMS em produtos primários e semi-elaborados. Acho interessante lembrar que os Ministros da área econômica vêm ao Senado, ao Congresso Nacional, fazem promessas mirabolantes e fica por isso mesmo. Se buscarmos as palavras do Ministro Kandir nas notas taquigráficas, quando fez a exposição na Comissão de Assuntos Econômicos, antes da votação da lei que acabou levando o seu nome, vamos verificar que ele dizia textualmente que com a aprovação daquela lei o Brasil se transformaria em uma máquina de exportações e que o sinal da balança comercial iria ser revertido. Naquela ocasião a balança apresentava um déficit de R\$1,2 bilhões, mas poderia transformar-se em superávit. Aprovou-se a lei e o déficit passou para R\$6 bilhões. No entanto, o Ministro Kandir continuou Ministro, apenas

se afastando para para eleger-se Deputado e, possivelmente, voltar a ser Ministro. O Governo também anuncia o aumento da CPMF, a cobrança da contribuição previdenciária para os inativos, assunto que já foi rejeitado categoricamente por três vezes na Câmara dos Deputados, mas o Governo não acena com nenhuma cobrança sobre aqueles que pode pagar impostos neste País e não pagam. Quando os Ministros Antonio Kandir e Pedro Malan vieram, a esta Casa, neste mesmo plenário, em uma manhã de sábado, em novembro do ano passado, insisti em uma pergunta que já havia sido feita pelo Deputado Haroldo Lima, qual seja, dentre as 51 medidas daquele pacote quais estavam voltadas para taxar o sistema financeiro, mas eles não responderam. O fato é que este Governo reduziu a contribuição sobre o lucro líquido dos bancos – que no Governo Itamar Franco era de 25% – para 13%. Também fez um imenso marketing com a mudança na lei do ITR, tendo contado inclusive com o voto da Oposição, já que dizia que poderia arrecadar R\$1 bilhão. Vivemos em um país que tem a maior concentração de terra do mundo, mas que arrecada de ITR o equivalente ao que a Prefeitura do Rio de Janeiro arrecada de IPTU no bairro de Copacabana. Sendo assim, como pode falar em aumentar ainda mais a cobrança de impostos daqueles setores que já pagam e não têm mais como pagar e deixa que aqueles que realmente poderiam contribuir para o desenvolvimento do País não paguem. Já que estão falando tanto em apertar cintos, por que o setor financeiro continua tendo alíquotas de pai para filho, assim como também os grandes proprietários rurais? O Governo, mais uma vez, vem com o discurso de que a sociedade deve contribuir para solucionar a crise, mas temos que considerar o que já foi levantado pelo Senador Roberto Requião e também por V. Ex^a, ou seja, que não adianta aumentar imposto de quem quer que seja porque da forma como estão os juros todo o dinheiro vai pelo ralo dos juros da dívida interna. Este Governo conseguiu ser inserido no livro **Guiness** dos recordes; pois o Brasil, em 494 anos de existência, acumulou uma dívida interna de R\$65 bilhões – valor da dívida interna quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência –, mas em quatro anos foi elevada para R\$300 bilhões. Pelo menos essa façanha o nosso Presidente já conseguiu: vai ter o seu nome gravado no livro dos recordes por ter aumentado para tal índice a nossa dívida interna. Insistimos para que o Governo venha às claras e apresente suas propostas antes das eleições. Não adianta nos cobrar apoio em medidas amargas para alguns setores, particularmente a classe média, enquanto outros setores que não pagam imposto no Brasil continuem a não pagar. Também não adianta levantar a questão do Imposto sobre Grandes Fortunas como moeda de barganha; até porque se trata

de um projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso. Se esse imposto for colocado em votação, nós, da Oposição, vamos votar a favor, sem cobrar nada, sem estabelecer nenhuma barganha, sem qualquer restrição, apesar de ser um projeto de Fernando Henrique Cardoso. Vamos votar a favor, mas também vamos taxar os ricos deste País. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Agradeço a V. EX^a, Senador José Eduardo Dutra, e quero dizer que a Lei Kandir causou um enorme prejuízo à Nação brasileira. Essa lei representa um desestímulo à industrialização do nosso País, porque quando nós, na Constituição de 1988, estabelecemos que os produtos primários e os semi-elaborados deveriam pagar ICMS aos Estados, queríamos com isso estimular o processo de industrialização dentro do nosso território. O Brasil talvez seja o país que mais exporta produto primário e semi-elaborado no mundo. A nossa pauta de exportação atinge 52% do seu valor econômico em produto semi-elaborado e produto primário. Quer dizer, produtos que deveriam estar sendo elaborados em nosso território estão gerando emprego e renda para outros.

Há um projeto de minha autoria tramitando neste Senado da República, revogando a Lei Kandir, mas que, lamentavelmente, continua parado na Comissão de Assuntos Econômicos nesta Casa.

Concluo, agradecendo a atenção dos Srs. Senadores, dizendo que todos nós devemos refletir profundamente sobre as medidas do ajuste fiscal, quais as razões desse ajuste fiscal, a que se destina o dinheiro que o Presidente Fernando Henrique pretende com o aumento dos impostos e com a redução das despesas, tendo mais controle sobre os recursos da União, que pertencem a Estados e Municípios e que passarão para a mão de Sua Excelência, a fim de que tenhamos a responsabilidade de votar, pensando nos prefeitos e governadores do Brasil.

Quero dizer também que ainda não falei sobre o processo eleitoral do meu Estado, onde fui candidato a Governador, porque estou esperando o término do segundo turno. Como não estou apoiando nenhum dos dois candidatos, prefiro deixar para fazer uma análise daquele processo eleitoral e do resultado daquelas eleições após a realização do segundo turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 1998

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, c, do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 710/98, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992 e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

Solicito que o nobre Senador José Agripino ofereça parecer em nome da Comissão de Relações Exteriores.

PARECER Nº 510, DE 1998 (De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 710, de 1998, na Câmara dos Deputados) que "Aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992 e dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Quioto, em 13 de outubro de 1994".

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN). Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se, na verdade, de dois conjuntos de textos relativos à União Internacional de Telecomunicações – UIT, que, produzidos num intervalo de dois anos, revelam profundas modificações na estrutura e na estratégia dessa agência especializada das Nações Unidas que serve de foro aos países-membros, quando pretendem estabelecer normas e padrões para um desenvolvimento ordenado dos sistemas nacionais de comunicações.

As modificações constam do relatório da análise que apresento, fatos perfeitamente absorvíveis pela República Federativa do Brasil e que me levam a pronunciar o voto que passo a ler a seguir.

Voto

Se o Brasil, ao contrário de muitos países, tem assinado sem reservas ou outras declarações os textos ora analisados, não há razão para que não cumpra as recomendações da UIT no sentido de agilizar a ratificação deles.

É oportuno e conveniente que contribuirmos com a nossa parcela de entusiasmo para que a útil e independente agência especializada da ONU realize o seu tríplice objetivo: na esfera técnica, promovendo o desenvolvimento e a exploração eficaz dos meios de telecomunicação; na esfera de desenvolvimento, oferecendo assistência técnica aos países mais necessitados; na esfera política, adotando, em nível internacional, um enfoque cada vez mais amplo das questões de telecomunicações.

Nosso voto é, portanto, favorável à aprovação da presente matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998, em anexo.

É o parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

I – Relatório

Atendendo a dispositivo constitucional o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional os textos internacionais, em epígrafe, devidamente acompanhados de exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, onde se lê que os referidos documentos foram encaminhados ao Itamaraty por Aviso do Ministério das Comunicações, de 9 de abril de 1997.

Trata-se, na verdade, de dois conjuntos de textos relativos à União Internacional de Telecomunicações – UIT, que, produzidos num intervalo de dois anos, revelam profundas modificações na estrutura e na estratégia dessa agência especializada das Na-

ções Unidas que serve de foro aos países-membros quando pretendem estabelecer normas e padrões para um desenvolvimento ordenado dos sistemas nacionais de comunicações.

O documento elaborado em Genebra, em 1992, intitula-se "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários-Adicional" e realizou uma ampla reestruturação do organograma da UIT com supressão, fusão e ampliação de órgãos, visando à melhoria e à eficiência das operações e à participação direta do setor privado em suas atividades.

Compõe-se dos textos da Constituição e da Convenção da UIT, do Protocolo Facultativo, de Resoluções e Recomendações.

Do encontro de Quioto, em 1994, resultou um documento denominado "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", que, além de introduzir emendas à Constituição e à Convenção da UIT, contém Decisões, Resoluções e Recomendações, tendo adotado inclusive um Plano Estratégico para o período 1995-1999, com preocupações de ordem técnica, política e de desenvolvimento.

É o relatório.

II – Análise

Alguns aspectos dos volumosos textos submetidos ao nosso exame merecem destaque:

1) O documento de Genebra-1992 visa primeiramente à Constituição da UIT.

Depois de um breve preâmbulo em que se reconhece, em toda a sua plenitude, o direito soberano de cada Estado de regulamentar suas telecomunicações com vistas à paz e ao desenvolvimento econômico e social são enumeradas algumas normas organizacionais relativas ao objeto, à composição e aos instrumentos da UIT, de par com um rol de direitos e deveres de seus membros.

A Conferência de Plenipotenciários é o órgão supremo da União, reúne-se a cada quatro anos, é constituída por representantes dos estados-membros e tem por objetivo principal estabelecer os princípios gerais que lhe são aplicáveis.

Desde a reforma efetuada em Genebra, em 1992, a ONU, as instituições especializadas e as organizações voltadas para as telecomunicações podem participar da Conferência de Plenipotenciários.

O Conselho é um órgão permanente composto de 43 membros da União eleitos pela Conferência de Plenipotenciários em função da necessidade de uma representação equitativa de todas as regiões do mundo.

A Secretaria-Geral prepara as políticas e os planos estratégicos da UIT, coordena suas atividida-

des e atua como seu representante legal, através do Secretário-Geral.

O Texto enumera ainda as funções e a estrutura de três outros Setores: de Radiocomunicações, de Normatização de Telecomunicações e de Desenvolvimento das Telecomunicações.

A UIT tem sede em Genebra e a personalidade jurídica necessária para o exercício de suas funções e a realização de seus objetivos. Suas relações com as Nações Unidas são definidas por um acordo entre ambas.

As disposições finais do texto referem-se a problemas processuais de ratificação, aprovação, aceitação, adesão, regulamentos administrativos, emendas, denúncia, solução de controvérsias e vigência.

Num anexo encontram-se definições de alguns termos empregados em documentos da UIT.

A Convenção é um texto de 528 artigos que complementa a Constituição da UIT e trata, sobretudo, de seu funcionamento, de seus órgãos, reuniões, processo decisório etc.

O texto de Genebra contém também as Declarações dos Plenipotenciários, em 1992, quando da assinatura dos Atos Finais e as eventuais reservas que lhes fizeram, fato de que se absteve totalmente o nosso País.

O mencionado Protocolo facultativo diz respeito à solução de controvérsias relativas à interpretação e à aplicação da Constituição da UIT e promovem a arbitragem obrigatória.

Por fim o documento de 1992 se faz acompanhar de 16 resoluções sobre assuntos vários e de uma recomendação com vistas a apressar a ratificação dos novos textos genebrinos.

2) O documento negociado em Quito, em 1994, é denominado "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários da UIT", contém dois instrumentos de emenda à Constituição da UIT e as Declarações, Reservas, Decisões, Resoluções e Recomendações.

O primeiro instrumento visa a emendar os artigos 8, 9 e 28 da Constituição da UIT que se referem, respectivamente, à Conferência de Plenipotenciários, aos princípios aplicáveis às eleições e às finanças.

O segundo instrumento tem por escopo emendar vários artigos da Convenção da União. São eles os de número: 4, 7, 19, 23, 24, 32 e 33.

Além disso, os Atos Finais de Quioto se acompanham de duas decisões, 69 resoluções e três recomendações.

As decisões prevêem, respectivamente, gastos para o período de 1995-1999 e procedimentos de escolha de classe contributiva.

Dentre as 69 resoluções, a primeira sobressai por conter detalhado Plano Estratégico da União para o período compreendido entre 1995-1999.

As três recomendações finais de Quioto se relacionam:

1) ao depósito das ratificações dos documentos relativos à Constituição e à Convenção da UIT, de 1992, e à aceleração dos processos de ratificação.

2) à livre difusão das informações e ao direito à comunicação.

3) ao tratamento favorável aos países em desenvolvimento em matéria de telecomunicações.

III – Voto

Se o Brasil, ao contrário de muitos países, tem assinado sem reservas ou outras declarações, os textos ora analisados, não há razão para que não cumpra as recomendações da UIT no sentido de agilizar a ratificação deles.

É oportuno e conveniente que contribuamos com a nossa parcela de entusiasmo para que a útil e independente agência especializada da ONU realize o seu tríplice objetivo: na esfera técnica, promovendo o desenvolvimento e a exploração eficaz dos meios de telecomunicação; na esfera de desenvolvimento, oferecendo assistência técnica aos países mais necessitados; na esfera política, adotando, em nível internacional, um enfoque cada vez mais amplo das questões de telecomunicações.

Nosso voto é, portanto, favorável à aprovação da presente matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998, em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O parecer é favorável.

Passa-se à discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– V. Ex^a permite só um segundo a fim de que votemos a redação final? Imediatamente após a votação, V. Ex^a terá a palavra.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 511, DE 1998

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 710, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 710, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Lucídio Portella, Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 511, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 1998

Aprova os textos dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional, da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovados pelos países-membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", da União Internacional de Telecomunicações – UIT, aprovado pelos países-membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos dos Atos Finais da Conferência Adicional de Plenipotenciários de Genebra ocorrida em 1992, e da Conferência de Plenipotenciários de Quioto, ocorrida em 1994, da União Internacional de Telecomunicações – UIT.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem os referidos Protocolos, assim como quaisquer ajustes

complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho, para uma declaração de voto.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Para uma declaração de voto.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em princípio não votaria esse Decreto Legislativo nos termos em que veio a plenário. V. Ex^a, entretanto, teve a bondade de esclarecer-me as razões pelas quais punha a matéria em discussão e eu respeitei essas razões. Não gostaria de perturbar a aprovação da matéria, dificultando ao País a disputa de um lugar na organização em formação.

Por essas razões, comprehendi a razão pela qual V. Ex^a determinou a inclusão da matéria em Ordem do Dia. E em razão disso também é que aquiesci em votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senador Josaphat Marinho tem absoluta razão, o Plenário aprovou e vários dos Srs. Senadores colaboraram, inclusive da Oposição, para que esta matéria, que é importante para o Brasil, em termos internacionais, fosse votada. Não há, assim, a possibilidade do Brasil deixar de participar dessa reunião. E eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores que colaboraram, inclusive aos Líderes Oposicionistas que permitiram a tramitação do projeto, também ao Senador Josaphat Marinho, ao Senador Roberto Requião e tantos outros com quem mantive contato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 509, de 1998, lido no Expediente, que prorroga o prazo concedido à Comissão Temporária destinada a "estudar as causas do desemprego e do subemprego no País".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O prazo da referida Comissão fica prorrogado até o dia 15 de dezembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 512, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 223 de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Leonaldo Silva, para Ministro Classista Temporário.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14-10-98, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Romeu Tuma (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 223, de 1998, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Leonaldo Silva para exercer o cargo de Ministro Classista Temporário, do TST, representante dos trabalhadores.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Edison Lobão** – **Esperidião Amin** – **Leonel Paiva** – **Arlindo Porto** – **Ramez Tebet** – **Bello Parga** – **Josaphat Marinho** – **Djalma Bessa** – **José Eduardo Dutra** – **Lúcio Alcântara** – **Jefferson Péres**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 111, § 1º, da Constituição Federal, a Mensagem nº 223/98 (nº 1.063/98, na origem), que "Submete à apreciação do Senado Federal a recondução do Senhor Leonaldo Silva, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001".

Acompanha a Mensagem presidencial em apreço, o **Curriculum Vitae** do indicado do qual cabe destacar o seguinte: o Sr. Leonaldo Silva nasceu em Ponta Grossa, PR, filho de Leonardo de Paula e Silva e Zelinda Lacerda da Silva e é bacharel em Direito pela faculdade de Direito de Curitiba. Possui, ainda, uma série de cursos extracurriculares na área do Direito do Trabalho, tendo participado de conferências e congressos, dentre os quais cabe citar: IV Seminário sobre Direito Constitucional do Tra-

balho e V Congresso Brasileiro do Direito Coletivo do Trabalho; 1º Congresso Internacional de Direito do Trabalho no Paraná, VII Seminário Nacional sobre Normas Internacionais do Trabalho; Seminário sobre Cooperativas de Trabalho; Ciclo de Conferências sobre Legislação trabalhista; II Encontro de Confraternização dos Trabalhadores no Comércio do Brasil.,

Da vasta experiência profissional do indicado cumpre relevar as seguintes atividades:

– Suplente de Juiz Temporário no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, empossado em novembro de 1988, convocado para atuar em novembro e dezembro/1988, de janeiro a maio/1989, de maio a dezembro/1990 em fevereiro/1991 e de junho a julho/1991. Reconduzido na mesma função em dezembro/1991;

– Suplente de Vogal na 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba. Convocado para atuar nos meses de setembro e outubro de 1988;

– Integrante da Representação Internacional da confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, eleito em 30 de dezembro de 1991;

– Integrante da Diretoria da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná na qualidade de Primeiro-Secretário, eleito em 1987;

– Integrante da Diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, na qualidade de Vice-Presidente, de 1973 a 1979 e, após, Secretário-Geral até 1990;

– Integrante do Corpo Docente da Faculdade Católica de Administração e Economia, nas cadeiras de "Instituições de Direito Público e Privado" e "Legislação Social", até março de 1987;

– Integrante do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, de junho de 1987 a 1992.

Cumpre aduzir também que o Sr. Leonaldo Silva possui uma série de condecorações, destacando-se a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Tendo em vista a natureza da matéria, eram estas as informações a serem relatadas.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

PARECER Nº 513, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 224, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome da Srª Maria de Fátima Montandon Gonçalves, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14-10-98, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Edison Lobão (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 224, de 1998, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha da Senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves para exercer o cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Arlindo Porto** – **Leonel Paiva** – **José Eduardo Dutra** – **Edison Lobão** – **Djalma Bessa** – **Bello Parga** – **Ramez Tebet** – **Josaphat Marinho** – **Jefferson Péres** – **Lúcio Alcântara**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Edison Lobão**

Vem a esta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, nos termos do art. 111, § 1º, da Constituição Federal, a Mensagem nº 224/98 (nº 1.064/98, na origem), que "Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001".

Acompanha a Mensagem presidencial em apreço, o **Curriculum Vitae** da indicada, do qual cabe destacar o seguinte: a Senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves, filha de Walter Campos Montandon e Luíza de Melo Montandon, é bacharel em Secretariado Executivo pela UPIS – União Pioneira de Integração Social, em Brasília – DF, possuindo uma série de cursos de aperfeiçoamento e de atualização profissional, como o Curso de Secretariado Executivo, do Senac, em Brasília – DF, em 1992, o Curso de Organização de eventos – Marcondes Machado, São Paulo, em 1993, Guia de Turismo e Recepção a Turistas, Wera Assessoria, Brasília, em 1993; Curso de Inglês, Casa Thomas Jefferson, Brasília, em 1996.

Dentre as atividades profissionais pregressas da indicada cumpre relevar as seguintes: Coordenadora de Serviços de Secretaria e Recepção – 1979/81, Wera Assessoria de Congressos e Eventos Ltda.; Recepcionista e Secretária Chefe do Serviço de Expediente no Aeroporto Internacional de Brasília, VASP – Viação Aérea São Paulo S/A; Diretora de Captação de Recursos da Federação Nacional das Secretárias e Secretários, mandato 1997/2000; 1ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Secreta-

riado do Distrito Federal – CRS, eleita em março/1998.

Tendo em vista a natureza da matéria, eram estas as informações a serem aduzidas.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

PARECER Nº 514, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 225, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14-10-98, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Lúcio Alcântara (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 225, de 1998, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo para exercer o cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Leonel Paiva** – **Djalma Bessa** – **José Eduardo Dutra** – **Ramez Tebet** – **Edison Lobão** – **Bello Parga** – **Jefferson Péres** – **Josaphat Marinho** – **Romeu Tuma** – **Arlindo Porto**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dentro da competência que lhe é atribuída pelo art. 101, inciso II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, recebe, para opinar, mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da qual consta indicação do nome do Senhor Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1998 a 2001.

De acordo com o art. 52, inciso III, alínea a, da Magna Carta, combinado com o art. 111, § 1º, inciso II, compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública a escolha de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O mérito do Senhor Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, jornalista emérito, natural de Salvador –

Estado da Bahia, indicado para ser reconduzido ao elevado cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, extrai-se do **Curriculum Vitae** constante deste processo, no qual se destacam os seguintes pontos:

Atividades profissionais

Na Presidência da República – Membro da Comissão Consultiva da Secretaria de Imprensa (1985) e Assessor da Subsecretaria para Assuntos de Imprensa e Divulgação do Gabinete Civil.

No Governo do Distrito Federal – Assessor de Imprensa da Secretaria de Serviços Públicos.

No Governo do Estado da Bahia – Assessor de Imprensa da Secretaria de Agricultura.

Na Radiobrás – Redator e Diretor do Departamento de Jornalismo.

Atividade sindical

Na organização Internacional do Trabalho – OIT – Suplente dos trabalhadores no Conselho de Administração, eleito pelos Delegados dos Trabalhadores dos Países-Membros, em Genebra – Suíça.

No Ministério do Trabalho – Membro efetivo da Comissão de Enquadramento Sindical, representante dos trabalhadores.

Na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade – Secretário de Relações Públicas, Secretário-Geral, Secretário de Relações Internacionais, Secretário de Finanças e Presidente.

Na Federação Nacional dos Radialistas – Conselheiro Fiscal, Vice-Presidente, Secretário de Finanças e Presidente.

Ante o exposto, em face da natureza da matéria em apreciação, é o que se tem a relatar no presente processo.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator.

PARECER Nº 515, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 226, de 1998, do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. José Alberto Rossi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14-10-98,

apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Ramez Tebet (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 226, de 1998, do Senhor Presidente da República opina pela aprovação da escolha do Senhor José Alberto Rossi para exercer o cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Ramez Tebet**, Relator – **Romeu Tuma** – **Leonel Paiva** – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra** – **Edison Lobão** – **Djalma Bessa** – **Josaphat Marinho** – **Arlindo Porto** – **Lúcio Alcântara** – **Bello Parga**.

RELATÓRIO

Relator: Senador Ramez Tebet

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 111, § 1º, da Constituição Federal, a Mensagem nº 226/98 (nº 1.006/98, na origem), que "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Alberto Rossi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001".

Acompanha a Mensagem Presidencial em apreço o **Curriculum Vitae** do indicado do qual cabe destacar o seguinte: o Sr. José Alberto Rossi, nascido em Videira, Santa Catarina, filho de José Rossi e Adélia Rossi, é formado em Medicina Veterinária pela Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná, tendo realizado uma série de cursos de especialização, inclusive no Japão e participado dos seguintes congressos científicos:

1988 – Certificado de participação no XXI Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária na cidade de Salvador – BA (duas participações);

1988 – Certificado de participação no XVI Encontro de Médicos Veterinários do Espírito Santo – Vitória – ES;

1994 – Certificado de participação no XXIII Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, na cidade de Recife – PE;

1995 – Certificado de participação no Seminário "O Mercado de Trabalho e o Médico Veterinário", na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Dentre as funções com mandato de representação laboral exercidas pelo Senhor José Alberto Rossi, destacam-se as seguintes:

1975/78 – Conselheiro do Conselho Regional de Medicina Veterinária da 2ª Região – SC;

1980/83 – Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado de Santa Catarina, sócio fundador e primeiro presidente eleito;

1984 – Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Eleito em 6-9-84;

1984/86 – Presidente da Diretoria Provisória para constituição da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, em julho de 1984;

1986/98 – Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários (em exercício);

1993/96 – Tesoureiro-Geral da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Cumpre destacar ainda que o Sr. José Alberto Rossi recebeu a Ordem do Mérito de Medicina Veterinária, no grau de Comendador.

Tendo em vista a natureza da matéria, eram estas as informações a serem aduzidas.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Ramez Tebet**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, a economia brasileira, os micro e pequenos empresários, os consumidores e a população em geral têm sido prejudicados pela equivocada política de juros adotada no Brasil.

Não existe país civilizado, nem economia estabilizada em qualquer parte do planeta que consiga desenvolver suas atividades de maneira normal com taxas de juros reais que atingem quase 50% ao ano, principalmente quando sabemos que as taxas praticadas internamente pelos países desenvolvidos não passam dos 7% anuais.

Muito se fala de globalização, de redução de custos, de competitividade, de enxugamento de empresas, de privatização, de redução do chamado custo Brasil, e de ingressarmos na economia do Terceiro Milênio.

O projeto de globalização, em sua formulação teórica, chega a entusiasmar algumas pessoas, pois a existência de uma economia mundial, em que o livre jogo das forças concorrentiais de mercado contribuiria para reduzir custos, para aumentar os índices de produção, produtividade e eficiência. Com isso, consequentemente, teríamos mais bens ofer-

dos, por menores preços, para um número cada vez maior de pessoas.

Tudo isso seria muito interessante, não fosse uma fábula, um ledo engano, pois o protecionismo dos países ricos – cada vez mais refinado e cada vez mais disfarçado em barreiras não tarifárias – impede que nossa produção possa penetrar em seus mercados, gerando desemprego e levando nossas empresas à falência.

Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, toda essa situação perversa que atinge a economia brasileira pode ser resumida por um instrumento deletério, verdadeiro veneno econômico, que vem sendo utilizado contra nossos empresários e contra os brasileiros em geral: as taxas de juros elevadíssimas, totalmente incompatíveis com um país que pretende figurar entre as dez maiores economias do mundo.

A par dessa situação, o Ministério da Justiça já adotou uma série de medidas que visam coibir a agiotagem praticada por pessoas físicas. Nesta semana, decidiu anular as cláusulas dos contratos das empresas de cartões de crédito consideradas abusivas, proibindo a cobrança de juros acima de 2% ao mês. Porém, antes de estender as minhas congratulações ao Ministro Renan Calheiros pelas iniciativas, gostaria de, desta tribuna, fazer-lhe um apelo no sentido de adotar procedimento linear e idêntico contra todas as financeiras do País, dentre elas, Losango e Fininvest, que estão praticando agiotagem de quase 16% ao mês.

Oportuno lembrar que só as pessoas mais humildes é que recorrem a esse tipo de empréstimo. É preciso dar um basta nessa agiotagem e na sua propaganda dominical na televisão brasileira.

A Constituição Federal, em seu art. 192, §3º, não admite juros superiores a 12% ao ano. No entanto, a realidade brasileira é totalmente diferente, pois, infelizmente, no Brasil, ao que parece, a lei ainda não é para todos.

Infelizmente, o Banco Central do Brasil é conivente com essa situação perversa e admite a cobrança de juros ilegais, de modo que, em última análise, o Governo Federal se torna o maior agiota do Brasil, o que representa um verdadeiro paradoxo: a autoridade pública, que deveria cuidar do bem-estar da população, faz justamente o contrário.

Com isso, milhares de pequenas e médias empresas nacionais são obrigadas a pedir falência ou concordata, pois é impossível produzir, pagar salários, fornecedores e tributos com taxas de juros reais de 30, 40 e até 50% ao ano.

Os consumidores são altamente prejudicados, pagando taxas de cheques especiais de até 12,90% ao mês, o que equivale a quase 200% ao ano, ou seja, um verdadeiro escândalo nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil não pode aceitar uma dependência de agiotas nacionais ou internacionais.

Essa política de juros altos poderá acabar não apenas com nossas empresas como, igualmente, destruir as finanças públicas, pois o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais também são prejudicados por essa espoliação.

Em última análise, quem paga todos esses prejuízos, abusos e absurdos financeiros é o povo, que, com seu salário reduzido, tem enormes dificuldades para pagar seus compromissos pessoais, pois essa política de juros acaba com as oportunidades de trabalho e com o orçamento familiar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo aqui, além do meu apelo às autoridades econômicas de nosso País, um alerta quanto ao comprometimento das nossas reservas cambiais, que estão intimamente ligadas a essa política perversa de taxa de juros. Se nenhuma providência for adotada, a inflação, de forma voraz, libertar-se-á da camisa de força em que se encontra, remetendo-nos a uma das maiores crises econômicas da nossa história. Espero que o Ministro da Justiça, Renan Calheiros, continue nessa cruzada contra os poderosos e em defesa dos mais fracos.

Tenho a plena convicção de que os eminentes Senadores, convededores que são da grave situação da economia brasileira, decorrente dessa política perversa de juros elevadíssimos, estarão unidos na luta pelo desenvolvimento nacional, pela valorização do trabalho e pelo combate à agiotagem, mais um tipo de exploração do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estas são algumas considerações que trago à Casa em função do que vem ocorrendo.

Como já disse, mesmo aos domingos a televisão faz propaganda de determinadas finanziadoras. As pessoas, muitas vezes levadas por informações não verdadeiras, buscam socorro nesses financiamentos e quando o arrependimento chega já é tarde, pois os juros cobrados, de 15 ou 16% ao mês, são escorchantes. Por isso, precisamos enviar esforços a fim de que o Ministério da Justiça esteja atento também a esse tipo de especulação.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para uma breve comunicação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR)

Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega às minhas mãos um documento do Sr. Amilcar Brunaso Filho sobre a utilização de urnas eletrônicas no Brasil.

Talvez poucos saibam, mas hoje, no mundo, a informatização das eleições só existe no Brasil. E essa questão, segundo a opinião do Sr. Amilcar Brunaso, surpreende pela ingenuidade com que tem sido abordada a segurança do voto na urna eletrônica. Os Partidos, segundo o Sr. Amilcar, entendem muito pouco de segurança de sistemas.

Diz ele:

Um programa fraudulento que se preze pode perfeitamente apagar da memória depois de ter feito o seu serviço. Antes mesmo de a votação ter-se encerrado, a urna já estaria perfeitamente limpa e sem vestígios de fraude. Uma análise *a posteriori* é absolutamente inútil, como foram inúteis os demais procedimentos de segurança avalizados por todos os Partidos até agora.

O TSE, aconselhado pelos projetistas da urna e contrariando os ritos de segurança, eliminou a possibilidade de recontagem de votos de urna eletrônica e abriu uma porta enorme para grandes fraudes, aquelas, principalmente, que podem desviar votos de eleição majoritária sem deixar vestígios, o que não existia no sistema tradicional de eleição.

Há dois anos, nos diz o Sr. Amilcar Brunazo, ele vem apresentando denúncias, por meio da Internet, e recentemente o Sr. Paulo César Camarão, Secretário de Informática do TSE, admitiu-as publicamente.

Para dar um aspecto de legalidade a esse sistema, completamente "furado", engendrou-se a farsa da validação *a priori* da apuração, na qual coube aos Partidos políticos fazerem o papel de auditores externos e avalistas do sistema. Os Partidos políticos, como inocentes úteis, ou incompetentes úteis, cumpriram o seu papel. O PMDB inclusive.

Os Partidos concordaram com a proposta do TSE e aceitaram como válidos dois procedimentos totalmente inúteis na garantia de idoneidade da votação, a saber:

1 – aceitaram analisar apenas os programas-fonte do sistema de totalização;

2 – aceitaram considerar como válido um teste onde a urna a ser testada era adredemente preparada por um disquete especial.

Ora, tais procedimentos não servem para garantir absolutamente nada, pois estão "furados" em muitos pontos:

1 – o programa fonte não é o que vai ser carregado no computador;

2 – o código fraudulento pode ser adicionado antes, durante ou depois do programa-fonte ser preparado para carga, ou seja, compilado;

3 – não se sabe se o programa compilado gerado pelo programa analisado é o mesmo que foi carregado na urna;

4 – do programa-fonte é gerada apenas uma pequena parte do código contido na urna – o vício pode estar programado em outros lugares;

5 – no prazo de cinco dias concedido aos Partidos, é humanamente impossível analisar o código compilado completo, mesmo em um único microcomputador;

6 – mesmo depois de analisado o código compilado, um vício de funcionamento pode ser introduzido junto com os dados, na introdução dos nomes dos candidatos, eleitores, etc;

7 – o disquete que é inserido na urna cria uma condição especial de teste que difere da condição normal de operação, invalidando completamente o teste como garantia de idoneidade;

8 – o TSE não admitiu auditoria em urna em condição normal de operação;

9 – a regulamentação da lei eleitoral, feita pelo próprio TSE, permite aos Partidos examinarem os programas dos subsistemas de totalização dos resultados, mas não diz nada com relação ao subsistema de apuração – leia-se a urna eletrônica.

Isto está claro no art. 51, §§1º, 3º e 5º, da Resolução nº 20.103, do TSE.

O problema da possibilidade de fraude, denunciada em todo o Brasil, é que se ela for bem feita, não deixa pistas. Se os possíveis fraudadores do sistema tiverem um pouco de competência, só um pouco mais que os Partidos, não só programariam a

fraude de desvios de votos, como fariam o código viciado ser apagado da memória depois de processado.

Como já se descreveu, analisar o conteúdo das urnas depois da eleição é tão inútil quanto analisar o programa-fonte e auditar urnas preparadas para teste.

Este assunto foi debatido pelo Sr. Amilcar Brunaso e, depois de um grande debate no fórum Voto Eletrônico, mantido por ele na Internet, chegou-se à conclusão de que a única solução que pode dar garantia aos Partidos políticos contra o tipo de fraude admitida pelo Sr. Camarão é que o voto do eleitor na urna eletrônica seja impresso, como o era em 1996. E que, além de impresso, seja mostrado ao eleitor no momento em que vota. Este conferiria o impresso e colocá-lo-ia numa urna.

Esta é a única maneira de o eleitor certificar-se de que o voto impresso é o que teceu no computador e de viabilizar que ele seja posteriormente conferido, se o computador e o sistema de apuração tiverem algum vício, alguma fraude programada. Fora disso, considera o Sr. Amilcar Brunaso, testes inocuos, análises parciais, auditorias incompetentes e perícias posteriores não servem para garantir a ninguém que uma urna eletrônica seja segura.

A análise do Sr. Amilcar Brunaso, que me chegou por e-mail, é procedente e deveríamos, no Senado, tomar a iniciativa de exigir que as urnas eletrônicas voltem a ter um comprovante impresso e que este seja depositado numa urna ao lado da urna eletrônica, depois de ter sido conferido pelo eleitor.

Esta é uma forma extraordinariamente simples, que parcialmente existiu nas eleições de 1996 – pois não existia a conferência do voto pelo eleitor –, mas que pode ser reintroduzida, garantindo a seriedade e impedindo de forma definitiva a possibilidade de fraude nas eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco – PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, hoje, 15 de outubro, é o Dia dedicado ao Professor.

Particularmente, este dia está identificado com lembranças, compromissos, saudades, esperanças, conscientização, acertos e erros, fé, utopia e realidade... Por isso quero, nesta data, dirigir-me aos meus colegas professores de todo o nosso País, em especial aos do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Quero aproveitar este espaço para homenagear cada um, nesta data, como retribuição ao esforço, à luta, à garra, ao sacrifício e até mesmo à altivez com que buscam desempenhar a profissão de educar, apesar das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia das escolas, nas salas de aula, muitas vezes esquecidos, menosprezados e até mesmo profundamente desencantados.

Porém, quero, acima de tudo, aproveitar para fazer uma reflexão sobre a situação dos trabalhadores em educação, especialmente professores e funcionários de escolas, e também sobre a educação em geral.

É importante que neste dia, em que as atenções estão centralizadas nessa categoria profissional, além do carinho dos alunos e do reconhecimento dos pais, os professores tenham, principalmente, a palavra de solidariedade, de valorização e de respeito profissional, especialmente por parte das autoridades e da sociedade em geral.

É com esse espírito que, como professora, tendo exercido o magistério durante 23 anos, pela vivência com a educação em escola pública por tantos anos, com militância sindical e experiências de ensino, que vão desde a alfabetização, passando pela administração e supervisão escolar, saúdo a todos os meus colegas do Brasil e do nosso Estado, com os quais direta ou indiretamente trabalhamos durante tanto tempo por uma educação de qualidade e pela valorização da nossa categoria profissional.

O saber, para mim, é o maior desafio deste final de século. Educação ainda é uma das poucas grandes esperanças da nossa época.

Paralelamente a essa confiança depositada na educação, é generalizada, hoje em dia, a convicção de que este não pode ser encarado como um sistema isolado no tempo e no espaço, a existir em uma espécie de vácuo social ou território neutro, alheio às transformações sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e culturais de cada país e do mundo.

Outros pontos que governantes, pensadores e políticos devem ter muito presentes dentro deste contexto de avaliação e de análise é o crescente esvaziamento dos cursos de educação e de formação de professores, pela falta de perspectivas para a profissão do magistério e, acima de tudo, pela desvalorização salarial.

Dados vêm preocupando a todos os segmentos sociais comprometidos com a educação. Governantes precisam fazer uma leitura mais crítica da

realidade e apresentar soluções e tratamentos sérios.

Se, por um lado, nos preocupa a queda no ingresso de professores, por outro, é triste a expectativa de uma parcela de profissionais que oscila entre o temor e o descrédito, a insegurança e a vontade de recorrer à aposentadoria pela instabilidade e constante pressão que exercem sobre suas atividades.

Ao longo deste último período da vida nacional, particularmente, ajudamos a construir uma história de luta cotidiana, de mobilização constante e de compromisso renovado a cada momento, seja no âmbito do Senado, da Câmara dos Deputados, dos sindicatos, das associações, dos congressos, das escolas e das salas de aula.

Apesar de todas as dificuldades, dos baixos salários, das ameaças que pairam sobre a cabeça de cada professor, a cada novo pacote ou medida provisória, os professores, principalmente os da rede pública, em todos os níveis, têm não apenas resistido mas avançado em consciência, organização e disposição de ultrapassar as barreiras.

A educação, como um todo, diante dos desafios que estão postos não pode ser analisada de forma isolada do contexto econômico e político. E, portanto, desvincular esse debate é, sem dúvida, um equívoco muito grande, é um erro estratégico e político que a nenhum governante se permite incorrer.

Além de garantir o acesso à educação para todos, bem como de um ensino de qualidade, o País precisa assegurar mercado de trabalho para os jovens, com as devidas condições de aproveitamento das capacidades aprendidas ou desenvolvidas sem o que o processo de ensino terá permanecido elitista, excludente e ineficaz. Para isso, as mudanças no processo educacional devem estar integradas com um grande debate nacional que resulte na adoção de uma política econômica que combine desenvolvimento com soberania política, valorização dos direitos sociais e democracia.

Diante disso, é fundamental que o discurso oficial a respeito da melhoria da qualidade do ensino contemple a valorização dos professores que passa por salários dignos, estímulo e aperfeiçoamento.

Educação, infelizmente, ainda rima com exclusão, desmotivação e até mesmo eleição, quando, na verdade, deveria ser sinônimo de integração, liberação, participação e revolução.

Não podemos continuar olhando a educação como um subproduto desta política econômica que se implanta, que avassala, que exclui e que, principalmente, impõe ao País, cada vez mais, um discur-

so que não condiz com as ações que são praticadas no dia-a-dia nos Estados e no País como um todo.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que estamos aproveitando esta data para concluir o Congresso Nacional, os professores em geral e a sociedade como um todo para que se unam nesta grande luta em defesa da educação e, principalmente, dos seus sujeitos: professor, alunos, pais e comunidade.

Queremos, também, nesta oportunidade em que lembramos os nossos colegas professores, registrar um evento, do mais alto significado, transcorrido neste ano, do qual, inclusive, participamos. Refiro-me ao Encontro de Equipes Docentes da América Latina, realizado na Bolívia, de 5 a 11 de janeiro deste ano. Lá estiveram professores cristãos de escolas públicas de vários Países como a Venezuela, Uruguai, República Dominicana, Peru, Paraguai, México, Honduras, Estados Unidos, Equador, Colômbia, Chile, Bolívia, Argentina e Brasil, e ainda a presença de observadores e professores cristãos da Índia e da França.

Desse encontro retirou-se uma declaração das Equipes Docentes da América Latina que gostaríamos que fosse registrado nos Anais desta Casa como caminho, como luz, mostrando a todos os professores do nosso País as preocupações, as denúncias e os compromissos assumidos por todos aqueles que lá estiveram.

Os delegados das equipes docentes, professores cristãos das escolas públicas da América Latina, denunciam o modelo de sociedade sustentado em injustas estruturas sociais, econômicas e culturais, que não respeitam nem as nações, nem as culturas, nem as pessoas nem o Criador; que fomenta a corrupção do Estado; que destrói uma escola que deveria construir – a partir da educação – uma sociedade crítica, solidária, onde os pobres tenham vida, voz, participação e dignidade; que contrariam o Evangelho, a Boa Nova para todos, a partir dos pobres, nos quais Cristo reconheceu como seus privilegiados.

Solidarizam-se com as vítimas das injustiças sociais, resultante do atual modelo neoliberal; com os agricultores sem terras; com as crianças exploradas e abandonadas; com as mulheres e homens excluídos e desempregados sem direito à vida. Solidarizam-se com os povos indígenas e com os injustiçados da História. Solidarizam-se com as vítimas dos massacres de todo o mundo.

E se comprometem fortemente a manifestar permanentemente a sua indignação frente a tudo isso que é uma afronta aos direitos dos seres huma-

nos e da criação. Comprometem-se a recriar a escola pública com todos os agentes da sociedade: professores, pais, alunos, sindicatos, Municípios, instituições da sociedade, autoridades responsáveis pela educação nacional, onde os pobres terão direito a uma educação gratuita, de qualidade, construtora de uma sociedade diferente desta. Comprometem, acima de tudo, a defender a independência e a soberania da América Latina e a combater este modelo neoliberal.

Esta é a Declaração das Equipes Docentes da América Latina tirado em Cochabamba, na Bolívia, onde se realizou, em janeiro deste ano, o 8º Encontro dos Professores Cristãos das Escolas Públicas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a educação, sem dúvida, representa o espaço que permite ver o mundo com suas inquietudes; pode pressupor o sonho como a antecipação da realidade, pode fortalecer a luta contra a inércia e a passividade de atitudes.

Por meio do saber, do conhecimento, o ser humano retoma suas qualidades superiores. Dotado de inteligência, da capacidade de ver, julgar, agir, pode experimentar, conquistar, manifestar vontades, buscar equilíbrio, transformar.

Cada professor com suas angústias, decepções, esperanças e história de vida, segue caminhos diferentes, porém, no fundo todos os educadores têm realidades semelhantes e, freqüentemente, bastante fortes.

Educação tem como critério primar não apenas pelo que o ser humano é, mas principalmente pelo que o ser humano poderá ser. A matéria-prima que a educação trabalha não é metal, papel, argila ou qualquer outro material descartável; são seres em formação, consciências dos novos tempos, daqueles que vão assumir papéis depois de nós. Educação não se faz com propaganda apenas; não se faz com publicidade, mas com qualidade e aperfeiçoamento do seu quadro funcional, com a diminuição do número de analfabetos, que hoje é de 20 milhões. Educação se faz com criança na escola e não nas ruas e no trabalho precoce; educação se faz, alterando-se os dados que apontam que, para cada 100 crianças que entram na 1ª série, 44 concluem o 1º Grau, 20 chegam ao 2º Grau, e apenas 5 conseguem chegar ao ensino universitário.

Tenho certeza, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que esta homenagem que não é apenas minha, mas de todos os Senadores, do Senado Federal como um todo; é de extrema justiça, não apenas pela relevância dos educadores no con-

texto social, mas pela dedicação, pelo profundo sentimento cívico e pelo amor à profissão, demonstrados cotidianamente nas escolas e, acima de tudo, pelo que significa o educador como agente de transformação, diante dos desafios políticos, econômicos e sociais impostos à sociedade no dia-a-dia.

Poucas pessoas não têm um professor ou funcionário da escola – que também é esquecido e desvalorizado – em seu círculo familiar ou de amizade. Eles estão presentes em todos os cantos do País, até nas localidades mais isoladas; desempenham uma função social política importantíssima. Ao mesmo tempo, é importante registrar o posicionamento cívico dos professores, que atuam na luta pela educação e valorização profissional de forma integrada com as demais políticas econômicas e sociais do País.

Nesse sentido, quero registrar e direcionar a minha homenagem a todos os professores deste País, em especial, aos do meu Estado, que possuem uma militância sindical exemplar. Posso afirmar que boa parte da história do Rio Grande do Sul e do balanço das relações de cidadania e da consciência crítica, hoje tão reconhecida e elogiada em todo País, deriva justamente da forma clara, transparente e consciente com que cada professor age. Deriva, inclusive, da tensão provocada pela luta dos professores nas assembleias, nas ruas, nas praças e até nos embates com os governos.

Este era o registro, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que gostaria de fazer neste 15 de outubro, dia dedicado ao professor. Que esta data extrapole as salas de aulas, as escolas, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, a ação dos sindicatos e se transforme, realmente, na força que fortalecerá e moverá o mundo nesta virada de século e no novo milênio que se aproxima.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, concedo a palavra ao Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, reporto-me também, nesta oportunidade, ao dia dedicado ao professor.

Obviamente, não se há de cogitar de direitos e políticas sociais sem que se faça a inserção da educação, que obviamente se operacionaliza pelo agente – e, ao mesmo tempo, protagonista –, o educador.

Mister se faz, portanto, considerar, nesta data, não somente a possibilidade de parabenizar os professores de todo nosso País, mas, sobretudo, de abrir um espaço para refletir um pouco sobre o professor e sobre a educação. Esta deriva já de uma multivisão necessária e vem, ao longo dos séculos, alicerçando a caminhada humana. Hoje, quando se fala tanto da globalização, na realidade, o que se tem é um processo inexorável no tempo e a consolidação do processo educacional desenvolvido ao longo dessa história.

Não há país, não há nação, não há pátria, não há povo que possa traduzir o seu referencial histórico, senão por intermédio do próprio processo educacional.

A educação é, portanto, fator inerente à própria condição do ser humano. No Dia do Professor, quando estamos também no patamar do terceiro milênio, precisamos considerar o papel importantíssimo do professor para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática, competitiva e, sobretudo, preparada ao enfrentamento dos desafios permanentes que ocorrem.

Estamos vivendo um novo paradigma no âmbito do conhecimento, e essa inovação impõe, indiscutivelmente, aos professores do mundo inteiro, do nosso País, dos Estados e Municípios que estejam conscientes da relevância de seu papel. As lições do dia-a-dia nos levam à síntese de que há necessidade de que a humanidade procure alicercear os atos por sua consciência, por sua capacidade crítica.

É com esse pensamento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que me congratulo com todos os professores do Brasil e, especificamente, com os colegas professores do meu longínquo Estado do Amapá.

Feita essa singela homenagem, Sr. Presidente, quero ainda me valer dessa oportunidade para trazer à consideração desta Casa algo que nos inquieta lá na fronteira, lá no Estado do Amapá.

Sr. Presidente, a autodeterminação político-administrativa alcançada pelo Amapá, com o advento da Constituição de 1988, não eximiu aquele Estado de alguns problemas referentes à estrutura organizacional: como nova Unidade da Federação. Entre aqueles problemas, destaca-se a questão dos servidores públicos federais hoje à disposição do Governo Estadual.

Integrantes de uma tabela temporária e em extinção dos ex-territórios federais, vivem hoje os servidores públicos federais do Amapá uma verdadeira síndrome da demissão. Face a iminência de anúncio por parte do Governo Federal quanto às medidas que pretendem o ajuste econômico e as especulações quanto à possibilidade de demissão de mais de 37 mil servidores não estáveis em todo o País, o Estado do Amapá vive, no mínimo, um momento de perplexidade, de inquietação e de insegurança por parte daqueles servidores.

Na forma do disposto no Texto Constitucional, referente à transformação ou à criação dos novos Estados, os servidores do quadro dos ex-territórios federais foram colocados à disposição dos respectivos Governos Estaduais.

Desde já, quero destacar que tal disponibilidade não pode ser confundida nem interpretada como um contingente prescindível, pois, ao contrário, é graças a presença de tais servidores que a máquina administrativa estadual consegue desenvolver suas ações sem solução de continuidade.

Em notícia publicada no **Diário do Amapá**, no dia de ontem, 14 de outubro, há uma manifestação do Sr. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Amapá revelando tal preocupação, pois que, por meio de algumas ações judiciais e de decisões já existentes, milhares de servidores públicos ficaram fora da folha de pagamento; para ser mais preciso, foram mais de três mil servidores e, posteriormente, 992 servidores.

Quando da votação da Reforma Administrativa, buscou-se dirimir aquela grande dúvida quanto à situação e ao vínculo funcional dos servidores que atuavam nos ex-territórios federais. Dali nasceu uma emenda aglutinativa que assegura o emprego dos servidores dos ex-territórios como funcionários da União.

É necessário, portanto, Sr. Presidente, que haja o cumprimento e a eficácia de aplicação dessa emenda aglutinativa, pois ela representa uma resposta a um direito indiscutível e faz justiça aos já sacrificados servidores do Amapá.

Eram essas as considerações que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Saad, que dispõe de vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estamos de volta

a esta Casa, eu e vários Colegas, chegando de nossos Estados, uns vitoriosos, outros derrotados, mas todos preocupados com os dramáticos acontecimentos ocorridos durante a campanha eleitoral, que demonstraram a fragilidade de nossas instituições políticas. Os partidos foram detonados e pulverizados nos mais contraditórios ajustes e acordos eleitorais, nos quais não prevaleceram siglas, programas, princípios partidários, mas sim um vale-tudo, do qual, de maneira geral, ninguém, nem mesmo o PT, salvou-se.

Chegamos aqui em um clima de indagação e de inquietação sobre o que está acontecendo e o futuro de nosso País. Diante de tantas surpresas, não podemos deixar de questionar e analisar o quadro político-administrativo de nossos Estados e os absurdos que vão se delineando nesse setor.

Goiás não foge à regra. Embora tenhamos eleido dois terços da Assembléia Legislativa e 11 dos 17 Deputados Federais e mantido intacta a nossa representação no Senado Federal, com a eleição de Maguito Vilela, que teve mais de dois terços dos votos goianos, não conseguimos eleger o Governador no primeiro turno. Nosso candidato, o eminente Senador Iris Resende Machado, iniciou a campanha com 70% de aprovação e viu questionada a sua votação, porque a ela se antepôs, no programa eleitoral, um palhaço de circo e televisão, submetendo o povo goiano a ter que escolher entre o perfil do Senador Iris Rezende, um político experiente, e o seu adversário, candidato com pouca expressão no Estado e nenhuma experiência administrativa.

Iris Rezende, com 40 anos de vida pública, Vereador, Prefeito de Goiânia, Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa, duas vezes Governador de Goiás, duas vezes Ministro de Estado, Senador da República mais votado proporcionalmente, vê-se, de repente, execrado por determinados setores que não querem reconhecer o processo de desenvolvimento do Estado de Goiás, praticamente iniciado por meio dos seus mandatos de Governador e, posteriormente, com os mandados de Maguito Vilela e Naphtali Alves.

É inominável que se queira apresentar à população de Goiás uma panelinha miúda de deboches, quando temos a exibir um panelão, contendo 12 mil quilômetros de estradas asfaltadas, onde antes só existiam mil; água encanada e energia elétrica em todos os municípios e povoados do Estado; eletrificação rural de 80% de todas as fazendas de Goiás; implantação de 17 faculdades gratuitas, quando antes só existia uma; providências na área da educação, elevando o nosso Estado do 16º lugar para o 5º

no ranking nacional; ginásios de esportes e estádios de futebol em vários municípios; construção de milhares de casas populares, melhorando, assim, a vida de muitas famílias e dando-lhes dignidade; instituição, nos últimos anos, da cesta básica, do leite e do pão para milhares de famílias pobres; isenção de pagamento de energia elétrica e taxa de água para os mais carentes; implantação de batalhões da Polícia Militar em regiões estratégicas do Estado, para garantir a ordem e a segurança da população; incremento da indústria – onde só havia um distrito industrial, hoje existem 28 que estão recebendo grandes empresas nacionais e estrangeiras.

E tantas outras providências foram tomadas na área da produção, da Agricultura, da Saúde, que conferem ao Senador Iris Rezende, bem como aos seus sucessores, o título de paladinos do desenvolvimento, personalidades que realmente transformaram o Estado de Goiás.

Assim, não convence a ninguém a tentativa de mudar a história e ferir a credibilidade dos nossos homens públicos, que são, efetivamente, os autores das mudanças revolucionárias realizadas nos últimos 12 anos no Estado de Goiás.

Foram 12 anos sim, porque durante o período de 16 anos exercidos pelo PMDB em Goiás, quatro anos foram exercidos pelo ex-Governador Henrique Santillo, em cujo Governo, que fracassou política e administrativamente, foi criado o candidato Marconi Perillo, que conta com o apoio de mais cinco ex-Governadores do Estado de Goiás. Santillo, ao terminar o seu governo de tropelias, deixou seis folhas de pagamento do funcionalismo público em atraso.

A conclusão, a propósito do poder político e administrativo em Goiás, com o objetivo de saber quem tem mais tempo de poder, indica claramente que Marconi Perillo, juntamente com aqueles que o apoiam, são responsáveis pelo exercício de 24 anos de poder, de mando e de desmando, cujos detalhes, infelizmente, a história não conta nas escolas.

O Senador Iris Rezende e aqueles que lhe prestam apoio na sua pretensão de exercer mais um período governamental têm a responsabilidade pela condução dos destinos do Estado de Goiás pelo tempo de doze anos, ou seja, a metade do seu adversário nessa campanha eleitoral.

Dessa forma, faz-se necessário mostrar que o continuismo, representante das forças políticas reacionárias, conservadoras e atrasadas, está encarnado pelo próprio candidato Marconi Perillo, que além da UDR do Ronaldo Caiado, conta com o apoio do PPB, PFL e PSDB. Esse arco de alianças entre polí-

ticos fracassados e partidos políticos demonstra claramente a sua intenção de conciliar o inconciliável.

Dentro desse quadro de aberrações, assinalase o apoio do PT de Goiás ao candidato da Oposição, cujo mentor e líder é simplesmente o Dr. Ronaldo Caiado, ex-Presidente da UDR nacional, daqueles tempos que não deixaram boas lembranças em Goiás e no Brasil. Esse apoio completa a descaracterização absoluta de uma das últimas reservas de coerência partidária, que é o PT em Goiás.

Assistimos então no programa de televisão do candidato à Governador da oposição a presença do Governador petista de Brasília, Cristovam Buarque, com a sua bandeira da bolsa-escola, dizendo que a mesma seria implantada em Goiás. Esquece o Governador que a execução desse programa em Brasília foi possível porque quase todos os gastos do Distrito Federal são subsidiados mensalmente pelo Governo Federal; o que não ocorre em outros Estados da Federação mais necessitados e mais pobres.

Para tomar essas iniciativas eleitoreiras, ele passou quatro anos sem dar aumento para os cinqüenta e cinco mil servidores da área da educação, cortou o tíquete-refeição e, na última greve legítima dos professores na reivindicação dos seus direitos, não cedeu nada, humilhou a todos, obrigando-os a voltar às aulas depois de noventa dias, com salários congelados e suspensos.

Quanto à região do entorno de Brasília, foram suspensos no seu governo todos os convênios anteriormente assinados com Goiás nas áreas de saúde, educação, segurança, Emater, máquinas rodoviárias, implantação de poços artesianos e outras conquistas adquiridas nos Governos Joaquim Roriz e Iris Rezende, como as agências do BRB em Formosa e Luziânia, fechadas por Cristovam.

Estou certo que neste segundo turno o povo goiano irá demonstrar que ninguém melhor do que Iris Rezende está preparado para os desafios e empreitadas dos próximos anos, estruturando com sua experiência e sua capacidade todos os setores, no caminhar seguro para um novo marco importante no processo de desenvolvimento, ampliando o salto da economia para o estágio mais avançado do processo de industrialização.

Tem ele plena consciência do que e como precisa ser feito, porque traz no bojo dessa nova missão o referencial de maior benfeitor do progresso de Goiás neste final de século. Iris Rezende tem uma conduta exemplar na gestão da coisa pública, determinada sempre pela lisura e pela transparência em todos os seus atos e atitudes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Não há mais oradores inscritos.

Os. Srs. Senadores Zanete Cardinal, Odacir Soares e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ZANETE CARDINAL (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, curioso país é este Brasil. Temos o costume de admirar e louvar as realizações – por exemplo – de americanos, alemães e japoneses no campo tecnológico, reconhecendo nelas uma das fontes do poder e da riqueza daquelas nações. Quando se trata, porém, de promover nossas próprias soluções, de desenvolver tecnologia nossa, adequada aos nossos problemas, bate-nos aquela síndrome da derrota, diagnosticada pelo nosso inesquecível Nélson Rodrigues, que faz com que "nos sentemos na sarjeta e choremos lágrimas de esguicho" por nossa incompetência ancestral.

Ou, ainda pior, quando, num esforço incomum, conseguimos desenvolver todo um sistema tecnológico e produtivo, resolvendo um a um todos os óbices inerentes aos processos empregados e logrando um pioneirismo reconhecido pela comunidade técnica internacional, logo abandonamos a dianteira conquistada, como se julgássemos mesmo que tudo o que criamos não presta, só valendo o que se pode comprar do estrangeiro.

Esse, Senhor Presidente, é o caso do Proálcool. Concebido no auge da crise do petróleo dos anos setenta, apresentava-se como alternativa nacional para o combustível importado, cujo suprimento futuro se mostrava incerto e cujos preços ameaçavam disparar a níveis ainda mais altos. Como vantagem adicional imediata, constituía recurso renovável, capaz de liberar os setores energético e de transportes do fantasma da exaustão final e irreversível das reservas de combustíveis fósseis.

Outras vantagens menos óbvias apareceriam. Nos âmbitos tecnológico e ambiental, por exemplo, a adição do álcool à gasolina, ao aumentar o índice de octanas da mistura, possibilitou ao Brasil a primazia de ser um dos primeiros países no mundo a promover a abolição total do uso do famigerado chumbo tetraetila, aditivo antidetonante muito usado até então, causador de terrível poluição nas grandes áreas urbanas por todo o planeta. O emprego do álcool carburante trouxe também a redução das emissões automotivas do venenoso monóxido de carbono, cuja inalação desnatura e inutiliza os glóbulos ver-

melhos do sangue, causando a morte por asfixia das células do corpo.

Fomos capazes de contornar os problemas resultantes da corrosividade do etanol e de seu menor poder calorífico, ao alterar os materiais empregados nos componentes do automóvel que têm contato com o combustível e ao estabelecer novos padrões de regulagem dos motores. Fomos capazes de aprimorar a tecnologia das usinas de açúcar e álcool para obter maior produtividade e rendimento. Em tudo aquilo, enfim, que dependeu de nossa capacidade tecnológica e de iniciativa, enfrentamos o desafio e o vencemos.

O mesmo, infelizmente, não pode ser dito de nossa capacidade de condução a sério de uma política energética e econômica independente e – em termos de nosso papel no atual mundo globalizado – revolucionária. A queda dos preços internacionais do petróleo induziu muito economizinho de academia ao pensamento de que o álcool deveria ser abandonado por não ter preço competitivo. O pior é que nossos dirigentes foram na corda dessa gente incapaz de distinguir cana de um bambu qualquer.

Quando aposentamos progressivamente o álcool carburante como alternativa de combustível automotor, o que fizemos foi situar o critério econômico mais estrito e imediatista acima das questões estratégicas nacionais, acima da preservação ambiental e acima até mesmo de considerações econômicas de longo prazo, pois o pioneirismo da tecnologia do emprego do álcool carburante em larga escala poderia se haver tornado, a esta altura da conscientização internacional sobre a questão ambiental, um gerador de divisas que ajudaria a equilibrar as contas externas do País.

Desprezar o Proálcool, em suma, foi uma grande burrice. Coisa típica, por sinal, de tecnocratas que nada entendem das coisas práticas ligadas à produção e à economia real. Coisa de quem não quer ver um Brasil forte e exportador de tecnologia, mas o eterno mascote de **commodities**, sujeito às oscilações imprevisíveis desses mercados de produtos primários.

Defender o Proálcool não implica, porém, o ocultamento dos vários erros cometidos durante o auge do funcionamento do programa. É certo, por exemplo, que o álcool devia ser um recurso a mais, e nunca um substituto total da gasolina, como andou ocorrendo na prática nos anos em que, de nossas montadoras, quase só saíram veículos movidos a álcool. Foi igualmente um equívoco não se haver cogitado, à época – ou não se haver envidado maior es-

forço –, no desenvolvimento de tecnologia que permitisse utilizá-lo em mistura com o óleo diesel, vilão verdadeiro de nossa dependência ao petróleo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores! É chegado o tempo de retomarmos o Proálcool, insistindo naquilo que o Programa apresentou de indiscutivelmente positivo, e corrigindo, naturalmente, os erros e distorções que causaram seu relativo insucesso. Um dos principais desafios à nossa frente é o da reconstrução da imagem pública do álcool carburante, que ficou marcadamente negativa a partir da crise de suprimento do final dos anos oitenta e da violenta desmoralização que o Programa sofreu, arquitetada por parte de nossos meios de comunicação e pelos céticos crônicos de nossa capacidade tecnológica.

Neste momento, temos estoque de álcool em excesso. Se em São Paulo, Estado de economia mais diversificada do País, isso já constitui problema sério, imagine-se em Alagoas, cuja economia tem como principal suporte a atividade sucroalcooleira. Lá, o excesso de produção que não encontra mercado, causando a paralisação da indústria, tem uma repercussão social muito grande, sobretudo sob o emprego rural na Zona da Mata. Esses pontos foram levantados por Hélio Cabral, em artigo publicado na revista **JornalCana** de maio deste ano. No mesmo artigo, após descrever a situação de desequilíbrio e de descoordenação no setor naquele Estado, o autor propõe a seguinte pergunta: teria sido correta a extinção do IAA?

Uma outra matéria importante publicada no mesmo número da publicação especializada, é a entrevista da repórter Luciana Paiva com o Diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Estratégico, do Ministério das Minas e Energia, Engenheiro Miguel Schleider. Destacarei, por falta de espaço, apenas alguns pontos mais importantes de seu depoimento.

O primeiro ponto refere-se à importância relativa que a cana-de-açúcar já tem na matriz energética nacional. São nada menos de 11 por cento da energia consumida no País, ou o equivalente a cerca de 600 mil barris de petróleo, sendo um terço desse total provenientes do álcool e dois terços do bagaço. Tudo isso apesar do fato de ser o bagaço, por falta de disseminação de tecnologia, inefficientemente aproveitado. Uma das formas de aproveitamento eficiente seria a cogeração de energia elétrica, mas isso dependeria também de autorização da Agência de Energia Elétrica às usinas para a comercialização da energia co-gerada.

O aspecto social da energia de origem sucroalcooleira é um ponto que deve sempre ser destacado. Segundo Schleider, para cada 200 mil barris diários processados, a indústria petrolífera gera 1.500 empregos; para produzir uma quantidade equivalente de energia, a indústria canavieira gera 800 mil empregos ou 533 vezes mais. Não preciso ressaltar a importância desse fato neste momento histórico em que o desemprego figura entre as principais preocupações de trabalhadores e governos em todo o mundo.

Apesar dessas vantagens, o Governo mostra indefinição e desconforto em relação ao setor. Depois dos termos áureos do Proálcool, quando, por cerca de 5 anos, exerceu seu justo papel de formulador de política energética, ele abandonou esse papel, fazendo com que o setor sofria repetidas crises estruturais que levam os empresários a pedir socorro federal. A cada ocasião, medidas emergenciais e paliativas são tomadas, desgastando as relações entre Governo e usineiros.

Uma frete de ação governamental sugerida por Schleider consiste na busca de posições no mercado internacional. A exportação seria uma via de escoamento dos excedentes produzidos, regularizando os fluxos de oferta e demanda da indústria. A competitividade do mercado internacional e as exigências da Organização Mundial do Comércio deveriam levar o Governo a subsidiar a agricultura, e não o produto final.

Felizmente, tivemos há pouco tempo notícia de que o Governo pretenderia reativar o Proálcool. Em entrevista à TV Senado, em junho, o Secretário Executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Paulo Jobim, anunciou para setembro a abertura de linhas de crédito especiais para o setor, de modo a ajudar os produtores que estão com excesso de estoque.

Esperemos que esta não seja mais uma medida isolada, mas, antes, que faça parte de uma política energética séria, que leve em conta os objetivos estratégicos de longo prazo do País. O Brasil precisa do álcool, e isso se mostrará ainda mais verdadeiro agora que os estudos para a adição do etanol ao óleo diesel se encontram adiantados. A opinião em favor da necessidade de se revitalizar o Proálcool não decorre simples romantismo ecológico ou nacionalista, mas da justa avaliação dos benefícios econômicos e sociais dessa riqueza.

Senhores Senadores! Costuma-se dizer que louco é quem rasga dinheiro. Pois é exatamente o que estamos fazendo ao deixar morrer à míngua uma de

nossas maiores realizações, resultante dos esforços conjuntos do estado e da iniciativa privada, das instituições de pesquisa, das unidades de produção agrícola e das indústrias: o Programa Nacional do Álcool. Vamos ter bom-senso e corrigir esse absurdo!

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, voltando ao Plenário desta Casa, uma vez realizadas as eleições no Brasil e em meu Estado, Rondônia, julgo importante dar conhecimento aos meus pares de dois documentos por mim divulgados.

O primeiro documento foi um **folder** intitulado "Por que votar em Odacir Soares?", amplamente divulgado junto ao eleitorado rondoniense e que entendo justificável trazer ao conhecimento desta Casa. As razões ou justificativas que apresentei aos cidadãos de Rondônia para que sufragassem meu nome resumem-se no seguinte:

1) – A experiência adquirida em mais de 30 anos de vida pública em Rondônia, onde exercei os mais relevantes cargos: Secretário de Segurança Pública, Chefe da Casa Civil, Prefeito de Porto Velho por duas vezes, Presidente da Fundacentro (atual UNIR). Por Rondônia, fui também Deputado Federal e duas vezes Senador da República.

2) – A diuturna preocupação em ajudar o desenvolvimento de Rondônia, seja analisando seus problemas e necessidades, seja procurando canalizar recursos para a efetivação de projetos, programas e planos.

3) – A visão integrada que me leva a considerar o Estado não de forma isolada, mas no contexto regional amazônico e em relação ao Brasil.

4) – O trânsito, o relacionamento e os vínculos de trabalho que posso na esfera do Poder Executivo em Brasília, o que me possibilitou encaminhar solução para vários problemas estaduais.

5) – A visão de desenvolvimento integrado entre a economia e a ecologia. Nesse âmbito, tenho defendido o PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal, desde a sua concepção, e a execução da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico que disciplina o uso das terras rurais. Entendo que é preciso incentivar o monitoramento e o manejo sustentado dos recursos naturais do Estado de Rondônia.

6) – A concepção que entendo correta, em referência à atividade agropecuária do Estado, particularizando a defesa do produtor em regime de agricultura familiar.

7) – A defesa e o aperfeiçoamento de programas de apoio à agricultura familiar tais como o Pronaf, o FNO e o Procera.

8) – A defesa do processo de redistribuição de terras em Rondônia, com a adoção da colonização particular, como forma de realização da reforma agrária.

9) – A implantação de vilas rurais na vizinhança de médias cidades como forma de geração de emprego e renda das famílias assentadas, pela retomada de glebas de terras ociosas ou subutilizadas das mãos de especuladores.

10) – A defesa da rápida implantação do Projeto Sivam de vigilância aérea para a Amazônia, ao lado da defesa do fortalecimento dos órgãos federais na região, de modo a enfrentar com êxito e autonomia os problemas que possam afetar nossa segurança e de modo a facilitar a operacionalização do projeto.

11) – O posicionamento contra o aborto, a esterilização em massa e os planos de planejamento familiar, conciliando meu ideário com o brado de alerta do Papa Paulo VI, na Encíclica **Humanae Vitae**, e de João Paulo II, na **Evangelium Vitae**.

12) – O alerta dado, no 2º semestre de 1995, sobre os perigos da implantação entre nós de um processo de privatização radical, capaz de encaminhar a economia do Brasil para situações de crise assemelhadas às da economia do México e da Argentina, que tiveram seus quadros sociais agravados.

13) – A sensibilidade em relação às necessidades dos mais pobres, dos desvalidos, dedicando enorme importância à questão social de minha região e do meu País.

14) – A defesa da melhoria do setor de saúde com o lançamento e a decidida implementação do Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde-REFORSUS.

15) – O apoio que sempre manifestei à implantação da rodovia Atlântico/Pacífico, interligando Brasil/Bolívia/Chile/Peru.

16) – A luta sem tréguas em favor do recapeamento, da melhoria e manutenção das condições de tráfego da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, de modo a efetivar o sistema de transporte intermodal da produção de grãos dos cerrados de Mato Grosso e Rondônia, via rio Madeira, para os portos da Europa.

17) – A decidida participação, como Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória 1511, que trata dos desmatamentos na Amazônia, na discussão e modificação dessa MP que viabilizou o uso das terras dos produtores rurais detentores de áreas de até 100 hectares. Assim, os praticantes da agricultura familiar voltaram a poder trabalhar até 50% de suas terras.

18) – A defesa do acesso à exploração privada das Florestas Nacionais, como uma forma de suprir

com matéria-prima a indústria madeireira de Rondônia e do Brasil.

19) – O apoio dado à questão energética do Estado, que, por meio do Programa "Brasil em Ação", está implantando o gasoduto Campo de Urumu/Coari/Porto Velho, o que viabilizará a montagem de outras turbinas, criando uma infra-estrutura capaz de gerar 240 MW de energia até o ano 2001. Esse aumento de geração energética dobrará a capacidade atual do Estado.

20) – O empenho em concretizar a instalação de PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, como as PCH "Rio Branco" e "Cachimbo", no município de Alta Floresta. Contribuí com Governo de Rondônia na obtenção e liberação, junto ao Ministério de Minas e Energia, dos recursos necessários para aquisição de grupos geradores, como solução emergencial do problema energético atual.

21) – O apreço e a solidariedade em favor dos funcionários públicos, posicionando-me contra a ameaça de demissões, a não concessão de revisão salarial e a perda de estabilidade funcional. É preciso que as autoridades do Governo Federal se convençam de que a reforma do Estado não se faz negando os direitos dos cidadãos.

22) – A manifestação quando da votação da reforma administrativa, votando contra a quebra da estabilidade do funcionário público.

23) – A votação favorável à extinção da contribuição previdenciária pelos funcionários inativos, como também pela manutenção da igualdade salarial entre os funcionários públicos ativos e inativos.

24) – A conquista da equiparação dos policiais civis dos ex-territórios com os salários da Polícia Federal".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo documento a que me referi, inicialmente, foi uma carta dirigida ao amigos rondonienses, no dia 7 de outubro, logo que foi conhecido o resultado da apuração das eleições. O texto que ora trago ao conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores foi por mim redigido ainda sob a forte emoção que me dominou, e porque não dizer, ainda domina. Eis o texto:

"Prezado(a) Amigo(a),"

Passado o momento de emoção, que tornou conta de todos nós durante a realização deste pleito, é chegada a hora de vir a público para externar meus sentimentos de sincera gratidão a todos quantos em mim confiaram sufragando o meu nome.

Representei o povo de Rondônia por quase vinte anos no Congresso Nacional, com dignidade, competência e, acima de tudo, com honestidade.

Tenho absoluta convicção de que ninguém, nenhum político, fez mais por este Estado, seja na defesa dos interesses dos servidores públicos; seja na alocação de recursos para as obras de infra-estrutura de que tanto carece nosso Estado; seja, ainda, defendendo e elevando o nome de Rondônia no Parlamento Nacional.

Fui vítima, como todos sabem, de campanha sórdida e difamatória de parte da imprensa local.

Apoiei, por dever de lealdade, a candidatura do Governador Valdir Raupp. Infelizmente, a conjuntura econômica desfavorável porque passa o País e, consequentemente, os Estados, trouxe prejuízos à minha candidatura. Se fosse um oportunista, teria mudado de lado. Não o fiz.

O tempo se encarregará de dizer e, com certeza, há de dizê-lo muito depressa, se o meu trabalho era importante em Brasília.

Anos a fio consagrado pela preferência de meu povo, é chegado o momento de homenageá-lo com meu total acatamento à sua vontade soberana, manifestada nas urnas.

Vou continuar trabalhando pelo Estado de Rondônia.

Toda a minha experiência, adquirida nestes 30 anos de vida pública, sinceramente devotados às causas de Rondônia, estará a serviço do nosso Estado.

Continuarei em Porto Velho, no mesmo endereço onde resido há 30 anos, e despachando no meu escritório, onde trabalho, também, há mais de 30 anos".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses os dois documentos que julguei por bem trazer ao conhecimento desta Casa.

Não fui reeleito, mas nem por isso entrego-me à pusilanimidade. Acato com respeito a manifestação dos eleitores. Continuarei a lutar pelos ideais que entendo corretos. Aliás vejo a política como uma incansável e ativa participação. Política é trabalho que desenvolve uma construtiva capacidade de captar anseios, analisar fatos, encaminhar soluções e prever desenvolvimentos, em meio a debates, controvérsias, acordos e desafios.

Por essas razões, continuarei lutando, por meu Estado de Rondônia, pela Amazônia e pelo Brasil.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quando assumiu a direção da Universidade Federal do Ceará, em julho de 1995, o Reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra anunciou que sua administração teria como prioridade o avanço qualitativo; e que, na busca desse objetivo, tomaria por base os princípios da com-

petência, da convivência democrática e do compromisso social.

Decorridos três anos de sua posse, os resultados obtidos confirmam o acerto do seu projeto e demonstram a determinação com que ele tem sido executado. As matrículas na Graduação, nesse período, saltaram de 10 mil para 13 mil 970; ao mesmo tempo, intensificou-se a participação de bolsistas em encontros universitários – nada menos que 1.780, o maior número, proporcionalmente, entre as instituições de ensino superior.

Ainda nesse período, foram implantados diversos mestrados interinstitucionais e promoveu-se ampla qualificação de docentes e servidores técnico-administrativos. Ao todo, 610 professores e 140 servidores foram liberados para cursos de pós-graduação.

O salto qualitativo ficou ainda demonstrado, de forma patente, no último Exame Nacional de Cursos, o chamado "Provão", quando a Universidade Federal do Ceará obteve avaliação positiva nos 12 conceitos "A", entre os 15 emitidos pelo MEC. A instituição conseguiu igualmente recuperar sete dos dez cursos de pós-graduação que estavam com conceituação negativa da Capes.

O Reitor destaca o aumento do número de matrículas como o dado mais significativo de sua gestão, pois, ao democratizar o acesso a instituição evidencia o seu papel de universidade pública, com o melhor aproveitamento dos recursos a ela destinados. Sem dúvida, Senhoras e Senhores Senadores, num país pobre como o nosso, e especialmente diante da crise que estamos vivendo, cada centavo deve ser aproveitado. Assim, é imperioso evitar gastos desnecessários e combater o desperdício, bem como reduzir a capacidade ociosa.

Esse aproveitamento, como explicam os professores da Universidade Federal do Ceará, começa no próprio exame vestibular, que era uma das grandes válvulas por onde a instituição deixava escapar, todos os anos, centenas de estudantes, "como um ralo aberto além do necessário".

Os números ilustram as mudanças. Em 1992, das 1.155 vagas oferecidas, apenas 335 foram preenchidas; em 1995, preencheram-se 1.081 vagas do total de 1.605 ofertadas. No Vestibular único desse ano, com duas entradas, foram preenchidas todas as 1.860 vagas do primeiro semestre e todas as 1.080 do segundo.

Essa mudança, Senhoras e Senhores Senadores, não se fez por mágica. Em conformidade com a proposta da atual administração, de democratizar as práticas administrativas, a Pró-Reitoria de Gradua-

ção e a Comissão Coordenadora do Vestibular transformaram o exame de eliminatório em classificatório. Assim, possibilitou-se o acesso a um maior número de candidatos que demonstrem habilidades necessárias à atividade acadêmica, o que coincide com a concepção do Reitor Roberto Cláudio, de uma universidade pública pautada no compromisso social.

A administração da Universidade Federal do Ceará percebeu também que os índices de reprovação eram muito grandes no primeiro ano dos universitários, os quais, ainda imaturos, passavam a viver uma realidade acadêmica totalmente diversa daquela a que estavam habituados. Diante disso, a Pró-Reitoria de Graduação implantou, no ano passado, o Projeto Recém-Ingresso, destinado a preparar os vestibulandos classificados para o segundo período letivo. No primeiro semestre deste ano, 432 dos 490 inscritos participaram dos 15 cursos do Projeto Recém-Ingresso.

A recuperação dos cursos de mestrado e doutorado, que estavam com avaliação negativa da Capes, foi uma das prioridades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, juntamente com a criação de mestrados interinstitucionais. Entre outras iniciativas dessa área, pode-se citar o projeto Auxílio-Enxoval, destinado aos pesquisadores que, voltando à instituição, precisam de recursos para iniciar ou reiniciar seus trabalhos de pesquisa. Mantido pela própria Universidade, o projeto, em dois anos, beneficiou 64 professores.

Quanto à recuperação dos cursos de pós-graduação, os resultados têm sido excelentes. Os cursos de Cirurgia, Clínica Médica e Saúde Pública, bem como o doutorado em Enfermagem, todos na área de Saúde, não eram recomendados pela Capes. Na mesma situação se encontravam os cursos de Geologia e de Computação, na área de Ciências, bem como o mestrado em Meio Ambiente. Hoje, todos são considerados de bom nível.

Ainda com aval da Capes, estão em processo de recuperação os mestrados em Engenharia Elétrica e em Avaliação Educacional, bem como o doutorado em Recursos Hídricos. Também os mestrados em Patologia e em Lingüística, que tinham sido rebaixados, estão em fase de recuperação. Para chegar a esses resultados, a Universidade Federal do Ceará tomou providências diversas, tais como a reestruturação da grade curricular, reforços na titulação do corpo docente e investimentos em infra-estrutura.

A implantação dos mestrados interinstitucionais começou no ano passado, com a criação dos cursos de Engenharia da Produção, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o de Ciência

e Engenharia de Materiais. Este ano, foram criados os mestrados de História e de Engenharia de Transportes, ambos em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o de Controladoria e Contabilidade, em parceria com a Universidade de São Paulo e o Conselho Regional de Contabilidade.

Esse tipo de mestrado, Senhoras e Senhores Senadores, apresenta numerosas vantagens, a começar pela capacitação de grande número de professores, que são liberados parcialmente de sua carga horária sem que precisem deixar a instituição. Além disso, permite solidificar linhas de pesquisa, a partir de um grande grupo, que funciona como âncora, e pode ser a semente de outros cursos da própria instituição.

Seria fastioso enumerar os vários projetos em execução ou serem implantados na área de pós-graduação. No entanto, é mister salientar que o crescimento qualitativo e quantitativo da Universidade Federal do Ceará também se pode medir pelo grupo de pesquisas cadastradas no CNPq, que era de apenas 28, em 1993, saltou para 102 em 1995, e hoje chega a 131.

Acompanhando a tendência universal de integração universidade-empresa, Universidade do Ceará insere-se no setor produtivo em nada menos de 38 especializações, as quais enfatizam a formação e o aperfeiçoamento de pessoal e a busca de novos materiais. Lembra o pró-reitor que as simulações de impacto ambiental para o Porto de Pecém são feitas no Centro de Tecnologia da universidade. Além disso, todo o grupo de Transportes colaborou ativamente na construção do porto, do aeroporto e das vias de acesso a essas localidades. Esta integração também se dá nas especializações de Engenharia Têxtil, Metalurgia, Gestão Escolar, Teleinformática, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável.

A Universidade do Ceará integra-se também, de forma efetiva, à comunidade. Para isso, a Pró-Reitoria de Extensão atua dentro de nove linhas temáticas, que são preservação e sustentabilidade do meio ambiente; promoção à saúde e qualidade de vida, educação básica, desenvolvimento da cultura, transferência de conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais; atenção integral à criança, ao adolescente e ao idoso, capacitação e qualificação de recurso humanos e de gestores de políticas públicas; e reformas agrária-trabalho rural.

A Universidade se faz presente inclusive ao interior do Estado, com programas como Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Programa Nacional de Educação a na Reforma Agrária e outros. Ao todo, são mais de 100 projetos que reúnem alunos

de variados cursos para atuar junto a 13 municípios interioranos, em parceria com as prefeituras.

Para que a Universidade Federal do Ceará avançasse também em termos qualitativos, sua administração procurou otimizar os recursos disponíveis. Só assim foi possível garantir a renovação do acervo e a informatização das bibliotecas, bem como a informatização de outros setores. A instituição se orgulha de ter um microcomputador para grupo de 19 alunos, o que é uma das melhores médias entre as universidades brasileiras.

A racionalização dos recursos, ao reduzir os custos, permitiu à administração investir em melhorias como por exemplo, a modernização da Imprensa Universitária, permitiu, também, dar continuidade a obras inacabadas e contratar novas obras no campus do Pici. No primeiro semestre desse ano foram executadas quase 40 obras, entre elas a climatização e o isolamento acústico das salas de aula da Faculdade de Direito, a ampliação da Faculdade de Odontologia, a reforma do serviço de Radiologia do Hospital Universitário a conclusão da segunda etapa do Museu de Arte a reforma da Rádio FM Universitária, a implantação das redes de fibra ótica em diversos locais do campus.

Como vimos, Senhoras e Senhores Senadores, a Universidade Federal do Ceará tem feito progressos louváveis na gestão do Reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra. Neste breve pronunciamento, vimos um pouco do que foi feito, já que não caberia, aqui, esmiuçar todos os avanços de sua administração. O que abordamos, porém, já nos permite deduzir o quanto tem sido profícua sua gestão numa universidade que, hoje, está presente e atuante na comunidade cearense.

Para nós, esse modelo de administração é um exemplo a ser copiado. No momento em que se multiplicam os protestos contra um suposto sucateamento da universidade brasileira, é salutar o exemplo dos administradores, professores, alunos e servidores da Universidade Federal do Ceará, que nos demonstram, de forma inequívoca, como é possível crescer e evoluir a partir da utilização racional dos recursos disponíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — Nada mais havendo a tratar, Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

(OS: 15577/98)

**DISCURSO DO SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO, PROFERIDO
NA SESSÃO DO DIA 13 DE AGOSTO DE 1998, E PUBLICADO NO DIÁRIO DO
SENADO FEDERAL DO DIA SUBSEQUENTE, QUE SE REPUBLICA PARA
TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS NELE REFERIDOS:**

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como todos sabemos no Senado Federal, o Banco do Estado do Paraná encontra-se faliço. O melhor dentre todos os bancos, públicos e privados do País, nacionais e internacionais, durante a minha administração, está totalmente liquido devido a desvio de recursos públicos e má administração.

Vou ler um trecho de uma denúncia feita na Assembléia Legislativa, com base na leitura das atas da diretoria do Banco:

Um banco falido, que procura R\$2 milhões por dia para suprir as suas necessidades, está financiando alguns corredores de automóveis nos Estados Unidos. Um chama-se Cristiano da Matta, de Minas Gerais – valor: R\$1,8 milhão; outro, de Curitiba, chama-se Sérgio Paese e recebe R\$2 milhões; e o outro chama-se Alfredo Garcia, que, para correr na Indy Lights, nos Estados Unidos, recebe R\$4 milhões.

As operações de patrocínio do Banco do Estado do Paraná para corredores de automóveis nos Estados Unidos somam cerca de R\$7,8 milhões. E esse Banco, proximamente, deverá dar entrada, no Senado da República, a um pedido de saneamento.

O Deputado Luiz Cláudio Romanelli, na sessão

de 24/7/98 da Assembléia Legislativa do Paraná, deu publicidade a uma série de atas do Banco do Estado do Paraná – da Diretoria do Banco e da Diretoria do Leasing –, mostrando de forma explícita um continuado processo de corrupção.

Posteriormente à leitura dessas atas, fez a elas referência o Senador Osmar Dias, numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E jornais do Paraná, como A Gazeta do Povo, Diário Popular e O Estado do Paraná, de 28 e 29/4/1998, abordaram o conteúdo dessas atas, vazado provavelmente por funcionários do Banco indignados com o que está ocorrendo com as finanças do melhor banco estadual do País.

A minha intenção, nesta sessão, era fazer a leitura das atas, mas por economia de tempo e para não esgotar a paciência dos Srs. Senadores, solicito à Mesa a transcrição, nos Anais do Senado da República, do seu conteúdo completo (Requerimento nº 495, de 1998).

Para isso, passo as mãos da Mesa as atas do Leasing e da Diretoria, que já enviei ao Banco Central há algum tempo, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná, sem que nenhuma providência tenha sido tomada. Enviá-las-ei, hoje, ao Chefe do Ministério Público Federal, Dr. Geraldo Brinheiro, na esperança de que aquele órgão tome as providências necessárias para que os ladrões do Banco do Estado do Paraná respondam ao devido processo e, posteriormente, sejam recolhidos a uma enxovia pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

BANESTADO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

**208ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM
25.11.97**

NOVEMBRO DE 1997

Neco – Vamos dar início a 208ª reunião ordinária de administração e 33ª reunião extraordinária do conselho fiscal.

Dr. Francisco – Nós preparamos um relatório bastante resumido, a cerca das providências tomadas pela divisão jurídica da qual a cópia já está com os senhores. A pedido da Promotoria de proteção ao patrimônio público nós encaminhamos cópias de todos os relatórios da auditoria e de todos os processos administrativos. A área cível dessa Promotoria vai apurar a responsabilidade civil, ou seja, tentar o resarcimento dos prejuízos sofridos pela Leasing por essas pessoas. E a área criminal a responsabilidade penal. Há fortes indícios da ocorrência de crime, a Promotoria já mencionou corrupção, concussão, formação de quadrilha.

Neco – Nessa história qual dos casos que o senhor pode dizer?

Dr. Francisco – Todos os relatórios indicam a ocorrência de crime. Agora, na opinião da Divisão Jurídica o crime praticado na Leasing, o Promotor da área criminal. Prosseguindo então, o Ministério Público Estadual, na área criminal, obteve a quebra de sigilo bancário de três ex-funcionários da Leasing, o Luiz Antonio, o José Edson e o Nacim. E o que ele descobriu? Ele descobriu que empresas que tiveram deferidas operações com a Leasing, faziam pagamentos a uma pessoa chamada Eusir Baggio, e que o Eusir Baggio repassava parte desses valores ao Luiz, que por sua vez repassava ao José Edson. Não há maiores indícios com relação a participação do Nacim. Com relação ao Luiz Antonio e o José Edson há fortes indícios. O dinheiro saia da empresa, ia para o Eusir e depois para o Luiz e para o José Edson. Então com base nisso esta apurando sobre o crime de corrupção e o crime de concussão. Se eles solicitaram propinas ou se eles exigiram o pagamento de propinas e também o crime de formação de quadrilha. Então essa é a linha de investigação do Ministério Público Estadual na área criminal.

Neco – Dr. Francisco desculpe interrompe-lo, é que hoje eu tive uma visita de um cliente da Leasing, a TV Mix de Londrina, o Dr. Milton estava presente e ele confirmou que ele foi sugerido por um cidadão de Londrina chamado Paulo Alho, que tem uma Brasília; ele estava com dificuldade de encontrar recursos e fazer uma operação junto ao Banco do Estado, e se fosse a Leasing e ele dando uma contribuição ele poderia conseguir, e ficou comprovado, e ele hoje na minha frente e de testemunhas ele confirmou que ele deu 12 mil reais em dinheiro para o Edinho, uma câmera fotográfica, uma filmadora. Então com o Edinho já tem a prova dele com cliente do Banco.

Betenheuser – Ele, somente indagado e sugerido que viesse a depor na Auditoria, ele se negou alegando que não gostaria de estar com "juiz de cor"

Dr. Francisco - Várias pessoas já nos procuraram com a mesma história mas igualmente se recusaram a formalizar...

Neco - Não, mas agora ele falou na minha frente, na frente do Dr. Milton aqui no Banco e nós podemos indicá-lo como testemunha, como corruptor...

Vargas - Ai ele é intimado a depor.

Neco - Lógico.

Betenheuser - Está ok Presidente, o problema é o seguinte: Se ele se recusar a depor e eventualmente chamado em juízo. Mas tudo bem, vamos encaminhar essa forma. Vamos passar a qualificação dele ao Ministério Público, dando essa informação.

Neco - Por favor! Por favor.

Dr. Francisco - Bom, além dessa investigação do Ministério Pùblico Estadual, nós também solicitamos à Procuradoria da República no Paraná a abertura de inquérito policial. Nós entendemos que caracterizados crimes contra o sistema financeiro nacional.

Neco - Chamado crime do colarinho.

Dr. Francisco - Crime do colarinho branco, gestão fraudulenta da instituição financeira e em alguns casos fraude em financiamentos. A gestão fraudulenta envolve o pessoal da Leasing, o Diretor-Presidente à época e mais essas pessoas aqui, Luiz Antonio e José Edson. As de financiamento envolvem os empresários que tomaram dinheiro da Leasing. Eu tenho aqui cópias de todas as notícias de crime, são vinte e seis notícias de crimes encaminhadas ao Ministério Pùblico Federal.

Neco - O Senhor poderia transferir ao Dr. Bompeixe, por favor. Por gentileza.

Dr. Francisco - Nos casos em que houve crime por parte dos empresários, são aqueles de Sergipe, da HABITACIONAL, da RÁPIDO LASER e da AMORIM SERGIPE. Nós temos um caso em São Paulo da PREMOTOR, está bem caracterizado ocorrência de crime no caso de financiamento, os bens não existem; foram usadas notas frias para obtenção de financiamento. Nós temos um caso de São Paulo, a SAN JOSEPH, também com notas frias. Outra de São Paulo da LOPEN INFORMÁTICA, notas frias. E todos esses casos estão sendo apurados pelo Ministério Pùblico. Eles ainda estão analisando a documentação que nós encaminhamos, são vinte e sete pedidos, vinte e sete relatórios; quer dizer, uma documentação farta. Fora os processos administrativos. Há um único caso que já há abertura de inquérito policial, é o Sr. Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, que forneceu informação falsa ao Banco Central. No caso da RÁPIDO LASER...

Neco - Domicilio.

Dr. Francisco - Domicílio, exatamente, então neste caso já há um inquérito instaurado em curso aqui na Delegacia da Policia Federal de Curitiba. Já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Banco, entre elas o Sr. José Maria e já foi ouvido o pai do Sr. Oswaldo. O inquérito está em fase de espera das respostas de alguns ofícios que o delegado encaminhou a diversos órgãos né, Exatoria, Prefeitura, Junta Comercial de Sergipe etc. Eu acho que o relatório, se alguém tiver mais alguma dúvida?

Neco - Eu tenho. No caso do Sr. Oswaldo, que é o Diretor Presidente, é o maior responsável, não há dúvida é quanto a isso.

Dr. Francisco - Não, não há dúvida.

Neco - O pai dele foi convocado pra prestar declarações, exatamente pra comprovar o domicílio aonidé comparece o domicílio do escritório dele como o endereço do Contrato Social da firma RÁPIDO LASER, certo?

Dr. Francisco - Isto, certo, para explicar a situação.

Neco - Ou ele pode dizer que ele fez um favor para um amigo tá? Qual a implicação criminal? Porque isto aqui é um falso testemunho!

Dr. Francisco - Sim, sim. Sabe o que? Eu não tenho cópia do depoimento dele.

Neco - Como? Como?

Dr. Francisco - Nós solicitaremos ao delegado cópia desse depoimento dele. Mas o Delegado já me adiantou o seguinte: É o Sr. Joaquim dos Santos Filho.

Neco - É, Joaquim dos Santos Filho, ladrão da Caixa Econômica Federal, entre outros.

Dr. Francisco - Então ele disse que a responsabilidade não é dele nem do filho dele. O pessoal da Sergipe foi que usou indevidamente o endereço dele.

Sérgio Motta - Que coincidência!

Dr. Francisco - É coincidência.

Vargas - Depois deu outro endereço lá do Boqueirão que não era nada também.

Dr. Francisco - O endereço do Boqueirão era...

Sérgio Motta - Era de uma firma fechada do pai dele.

Dr. Francisco - Então eu conseguirei cópias de todos esses depoimentos e apresentarei à Presidência oportunamente.

Neco - É nós vamos tentar agora com a TV MIX incriminar esse rapaz e ele vai ver o peso agora, do crime que ele fez. Certamente depois disso ele vai abrir a boca.

Dr. Francisco - É lamentável que os funcionários da Leasing tenham sido punidos, ou melhor, não é lamentável; é lamentável que só os funcionários da Leasing tenham sido colhidos até agora.

Neco - Qual a sugestão que o Senhor dá? O que o Banco pode fazer com o Secretário?

Dr. Francisco - O que o Banco pode fazer ele já fez né?

Neco - O Banco encaminhou à Polícia Federal que cabe fazer isso, agora, que o homem que é homem de confiança do governador não me cabe questionar isso.

Dr. Francisco - Apenas registro que isso é lamentável né?

Sérgio Motta - Houve algum indício de crime na emissão das debêntures da Leasing.

Dr. Francisco – Eu não acompanhei essa emissão. Não trabalhei o relatório da Auditoria que tratou dessa emissão.

Sérgio Motta - E a Auditoria sabe?

Arlei – O relatório da auditoria não apurou nada.

Sérgio Motta - Nada, nada?

Vargas - Mas você não pode enquadrar o Sr. Oswaldo no Colarinho Branco também? Federal?

Betenheuser - Sim, ele foi enquadrado por informação falsa.

Dr. Francisco – Por informação falsa e gestão fraudulenta.

Vargas - E outro tipo previsto na lei, não?

Dr. Francisco - Têm que ver o seguinte, o que é que está acontecendo. Se os senhores observarem tem vários segmentos de informações que estão indo as diversas esferas de polícia. No Ministério Público Estadual atua as duas concentrações, na esfera criminal buscando cada um dos fatos e uns foram apurados nos Processos Administrativos, e eventualmente também cada um dos fatos que serão apurados em decorrências das ações que se comovem de reintegração. Do lado cível, o Ministério Público deve analisar possibilidades de ações de improbidade administrativa, buscando seqüestro de bens etc. Certo? Então já há uma segmentação de informações. O problema é o seguinte: Trabalhar com todas essas informações de tal forma que se produza alguma coisa que traga resultados. Na fase seguinte também tem o primeiro contato o Ministério Público está analisando ainda todas as informações trazidas, até que eles possam enquadrar cada um dos agentes que estão tidos como responsáveis. Pode eventualmente chegar ao Diretor- Presidente entendendo que ele, em decorrência de todas essas ações, em função talvez de fiscalização, de controle, talvez possa ser lhe imputado uma responsabilidade maior de que é a de " falsidade ideológica e gestão temerária". Certo? Mas isso é ao final de toda essa análise, ao final de toda essa persecução penal.

Neco – Dr. Francisco, a respeito da sua afirmação aí, eu tenho já conhecimento que tem uma correspondência e que o Banco Central questionou o endereço do pai do Presidente da Leasing e ele alega numa correspondência que já li, que ele ofereceu como gentileza para... Existe isso escrito e assinado pelo Oswaldo dos Santos.

Betenheuser - Esta informação já está fazendo parte do processo da Auditoria e hoje do inquérito policial.

Bompeixe - Não, não faz parte do inquérito policial.

Neco - Porque, então a informação que o pai está dizendo que não estava sabendo, não é bem isso.

Betenheuser - É que veja o senhor o seguinte, ele está só depoendo primeiro numa parte policial certo? E é o princípio do direito que mesmo na fase inicial que eventualmente ele vier a ser denunciado, ele pode se negar a prestar depoimento que traga prejuízo na ordem criminal certo? Então ele, nesse momento ele faz por produzir uma verdade, certo, que está vindo em defesa dele em função de uma própria acusação. Enquanto testemunha, se for arrolada, aí sim ele daí poderá responder pelo crime.

É que ele assinou, tem uma correspondência, que ela foi ao Banco Central, e ele ofereceu o endereço...

Betenheuser - Foi justamente essa base para a instauração do inquérito policial.

Arlei - Só que na Junta Comercial esse endereço consta como da empresa.

Dr. Francisco - Não, é que eles fizeram as alterações contratuais.

Bompeixe - Já que o Doutor está aqui, aproveitando o ensejo, eu sei que uma das preocupações dele é a questão dos perdigueiros, embora nós não tenhamos nenhum canil, mas eu pergunto a ele o problema daquelas empresas, como é o nome? CUMJUR e PLUS.

Vargas - CUMJUR/PLUS.

Betenheuser - O que está acontecendo na Leasing é o seguinte. Em razão de uma solicitação do Conselho, essas empresas aí, o está acontecendo o seguinte: Eu tenho como conceito que localizador, que hoje mudaram o nome de perdigueiro para localizador, deixar mais bonito né? Tem que ter exceção, você contrata perdigueiro na exceção, ou seja, quando tiver dificuldade na localização de bens, ou fazer uma reintegração específica de grande monta, aí você contrata esse pessoal especializado, digamos assim, está ligado o gravador, "mais truculento", que vai lá e toma a coisa. Isso na exceção. O que aconteceu na Leasing, é que isso virou regra, certo? E isso favoreceu então diversas pessoas que estavam buscando e cumprindo a sua função, mas sem uma regra específica. Diante de argumentos trazidos para o Conselho de Administração e questionados ao GEDEL na época, então resolvemos a situação assim: vamos suspender tudo isso aqui, e passamos uma normativa certo? Dando poderes específicos a quem pode autorizar tal contratação, certo? Porque é difícil fazer, digamos assim, uma escolha de uma pessoa, porque o localizador ele vende a informação, agora se ele contatou um veículo, vocês não conseguiram então eu percebo, a remuneração eu quero tanto. Então é difícil fazer justamente as contratações, então o que vai acontecer, a partir de setembro nós emitimos uma norma que diz o seguinte: "Somente a Divisão Jurídica, os dois departamentos do Jurídico, o GEDEL e os advogados regionais tem autorização para que se contrate perdigueiros nas seguintes situações: Inexistência dos bens, não localização do paradeiro dos bens, dificuldade no cumprimento dependendo do montante do crédito, do tamanho dos bens a serem removidos em fim, de tal sorte que haja regras específicas. Claro que estamos passando uma fase de experimentação se isso vai funcionar, porque, uma regra que anterior que é elástica, porque não tinha regra, e hoje uma regra mais rigorosa. Então o que é que nós temos que avaliar, verificar se nesse novo sistema vai haver a mesma solução. E uma vez se amoldando ao sistema, vamos aperfeiçoá-la. É que hoje nós estamos fazendo, vendo a situação da Leasing, aos poucos está se trazendo regras, regras e normas. Certo?

Dr. Francisco - Com licença, me ocorreu uma sugestão, o Senhor disse o que mais se pode fazer, eu não sei se cabe. Eu sei que o Sindicato dos Bancários esta encaminhando ao Governador uma nota de repúdio pela permanência desse Senhor como Secretário de Estado, porquê? Porque enquanto ele for Secretário de Estado, ele tem foro privilegiado e isso prejudica as investigações tanto do Ministério Público Federal como o Ministério Público Estadual. Ele tem foro privilegiado lá Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal.

Betenheuser - Não é primeira instância o juiz do Tribunal Federal, é o TRE que vai, e o TRE, acumulado como está.

Dr. Francisco - A sugestão que eu faria é a seguinte: É se o Conselho da BLAM não poderia encaminhar um expediente ao Governador dando conhecimento do resultado da Auditoria e do envolvimento do Senhor Oswaldo nessas irregularidades, tocar no evidente envolvimento do Senhor Oswaldo nas irregularidades?

Neco - O Governador já sabe,

Dr. Francisco - Oficialmente?

Neco - Pessoalmente.

Sérgio Motta - Mas não oficialmente.

Dr. Francisco - Uma manifestação oficial do Conselho de Administração da BLAM.

Neco - Isso compete aos Senhores.

Vargas - Eu acho que o que se poderia dizer Presidente, é oficializar o que está relatado, as providências que estão sendo tomadas em relação à BLAM, que ele estaria envolvido, mas não precisa absolutamente entregar todo o dossier, dar notícia. Oficializa uma notícia que ele sabe pessoalmente, que ele conhece pelo menos. Isso oficializa de uma forma suave, está certo?

Bompeixe - Porque suave? Então não comunica, fica mais elegante.

Eu posso dizer aos Senhores que eu tão logo soube do episódio, o Valter Benelli me deu a primeira notícia, eu fui levar ao Secretário da Fazenda, que é meu superior, nós fomos falar com o Governador, ele me pediu que desse a ele o direito de defesa, a pedido do Dr. Bompeixe ele foi convocado, o Oswaldo compareceu, o fato dele Ter desrespeitado ao Dr. Bompeixe como Conselheiro do Banco, daí foi que eu enviei à Promotoria de Assunto Federal a denúncia, criou um problema a meu ver, criou.

Arlei - O Governo indiretamente sabe. O Banco mandou, o Governador sabe.

Neco - Vou dizer para os Senhores, quando eu estava saindo da sala do Governador, dentro da sala, eu e o Governador, o Giovani Gionédis e o Rafael Greca, o Greca se adiantou e disse assim, Neco esse cara é um ladrão, noutro momento tomaram a decisão, a minha obrigação foi cumprida eu lamento pelos Senhores, mas nós estamos vivendo essa situação. Posso dizer aos Senhores que está começando a nascer, na Secretaria que ele está administrando, que veio uma solicitação de empréstimo para a Paraná Turismo, para adquirir no exterior um negócio de plástico para fazer uma pista de dança de plástico. R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), o Banco não autorizou. não tem nenhuma operação de origem da Secretaria de Esportes. Então, se por ventura os Conselheiros quiserem manter um contato primeiro com o meu superior do Banco que é o Dr. Giovani, eu estou à disposição, posso até acompanhá-los levá-los, porque cabe a ele que é o representante do Banco junto ao Governo Estadual, levar ao Governador. Eu tenho que me reportar a Ele, nós estamos numa hierarquia. Podemos marcar um dia uma hora, mas tem que ser com antecedência, ele está indo amanhã a Brasília ver esse negócio de protocolo do Governo do Estado com o Banco Central isso é pra venda de banco oficial, e hoje as sete horas foi ver um problema na Cidade Industrial, posso conversar com ele e pedir uma audiência para os Senhores Conselheiros e Conselheiros Fiscais, e levar assim um repúdio ao Senhor Oswaldo como administrador da BLAM.

Sérgio Motta - Até antes do Sindicato fazer a bagunça que vai ser, daí vai ter imprensa e aquelas coisas todas.

Vargas - Fazer já isso, fazer já.

Neco - O Governador está saindo agora às 19:00 h para Londrina, amanhã ele vai inaugurar uma série de início de obras. Então às 19:00 h eu vou estar com ele e com o Secretário Giovani. Eu posso tocar no assunto e pedir audiência com os Conselheiros da BLAM. Eu acho, na minha opinião o melhor caminho.

Neco - Vai lá porque a Leasing não tem controle?

Arlei - Não é isso, é que ele precisa ir lá e checar com que tem na Leasing e não checar as informações que tem com ele, esta fazendo conciliação os três.

Bompeixe - Espera lá, da licença! O Dr. Milton saiu daqui agora o que é uma pena porque ele disse que não tem.

Arlei - Não tem o que?

Bompeixe - Não tem controle.

Arlei - Não, mas o João Maria vai falar para os Senhores. Ele vai dizer se tem controle.

Bompeixe - É. João Maria quem é?

Arlei - Ele é Auditor. Auditor do Banco.

Bompeixe - Não devo contestar?

João Maria - A gente, por solicitação da Diretoria da Leasing, é que a Auditoria entrasse com processo pra tentar compor aquele saldo que apresentava como adiantamento dos honorários...

Neco - Desculpe, a Auditoria da Leasing, ou Auditoria do Banco do Estado?

Arlei - Do Banco, Auditoria do Banco.

João Maria - Então, cumprindo essa solicitação nós iniciamos os trabalhos de tentar levantar todos os valores que ali constava e que a gente viesse a compor ou validar o número que apresentava no balanço da Banestado Leasing. Existem controles dentro da Banestado Leasing, só que os números que constam hoje em boa parte daqueles números do balanço da Leasing é antigo, que vem remanescente de vários processos que foram iniciados em épocas passadas e que houve seqüência de adiantamentos e acabou se...

Aldo - Nos mesmos processos?

João Maria - É que tinha etapas de pagamentos pelos adiantamentos no decorrer do processo, iniciar o interesse de posse e concluía com uma ... esse processo.

Aldo - Iam atras de um recibo.

João Maria - Exatamente. Então para que esse levantamento tivesse uma validade realmente, era necessário que voltasse processo por processo, contrato por contrato e que fosse, foram ajuizados e que compõe aquele número, que hoje da setecentos e oitenta e poucos contratos, e que compõem aqueles setecentos e poucos mil reais que

está lá de adiantamento na Banestado Leasing. O trabalho está um pouco lento, a gente concorda que realmente deveria ser, estar mais adiantado, mas em busca dessa validação desse número é que esta lento, tem que ir contrato por contrato que é coisa antiga, tem coisa de 95, tem coisa de 94, tem que compor os valores, buscar recibos, olhar a ação realmente se foi reintegrada se não foi reintegrada, se já foi feito um acerto com o Küster né, e compõe aquele número na íntegra e que já foi paga, tem uma série de hipóteses que podem acontecer dentro de um desses contratos. Então é um trabalho que está sendo desgastante, mas a gente tem colhido até agora bons resultados. Acredito que essa semana o levantamento de car 110, que é buscar documentos, acaba, aí a gente vai partir pra classificar os problemas que realmente que podem acontecer.

Sérgio Motta - Até agora não tem nenhuma opinião, nem uma vaga idéia de como foi aquilo que aconteceu?

João Maria - Olha, vaga idéias, tem algumas coisas que a gente percebeu, que tem valores que estão lá dentro lançados e que não são adiantamentos; são despesas que estão lá classificadas de forma errada porque, porque na informação que veio do escritório teria ação onde o, a parte réu do processo, ação passiva, que está lá como adiantamento e que na realidade e despesas extras pagavam o valor para que ele efetuasse o trabalho. Isso está lá e quer dizer, é meramente classificação, isso digamos alguma coisa que a gente verificou mas que não é grande, não é números desse tipo, que compõe esse número de erros digamos, de classificação incorreta é pouco.

Neco - Agora recente, agora. Entendeu Milton? Eu não sei se é você que determina os advogados do Banco, eu não sei se é da sua determinação a transferência ou a indicação de advogado. Lógico você tem conhecimento dos advogados credenciados, eu tenho já dito aqui no Colegiado e na Diretoria, que as causas de grandes valores é de responsabilidade da Presidência. É o caso da ASPEN PARK, está na mão do Dr. Hosken hoje e do Dr. Cesário, é o caso da FREEZAGRO, são os grandes devedores do Banco. E chamou-me, causou-me estranheza que hoje eu telefonei lá pra Londrina, aí é que ele me informou porque eu determinei que se fizesse igualmente como tem que ser, cinco advogados em seqüência, não importa escolher, acontece em dias alternados, de acordo com o não pagamento, e parece que o nosso advogado não gostou muito.

Betenheuser - Não, não. Presidente, o fato que eu tiver que contornar foi o seguinte: Que reunião com os gerentes, Colete falou que havia suspeita, que o advogado da Regional estaria recebendo propina para canalizar processos. O Dr. Faquim, é uma pessoa que eu posso dizer, extremamente honesta e muito introspectivo, ele não soube contornar profissionalmente este fato, e se fechou em si, se fechou na ostra e caiu em depressão. Ele não tem mais condições de voltar à SUREG em função desse acontecido, certo? Porque talvez a comunicação dada aos gerentes, a reação dos gerentes de dar risada, porque talvez tinha sido conotação de brincadeira, e ele não conseguiu suportar, por isso é que ele pediu afastamento. Ele me ligou à tarde, chorando, Presidente, em função desse fato, busquei contornar certo? Eu estou por enquanto trabalhando com o advogado da SUREG de Santo Antônio para atender Londrina, porque Londrina está efetivamente na parte do jurídico um verdadeiro desmando, um absurdo o que está acontecendo lá.

Neco - O Senhor acabou de dizer que o rapaz é bom.

Betenheuser - Sim, mas ele estava precisando se tratar.

Neco - A única bondade se nota aí que o Senhor acabou de me relatar.

Vargas - Uma coisa que me preocupou na última reunião foi aquela, foi aquele ingresso de funcionário fora de hora mexendo nos sistemas.

Betenheuser - A Auditoria determinou a instauração de processo administrativo porque o funcionário entrou às cinco horas da manhã.

Vargas - Tem que ser demitido.

Arlei - Foi mandado para a Área de Recursos Humanos.

Vargas - O Daros levantou uma questão que é extremamente válida e preocupante, que se essa pessoa ou alguém lá dentro tem condições de operar o sistema. Então essa pergunta ficou no ar. E eu sugeri, estou sugerindo a Auditoria, além do sistema que eles vão fazer que é ver se o sistema confere com a contabilidade, dessa possibilidade. Agora levei um susto maior, com a informação verbal do Valter, Valter Benelli de que a contabilidade é feita pelo sistema eles não saem do sistema não pelos documentos. Procede isso?

Vilmar - Como é que é?

Daros - Não a contabilidade é pelos documentos. Só pode ser.

Vargas - Pelo sistema, você contabiliza pelo que o sistema gera, quer dizer a listagem do sistema.

Vilmar - Não, pelos dados do documento.

Vargas - Pelos documentos, o sistema gera uma listagem de controle, do que foi baixado.

Vilmar - Positivo, você lança pelo documento, você bate com a documentação.

Vargas - Mas você entra no sistema, todos os documentos.

Vilmar - Das informações você alimenta o sistema para contabilizar pelos documentos.

Vargas - Pelos documentos?

Vilmar - Claro, pelos documentos.

João Maria - A gente está trabalhando exatamente nessa informação, a gente está trabalhando em cima e está praticamente encerrada esta verificação. Eu não sei se essas informações de sistemas é de abril, toda a movimentação de ingressos de números dentro do sistema. A contabilidade ela é gerada após do cadastramento dentro do sistema dessa informação, cadastro um contrato e daí pra frente a contabilidade é gerada.

Vargas - Sim, mas os pagamentos o sistema tem os documentos?

Daros - A baixa das prestações, você tem o documento que comprova.

João Maria - A minha validação em cima desse número, qual a possibilidade de ouvir alguém entrar dentro do sistema e alterar o número e mudar a base contábil? Porque a contabilidade sempre ela vai estar checando com o sistema, se o sistema faz o lançamento automático, no final os dois vão fechar. HIDROMEC fechou-se de abril até hoje.

Vargas - Tudo bem, porque poderia um cara chegar lá e alterar o saldo devedor, baixar o saldo. Não sei se tem controle tém.

João Maria - Depois tem renegociações, tem renegociações.

Vargas - Tem uma listagem.

Neco - As operações ficam arquivadas nos sistema? Então mesmo que eu pegar o sistema deve estar gravada em algum lugar esta operação. Operação é uma coisa, está dentro de uma linha do sistema e contabilidade é outro negócio.

Arlei - Ele tem que fechar.

A alternativa de alterar dados do sistema seria através de forjar uma renegociação e alterar os dados, e em cima disso que eu trabalhei. Porque seria a única possibilidade para que entrar, fora isso um processo novo, o que eu fiz? Porque todos os contratos que iniciassem a partir desse dados não tem erro, porque só poderia alterar em cima de uma base através de renegociação. E eu peguei todas as renegociações e verifiquei.

Daros - Ou então transferir de um contrato pra outro na mesma conta.

João Maria - Mas ele aparece como renegociado.

Daros - Aparece movimentação.

Vargas - E o limite é diário pra você conferir.

Daros - Tem uma certa segurança. Você tem documento que você faz a verificação.

Vargas - O Livro Diário é conferido, ok, liga com a conta corrente de agência, o diário confere, ok.

Neco - Gostaria que o Arlei relatasse o Demonstrativo Sintético Contábil em Reais, relativo ao mês de outubro/97.

Arlei - No mês de outubro nós representamos o resultado negativo na ordem de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) o dado líquido é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos) isso no decorrer do que, nós estamos tendo isso é todo o mês essa renda de arrendamento, uma redução dessa renda, lógico que umas nós não estamos operando, e esta havendo muita renegociação de contrato também, pode ver que um dos fatores que nos ajudaram bastante no mês de outubro foi na alienação de bens, quer dizer nós estamos indo bem na venda via direta e via leilão, que pulou de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais).

Vargas - Explica uma coisa Arlei, nesse item, na folha, na página 04 que diz assim: vendas de bens, vendas de leilão, R\$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) e aqui você tem R\$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais)?

Vilmar - Esse, só uma informação, essa venda que lucro na relação de venda de bens, são os contratos quitados antecipadamente, e os contratos que são encerrados que são quitados pelo VRG. A venda de leilão é aqui em baixo.

Vargas - Onde é que está a venda?

Vilmar - Lucro na venda de bens, R\$ 1.482.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

Vargas - Sim, mas aqui no seu Fluxo de Caixa tem R\$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais)

Vilmar - Mas isso era o saldo do dia seu Mário, esse é o valor do mês da venda do mês.

Arlei - Isso não é movimentação/mês. Isso aqui é movimentação/mês, isso aqui é o saldo do dia.

Bompeixe - E esse despesa de leilão foi todo no dia?

Arlei - No leilão, no dia.

Bompeixe - No mês R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais), o que esse R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Vilmar - Esse R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais) é saldo do dia.

Vargas - Fluxo de Caixa é Mensal, não é do dia.

Arlei - 30 do 09.

Vargas - Não tem Saldo anterior?

Bompeixe - La no final do mês.

Vargas - O saldo final é a gente que deve.

Arlei - R\$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais) vendas de bens e vendas em leilão, isso é a comissão do mês.

Vargas - Come é que você tem aqui R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais). Lucro na venda de bens, R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)?

Bompeixe - O Lucro de R\$ 939.920,00 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte mil reais), é o lucro do dia 31.

Vargas - Não, não, isso é do mês. Se tem o saldo anterior de setembro, é do mês.

Vargas - Me diga uma coisa, a despesa de captação de vocês e a CDI.

Arlei - É CDI.

Vilmar - É DCI, cedendo.

Arlei - É, 1,96.

Vargas - Outra coisa meu chefe, eu tenho aqui outras despesas operacionais de R\$ 3.618.000,00 (três milhões seiscentos e dezoito mil reais) aqui.

Vilmar - É, nessa despesa aqui foi feito o acerto da, tudo para o caixa da ...

Vargas - R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos reais) sobre tributos, foi pagamento de diversos.

Vilmar - Essa diferença aqui foi feito a baixa do contrato da...

Arlei - Da ZAID?

Vilmar - Imobilizado da RÁPIDO LASER, porque foi feito o levantamento da não existência do bem, nós tivemos que dar baixa como outras despesas operacionais, daí esta com ação de cobrança. Daí não é ação de reintegração.

Bompeixe – Entrou algum novo ainda não conhecido?

Arlei – Não.

Vargas -- Desafio é Club Car.

Bompeixe - Desafio é Club Car.

Vargas -- Mudou de nome outra vez. Construtora CARPISA é nova essa ?

Arlei – Não, essa foi renegociada. Não honrou a primeira parcela.

Bompeixe – CARPISA, continua nos devendo? Eu passei em frente ele hoje. Está bonita.

Vilmar – Ela está contestando a auditoria.

Daros – Serena está em concordata.

Vilmar – Agora entrou com ação contra a Leasing.

Vargas -- Bom, a SOFHAR, bem à SOFHAR que é nova nesta relação. O que é isso "Clube de Bens ", Computador?

Vilmar – Computadores.

Arlei – Computadores e bens móveis.

Vargas – Bom, esses computadores provavelmente não valem nada, mas estão lá, e os que devem estar ...

Arlei – Aqueles são, dação por falta de pagamento. Eu posso pegar uma relação para a próxima reunião.

Vargas – Deve ser 486, R\$ 200,00 (duzentos reais) é muito.

Arlei – 386. Quais são os bens da SOFHAR aí, nós vamos trazer.

Vargas – Você falou que está ajuizado?

Bompeixe – Uma informação por gentileza. Aqui consta em atraso.

Arlei – Sim.

Bompeixe – Já ajuizou alguma medida?

Arlei – Já estamos ajuizando, pondo na justiça para reintegrar.

Bompeixe – Eu estou perguntando pelo seguinte. Tem uma das notícias – crime a que envolve a CRISTUR. Serão ... se algumas dessas aqui contiver uma ação judicial.

Arlei – Essa CRISTUR é dos novos. Essa é de 94, do governo anterior.

Bompeixe – A que eu estou perguntando porque vejam bem eu combinei com minha mulher que hoje eu sou apenas ouvinte. Estou me excedendo.

Arlei – A CRISTUR é o seguinte viu Dr. Bompeixe.

Bompeixe – Porque vai parecer estranho que eu diga " olha essa operação foi anormal e eu não tomo nenhuma atitude "

Arlei - Não, não, deixa eu explicar. A CRISTUR o que acontece. A CRISTUR é uma empresa contratada pelo Banco para o transporte de funcionários aqui de Santa Cândida. Em torno de 10 a 12 ônibus. Então o que acontece? O Banco todo o mês quando paga não paga para a CRISTUR. O dinheiro vai direto para a Leasing.

Bompeixe – Só para os senhores saberem: TAY MAHAL, COTERPAVI, CRISTUR, DISTRIBUIDORA ZAID.

Sérgio Motta – O que ele esta querendo?

Vargas – Estão todas ajuizadas!

Bompeixe – Eu só quero saber, eu não sei, eu tenho que saber. Porque daqui a pouco foi ajuizada uma.

Arlei – Mas Dr. Bompeixe, eu não vou lembrar dos 28 processos de cabeça, se foram ajuizadas.

Bompeixe – Não, desculpe.

Arlei – Algumas eu lembro.

Bompeixe – Eu estou dizendo que eu só acho estranho que nós estejamos a dizer que é uma operação irregular e que agora nós não estejamos tomando medida judicial!

Arlei – CRISTUR não esta ajuizada não. Vai estar ajuizada. Nem a COTERPAVI.

Bompeixe – Pois é mas a CRISTUR

Arlei – Nem a COTERPAVI, que a COTERPAVI esta negociando. Oh não, a COTERPAVI esta ajuizada.

BOMPEIXE – EMILIO ROMANI,

Arlei – Está acertado, já negociou a dívida, está em dia, pagando em dia. Veja bem, o que eles estão levantando aí é da forma como foi feita a concessão das operações. Não Dr. Bompeixe essas operações foram mal concedidas. O fato delas terem sido mal concedidas não quer dizer que não estejam sendo pagas. É diferente. Veja bem, A EMILIO ROMANI, uma empresa que quem assumiu foi o Meneguel, o Meneguel veio aqui e renegociou e está aí pagando bonitinho.

Vilmar – Não, não, ele está falando que elas são suspeitas de Ter pago comissão.

Arlei - não, não é isso não.

Bompeixe – O que eu quero dizer é o seguinte: Se uma operação foi mal feita, desculpe, se ela foi feita de forma irregular e eu notici ...

Sérgio Motta – Arlei, eu não vou comentar nada disso aqui.

Arlei – Esqueça ...

Bompeixe – Toca pra frente. O tempo dirá. Eu só acho que se é irregular e não toma atitude nenhuma, qualquer coisa, eu estou dizendo que estou fazendo uma acusação leviana.

Arlei – Tem razão. Entendi. Mandamos para o Ministério Público, que dentro da Leasing está normal. Notório, Emílio Romani está lá. O escritório está pagando lá.

Bompeixe – Tem certas coisas que tem que ver viu gente.

Vargas – Então antes de Ter revertido tem que fazer um acordo, tem que conversar.

Bompeixe – Então para amanhã a gente não levar uma invertida.

Arlei – Faz o seguinte: baseado na análise inicial da operação, que a auditoria levantou nessas operações era o início da análise.

Daros – Mas por outro lado, se ela está pagando em dia, não tem nada a ver; porque se discute a origem, agora, se está inadimplente, aí abre a ação também.

Arlei – O que a gente comentou aqui, o que foi comentado, que o Dr. Francisco comentou aqui, a SAN JOSEPH, que tem nota fria. Não é que tem nota fria. Pode ser que 20% não exista. É executar o contrato, do que o cara continuar pagando da forma como esta pagando. Daí eu vou jogar pra CL dois ou três milhões ou prefiro ficar recebendo todo mês aqui.

Vargas – A SOFHAR está em atraso e está tudo bem.

Daros – Tá aí no início da operação.

Vargas – Se você procurar você não vai achar os bens nessa operação.* Se você for ver está tudo em atraso* Daros.

Vargas – Se você reintegrar esses bens não valem nada.

Bompeixe – Vamos tomar uma atitude; o que caracteriza.

Daros – Não, entrou em atraso. Decorreu o processo executiva.

Bompeixe – Mas se não executar?

Daros – Mas se ela pagar ...

Bompeixe – Se ela esta em atraso, eu digo o seguinte. Eu compareço perante a autoridade e digo, olha senhores, perante o procurador, e digo, olha essa operação é irregular, foi feito isso, foi feito aquilo, houve favorecimento. Está em dia, é uma situação, eu quero apurar responsabilidades. Agora outra situação; eu denuncio ela esta em atraso e não tomo providência nenhuma.

Vargas – É, essa aí tem que tomar.

Bompeixe – E esse pra amanhã se eu não levar uma invertida. Executar, vocês não acham que é irregular, ela esta em atraso e vocês não fazem nada.

Arlei – Houve falha de comunicação, porque nós lá na Leasing não estamos sabendo desses processos que estão correndo aí. Estou por fora disso aí. Estou tomando conhecimento agora disso aí. A auditoria com o Sr. Krüger.

Vilmar – O problema não é esse, o próprio jurídico depois iria ver isso.

Arlei – Então tem que ver se ele está movendo o lado criminal, tem que trazer o judicial do outro.

Vargas – Cível.

Arlei – Cível, sei lá. Anota aí pra depois a gente ver.

Bompeixe – Tem um revertério aí pra danar.

Vargas – Você estava falando aí algumas coisas aí Arlei, fatos novos sobre a Sofhar.

Arlei – A Sofhar é o seguinte. Esteve aqui visitando o Presidente o Diretor da Sofhar. O Luiz Mário, inclusive o senhor Presidente me convocou para estar junto, e ele está assinando um contrato com órgãos do Governo do Estado, inclusive o Banestado, é no valor de R\$ 14.000.000,00 por um prazo aí de 16 a 18 meses, coisa assim. E com isso ele vai acertar a dívida aqui.

Sérgio Motta – Não dá pra fazer junto ao Banestado e outros órgãos, acordo de pagar o CL que está devendo pra Leasing.

Arlei – Aí é que está. O que a gente vai fazer, o que a gente vai acertar daqui pra frente é o seguinte: Ele vai dar uma procuração, por escrito para a Leasing, que todos os créditos oriundos desse contrato serão utilizados para acertar a Leasing, e o ECC que ele vai fazer aqui no Banco. Ele vai fazer esse ECC aqui no Banco sabe porque? Pra acertar a pendência na Leasing, que é pra gente, vou ter que jogar quatro milhões para CL. Ele veio renegociar. Faz uma ponte com o Banco e se ele tem esses recursos, contrato assinado pelo governador, pelo Secretário da Fazenda, Presidente do Banestado, todo mundo, COPEL.

Vargas – Contrato de prestação de serviços é cumprido.

Arlei – Eu não sei se é bem de prestação de serviço. Acho que é na área de software.

Vilmar - Software e prestação de serviços.

Arlei – Prestação de serviços. Ele tem centro de treinamento aí, esse negócio aí.

Vargas – Eu volto a SOFHAR mais tarde.

Arlei – Pois não Dr. Bompeixe.

Arlei – É isso aí. Eu só queria receber metade do CL, que me dava um resultado em dinheiro. Só metade desse CL dos 20 maiores. Não estou dizendo metade do CL carteira. Metade dos 20 maiores, Esses aqui só virava o resultado.

Sérgio Motta – Me responda o que é 40% da carteira.

Vilmar – 20 maiores é quarenta por cento da carteira.

Vargas – Pega ASPEN PARK, AMORIM SERGIPE E CLUBE CAR 40% da carteira.

Vilmar – Como é o nome daquele empresário que acharam o documento aqui.

Arlei – É o genro dos Vieiras.

Sérgio Motta – Sobrinho do Vieira.

Vargas – Ah, aquele lá de...

Arlei – Canela, que ficou devendo o celular.

Daros – Aqui na Leasing. Você está brincando? E não tinha seguro?

Vargas – Ele era da concessionária da Renault.

Bompeixe – Aqui 11.5 diz assim: Imóveis não Liberados. Esses, o próprio Banco pode fazer uso? Quer dizer...

Arlei – Foi cedido um aqui Água Mineral.

Bompeixe – Santa Paula?

Arlei – Poder de terceiros, 8. É alugado. Apartamento que era para entrar naquela famosa composição da Água Mineral em mil novecentos e lá vai...

Neco – A Água paga aluguel?

Arlei – Para a Associação Banestado. Não a Associação Banestado também tem que remunerar a Leasing através de um convênio que existe.

Vilmar – Tem um contrato de que cabe cobrança?

Arlei – Não, hoje não, porque hoje estão tendo prejuízo.

Neco – Como prejuízo?

Arlei – por causa do custo da água. Veja bem, esse negócio está se arrastando a mais de 10 anos, sei lá não sei quanto tempo faz isso aí

Neco – Quem é o dono da Água Mineral?

Arlei – O dono do imóvel é a Banestado Leasing. O administrador daquilo é a Associação Banestado, ela faz o papel de Administradora do Complexo.

Daros – Mas você tem o problema se deixar de explorar a água custa mais caro.

Arlei – Isso é um pepino da gestão anterior.

Daros – É eu acompanhei isso.

Arlei – Se a gente parar aquilo lá vira sucata. Pelo menos assim a Leasing não está tendo prejuízo nenhum.

Daros – Não estamos tendo segurança nem manutenção.

Arlei – Está lá, o Complexo está sendo mantido.

Daros – Porque não pode, ainda está.

Vargas – Água não custa nada, está lá.

Arlei – Está preocupado, está competindo com a Ouro Fino.

Vargas – Tem pequenos custo de filtragem, essas coisas.

Daros – Agora você veja só uma coisa o Estado fez um convênio a Ouro Fino de R\$ 1 (um real) a garrafa de água, poderia ter feito com a AB.

Arlei – Mas o Tribunal de Contas inclusive é contra a existência desse processo. Essa coisa está se arrastando há muito tempo.

Daros – Não, não, não. As cem mil garrafas para assistência social agora para presente das crianças, foi feito com a Ouro Fino, quando poderia ser feito com a AB.

Vargas – Vocês conhecem que existe uma "secretaria de saia".

Daros – Não, mas a Ouro Fino é a Ouro Fino. Cem mil garrafas a R\$ 1 (um) real.

Bompeixe – Aqui diz assim valores o ... Cascavel. Em outubro era R\$ 364.000,00 né? O que esse três porcento?

Arlei – Três por cento estoque. É estoque que está em Crédito em Liquidação.

Bompeixe – Três por cento de R\$ 364.000,00?

Arlei – Não, é R\$ 12.506.000,00. Eu estou passando aqui para quem tomar o conhecimento dos caminhões que foram recuperados, esses caminhões a maioria era da TRANSPESCA.

Daros – Nossa mãe.

Arlei – Famosa TRANSPESCA.

Arlei – Bom o que acontece é o seguinte : é, maio de 95, acho abril, maio de 95. Foi contratada uma operação de leasing com a empresa J.D. Barros, que estava adquirindo uma aeronave da D.M. Então foi feito um lease-back; a aeronave da D.M. passou pra a J.D. Barros, isso em maio de 95. Em junho de 96, essa aeronave foi transferido para uma empresa chamada Iguaçu Rent a Car. Essa é uma operação que foi concedida na época diretamente pelo Diretor Presidente da então empresa, transferindo essa aeronave da J. D. Barros para a Iguaçu Rent a Car, então fizeram-se os ajustes, fez-se o aditivo ao contrato. Isso em junho de 96, mais precisamente em 28 de junho de 1.996, segundo o aditivo que eu tenho.

Vargas – Final da gestão.

Arlei – Isso no a pagar das luzes. No a pagar das luzes da gestão do então Diretor Presidente. Ele transferiu o avião da J. D. Barros para Iguaçu Rent a Car, através do aditivo. E quando contratou-se essa operação da aeronave em abril de 95, maio de 95, tinha lá no contrato lá que a aeronave estava coberta por seguro, a partir daquela data, maio de 95. O que aconteceu, claro em maio de 96 venceu o seguro. Só que como essa operação estava vencida e estava com problema, e o mais importante era achar alguém que assumisse este avião do que acertar, sei lá, foi passado a essa empresa aí. Bem, é, partiu-se do pressuposto que esse avião estava segurado, porque o próprio contrato é de 36 meses, se você faz um seguro, quer dizer, o contrato lá com diz que o prazo é de 36 meses, e lá na última folha diz que a aeronave está assegurada. Quem comprou parte do pressuposto que é pra 36 meses. Moral da história, o que aconteceu, essa aeronave sofreu um sinistro agora, exatamente dia 31 de outubro no município de Canela, no Rio Grande do Sul, que faleceu aquele genro dos Vieira e mais aqueles dois, e essa aeronave estava sem seguro, por falta de controle da "Dona" Banestado Leasing, de pessoas que lá na época estavam ocupando esse setor que é o Sr. Edinho, Sr. Luiz Antonio, o pessoal que estavam lá, estavam muito preocupados, mas por que aconteceu isso aí, vamos voltar no tempo Srs. Conselheiros, e lembrar muito bem : Seguro era importante na leasing, quando? Os funcionários recebiam a comissão do seguro. Quando eles não mais receberam a comissão do seguro, o seguro deixou de ser importante, e naquela aconteceu, pena que o Marquesini não esteja aqui, ele era Diretor Superintendente na época da empresa, o Mário acompanhou muito bem isso aí, deu uma briga desgraçada, o Fayet, entende, e infelizmente a Gralha Azul retirou lá da Leasing, o pessoal da área responsável pelo Núcleo de seguros, que acompanhava a renovação de seguros dos contratos, porque a partir daquele momento, como não tinha mais comissão de seguros para funcionários, o seguro deixou de ser interessante. Ainda bem que o Comandante Rodrigues, que é uma pessoa, que cuida bastante, que é da JET SUL, que tem mais de cinco ou seis aeronaves, fez um reforço de seguro da aeronave, acreditando que tinha um seguro, então ele fez um seguro de US\$ 700.000,00 no Bamerindus, tá, então hoje existe um seguro de US\$ 700.000,00 no Bamerindus, conosco não tem nada, salvo um milhão e trinta à vista da dívida que a gente recomponhou recentemente, eu trouxe até aqui no Conselho esta composição. Qual é a forma que a gente tem pra resolver esse impasse aí? Veja bem.

Vargas – Isso aconteceu. Qual é a forma de controle que existe hoje na Leasing?

Bompeixe – De seguro?

Arlei – Continua a mesma coisa. Não tem agora, mas a partir disso aqui, a primeira ordem que foi dada, todas as aeronaves tem que verificar aonde é que está o seguro.

Arlei – E inclusive colocando como subarrendatário, a JET SUL TÁXI AÉREO, pra cumprir o que exige o DAC. O que só pode voar se tiver seguro, porque daí eles não deixariam essa IGUAÇU RENT A CAR, e a JET SUL tem próprio e tem para nos pagar por mês, pelo menos. Então o problema aqui se a gente trocar por o sinistro, não sei quanto daria no final, eu acho que a vantagem seria, Presidente, aqui pelo menos a gente não tem prejuízo, não teria prejuízo, então foi a forma que eu achei, você dá uma versão de taxa de 1.160, para não alterar o saldo devedor, viu Mário, abato, libero e mantendo o saldo devedor, e você uma aeronave garantido. Mas nós ficamos com a aeronave e ele continua nos pagando.

Viu Arlei. Ele vinha pagando regularmente?

Arlei – Não, ele fez uma composição, agora recentemente ele compôs a dívida conosco. Tá isso aqui são alterações feitas lá atrás, infelizmente para atender interesses políticos, estou sabendo, foi feito por isso. Tá, ai esse comandante aqui diz que na época ele assumiu e tal, e deu no que deu. Foi feita a transferência, deve ter sido feito uma coisa diretamente lá dentro, como era feito. Então, veja bem Presidente, eu acho que essa solução, eu não sei se até posso por na ata ou deixo para aprovar em Comitê I.

Neco – Eu acabei de falar com Paulo Pucci, e do que a gente conversou, talvez a gente encontre uma solução, a minha interferência foi, porque eu estava em Londrina, e o Colette, Superintendente Regional, participou-me que o Peter, que é um dos proprietários da TV Mix, confidenciou a ele conforme me disse agora a pouco pro telefone, aquela necessidade de fazer uma contribuição espontânea para um Diretor da Leasing, para poder Ter acesso a uma operação, e ele pensou novamente que aconteceu isso. Uma câmera de geradores de mais dois mil reais, e agora nós vamos iniciar um processo aonde nós vamos levar indícios contra o indivíduo da Leasing que era o tal de Edinho e depois eu conversei algum tempo com eles disso ai, que era uma operação da Leasing, estava o Paulo Pucci, o Dr. Milton, porque o Dr. Milton também ouviu falar desse assunto, o Valter Benelli também estava. Eu saí, depois eles adiantaram as conversações para uma composição, qual é eu não sei ainda.

Bompeixe – Porque eu transmiti ao Arlei, a questão de uma semana, um advogado de Londrina foi procurado para ajuizar uma pela TV MIX contra a Leasing sobre esse contrato aí.

Neco – Eu vou falar pro Colete pra correr atras disso. Eu

Bompeixe – Pra que?

Arlei – Para a gente não tomar os bens dele.

Bompeixe – Estava em cumprimento a carta precatória daquele negócio da renegociação, se parou o cumprimento. Houve o cumprimento, daí nesse interregno um advogado em Londrina, cujo nome eu não vou declinar, foi procurado por pessoas da TV Mix, para verificar da possibilidade de ingressar com uma medida contra a Leasing. Eu telefonei de imediato para o Arlei, disse : Arlei eu estou sabendo disso, dá uma verificada, para nós não sermos pegos no contrapé.

Neco – Mas o que pode ocorrer Dr. Bompeixe?

Bompeixe – Eu não sei. Pode ser que apresentem uma revisional, ou qualquer coisa, e o Judiciário se encaminha cada vez mais para dar ganho de causa nas revisões contra as empresas de leasing. Aliás não é o judiciário, a doutrina inteira está dizendo isto.

Sérgio Motta – Até o Tribunal de Alçada?

Bompeixe – Tudo.

Benelli – O que foi acertado hoje, eles levaram para consideração e para registro. Eles concordaram com a proposta, houve uma redução da taxa de 6% para... daríamos um desconto em torno de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), parcelamento em 36 meses, pagando a primeira em janeiro. Eles pagariam as custas de advogado e outras custas de honorários de R\$ 2.500,00.

Daros – Qual é o valor do AMORIM SERGIPE?

Arlei – R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Diga Daros, vendemos por um desses "cavalos" aqui. Isso aqui vai dar uns R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Frare – Isso aqui está num pátio, ele não é o "fiel depositário".

Arlei – Nós alugamos um pátio para guardar lá.

Frare – Ele está como fiel depositário.

Arlei – Não, não. Ele não é "fiel depositário". Era. Aí os bens que não foram localizados vai seguir uma ação, ai o Dr. Francisco pega agora e faz o que, o precatório volta, eram o que? 30 (trinta) veículos, só achou 15 (quinze). Cadê os outros 15? Aí é um outro tipo de ação que vai correr, e que o Dr. Francisco falou e você vai pegar os desdobramentos, se já cumpriu a parte obrigatória do registro dos bens. Esse... disse que tem um aditivo assinado pelo Luiz Antonio e o Edinho, isso quem me falou foi o "localizador", o "perdigueiro", que esteve lá me trazendo isso aqui. Ele tem um aditivo lá na mão dele, que esses 15 (quinze) veículos que não foram localizados foram trocados por máquinas. Existe esse aditivo assinado. Só que essas máquinas são as mesmas que já são do outro contrato.

Bompeixe – Se isso existir, isso não engloba naquelas ações penais já instauradas. É bom não esquecer isso. É outro fato.

Arlei – Infelizmente, parece que ele tem esse aditivo, inclusive pelo que ele viu parece que tem um negócio lá do Cartório do Taboão.

Vargas – É bom que tenha porque assim é outro fato para comprovar, prova documental.

Arlei – Só que essas máquinas, que ele disse que trocou 15 (quinze) caminhões por máquinas, são as máquinas que estão em outro contrato. Os mesmos bens para levantar dinheiro duas vezes.

Bompeixe – Arlei – O "localizador", "são bernardo", me diz uma coisa, ele já trouxe fotocópia da carta-precatória inteira.

Vargas – Tem que citar o fato. Mas veja bem, aí foi reproduzindo a responsabilidade do Conselho fiscalizar etc. Agora, como nós vamos fiscalizar, como nós vamos acompanhar se nós não temos a informação.

Arlei – Mário, informações do passado nós não temos como saber. Agora, de hoje você pode pedir que nós fornecemos.

Vargas – Quando você fala de informações, que são repetitivas, que estão na auditoria, eu não sei quais são. Se você vai falar sobre alguma coisa você tem que identificar o que. Eu não sei o que. Essa informação eu já tenho, aquela eu já tenho, algumas você identifica pelo menos.

Arlei – Esse relatório da Auditoria do Valter Benelli.

Vargas – Eu concordo com isso daí, veja bem, eu não estou discordando.

Bompeixe – Arlei, eu vou só relatar um negócio aqui. Ou mudam a lei da AS ou elas acabam com os Conselhos, porquê? Porque ele pode ser destituído a qualquer tempo. A justiça tem dito que ele não pode ser destituído quando se afirma, ou seja, o Conselheiro idôneo e não é. Se ele não der motivo vai ser reconduzido. Se não der acabou. Veja bem, aqui nessa mesma sala foi dito pelo Presidente do BANESTADO de então que quem dos Conselheiros quisessem tiver acesso aos documentos podia ter, o que não podia Ter era cópia porque poderia vazar para as áreas.

Bompeixe – Se rebelou o Presidente da BLAM, fulano e beltrano estiveram aqui exigindo.

Vargas – Ele não quis colocar em ata e agora nós colocamos.

Bompeixe – Esse incidente foi lá em maio.

Vargas – Ele começou em maio não em setembro.

Bompeixe – Eu comecei a sentar ai onde está sentado o Aldo para evitar um choque pessoal, porque o Mário sentava aqui e o então Presidente sentava ali onde está o Sérgio. Por isso eu comecei a sentar aqui. A pedido, para evitar uma briga. Então não se põe em dúvida a honorabilidade de um elemento, porque eu não costumo acusar ninguém, tanto que uma ocasião me foram mostrar uma notícia crime e eu disse gente, notícia crime se conta o fato não diz quem praticou. Na hora que eu digo que foi Daros que praticou o ilícito, se eu não provar ele vem contra mim por danos morais. Euuento o fato, quem praticou as autoridades judiciais, policiais que vão verificar. Eu entendo essa sua colocação, mas o que acontece é que nós chegamos a um ponto aqui que prá nós sabermos das informações aqui tem que pedir, é do passado, não é do seu tempo, tem que pedir. É por isso que eu disse hoje. Não diz aqui TR. Não, mas é claro que é com TR, mas não diz. Amanhã o Arlei não está aqui, o Vilmar não está. Ah, eles não estão mais na Companhia, quem é que pode esclarecer? Já foram embora.

Vargas – Esse relatório que foi apresentado aqui, o problema da inadimplência não tem assinatura. Quem fez esse relatório?

Arlei – Quem é responsável é o Departamento, o DEABE, está escrito ai o Departamento. Eu me responsabilizo. Qualquer documento que estiver nessa pasta do Conselho eu assino total responsabilidade ai.

Vargas – Agora veja bem, falou do passado, que as coisas são do passado nós estamos pedindo. Porque não tínhamos.

Arlei – O que a gente fala aqui é que tem coisas que estão com as pessoas. Nós sabemos que a Sofhar foi um esquema, foi fechado pelo Senhor Luiz, pelo Senhor Edinho, pelo Senhor Oswaldo.

Vilmar – É um quebra-cabeças, eu ninguém entende.

Arlei – Eu não consigo Mário.

Vilmar – Ninguém consegue fechar esse quebra-cabeça.

Arlei – A própria Área de Informática do Banco não consegue fechar. A própria Área de Informática. A gente fica angustiado porque não pode dar resposta, isso que a gente quer deixar registrado.

Vargas – Você sabe que eu sinto Aldo, que sou o mais velho aqui, mais antigo parece. Cinquentenário, mais antigo. O que você sente é que não é só a Leasing, é um problema de estrutura geral. Aqui só foi degenerando de uma forma tal que chega a esse ponto como se dissesse não a DINFO não atende, no meu tempo também não atendia, quando era diretor lá. Tinha que matar aqueles caras que fazem os programas. Existem um conflito entre a área de patrimônio e a área de bens, não sei. Essas coisas vieram se agravando sabe. Responsabilidade do gerente em fazer um risco do bem que nem transferiu, não sabe nem se existe.

BANESTADO LEASING S.A. - ALQUILERAMENTO MERCANTIL

208^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 25.11.97

NOVEMBRO DE 1997

Neco – Vamos dar início a 208^a reunião ordinária de administração e 33^a reunião extraordinária do conselho fiscal. Eu gostaria que os senhores passassem a minuta da pauta da reunião anterior, e se os senhores tiverem alguma observação, algumas necessidades de mudanças no texto aqui elaborado, então por favor.. Eu tenho. Na página, na folha 09 da ata da reunião anterior, na página 09 no parecer do Comitê de Crédito 01: "considerando o pagamento de 240 mil em junho de 97", só que anteriormente na página 08 no item 10.2 empresa onde está "com vistas a solucionar as suas pendências juntos à BLAM, baixou 250 mil em agosto de 97. O que é que vale é julho de 97, 240 mil ou é agosto, 250 mil. Está conflitante aqui, tanto a importância como a data.

Arlei – Vou confirmar isso daí.

Neco - Na mesma página descendo um pouco mais objetivo, prazo de 36 meses a partir de janeiro de 1997. Eu suponho que é janeiro de 98.

Arlei – É isso aí mesmo, está correto, janeiro de 98.

Neco – Na página 11, no Leasing -back feito à empresa Helisul Táxi Aéreo, eu gostaria de perguntar ao Arlei se não preocupa em fazer o seguro da aeronave.

Arlei – Claro, é exigido.

Neco – Mas não está escrito aqui.

Arlei – Esse caso aqui, ainda não foi contratada a operação.

Neco – é exigido, é norma.

Arlei - É. Inclusive sobre isso a gente teve um problema sério porque não foi feito o seguro de uma aeronave, eu vou contar lá na frente.

Bompeixe – Uma outra aeronave.

Arlei – Uma outra aeronave. Não tem nada a ver, essa operação não foi contratada ainda.

Neco – No caso específico é importante a Leasing se resguardar e fazer o seguro porque em caso de acidente a perda é total.

Sérgio Mota – Cem por cento.

Arlei – Eu acho que pode colocar aqui viu Emanuel, garantia da operação com seguro.

Bompeixe – Com seguro.

Arlei – E respectivo seguro. No final do parecer da aeronave da Helisul.

Emanuel – 11.1.2, página 11.

Neco – Parecer da Banestado Leasing S.A - Arrendamento Mercantil: Em virtude do valor da aeronave, e, seguro, e procuração para... junto a UNIMED. O seguro de aeronave tem que ser obrigatório para quem está fazendo leasing.

Aldo – Isso é uma norma geral?

Vargas – É geral, todo bem tem que ter seguro.

Arlei – Infelizmente nós tivemos um caso aí que não tinha. Lá na frente a gente vai mostrar.

Neco – Eu não tenho mais nenhuma observação, se os senhores tiverem alguma informação que se manifestem. Temos a nossa pauta extensa.

Aldo – Eu tenho. Na página 19, onde consta a renúncia do conselheiro Miguel Horst Bompeixe, Eu só gostaria de saber se o conselheiro, apesar dos apelos que nós fizemos, se ele mantém a sua decisão?

Bompeixe – Eu estou em***** u não apresentei renúncia, eu iria apresentar.

Neco – Eu acho que, ao invés da palavra renúncia de conselheiro, põe carta de conselheiro. No item 12.6, o senhor põe aqui ao invés de renúncia, carta de conselheiro.

Sérgio Motta – No título, ou manifestação.

Neco – Carta porque vai ser escrito, formal. Tudo bem, então não havendo da parte dos senhores conselheiros mais nenhuma alteração para a aprovação da minuta da ata, eu peço aos senhores que se estiverem de acordo permaneçam como estão, se não estiverem que se manifestem. Aprovada a ata conforme a redação, e as alterações sugeridas. A ata da 78ª reunião ordinária do conselho fiscal está sob a apreciação dos senhores para aprovação dos senhores conselheiros fiscais. Aprovada também a ata. Agora nós passamos a página 1 da pauta. Nós pediríamos ao Sr. Arlei que se manifestasse a respeito do Demonstrativo Sintético do Resultado Contábil.

Arlei – Presidente, eu gostaria antes de começarmos a entrar na pauta. Nós temos aqui a presença da Divisão Jurídica do Banco, o Dr. Milton e Dr. Francisco que é da área mais criminal aqui do Banco, tem o auditor do Banco o João Maria, inclusive para esclarecer algumas indagações que ficaram pendentes na última reunião do conselho. Então eu gostaria que o Dr. Francisco ele vai se manifestar sobre o problema dos processos administrativos dos funcionários, com relação ao Ministério Público e também com relação à Empresa Amorim Sergipe, Rápido Laser e Pré Motor; as providências que estariam sendo tomadas nesse campo. E o Dr. Milton também está acompanhando e depois o auditor, o João Maria vai falar que ele está participando de todo o levantamento do escritório do Küster tá, então são as pessoas que estão intimamente ligadas no processo. Vão passar então as informações. Dr. Francisco tem

a palavra.

Dr. Francisco – Nós preparamos um relatório bastante resumido, a cerca das providências tomadas pela divisão jurídica da qual a cópia já está com os senhores. A pedido da Promotoria de proteção ao patrimônio público nós encaminhamos cópias de todos os relatórios da auditoria e de todos os processos administrativos. A área cível dessa Promotoria vai apurar a responsabilidade civil, ou seja, tentar o resarcimento dos prejuízos sofridos pela Leasing por essas pessoas. E a área criminal a responsabilidade penal. Há fortes indícios da ocorrência de crime, a Promotoria já mencionou corrupção, concussão, formação de quadrilha.

Neco – Nessa história qual dos casos que o senhor pode dizer?

Dr. Francisco – Todos os relatórios indicam a ocorrência de crime. Agora, na opinião da Divisão Jurídica o crime praticado na Leasing, o Promotor da área criminal. Prosseguindo então, o Ministério Público Estadual, na área criminal, obteve a quebra de sigilo bancário de três ex-funcionários da Leasing, o Luiz Antonio, o José Edson e o Nacim. E o que ele descobriu? Ele descobriu que empresas que tiveram deferidas operações com a Leasing, faziam pagamentos a uma pessoa chamada Eusir Baggio, e que o Eusir Baggio repassava parte desses valores ao Luiz, que por sua vez repassava ao José Edson. Não há maiores indícios com relação a participação do Nacim. Com relação ao Luiz Antonio e o José Edson há fortes indícios. O dinheiro saia da empresa, ia para o Eusir e depois para o Luiz e para o José Edson. Então com base nisso esta

apurando sobre o crime de corrupção e o crime de concussão. Se eles solicitaram propinas ou se eles exigiram o pagamento de propinas e também o crime de formação de quadrilha. Então essa é a linha de investigação do Ministério Pùblico Estadual na área criminal.

Neco – Dr. Francisco desculpe interrompe-lo, é que hoje eu tive uma visita de um cliente da Leasing, a TV Mix de Londrina; o Dr. Milton estava presente e ele confirmou que ele foi sugerido por um cidadão de Londrina chamado Paulo Alho, que tem uma Brasília; ele estava com dificuldade de encontrar recursos e fazer uma operação junto ao Banco do Estado, e se fosse a Leasing e ele dando uma contribuição ele poderia conseguir, e ficou comprovado, e ele hoje na minha frente e de testemunhas ele confirmou que ele deu 12 mil reais em dinheiro para o Edinho, uma câmera fotográfica, uma filmadora. Então com o Edinho já tem a prova dele com cliente do Banco.

Betenheuser – Ele, somente indagado e sugerido que viesse a depor na Auditoria, ele se negou alegando que não gostaria de estar com "juiz de cor".

Dr. Francisco – Várias pessoas já nos procuraram com a mesma história mas igualmente se recusaram a formalizar...

Neco – Não, mas agora ele falou na minha frente, na frente do Dr. Milton aqui no Banco e nós podemos indicá-lo como testemunha, como corruptor...

Vargas - Ai ele é intimado a depor.

Neco – Lógico.

Betenheuser - O senhor quer que seja encaminhada esta pauta?

Neco – Sim, porque que não! eu fiquei sabendo disso.

Betenheuser - Então tem que encaminhar, porque ele se negou a qualquer depoimento que disse que iria envolver terceiros. Eu vou encaminhar dessa forma Presidente.

Neco – Eu na função que eu estou sabendo, um fato desses, eu não posso ficar omisso.

Betenheuser - Está ok Presidente, o problema é o seguinte: Se ele se recusar a depor e eventualmente chamado em juízo. Mas tudo bem, vamos encaminhar essa forma. Vamos passar a qualificação dele ao Ministério Pùblico, dando essa informação.

Neco – Por favor! Por favor.

Dr. Francisco – Boim, além dessa investigação do Ministério Pùblico Estadual, nós também solicitamos à Procuradoria da República no Paraná a abertura de inquérito policial. Nós entendemos que caracterizados crimes contra o sistema financeiro nacional.

Neco – Chamado crime do colarinho.

Dr. Francisco – Crime do colarinho branco, gestão fraudulenta da instituição financeira e em alguns casos fraude em financiamentos. A gestão fraudulenta envolve o pessoal da Leasing, o Diretor-Presidente à época e mais essas pessoas aqui, Luiz Antonio e José Edson. E as de financiamento envolvem os empresários que tomaram dinheiro da Leasing. Eu tenho aqui cópias de todas as notícias de crime, são vinte e seis notícias de crimes encaminhadas ao Ministério Pùblico Federal.

Neco – O Senhor poderia transferir ao Dr. Bompeixe, por favor. Por gentileza.

Dr. Francisco – Nos casos em que houve crime por parte dos empresários, são aqueles de Sergipe, da HABITACIONAL, da RÁPIDO LASER e da AMORIM SERGIPE. Nós temos um caso em São Paulo da PREMOTOR, está bem caracterizado ocorrência de crime no caso de financiamento, os bens não existem; foram usadas notas frias para obtenção de financiamento. Nós temos um caso de São Paulo, a SAN JOSEPH, também com notas frias. Outra de São Paulo da LOPEN INFORMÁTICA, notas frias; E todos esses casos estão sendo apurados pelo Ministério Público. Eles ainda estão analisando a documentação que nós encaminhamos, são vinte e sete pedidos, vinte e sete relatórios; quer dizer, uma documentação farta. Fora os processos administrativos. Há um único caso que já há abertura de inquérito policial, é o Sr. Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, que forneceu informação falsa ao Banco Central. No caso da RÁPIDO LASER...

Neco – Domicílio.

Dr. Francisco - Domicílio, exatamente, então neste caso já há um inquérito instaurado em curso aqui na Delegacia da Polícia Federal de Curitiba. Já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Banco, entre elas o Sr. José Maria e já foi ouvido o pai do Sr. Oswaldo. O inquérito está em fase de espera das respostas de alguns ofícios que o delegado encaminhou a diversos órgãos né, Exatoria, Prefeitura, Junta Comercial de Sergipe etc. Eu acho que o relatório, se alguém tiver mais alguma dúvida?

Neco - Eu tenho. No caso do Sr. Oswaldo, que é o Diretor Presidente, é o maior responsável, não há dúvida é quanto a isso.

Dr. Francisco – Não, não há dúvida.

Neco – O pai dele foi convocado pra prestar declarações, exatamente pra comprovar o domicílio aonde comparece o domicílio do escritório dele como o endereço do Contrato Social da firma RÁPIDO LASER, certo?

Dr. Francisco – Isto, certo, para explicar a situação.

Neco – Ou ele pode dizer que ele fez um favor para um amigo tá? Qual a implicação criminal? Porque isto aqui é um falso testemunho!

Dr. Francisco – Sim, sim. Sabe o que? Eu não tenho cópia do depoimento dele.

Neco – Como? Como?

Dr. Francisco – Nós solicitaremos ao delegado cópia desse depoimento dele. Mas o Delegado já me adiantou o seguinte: É o Sr. Joaquim dos Santos Filho.

Neco - É, Joaquim dos Santos Filho, ladrão da Caixa Econômica Federal, entre outros.

Dr. Francisco – Então ele disse que a responsabilidade não é dele nem do filho dele. O pessoal da Sergipe foi que usou indevidamente o endereço dele.

Sérgio Motta – Que coincidência!

Dr. Francisco – É coincidência.

Vargas - Depois deu outro endereço lá do Boqueirão que não era nada também.

Dr. Francisco - O endereço do Boqueirão era...

Sérgio Motta - Era de uma firma fechada do pai dele.

Dr. Francisco - Então eu conseguirei cópias de todos esses depoimentos e apresentarei à Presidência oportunamente.

Neco - É nós vamos tentar agora com a TV MIX incriminar esse rapaz e ele vai ver o peso agora, do crime que ele fez. Certamente depois disso ele vai abrir a boca.

Dr. Francisco - É lamentável que os funcionários da Leasing tenham sido punidos, ou melhor, não é lamentável; é lamentável que só os funcionários da Leasing tenham sido colhidos até agora.

Neco - Qual a sugestão que o Senhor dá? O que o Banco pode fazer com o Secretário?

Dr. Francisco - O que o Banco pode fazer ele já fez né?

Neco - O Banco encaminhou à Polícia Federal que cabe fazer isso, agora, que o homem que é homem de confiança do governador não me cabe questionar isso.

Dr. Francisco - Apenas registro que isso é lamentável né?

Sérgio Motta - Houve algum indício de crime na emissão das debêntures da Leasing.

Dr. Francisco - Eu não acompanhei essa emissão. Não trabalhei o relatório da Auditoria que tratou dessa emissão.

Sérgio Motta - E a Auditoria sabe?

Arlei - O relatório da auditoria não apurou nada.

Sérgio Motta - Nada, nada?

Vargas - Mas você não pode enquadrar o Sr. Oswaldo no Colarinho Branco também? Federal?

Betenheuser - Sim, ele foi enquadrado por informação falsa.

Dr. Francisco - Por informação falsa e gestão fraudulenta.

Vargas - E outro tipo previsto na lei, não?

Dr. Francisco - Têm que ver o seguinte, o que é que está acontecendo. Se os senhores observarem tem vários segmentos de informações que estão indo as diversas esferas de polícia. No Ministério Público Estadual atua as duas concentrações, na esfera criminal buscando cada um dos fatos e uns foram apurados nos Processos Administrativos, e eventualmente também cada um dos fatos que serão apurados em decorrências das ações que se comovem de reintegração. Do lado cível, o Ministério Público deve analisar possibilidades de ações de improbidade administrativa, buscando seqüestro de bens etc. Certo? Então já há uma segmentação de informações. O problema é o seguinte: Trabalhar com todas essas informações de tal forma que se produza alguma coisa que traga resultados. Na fase seguinte também tem o primeiro contato o Ministério Público está analisando ainda todas as informações trazidas, até que eles possam enquadrar cada um dos agentes que estão tidos como responsáveis.

Pode eventualmente chegar ao Diretor- Presidente entendendo que ele, em decorrência de todas essas ações, em função talvez de fiscalização, de controle, talvez possa ser lhe imputado uma responsabilidade maior de que é a de " falsidade ideológica e gestão temerária". Certo? Mas isso é ao final de toda essa análise, ao final de toda essa persecução penal.

BANESTADO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, RÉALIZADA EM 03.03.98

MARÇO DE 1998

Aldo - Eu não encontrei a figura numérica, valores de adiantamento. Esses R\$ 700.000,00 não está em lugar nenhum aqui.

Pucci - Houve R\$ 700.000,00 de adiantamento, realmente houve R\$ 700.000,00 de adiantamento durante o ano de 1995. As ações que eram encaminhadas e se pagava o adiantamento dos contratos. Os contratos de credenciamento eram diferentes e aí foi suspenso. Foi pedido credenciamento junto ao Banco e posteriormente um levantamento desses valores adiantados porque não se tinha um controle do que já tinha sido adiantado o que já teria sido cumprido com a finalização do processo. E aí só se dizia que foi adiantado, foi adiantado e até agora ninguém viu a cor do dinheiro, quando na realidade o processo estava sendo dado continuidade, os bens estavam sendo reintegrados, vendidos e nós paramos com esse processo de pagamento para fazer o levantamento do quanto foi pago, quanto foi depositado. O que acontece? Passou um ano, quase um ano e meio e não está se pagando mais nada. Esses R\$ 700 mil ficou corroído com o cumprimento das ações que esse advogado tinha, que o Escritório Küster de adiantamento.

Neco - Quem que autorizava esses pagamento adiantados?

Pucci - A Equipe anterior que estava lá. Nós fomos prá lá e com dois meses nós conseguimos bloquear o contrato e descredenciar da forma como estava. Daí passou a nível de financiamento junto ao Banco.

Vargas - É tem uma parcela que você não vai recuperar, é difícil. 10% (dez) por cento que eram pagos para ele, desses 30% era distribuído internamente nas agências.

Mota - Nas agências não.

Vargas - Na Diretoria pelo menos.

Pucci - Não, o Küster não.

Vargas - Ah, interna do Banco. O Küster não distribui.

Pucci - No levantamento da Auditoria você o fato do...

Vargas - É extra-caixa. Não é do Küster.

Pucci - De ilegal não tinha nada, tinha imoral né? Esse é que era o problema.

Mota - Com relação à distribuição dos registros de títulos e documentos ao 1º Ofício só, ficou decidido nesse Reunião ou se redistribuiria para todo mundo ou se dava uma razão válida para que ficasse só com o 1º Ofício. Como é que ficou isso?

Pucci - Veja, até é bom que eu vou entrar num outro assunto com relação a essas distribuições tá. O 1º Ofício de Títulos e Documentos nos apresentou o orçamento, foi aquele que foi trazido numa reunião, não me lembro mais em qual delas. Você estava presente? A posição de cada cartório com relação ao preço e agilidade, qualidade nos serviços e esse Cartório foi o que melhor condições de preço e qualidade e o próprio pessoal da cobrança. Após apresentar aqui o pessoal achou por bem dar continuidade. Porque se eu vou distribuir uma coisa, está sendo bem feita, por um preço mais barato, por outros que talvez não apresentam a mesma qualidade e ainda pago mais. Esse foi o preço dado por eles por cada cartório cobrado da Banestado Leasing. A diferença era razoável. Hoje nós temos num único cartório, esse aqui Bacacheri, de Títulos e Documentos. Por exemplo, hoje custa R\$ 60 o registro de títulos por documentos. Para a Banestado Leasing é feito por R\$ 50. Agora eu tive que mandar registrar todos os contratos da CLUBECAR e a DESAFIO, porque a gente está numa iminência de ter que executar esses contratos de R\$ 10 milhões. São 2 mil contratos em função dos emitidos dos 500 e 600 contratos que tinham 3 ou 4 demitidos isso aí daria R\$ 50.000,00 aproximadamente esses o Cartório deixou por R\$ 27.000,00, ele baixou de R\$ 60,00 para R\$ 35,00.

Mota - Nós não estamos levantando o ponto da idoneidade dele.

Vargas - O Paulo, na época em que nós levantamos essa questão, você disse que tinha várias propostas, essas propostas foram formalizadas por escrito ou não?

Pucci - Foram consultadas, veio para nós.

Vargas - Veio, eu não falo nada, eu não falo mais nada, eu não me recordo.

Daros - Porque entrou o problema do Mateus Leme, do Taboão.

Vargas - Ah sim, o Taboão eu até me lembro.

Daros - Não, mas era tudo mandado para o Hauer. Daí veio essa proposta que continua hoje.

Vargas - Mas aqui veja bem, Taboão e Bacacheri, Boa vista, Bacacheri, sei lá esses são tabeliães. Esse é um tipo de custo, um tipo de atividade cartorária e esses aqui não, esses aqui são só registros, são dois tipos, são dois tipos de Cartório.

Pucci - Foi pedido recentemente uma posição da Auditoria com relação à operação da CLUBCAR.

Vargas - Específica.

Marquesini - Duas vezes o trabalho recomendado prá isso.

Vargas - Isso é um trabalho específico não é uma Auditoria realizada permanente. É específica.

Aldo - O Dr. Sérgio está satisfeito?

Mota - Não, da minha parte estou satisfeito.

Vargas - Nós pedimos também está contemplado também na ata, instruções para as agências sobre aquele aspecto do ajuizamentos de Crédito em Liquidação. Nós detectamos que tinham operações com três anos de vencidas e não estavam ajuizadas e nós pedimos um relatório. Alias nem tanto o relatório, nós pedimos que fosse montado instrução à Rede, certo, dando os prazos para ajuizamentos reintegrações de posse, as providências a tomar no caso de inadimplência, tentando apressar...

Marquesini - Infelizmente isso passa pela DIJUR. Então as normas que a DIJUR segue são normas globais não especificamente. Então eu conversei pessoalmente com o Milton Betenheuser, então eles no presente momento estão tendo uma dificuldade, que é relacionada, primeiro com falta de gente. Nas SUREGs, advogados nas SUREGs para poder orientar. E as agências hoje não estão preparadas com orientação e até com ensinamento para adotar esses procedimentos. Então precisaria de uma doutrinação ou um ensinamento.

Mota - Treinamento.

Pucci - Um erro de notificação, um erro numa coisinha, ele atrapalha o processo todo. Para o senhor ter uma idéia Dr. Mário, o senhor sabia que nós temos um processo de indenização lá na Leasing de US\$ 1 milhão de dólares. Alguém comentou com o senhor? É, um pedido de indenização?

Vargas - Perdas e danos?

Pucci - É, pedido de perdas e danos. É, foi reintegrado um bem cuja notificação foi expedida e iniciado o processo de execução e por deficiência do sistema, não poderia aceitar aparcela depois de iniciado o processo de ajuizamento. O cidadão depositou na conta da Leasing, Safadeza, e o processo continua. Reintegraramos o bem do cara e vendemos. Aí ele entrou com ação de indenização, US\$ 1 milhão de dólares.

Mota - Não vai ganhar.

Pucci - Não vai ganhar. Nós acertamos esta semana, até eu vou comunicar os Senhores já que nós vamos pagar o veículo dele, e o advogado pediu R\$ 15 mil reais e que o veículo é R\$ 34 mil. Vamos pagar um veículo novo para ele, um caminhãozinho F-4000 é R\$ 14 mil. É que nós pegamos e vendemos dele. Ele pediu R\$ 15 mil porque no mínimo achou que ia receber R\$ 150 mil, e eu estou fechando por R\$ 13 mil, que é dez por cento.

Vargas - E o advogado pediu só de honorários.

Pucci - O Advogado consciente de como funciona a coisa e tal passou e passa, porque são muitas ações e existe malvadeza do outro lado. Esse cidadão usou de esperteza e de má fé. Queria ganhar a causa.

Pucci - Posso contar para o Senhor, eu não conseguiram mandar os processos ainda, porque, para o Setor está montando os processos, ele tem que fazer lá uma planilha em que montar uma série de documentos. Então que mandar para o Cartório de Títulos e Documentos. O que aconteceu? O processo da CLUBCAR teve que preparar a documentação equivalente a 2 mil processos.

Mota - Absorveu tudo.

Pucci - Absorveu, até quarta-feira agora, que deve terminar o registro lá no Títulos e Documentos do Cartório, desses processos da CLUBCAR, os terceiros envolvidos o Setor se disponibiliza a começar a ajuizar novamente. Porque realmente aí é humanamente impossível. Porque tem até falta de gente.

Vargas - Já que nós estamos em títulos e documentos, esses contratos não são registrados diretamente nos Títulos e Documentos no momento em que você assina?

Pucci - Hoje nós estamos fazendo isso na área operacional, os novos contratos, que é a minoria, são muito poucos. Depois eu gostaria de entrar nesse assunto com o Senhor aí, porque não se cobrava antes uma taxa de abertura de crédito. Vamos começar cobrar hoje que é exatamente o valor do registro do documento. Fez o contrato lá na agência, chegou na Leasing manda registrar, aqui na Leasing, tá? Porque não se fazia antes, eles achavam que corria, valia a pena correr o risco. A Leasing não tinha inadimplência. Aí começou a explodir a inadimplência, começou surgir problemas de registrar o contrato. Olha o risco no caso da CLUBCAR. O repasse desse veículos da CLUBCAR DESAFIO para terceiros, se esse cidadão pegou esse documento.

Vargas - É discutível essa necessidade de registro desse documentos. Você um documento público, no caso de veículo, é o DETRAN. Esse é o registro público.

Pucci - Deixa eu completar, Sr. Mário, o que aconteceu já.

Vilmar - Qual é a consequência disso?

Pucci - Se o títulos e documentos registrar o primeiro contrato lá na CLUBCAR com o cidadão, mesmo com data posterior ao meu aqui da Leasing, o que vale é o dele.

Vilmar - O que vale é o dele.

Pucci - Ele vai lá e cancela o registro no DETRAN, o Senhor sabia disso?

Mota - É isso é verdade.

Pucci - Eu estou correndo esse risco se estiver algum contrato da CLUBCAR registrado já, porque a Banestado Leasing não fez isso.

Aldo - Não poderia alertar antes que aconteça?

Marquesini - Eu tenho a impressão que isso surgiu agora em função da CLUBCAR.

Pucci - Então eu tomei essa iniciativa, eu consultei o Arlei só para saber o custo dos contratos, dos registros, porque quando eu vi que não ia dar certo a documentação do processo aí, falei esse cara não tem dinheiro para pagar. Nós vamos ter que executar, partir para a execução.

Vilmar - Só que nós vamos correr o risco de ficarmos com o registro anterior.

Pucci - Com certeza.

Vargas - Sim, veja bem vocês faziam leasing com nota fiscal, não com o certificado, o DUT transferido, DUT de transferência. Então, nada obsta de pegar o carro e vender para um terceiro e registrar em nome de terceiro. Isso é o que deve ter acontecido.

Vilmar - ... Só que o cliente pagou o CLUBCAR e não pagou à Leasing.

Vargas - Da CLUBCAR isso?

Pucci - Sim.

Vargas - Mas nós não tínhamos pegado o DUT.

Pucci - Dá uma olhada. O DUT não estava, alguma coisa eles passaram para nós, não sei se

Vilmar - Com mais um agravante ainda.

Vargas - Mais grave que isso?

Vargas - A SOFHAR teve baixa de seu saldo devedor por várias dações em pagamento. Não é trabalho. Tem vários contratos nosso em andamento. Amortizaram vários desse contratos como dação em pagamento. Alguns em prestação de serviços, equipamentos, OK? Eu gostaria só para nosso controle, fizessem um demonstrativo rápido, as datas, as dações, da baixa, o valor que foi baixado e que tipo de dação foi feito.

Marquesini - Mas o valor dos equipamentos veio.

Vargas - Veio isso, mas não veio, o que eu gostaria de Tér uma outro elemento que era o saldo devedor na época.

Marquesini - Aquilo que o senhor precisa?

Vargas - Não, veja bem, o tipo de dação, tipo de serviço, o valor da dação e o saldo devedor que restou, e parece que houve estorno de dação também.

Marquesini - Me parece que foi feito um acordo..

Vargas - Não foi feito, e estornado. Só para se ter uma idéia, como se comportou esse caso da SOFHAR. Está inadimplente ainda.

Marquesini - Eu vou fazer um resumo então da origem. Essa empresa ela, ao todo foram 21 contratos celebrados onde ocorreram quatro renegociações,, a última em janeiro de 98 com a aprovação do Comitê, prevendo um pagamento de R\$ 150 mil reais como parte dos contratos. Alegando prazo para 36 meses sendo que os 6 primeiros meses, pagamento somente de juros e alterando as datas de aniversário das parcelas

em três. E isso não foi cumprido até hoje, não pagaram. Dia 20, 23 e 25 de fevereiro deveriam ter sido as primeiras parcelas da negociação e que até hoje estão em aberto, até 02 de março.

Mota - Me diga uma coisa, a SOFHAR, ela não tinha um dinheiro para receber da COPEL ou de qualquer outro órgão público, SANEPAR ou coisa assim?

Pucci - E que tem até.

Mota - E que em seguida o Banco...

Vilmar - Ela tentou negociar com o Banco e não deu certo. Não sei porque.

Aldo - Ela pediu uma nova operação de leasing no Banco e foi indeferida não é? Pra nós seria, queria uma operação quer dizer, eu te devo R\$100 mil, você me empesta R\$ 200 mil e eu te pago R\$ 100 mil, assim não dá.

Vilmar - Ela queria fazer um empréstimo no posto, mais ainda a parte de

Aldo - Em cima de um contrato de prestação de serviços entrega fatura.

Marquesini - São equipamentos de informática, telefonia, móveis e utensílios para escritório.

Vilmar - Mesa cadeira, xícara, pires...

Vargas - A reintegração dos bens deles e pegar e jogar fora. Não vale nada.

Mota - Não será melhor acabar com isso de uma vez, em vez de agente começar perder mais dinheiro ainda...

Vilmar - Fazer o que, Dr. Mário?

Mota - Executar a SOFHAR. Não tem jeito não é?

Vargas - Executar o contrato?

Mota - Prá Não perder muito.

Vargas - Ter jeito tem, pode executar só que você vai para reintegrar, na reintegração não leva nada.

Mota - Sim mais do jeito que vai, só vai aumentando a dívida.

Vargas - Agora, naturalmente esses equipamentos que foram objeto de leasing devem estar com terceiros, devem ter alugado para terceiros, vendido. Não está aqui, devem estar com terceiros. Vendeu entregaram, não existem e provavelmente não vai existir mais isso.

Aldo - Isso é comum...

Vilmar - Há uma orientação para...

Vargas - Aí tem duas ações..

Mota - Não, é uma sugestão...

Vargas - Você vai fazer uma reintegração de posse, não vai encontrar, vai ter que entrar com uma ação criminal, de estelionato em cima deles, do Diretor da Empresa tá? E executamos a SOFHAR com saldo devedor. Eu faço essa proposta pra vocês.

Mota - A gente da mais perna para ela e ela também não cumpre, porque a dívida vai se alongando, vai aumentando, aumentando.

Vargas - Eu acho que tentativas de negociação foram feitas várias.

Aldo - Tentativas não, foram várias tentamos, deram um gás aí pra eles como ele acabou de dizer e ele não cumpriu. Eu acho que...

Vargas - Eu sei que o Senhor vai cobrar, mas nós vamos executar, chama antes conversa, nós vamos executar, tem 72 horas pra nós despachar, cumprir o que foi determinado, então nós vamos executar. Vamos iniciar com reintegração de posse, muito bem, se não tiverem, é o caso de denúncia ou de queixa-crime para a polícia.

Marquesini - Queixa crime já foi formalizada. Ela está no rol das 26 empresas.

Vargas - Ah é? Não, isso aí é outra coisa. Essa queixa-crime das 26 empresas é queixa crime contra os administradores, já foi cumprido e tudo isso.

Marquesini - Não, não Conselheiro para a própria Empresas e para os administradores.

Vargas - Também, também pela Federal.

Marquesini - É a mesma ação, contra as Empresas e os administradores.

Vargas - Mas veja bem, veja bem Marquesini. Precisa ver o fundamento dessa ficha aqui.

Marquesini - O fundamento solicita com base no Relatório de Auditoria que a Procuradoria examine indícios de favorecimentos ilícitos e mais ainda informação, informações fraudulentas para concessão, para obtenção do crédito e tal, e pedindo que apurado ou constatado, que sejam pra "A" ou "B" aberto o competente inquérito policial.

Vargas - Mas esse seria um pouco diferente, seria um inquérito policial por estelionato, desvios de bens, apropriação indébita.

Marquesini - Para nós constatarmos isso nós vamos ter que entrar com ação de reintegração de posse.

Aldo - Primeiro, há que passar ai...

Marquesini - Não localizados. Sim aí entrar com uma ação, não de estelionato, é uma ação contra o devedor solidário como depositário infiel.

Vargas - Com isso você não pega ninguém.

Aldo - Mas assusta, incomoda, assusta.

Vargas - Agora eu acho que uma ação, uma queixa-crime, um inquérito policial, pedido de abertura incomoda mais eles tem que ir lá na polícia explicar. Não vai levar a nada pode ter certeza, mas vai incomodar e a ação normal de cobrança.

Marquesini - Eu vejo que medidas que não levam a nada e que só incomoda é a mesma coisa. Então tem que se tomar medidas efetivas que traduzam pela reparação, como é a primeira que é a medida com relação à reintegração de posse dos bens e não dando sucesso virão as medidas complementares.

Vargas - É isso que eu digo.

Marquesini - Agora.

Vargas - É a criminal que é apropriação indébita ou estelionato e a cível que é a cobrança do saldo devedor, sem os bens só o saldo devedor de alguma forma. Ação executiva.

Marquesini - O Conselho deliberando a tomada dessas decisões...

Vargas - Da minha parte eu sei, é uma solução.

Marquesini - Mas eu acho que deveremos procurar primeiramente.

Vargas - Não, claro.

Marquesini - Principalmente porque está se fazendo uma semana que os vencimentos das parcelas, são consideradas parcelas em dívidas, os contratos considerados em dia pra nós ainda né esta em curso normal.

Aldo - Eles entraram com um pedido aqui no Banco e trouxeram um contrato de prestação de serviços ao Estado. Acontece que o contrato não tem nada, enfim é um contrato de intenções que não tem nada do que firmar, se tivesse, se esse contrato fosse acompanhado digamos de algumas petições ou alguns documentos, ou títulos de créditos aí até tudo bem, ali poderia se descontar, você não pode operar, fazer uma operação com um contrato de intenções, isto está em discussão inclusive no Comitê.

Vargas - É, na minha época de Banco nós não fazíamos operação em contrato. Fazia operações em fatura, no caso do DER por exemplo tinham os contratos de obras, o cara vinha com os contratos, na época fizeram. Perderam tudo. Porque não fazia a obra e acabou.

Aldo - Levaram dinheiro

Pucci - O Marquesini pediu pra colocar também, porque nós estamos fazendo reuniões constantes, toda a terça-feira existe uma reunião pra tratar de assuntos do dia a dia e emergenciais, e toda a semana aparece lá na Leasing. Nós já desenvolvemos extratos de rotina, quer dizer, um aperfeiçoamento do Sistema antigo, que vai ser substituído por esse novo do EPS, mas que tem que ser tocado enquanto o outro não estiver desenvolvido. Toda a terça-feira tem reunião da DINFO com os Gerentes da LEASING. Além disso, estão sendo feitas reuniões dos Gerentes da LEASING com uma empresa terceirizada que está trabalhando com o desenvolvimento do operacional, isso é, para a DINFO, que é difícil, quebra cabeça, tem coisas dentro do Sistema atual que ninguém sabe como é que está lá o que é que está, as normas são tão complexas de leasing que se perdeu a memória com a demissão das pessoas lá, os especialistas foram mandados embora de leasing. Ficou gente lá que conhece mas que tem que estudar um pouco mais. Eu particularmente, perto dos meninos lá, fico, deixo muito a desejar,

só estou no gerenciamento, mas a parte técnica mesmo eu não conheço e o que aconteceu com a demissão das pessoas que conheciam precariedade agora no desenvolvimento do rolo. Então está tendo um pouco de dificuldade, mas estamos tentando superar.

Vargas - Eles conheciam demais lá.

Pucci - O pecado foi esse, como técnicos, eram excelentes. Fizeram um excelente serviço.

Vargas - Só eles conheciam, você que não sabia de nada. Então está bom, vamos começar de novo, exatamente, sabiam de tudo. Dizem que quem tem informação tem o poder né Padre, nossa época de informática, Eu acho que não é de mentira, quem sabe usar a informação é que tem o poder. Tem que ter, saber usar a informação você tem que tê-la. Saber usar a informação. Isso é que é importante.

Marquesini - Eu quero apresentar os Conselheiros, eu participei como convidado de uma reunião recente da Diretoria do Banco, e este assunto a ser, autorização pra venda dos bens que há impedimento jurídico, a área jurídica do Banco está tratando junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, um pedido de autorização. Agora, por falta de embasamento jurídico, eu não sei explicar aos Senhores o porque de pedir ao Tribunal, o texto foi comentado nesta mesa por interpelação do Presidente Neco e foram dados os esclarecimentos pelos Diretores de Administração do Banco, a cerca do andamento disso. Com relação à LEASING, a situação nossa ela não está neste pé como o Conselheiro comentou, se nós tivermos bens com prazo um pouco mais antigos, mas nunca nesse prazo de 10 anos. Porque, como disse o Paulo, consumada a reintegração de posse e não havendo contestação, nós estamos vendendo os bens. Os bens da LEASING estão sendo vendidos, com um detalhe, por favor, um detalhe, nós não estamos conseguindo vender aqueles cuja documentação está incompleta. Eu não posso vender um caminhão não tenho a DUT. Então eu tenho que entrar num processo de buscar lá na origem, uma operação feita a cinco anos atrás que o antigo arrendatário sumiu, levou a documentação e eu só tenho o registro desse bem em contrato, eu não tenho ele no documento original. A propriedade não é minha, eu estou de posse. Bom, podemos vender isso? Podemos, nós vamos lá e vendemos, agora quem que vai comprar sem a DUT.

Vargas - A menos que tem um mandato judicial, expedido pelo juiz.

Marquesini - Esses casos eu comentei na penúltima Reunião do Conselho que eu participei e desisti dado a um volume "X", mas que nós estávamos tentando obter junto ao DETRAN aqui do Paraná esta autorização, ou seja, eles analisariam os casos.

Vilmar - Mandaram carta para o DETRAN dia 19 de dezembro. Só que até hoje está rodando todos os departamentos e nada.

Marquesini - Ou seja, aí a burocracia lá que Deus me livre.

Marquesini - Pela informação que eu tenho, teria ocorrido isso. Agora o Presidente Neco a questão de 60 dias ou um pouco mais, ele está, ele pessoalmente, exigindo a aceleração a venda disso a ponto de determinar que aquilo que estiver disponível seja lá no interior seja na capital, seja removido pra Londrina e lá estão sendo vendidos. Que aliás estão sendo objeto desta pauta que está aqui para nós decidirmos. Então essa preocupação...

Aldo - Eu acho que essa, está havendo uma velocidade maior aqui na parte de leilão de venda de bens da Leasing, eu estou acompanhando os jornais aí, quase que toda a semana sai lá um edital de leilão, que está havendo um leilão.

Marquesini - Eu acho que aliás, hoje ou amanhã está havendo um leilão do Banco.

Aldo - Vamos deixar para o final. Bom, "Fluxo de Caixa Realizado no Mês de Janeiro", quem é que vai relatar?

Marquesini - Vilmar.

Vilmar - não sei se tem alguma alteração.

Aldo - Esse pagamento de parcelas das debêntures na saída aqui é esse normalmente mensal o valor que está sendo pago?

Vilmar - Normalmente em torno disso.

Aldo - Está em dia então?

Vilmar - Termina o pagamento das debêntures em maio.

Aldo - Em maio, em maio liquida

Marquesini - O saldo está em torno de R\$ 27 milhões, para ser liquidado.

Vilmar - Bom, isso aqui foi vendido para que a LEASING desenvolvesse a Campanha de Vendas dos Bens, nos mesmos moldes que o Banco tocou a dele e quando o pessoal DEPPA fez a Campanha lá não foi conversado com a gente e a LEASING acabou ficando de fora desse processo e depois teve uma venda de bens, até o Marquesini falou aí em Londrina, aonde o Presidente questionou o pessoal lá porque é que eles não estavam sendo pagos dessas comissões aqui, e eles teriam direitos de receber essas comissões, conforme o Banco está fazendo. Então foi pedido para o Arlei e para o Marquesini, para que eles montassem uma proposta da LEASING, para que a gente também viesse pagar as comissões nas vendas de bens na mesma metodologia que o Banco adota, na mesma metodologia do Banco, ele está pedindo que seja com data retroativa a 10 de novembro, porque teriam pedidos para que se façam os pagamentos.

Marquesini - Não só haviam pedidos, já vieram débitos oriundos das vendas feitas em Londrina por determinação do Presidente. Porque o pessoal começou a reclamar, então nós estamos aí, está sendo feita a Campanha da Leasing, a proposição é que o Conselho tomado conhecimento homologue, que seja estendido para a LEASING também nos mesmos moldes que é adotado no Banco.

Aldo - Agora me diga uma coisa, pelo o que eu entendi aqui, nós estamos autorizando o Banco os funcionários da LEASING, a exemplo do Banco a venderem.

Marquesini - A participarem de uma comissão na venda daqueles bens que eles indicarem a um cobrador que se efetivado isso ocorre no Banco.

Vargas - Praticamente venda direta.

Marquesini - Sim.

Aldo - Aqui diz as formas, Direta, Leilão e Leasing.

Marquesini - É o item 3 esclarece bem a forma de pagamento. Prevalece para as três comissões.

Vargas - Sim, mas no Leilão não há o que pagar, é leilão.

Marquesini - Ele indica, ele recebe. O Banco procede assim, o Banco está procedendo assim.

Vargas - Mas o cara faz um lance. Foi ele que me indicou.

Mota - O leilão é público.

Marquesini - Por gentileza, o funcionário de uma agência, o funcionário de uma agência ele tem uma espécie de uma senha, convite.

Vilmar - Um convite.

Marquesini - Eu entrego a você: Dr. Mário vai haver um Leilão especificado assim dessa maneira. O Senhor com esse convite se apresenta nesse local em que se está o bem e se habilita no leilão e entrega esse convite lá provando que o Senhor veio indicado por alguém que comprou. Isto está sendo usado...

Aldo - Então o funcionário está sendo usado como um divulgador do leilão.

Marquesini - Um divulgador do leilão e da venda do bem.

Aldo - E ele comprova isso através da entrega do convite, que o Mário foi lá e comprou um papagaio, uma gaiola, achou bonito, e o funcionário ganha à vista.

Marquesini - Exatamente. Daí vai o nome do angariador e o nome do comprador naquele convite.

Aldo - O Conselheiro vê alguma coisa, algum problema nisso?

Pucci - Só pra fazer um posicionamento. Eu não tinha percebido Dr. Aldo, que na frota de veículos do Banco, a minha posição, eu acho que absurdo, com relação ao leilão. A gente já perde 5% para o leiloeiro.

Vargas - Só Direta pagar mais 2%..

Mota - O leilão é público.

Vargas - Para o leilão não vale, vale prá direta.

Pucci - É uma posição minha, Dr. Aldo, eu acho que para o leilão já existe o ônus, mas o que pode acontecer Dr. Aldo num leilão, nós temos os compradores contumazes do leilão. Se ele faz um acordo com um ou dois funcionários, por favor, não estou querendo dizer que exista isso, amanhã ou depois essa pessoa que compra em leilão vai ganhar os 2% e dividir, 1% para cada um com o comprador. Eu não vejo no leilão a necessidade do pagamento.

Mota - Porque no leilão geralmente tem o comprador que vai sempre.

Pucci - Se eu pagar 2% na venda direta eu estou ganhando 3% porque não levei para o leilão. Vou pagar mais 2% no leilão e já estou pagando 5% para o leiloeiro, aí é absurdo. Eu acho até que isso deveria ser levado para consideração do Banco.

Aldo - Tanto que de início eu questionei justamente o leilão daí o Marquesini me fez ver, eu achei interessante o funcionário.

Pucci - No investimento do Banco não há publicidade que existe. O Banco faz publicidade de leilão até...

Vargas - Não leilão eu não vejo Dr. Aldo, apesar de ser válida a

Mota - E a Venda direta como é que é?

Vargas - Na venda direta o funcionário traz o cliente e diz olha esse aqui é o meu indicado para comprar esse bem.

Marquesini - A mesma forma.

Aldo - No leilão.

Marquesini - Ele prá venda direta também

Vargas - Não, não.

Pucci - Na Leasing, não. Nós temos venda direta.

Vargas - O camarada chega lá na pátio da Leasing, diz eu quero comprar esse carro, o funcionário leva a pessoa lá. Leva lá a pessoa e a pessoa diz eu quero comprar esse carro, faz a proposta? Mas a proposta é de vocês? A proposta é aceita? No Direto.

Mota - No leilão eu também sou contra.

Aldo - Eu acho que o leilão dá esse problema aí.

Vargas - Aqui na outra forma que é a leasing é a maneira direta.

Mota - Tem uma outra observação aqui, considerações finais: "quando se tratar de venda parcelada, alçada exclusiva da BLAM ou LEASING, o prêmio será pago apenas sobre o valor da entrada". Então vamos dizer que o cidadão vai lá e saia R\$ 10 mil o bem, mas ele dá R\$ 500,00 de entrada ou R\$ 1.000 de entrada.

Vilmar - A comissão é sobre os R\$ 1.000,00 só.

Pucci - É só sobre o recurso que está entrando.

Mota - Eu acho que não é justo, eu acho que deveria ser sobre o total, na medida que o cidadão for pagando, se ele pagou no último mês tanto...

Pucci - Teve uma época que a comissão de seguros ficou assim inclusive no Banco né Dr. Aldo, a medida que a pessoa fosse pagando a operação e a parcela do seguro.

Mota - Eu acho muito mais justo, muito louvável.

Vilmar - Só para ilustrar, para fazer esses pagamentos das comissões, que a maior parte dos clientes não tem contas no Banco, tem que fazer através de RBA.

Aldo - O que é que é RBA.

Vargas - Recibo Autônomo.

Vilmar - Nós vamos ter que deduzir ICM, reter ISS, é uma burocracia. Agora imagina sobre o valor das parcelas a gente manter esse controle.

Marquesini - Um outro pormenor é que o cidadão ao fazer com financiamento, ali está embutido um grau de risco.

Vargas - Sim claro pode não pagar, dá a estrada e some.

Mota - Daí é o seguinte Mário, cada parcela que ele for pagando o cidadão teria mas daí burocraticamente.

Vilmar - Na hora do pagamento ele exige um regime de caixa, recebeu paga.

Pucci - Se tivesse um sistema até dava para pagar.

Mota - Sendo que é só para funcionários do Banco e da BLAM. Assim mesmo é muito complicado. Então tá, então desconsiderem minha idéia.

Vargas - Inclusive isso aqui o cliente paga a vista. Faça negócio à vista.

Aldo - Aprovado então?

Mota - Aprovado com exceção do leasing.

Vargas - Valorizando o leasing no leilão.

Vilmar - Ontem nós tivemos dois vencimentos dos recursos captados de CDI do Banco, onde nós temos recursos aplicados naquela 7ª Emissão de Debêntures do Banco, a gente está aprovando aqui para que a gente passa a resgates parciais dentro dos respectivos vencimentos que estão aqui elencados aqui, para a gente ir amortizando esses CDIs aqui. Ontem nós pagamos R\$ 11.175 milhões e tivemos que fazer um resgate aqui no valor de R\$ 8 milhões e pouco que nós tínhamos de saldo em Caixa. Então a gente está fazendo essa proposta aqui e a gente também está se preocupando com a seqüência que vai chegar no final do mês de julho aqui, nós vamos precisar de mais uns R\$ 160 milhões, e nós vamos precisar de recursos aqui para que a LEASING, para a renovação dos CDIs do Banco, viu Dr. Aldo, do remanescente. E isso aqui que se você for nas taxas que está hoje de leasing, está bastante comprometida a situação da LEASING.

Vargas - É tem que levantar as aplicações e ir amortizando.

Vilmar - A minha preocupação também é que eu não vou ter saldo em caixa para quitar tudo.

Vargas - Bom, você vai captar na frente se não for expectativa de queda de juros, tá baixo.

Vilmar - O custo MIX hoje do Banco que ele está informando para a LEASING, é de

24% e qualquer coisa mais TR e a minha Carteira hoje, Carteira boa, a taxa média é de 28%. Então nós estamos com um.

Vargas - Mas como é que você vai acertar então?

Vilmar - Isso aí nós vamos ter que acertar no Banco.

Aldo - Temos que fazer uma reunião com a Área Financeira ali em baixo.

Vilmar - Inclusive ele faz menção aqui que a gente aguarde o Saneamento do Banco aí, e que o custo MIX do Banco venha se tornar um custo compatível com o que o mercado vem adotando, que está numa faixa de 17%, 16% mais TR.

Aldo - Mas isso nós podemos tratar antes do saneamento, isso tem que tratar desde já com a Área Financeira.

Vargas - Viu Aldo, isso deve ser tratado com Administração Financeira.

Mota - eu acho que isso é da Área Financeira.

Marquesini - Nós estamos hoje Dr. Aldo, retornando ao Banco um recurso que pra nós tem um custo menor e aliviando por sua vez o Banco de ir buscar um recurso com um valor de taxa mais alta lá fora.

Aldo - Daí seria assim a subsidiária.

Marquesini - Então nós estamos retornando ao Banco esse dinheiro, ajudando a desafogar um pouco a necessidade de captação a custo mais alto, mas só que com a preocupação de que lá na frente.

Aldo - Isso é natural.

Marquesini - Nós ficamos preocupados.

Aldo - Deixa eu fazer um, em favor da LEASING, deixa eu só fazer uma pequena consideração, não é uma resposta nem uma justificativa. O que está acontecendo na LEASING, é, e os Senhores são testemunhas disso, é uma administração aos solavancos, mas isso vai se resolver. O que se procura é levar a LEASING, uniforme, para que com tranquilidade a LEASING poder operar, quer dizer, nós estamos, eu tenho acompanhado as reuniões desde que assumi a Vice-Presidência, as reuniões do Conselho, e vejo que o Conselho da LEASING, não consiga tanto, que seria, isso seria importante na fase que está a LEASING, acredito que os próprios dirigentes da LEASING se sentem até de certos aspectos amparados, e se ao mesmo tempo eles são questionados, mas por outro lado tem um Conselho atuante, amparados. Então eu acho que a Leasing deve ter um plano, se não foi executado deve estar latente, mas deve ter um plano aí e que deverá colocar logo em prática, um plano de ação comercial. Começar a trabalhar.

Marquesini - Esse plano já foi apresentado ao Conselho e em resumo nós previmos que em termos de aplicações um volume na ordem de R\$ 60 milhões de reais para esse semestre. Para esse primeiro semestre, sendo R\$ 6 milhões em dezembro...

Pucci - R\$ 6 milhões em dezembro, R\$ 6 milhões em janeiro e R\$ 6 milhões em fevereiro e a partir de então duas ao mês. Inclusive essas metas foram incluídas por isso serão todas produtos do Banco, e agora a tendência inclusive em termos de

Marketing, após passado o período de alavancagem de recursos que foi prioridade aqui, começar a divulgação dos produtos de leasing como os outros produtos na parte de aplicações.

Aldo - Todos os Conselheiros sabem que aquilo ali é uma campanha inédita que foi feita no Banco, os meses de janeiro e fevereiro coisa que nunca se fazia normalmente assim, nós começávamos sempre em março, e desta vez nós começámos uma campanha de captação exatamente para treinar, estimular e trabalhar um pouco principalmente os gerentes substitutos, aqueles gerentes que ficavam na agência quando o titular saia de férias. Então fizemos aí uma campanha, início de campanha digamos. A turma está esquentando, é um treino para começar agora, ontem estava, hoje está, ontem começo a campanha efetiva, mas aí até o resultado final. Não temos o resultado final porque o resultado é 27, o resultado final deve sair daqui uns quinze dias. Mas a campanha parece que foi bem sucedida, não chegamos ao 100% por cento, mas já passou tranquilamente, mas deve chegar aos 70%, mais talvez, aos 80% do previsto da meta.

Pucci - Então em função deste período, desse momento que o pessoal está ocupado na captação, que é prioridade também, não se alavancou tanto as operações. Uns tem ido esporadicamente para a Regional, principalmente aqui em Curitiba, e temos sentido certa dificuldade, por parte dos Gerentes, divulgar o leasing. O Vilmar está de prova aqui; nas sexta-feira última nós estivemos aqui na Sudoeste, não é Vilmar, e tentamos conversar com o pessoal para ver o que estava acontecendo, tinha agência que não fez uma operação de leasing no mês. Agência de grande porte. O que está havendo com vocês? Sabe qual foi a resposta, que eu tive do pessoal Dr. Aldo? Estamos

traumatizados com a Leasing. Não faz leasing porque estão traumatizados. Agora que nós mudamos toda a política operacional, que não faço mais 100% de leasing, não incluo mais o seguro de leasing embutido na parcela, dou toda a segurança para o cara não deixar de pagar, para quem dá 20% no mínimo antecipado na operação ele não deixa de pagar nunca. Você não vai fazer? Ah não porque o meu orçamento eles estão traumatizados com o passado. Infelizmente o leasing está assim. Então nós precisamos partir para uma campanha, tanto interna quanto externa. Senão nós não vamos aguentar.

Aldo - Precisamos trazer um exorcista. Exorcizar isso tudo...

Marquesini - Já estão sendo contemplado. Sobre isso o que o Paulo Pucci falou, eu percorri todas as Superintendências Regionais, à exceção aqui de Pato Branco, e o que eu tenho percebido nessas reuniões é um receio, sabe, ainda dos gerentes pelas operações anteriores que ocorreram, e que foram mal sucedidas, do Banco e das próprias agências. Há uma tendência, que vamos dizer, que eu acho que a partir do mês de março, a gente comece a recuperar o terreno. Nós estamos operando, como o Senhor tem acompanhado, na faixa de R\$ 2,5 milhões por mês. Isso não paga o custo. Não paga o preço. Você trouxe por favor, a planilha que o Jayme preparou. Nós estamos tendo dificuldade, eu pedi que fosse montado uma planilha, para estabelecer o nosso ponto de equilíbrio. Infelizmente como nós estamos sem poder, nós não temos os números do balanço, não fechamos o balanço de dezembro, não temos o balanço de janeiro, complica.

Aldo - Bom só para nós darmos, esse assunto aqui que foi apresentado pela Diretoria da BLAM, sobre a renovação é um assunto que nós vamos resolver internamente, é essa a disposição do Conselho. 4º assunto já está resolvido, então 5º página 5, Relatório Jurídico, de uma reunião que foi feita na OLSEN.

Vargas - Eu estive vendo esse Relatório, nós temos que ler isso aqui.

Vilmar - Não o Marquesini vai fazer só uns...

Vargas - Dar uma rápida aqui em cima.

Marquesini - Vou fazer uma explanação geral.

Aldo - Por favor.

Marquesini - Nas operações feitas com o Grupo OLSEN, houve lá no início a constituição de garantias ocorrendo ou não o pagamento houve a ação de reintegração e essa ação de reintegração entre os bens reintegrados lá do Grupo OLSEN, foi feita de uma propriedade rural situada no Município de Canoinhas, próximo a Santa Cecília. Essa propriedade, quando ela foi constituída, ou dada em garantia original, infelizmente a análise da documentação, análise desta garantia não foi feita de uma maneira rigorosa, e houveram vícios de origem na constituição dessa garantia. A inadimplência, com a reintegração de posse, além de não ter sido observada aqueles vícios, ainda se cometeram outros vícios. Então, na seqüência nós solicitamos à Área Jurídica que elaborasse para nós um relatório demonstrando tudo o que ocorreu desde o momento e este relatório nos trouxe uma relativa preocupação porque nós reintegramos um bem, essa fazenda e que de repente assumimos para nós um problema dos mais sérios. Esta propriedade ela tem um reflorestamento, esta propriedade está já ocupada por posseiros e esta propriedade ela está vamos dizer com valores arbitrados, ariuídos, que não correspondem à realidade. Então o objetivo é que o Conselho tome apenas ciência dessa realidade, e das providências que nós estamos tomando conforme relata esta ata de uma reunião feita a semana passada, mas que numa situação em que nós já de ante mão podemos dizer que é um abacaxi. É um problema. O relatório da nossa Advogada Dra. Malú está apresentado aos Senhores todos os passos que ocorreram e conclui com as sugestões que são tomadas. Então nós temos um reflorestamento que tem que ser resolvido a sua situação jurídica com o IBAMA.

Vilmar - Que foi constituído como garantia da Leasing como pessoa jurídica.

Marquesini - Um reflorestamento que foi feito por incentivos fiscais que nós não sabemos se os titulares desses incentivos fiscais abriram mão para o Grupo OLSEN ou não dos seus direitos. Há contratos preliminares de serra e derrubada dessa madeira terceiros anteriores à propriedade da OLSEN. Não sabemos se foi cancelada ou não.

Vilmar - E manutenção pelo IBAMA até 2005.

Marquesini - Tá, ou seja, esses vínculos de manutenção da floresta que vão se prolongar. O objetivo é que o Conselho da Leasing tome ciência dessa situação e para que os passos como estão elencados aqui nós deveremos custar a cumprir. Já estamos assinando uma carta agora pedindo a liberação ao Dr. Ratzk da Reflorestadora, para que ele nos dê Assessoria com inventário do reflorestamento e façamos junto ao INCRA a situação dos assentamentos, como ocorreu esses assentamentos, com ou sem participação do INCRA, e ficar o IBAMA responsável pela administração do Projeto, e se houve a emissão dos CPRs, os Certificados, e solicitar ao IBAMA fiscalização na área de reflorestamento. Então e concluindo para os Senhores ainda a situação final, de que se como nos explicou a Área Jurídica, reflorestamento é uma garantia, terra é outra, nós não somos donos do reflorestamento, tá? E se nós não somos donos do reflorestamento, aí a situação é pior de quando foi constituída a garantia e avaliação incluiu o reflorestamento. Então se nós somos donos da terra, a terra vale 25% do valor total do que foi constituída a garantia. Então nós precisamos...

Vargas - Bom, existem garantias hipotecárias, subsidiárias?

Marquesini - Existem. Estão sendo executadas.

Vilmar - Está sendo proposta ação...

Marquesini - É está sendo proposta.

Aldo - É o imóvel ali deles ali na...

Vilmar - Não é a fazenda

Marquesini - São imóveis também rurais.

Aldo - Esse aqui é da Serraria, não é da revendedora. Do mesmo Grupo.

Daros - Esse é lá em Canoinhas.

Marquesini - Não, mas é do mesmo Grupo. Grupo OLSEN.

Pucci - A revendedora faz parte da revenda. A hipoteca.

Aldo - Mas já não estava solucionada a propriedade do Banco.

Vargas - Foi reintegrado um no Pinheirinho aqui.

Pucci - Foi reintegrada uma área no Pinheirinho.

Vilmar - Mas esse era objeto do contrato.

Marquesini - Então são dois, nós temos dois imóveis. Uma lá na Cidade Industrial e esse aqui do Pinheirinho. Esse do Pinheirinho inclusive... Mas têm o problema de uma ação interposta contra nós por eles.

Aldo - Por eles?

Marquesini - Por eles. Então, esse nós não podemos alienar.

Vargas - Com que fundamento?

Marquesini - Revisória.

Vargas - A taxa?

Marquesini - Então essa propriedade aqui da BR 116, uma bela propriedade nós já estamos providenciando a adequação, limpeza, recuperação para que nós desativemos o nosso depósito lá do Champagnat e transferimos para...

Aldo - Não vale mais a pena vendê-lo?

Marquesini - Não, o imóvel do Champagnat é alugado. É alugado. Nós paramos com esse aluguel e transferimos aqui para o Pinheirinho.

Vargas - É da TUIUTI.

Pucci - A transformação em recursos seria muito melhor, mas é que pagamento na área de custo que existe hoje, isso tudo já foi levantado. Custo do pátio, vigilância, manutenção de algumas coisas lá, problemas de despejo, não sei se a Prefeitura já acertou aquilo lá.

Aldo - Pode ocupar então, assim você deixa de pagar aluguel.

Marquesini - Aluguel...

Vilmar - R\$ 6 mil que deixa de pagar só em aluguel.

Aldo - Ele é de frente à BR.

Vilmar - Em frente à BR 116, no sentido.

Aldo - Pode expor todo o nosso.

Pucci - Inclusive os tratores que estão aqui vão para lá.

Aldo - Vamos fazer uma vitrine ali, venda permanente de veículos. OK. Então, a folha 7 Desafio Locadora de Veículos. Proposta de Retificação da Pauta. Quem vai falar sobre isso?

Marquesini - Então, nós estamos trazendo para o Conselho a proposta em quem o Conselho homologou numa reunião anterior a proposta de composição de dívida com precatórios, dentro daquele episódio nós estamos trazendo para que seja cancelado, tome conhecimento, e se cancele a aprovação, conforme a determinação descrita.

Pucci - É nós sugerimos o cancelamento da pauta, conforme o parecer do Comitê da BLAM por não terem sido cumpridos os pré-requisitos inclusive por se tratar de precatórios de terceiros. Quer dizer, num primeiro momento, os pré-requisitos na aprovação da proposta de pagamento de precatórios não foram cumpridas. Um deles é que o precatório não tinha data, isso não existe. O segundo é que o valor acordado para a quitação não estava sendo feito. Não chegou a cumprir o valor, de 18% de taxa de retorno e/ou R\$ 10.300.000,00 e taxa de retorno de 18%. Não estava cumprido. Faltava R\$ 700 mil. Aí veio o problema. O pessoal tentou falar com a Diretoria aqui para ver se acelerava, porque não estava querendo pagar lá na Leasing. Aí surgiu o terceiro problema, que é o principal, que seria precatórios de terceiros não seriam aceitos pelo Banco para pagamento de leasing. Então esses três problemas ai realmente existiram por isso se pede o cancelamento.

Vargas - Eu queria que tudo que o Paulo falou ficasse bem claro. Tudo isso para que verificasse esse cancelamento, e tem mais um detalhe, eu acho que isso é importante para nós, Aldo, nós que participamos da outra reunião, o Conselho aprovou essa operação, mas não conhecia da determinação do Banco, que o Banco não aceitaria precatórios de terceiros.

Aldo - O precatório tem que ter a origem do devedor, tem que estar em nome dele e tem que estar principalmente com data.

Mota - Quanto aos precatórios, eu gostaria de frisar que ficasse bem claro na ata que este Conselho que reuniu-se e aprovou essa operação na tarde do dia 29 não tinha conhecimento de que, na manhã do dia 29, o Conselho do Banco tinha determinado a impossibilidade de negócios com precatórios de terceiros. Nós, pelo menos, não todos nós, não sabíamos disso. E achamos uma operação normal, não haveria problema nenhum e aprovamos. Mas, por desconhecermos. Recebemos a correspondência do

Presidente do Banco quinze ou vinte dias depois, não foi mais ou menos isso, de 11 de fevereiro, foi 29 de dezembro; e eu acho até estranho de que quando foi aprovado a ata de aprovação na reunião seguinte, na reunião de janeiro, foi aprovada a ata não se questionou nada. Não se questionou nada. Nós até então continuávamos desconhecendo. Ninguém nos falou, nada nos foi dito, e nem perguntado. Eu quero que isso fique bem claro em ata para não dar a impressão de qualquer atitude assim estranha de nossa parte.

Aldo - Então com esse ato o Conselho está revogando oficialmente aquela operação. Como é que fica a operação, ela retorna, ela já tinha sido paga, dada a quitação?

Pucci - Essa operação não tinha sido feita a quitação porque não conseguiu a continuidade. Não se cumpriu os pré-requisitos. Então não foi dada a continuidade.

Aldo - Então não foi pela ordem dada, foi porque eles não cumpriram.

Pucci - Exatamente, porque eles não cumpriram. Corroborou com isso o cancelamento da titularidade. Isso aqui é um problema sério para a Leasing. Deixo bem claro aqui.

Aldo - A Leasing vai buscar outra fórmula.

Marquesini - Vai buscar a forma jurídica que...

Aldo - Eles deram outra chance. Que empresa é essa, Desafio.

Mota - É do Grupo CLUBCAR. Como é que chama meu Deus, Pizani, Geara, Amadeu.

Pucci - São sócios-gerentes.

Vargas - Pizani e Geara, são os cabeças.

Aldo - Acho que seria importante, não sei se isso é muito ortodoxo, que a Diretoria atual da Leasing chamassem os sócios e pedissem a eles uma solução.

Mota - Uma nova proposta.

Aldo - Isso ou por carta ou pessoalmente tem um prazo assim, todos aí são os mesmos titulares da empresa CLUBECAR?

Vargas - Mudaram de nome umas três vezes.

Pucci - Então só para antecipar, podemos até fazer reconsiderações, nós estávamos permanentemente em contato até ocorrer o problema, depois não tivemos mais contato com esse pessoal. Mas é sabido da nossa parte que eles estão com sérias dificuldades financeiras.

Vilmar - Inclusive estão até no PROCON.

Pucci - O problema do contrato com a CLUBCAR, é o repasse pra terceiros desses veículos num prazo inferior ao que eles tem conosco na Leasing. Esses contratos estão vencendo, o pessoal que fez os contratos, os terceiros que fizeram os contratos estão exigindo a liberação porque já terminaram de pagar e eles estão pendentes em contratos conosco lá na Leasing. É um problema muito sério. E eles gastaram esse dinheiro, eles gastaram esse dinheiro, não sei aonde, gastaram, não tem.

Vilmar - Só que ele fizeram com outras empresas, saiu naquele direitos e deveres do

consumidor de 2ª feira, que eles estão acionando a BIMOTORES lá, que eles fizeram o mesmo tipo de coisa com o que fizeram aqui no Banco.

Pucci - Eles estão com problemas sérios, saiu nos jornais com outras empresas. Só Leasing. E nós estamos tendo já problemas com ligações no PROCON, felizmente nós temos a Dona Hilda lá, que é funcionária do BANESTADO, que está lá prestando serviços para o PROCON, ela liga sempre para a gente quando surge algum problema da Banestado Leasing, e ela diz o seguinte, esse caso aí vai dar pano prá manga. É problema de perdas e danos, por parte dos que compraram lá. E vai sair o nome no Banestado, infelizmente se partir para a demanda vai sair de novo o nome da Leasing. Só que nós estamos totalmente isentos, porque eles fizeram leasing com intuito de locação desses veículos para terceiros, como é a finalidade da empresa, locadora. Só que eles fizeram contrato de locação com opção de venda. Aí complicou.

Vargas - É tem alguns que não cumpriram. Eu acho que a sua posição de chamá-los, eu acho que mais uma vez tem que alertar os responsáveis, devem saber porque são marginais, tem que saber que existe um risco de um inquérito policial em cima deles. E se a Banestado Leasing abre inquérito policial, isso pode ser transformar numa cadeia e todos os prejudicados entrarem juntos. Pode não acontecer nada a nível de processo penal, mas desmoraliza e os caras vão ter que se incomodar. E além das providências normais, cíveis, reintegrar o que for possível recuperar e...

Pucci - Eu vi na pessoa do Sr. Renato Pizani, uma preocupação...

Vilmar - O bem não está no nome dele, está no nome da Leasing.

Vargas - O que estiver no nome da Leasing é possível reintegrar. Então veja bem, essa pessoa, existe uma reação em cadeia, essa pessoa que fez negócio com ele, e vai ter esse carro que já pagou, até prá eles talvez, vai ter esse carro reintegrado, apreendido, vai entrar com embargos de terceiros.

Aldo - As pessoas estão relacionadas na página 7/1 por acaso.

Vilmar - Terceiros de boa fé?

Vargas - É embargos de terceiros. Provar que pagou o carro para o cara.

Pucci - Cada contrato desses eu imagino ter ai uns dez, vinte carros mais ou menos. São trinta, mais, cinqüenta, sessenta carros cada contrato.

Mota - Bom negócio para a Leasing na época, grande negócio.

Pucci - Olha, eu acho que foi bom prá todo mundo, porque essas operações foram feitas com aqueles seguros feitos lá na BLAM, que os gerentes levavam, todo mundo levou seguro aqui e todo mundo ganhou. Então, a nível de ter se fazer a coisa, foi um bom negócio só que fizeram um casamento adequado de prazo, fizeram dinheiro antecipado, previram VRG final, complicou daí.

Vargas - Esse é o tipo de operação OLSEN que nós vamos rever, nos deram uma garantia furada. Isso que eu ia perguntar, retornando à OLSEN, que nós temos que identificar quem analisou, o advogado.

Pucci - Que fez o contrato preventivo.

Daros - Quer dizer então que o CL da Leasing não seria só aquilo, seria mais isso aí?

Pucci - É outro assunto da seqüência que está complicado.

Aldo - Então da DESAFIO vocês estão trabalhando. Poderia dar um susto.

Vargas - Vamos reintegrar os bens ou tem uma...

Pucci - É que eu não podia atitude antes de registrar.

Aldo - Registra o contrato e imediatamente chama um advogado, assim já com uma ação criminal. Vocêis estão fazendo isso?

Marquesini - Conclui amanhã o registro dos contratos.

Aldo - Sete, agora item 7.

Marquesini - Bom, eu quero fazer uma explanação, depois eu peço ao Vilmar e ao Paulo dessem seqüência. É, que no final de dezembro com o Projeto de Saneamento do Banco, através da Diretoria Financeira do Banco, houve a recomendação que se buscassem listar todas aquelas operações que no âmbito da Leasing fossem consideradas problemáticas e que devessem então ser transferidas ou provisionadas os valores para que nós fechássemos esse balanço livre de problemas futuros. Então, com base no histórico das ocorrências, foram listados, levantados um rol de operações que na visão dos técnicos eram consideradas operações que poderiam ensejar riscos lá na frente. De uma forma conservadora os valores dessas operações que atingiam o limite de R\$ 9 milhões foram provisionados. É, na seqüência, existia desde agosto um relatório do Banco Central que recomendava a transferência ou provisionamento de um número também de operações que na ótica do Banco Central estavam com um risco de inadimplência por prazo ou negociação desfeita ou por insuficiência de garantias. Então, no rol dessas operações que o Banco Central listou, ocorreram várias que estavam em processo de renegociação, incluindo essa famigerada CLUBCAR. Consequentemente, estando num processo de renegociação, elas não foram provisionadas. Então agora nós estamos com uma situação que traz um grau de preocupação.

Mota - Falhou a renegociação.

Marquesini - E outras que foram renegociadas e que infelizmente não estão pagando, daquelas que o Banco Central mандou provisionar. Então nós estamos com uma situação preliminar de resultado em que...

Vilmar - Mas nós trabalhamos com a primeira situação.

Marquesini - É, não está fechada, está desenhada com a primeira situação. Eu pediria por favor, acompanhar com essa, onde nós estaríamos com prejuízo da ordem de R\$ 99 milhões e fechando com um PL de R\$ 13,700 milhões. Considerando que se nós tivermos que estornar um provisionamento daquela primeira relação de R\$ 21 milhões, e considerando que tivermos que lançar, eu quando falei em valores estava invertido, o Banco Central pediu R\$ 18, R\$ 19 milhões. Então se nós formos cumprir com aquilo que o Banco Central determinou e ai estornar aquela previsão que nós tivemos com base na idéia que outras empresas que não pagassem, nós estaríamos com um Patrimônio reduzido para R\$ 6,900 milhões. Eu queria que você continuasse...

Vilmar - Como é que foi feito? O Arlei conversando com o pessoal fez o levantamento das operações que eram possíveis de serem transferidas dentro do relatório do Banco Central, de uma relação de 55 ficou pendente, pela relação do Banco Central, provisionar R\$ 13 milhões, só da DESAFIO dá R\$ 11 milhões. E ele fez em função do

objetivo de fazer um saneamento na Leasing provisão adicional dos contratos que viriam a ter problemas em janeiro, fevereiro e março de 1998, e essa provisão adicional é de R\$ 21,299 milhões. Agora foi conversado com o Alaor, ele pediu para que a gente revisse, que a situação não era bem assim, dar uma melhorada na posição e ver o que dava para reverter no resultado da Leasing, melhorar a situação do Patrimônio Líquido da Leasing. Nós fomos levantar junto à Área Contábil, e notificamos que tinha algumas empresas que faziam parte da lista do Banco Central que não haviam sido provisionadas, mas não haviam sido provisionadas porque estavam com processo de renegociação, ASPEN PARK, DESAFIO, LITERÁRIO etc., KOUBAK, ITAITIRA a gente pediu para provisionar.

Vilmar - A terceira. Então nos estornaríamos no primeiro semestre de 98 conforme haviam solicitado não é, e consideraríamos a provisão total dos percentuais aqui apresentados pelo Banco Central. Isso aí vai dar um resultado, no mês de 31 e acumulado no exercício de 96. Isso aí faria com que o PL da Leasing passasse da R\$ 13 milhões para R\$ 15.931 milhões em os valores de despesas de CL no mês, em dezembro de R\$ 41 milhões. Então essas duas situações, a primeira e a terceira, são as que tem um impacto um pouco maior, a gente pode melhorar o resultado do PL da Leasing, estornando aqueles R\$ 21 milhões e cumprindo o estritamente o que o Banco Central determinou. Só que a gente sabe que a legislação é bem clara. Você não pode, que nem o Banco Central colocou aqui nessa posição dos 13, que estão faltando dois contratos da DESAFIO, você tem que pegar a empresa inteira, então nós teríamos que provisionar os R\$ 28 milhões. Se provisionar os R\$ 28 milhões e não estornar os R\$ 21 milhões aqui, que é a quarta situação aqui.

Daros - Sim, daí não fica negativa?

Pucci - Não, fica R\$ 6 milhões. O pedido que o pessoal tem feito é que retira essa provisão adicional do primeiro trimestre, nós somos super conservadores, mesmo sabendo das empresas que iam dar problemas em janeiro, fevereiro e março porque? Aí que o Arlei vinha batendo, a partir do primeiro trimestre do ano que vem, a empresa começaria a dar resultado lá na Leasing, porque a gente está sabendo vai existir o saneamento, vai, então vamos jogar tudo agora. Traz aqui para dezembro, não deixa cair lá, nós sabemos que vai apodrecer lá na frente, tira já o podre. Só que agora em função dessas outras solicitações aí que o Banco Central fez do não cumprimento das renegociações daquelas operações listadas a gente está se vendo na obrigação de provisionar isso e jogar os R\$ 28 milhões para manter o PL positivo em dezembro, fato que poderá ocorrer no primeiro trimestre de 98.

Vilmar - Nós estamos mal, em janeiro já vira.

Daros - Porque nós já estamos em março.

Vilmar - Porque daí se você for cumprir a determinação do Banco Central vai ficar com PL de R\$ 6.969 milhões, e a previsão do balanço de janeiro que a gente fez, lá mas que tem que fazer os ajustes necessários, ainda não temos nem os números de dezembro, é que no mês de janeiro nós vamos fechar com seis ou sete milhões de prejuízo.

Vargas - Aí fica negativo.

Vilmar - Aí 50% vai ficar com uns R\$ 3 milhões de PL na Leasing, fevereiro já...

Pucci - Outro fator também que você colocou como detalhe mas é bom citar, é que uma dessas situações, qualquer valor do PL ficar nós estamos em desacordo com o Acordo da Basileia, certo? Desenquadrado, o desenquadramento determina que há intervenção Federal. É outro posicionamento.

Vilmar - Ou acionista majoritário faz aumento para enquadrar no Acordo de Basileia em espécie ou eles incluem mesmo.

Pucci - Isso teria que ter ocorrido em dezembro. Veja outra preocupação que precisa falar com o Alaor.

Vilmar - Mas isso foi postergado para março.

Pucci - Postergado pra março, vai ser pior ainda, daí o problema vai ser maior.

Marquesini - Com uma outra agravante, nós estivemos conversando com o Alaor, o Alaor acha que o Banco Central nestas circunstâncias o Banco do Estado e a Leasing não autorizariam um aumento de capital na Leasing.

Aldo - Nesse momento é muito difícil nem é conveniente.

Marquesini - Está difícil a solução, por isso estamos trazendo aos Senhores uma situação que assobia, arrepia e que a tentativa seria postergar para março para que esse PL não ficasse a descoberto. Agora o prêmio, o provisionamento que o Banco Central determinou que se fizesse até dezembro ou não.

Pucci - Não, tem que contentar o Banco Central..

Vilmar - Não, mas o Banco Central nós vamos contentar ele no caso de pegamos dois contratos que ele relacionou em agosto, só pegando toda a massa. Se nós pegarmos só o que ele elencou em agosto, nós vamos aumentar o PL da Leasing de R\$ 13 para R\$ 15 estornando os R\$ 21. Agora se nós formos fazer pegando a DESAFIO como devedor e não como integralizado o PL vem para R\$ 6.900

Daros - Vamos analisar a situação em 31 de dezembro.

Pucci - A DESAFIO, em dezembro.

Vilmar - Não, não. Quando você joga um contrato para CL.

Pucci - Eu não consideraria esses R\$ 6, a gente vai cumprir tudo a vista, tem alternativa de mandar só os dois contratos da CLUBCAR. Tem alternativa de estornar mesmo não tendo feito pagamento da SOFHAR agora em janeiro, mas estava negociado todo o pagamento de R\$ 150 mil. Apesar desse recurso ter sido proveniente da Carteira Comercial, mas foi para quitar o leasing. Então entrou recursos lá na Leasing, então foi renegociado dentro do padrão leasing?

Vilmar - Então você vai discutir com o Banco Central caso a caso.

Pucci - Eu estorno isso em dezembro, eu provisionei esse custo, então eu ganhei tempo é isso que eu quero dizer, essas são as alternativas, um pouco irregulares mas não temos outra alternativa.

Vargas - É a melhor opção?

Vilmar - Inclusive só para conhecimento, o Banco Central adota uns critérios meio esdrúxulos. Ele pega o exemplo da SOFHAR. Tem casos que ele pede para provisionar 70% e tem casos que ele pede para provisionar 100% e tem caso que ele pede para não provisionar nada. Não dá para entender qual foi o critério de análise deles.

Marquesini - Então vamos seguir o critério dele, os dois contratos da...

Vilmar - Estorna menos R\$ 21 mil e provisiona os R\$ 13 mil que ficaram.

Daros - Favorável a nós. Aí nós acertamos.

Vargas - Tem que somar favorável daqui pra frente.

Raul - Esta é a situação.

Marquesini - O problema que nós estamos assim antevendo é que no momento que entrarmos com a ação contra a CLUBCAR aí nós somos obrigados a provisionar.

Aldo - Me diz uma coisa, só um detalhe, o prazo pra vocês apresentar o Balanço pra eles, quando é mesmo?

Vilmar - É o mesmo do Banco.

Aldo - É o mesmo do Banco?

Vilmar - É o mesmo, inclusive nós estamos com um problema agora porque nós temos que mandar junto a CVM, e nós não fechamos em dezembro ainda né? Tem janeiro e fevereiro.

Aldo - Em virtude desse acordo ou desse saneamento financeiro que o Banco está fazendo, nós expusemos ao Banco Central a possibilidade de protelar vocês sabem a situação do nosso balanço.

Vilmar - E a CVM?

Pucci - Eu acho que a CVM também.

Aldo - Eu acho que seria conveniente conversar com o Alaor, para ele consultar o Banco Central, para que essa medida ser despendida a todas as empresas do Conglomerado.

Pucci - Padrão.

Marquesini - Essa realização, essa liberalização do Banco Central para protelarmos o fechamento do Balanço, só foi dado para o Banco?

Aldo - O Plano de Saneamento prevê integrado todo o Conglomerado. Então se a matriz, vamos dizer a empresa 1, eu penso que as empresas acompanham, não acredito que a Gralha Azul entre.

Vilmar - Mas a Gralha faz parte, faz parte.

Aldo - Eu acho que valeria a pena, pra não correr risco nenhum, vocês para ficar bem tranquilo, já que o Banco Central está dando essa chance, nós deveremos reverenciar bem isso.

Marquesini - Então nós adotamos a medida...

Aldo - Mas conversa com o Alaor antes isso. Ele tem uma carta do Banco Central.

Pucci - O Alaor esta com uma exposição com relação a estornar algumas provisões aí que a gente não queria, mas eu vou ter que partir pra isso.

Marquesini - Nós já conversamos com ele isso, eu e o Vilmar, e ele praticamente compreendeu o todo problema. Então isso

Vargas - Fica, o custo é a melhor opção né? Não há o que, nenhuma delas é boa.

Raul - Lançados esses contratos vamos ter que lançar de todos aqueles

Mota - Nós falamos sobre os dois.

Marquesini - Nós vamos buscar seguir a cartilha, a cartilha esses contratos provisionam 50% se os contratos provisionam 100%, vamos seguir a cartilha. A carta deles ali. Agora colocando-se que o "andar da carroça" nós só estamos empurrando com a barriga a queda do precipício. Porque a tendência que se observa...

Pucci - Nós estamos no passo de dois pra frente e dois pra trás. Mas vai chegar lá.

Aldo - Estando assim está bom.

Vargas - Viu Aldo, não sei se um pra frente e dois pra trás. Nesse risco de liquidação, não seria bom voltar a aquele assunto de incorporar?

Marquesini - Mas aperta do mesmo jeito.

Vargas - Não, daí não aperta você incorpora. Entra num bolo só.

Aldo - Pois é.

Vargas - Extingue a empresa.

Aldo - Precisamos saber até aonde esse risco

Vargas - Entra no bolo e o Banco.

Pucci - Tem que ver até onde o Banco pode suportar também.

Marquesini - O problema por exemplo que o Banco incorporando, é que com os ativos da Leasing, vai enterrar mais o Banco ainda com relação ao Acordo de Basileia.

Aldo - Vamos marcar uma reunião sobre esse assunto, é que o Alaor viajou agora à tarde, mas amanhã a tarde ele está aí, vamos marcar uma reunião para falar sobre esse assunto.

Vargas - É extremamente importante.

Aldo - De repente era interessante fazer já isso e aí incorpora e neutraliza qualquer...

Vargas - Conversa com o Banco Central, consegue uma autorização.

Aldo - Não, o Banco Central vê com bons olhos, mas nós argumentamos a ele que ia perder uma linha de captação, e eles também ficaram meio assim, disse não, é verdade não convém nessas alturas perder um...

Vargas - Então eles que autorizem um aumento de capital, para enquadrar.

Aldo - Mas daí isso tem que ser feito com recursos do Banco.

Marquesini - Bom, nós temos CDI, nós temos CDI. Está lá.

Vilmar - Tira do passivo do Banco e

Aldo - É a forma não é?

Marquesini - É a forma. O que aliás já colocamos para o Alaor isso.

Vargas - Então seriam duas, seriam as duas opções; a opção de fazer aumento de capital sem desencaixe, CDI e a outra há a possibilidade de incorporar.

Marquesini - E para a Leasing o aumento do capital com CDI tem uma vantagem muito alta Dr. Aldo. Com esse recurso, recurso a custo zero ia melhorar o MIX de taxa da Leasing.

Daros - Mário esses CDI precisa ver o desencaixe do Banco.

Marquesini - Não, não é desencaixe.

Daros - Mas ele tomou esse CDI.

Marquesini - Mas ele estava bancando lá.

Vilmar - Esse CDI estava no caixa dele

Daros - Não, ele vai deixar de receber a importância.

Pucci - Ele é recurso de terceiros pra nós não é passivo porque é um CDI do Banco, que é remunerado isso tudo com TR.

Cruz - Para ele é melhor que ficar incorporando de que

Daros - Agora isso aí tem que aprovar.

Vargas - Isto está aprovado por enquanto. Isso aí é aprovação de gaveta

Aldo - Tem um último item aqui, podemos passar para o item 8? Isso aqui, naturalmente o Presidente gostaria de fazer, estava com uma viagem marcada, mas é uma comunicação ao Sr. Arlei Pinto de Lara, os Senhores todos devem ter lido, já devem ter conhecimento, mas é só para oficializar ao Conselho, que o Conselho deu o seu referendo a essa decisão da Presidência em comunicar ao Senhor Diretor Arlei, a destituição do cargo de Diretor-Presidente da Empresa Banestado Leasing. Sobre o conhecimento dos Senhores para o referendo de acordo com as normas vigentes Ok? Tem mais alguma coisa?

Mota - O que eu gostaria de saber as razões.

Vilmar - Sobre a aplicação do redutor nesses contratos de Leasing a remuneração das debêntures.

Aldo - Mas tem uma pauta aqui que não foi apreciado mas tem uma pauta que é onde a Diretoria, Honorários dos Administradores que já receberam, quem é que faz essa?

Vargas - Quem é que apresentou isso?

Emanuel - Isso é mais para constar mesmo, isso ai é matéria da assembléia geral ordinária é um item né?

Aldo - Em função da, isso é todo o ano né?

Emanuel - Todo o ano tem que constar para o Conselho.

Aldo - O Conselho aprecia.

Emanuel - Aprecia, aprova e remete para a Assembléia.

Aldo - O Conselho de cada Empresa.

Emanuel - O Conselho de cada empresa aprecia essa matéria e remete para a assembléia para a homologação.

Aldo - Certo.

Emanuel - São os mesmos valores praticados no Banco.

Vilmar - Bom pessoal, essa pauta aqui é com respeito a aplicação dos CDI como o indexador aí na captação dos recursos de debêntures que por consequência nas aplicações da carteira de nossos ativos. Quando da emissão das debêntures foi feito uma cláusula que dizia que quando o redutor da TR for superior a 1,5%, as empresas queriam alguma coisa que garantisse para elas uma remuneração maior e então definiu-se que quando esse índice fosse maior, que esse percentual fosse maior que 1,5% as empresas migrariam de TR para remuneração pela AMBIT. Então agora no mês de março o Banco Central divulgou outro redutor só que o Banco Central divulgou em fora de índice e o mercado trata como percentual. Então a gente está numa situação bastante difícil, que a gente fez até consulta com o jurista do Banco e com o advogado da Leasing para que a gente tivesse um embasamento maior e melhor para ver ou não a aplicação ou não desse redutor. E a gente coletou esses documentos estão aqui anexos nas pautas aonde o pessoal manifesta uma preocupação muito grande aí na aplicação no caso específico dos nossos ativos, com o problema de inadimplência o questionamento aí do aspecto aí da legalidade de se aplicar AMBIT como indexador, já tem parecer do Supremo aí pela nova estabilidade aí.

Aldo - Parecer do Supremo? Decisão do Supremo.

Marquesini - Não, decisão não reconhecendo da utilização da AMBIT como indexador.

Vilmar - Então a gente esta propondo aqui no Conselho para que a gente não aplique esse redutor, nem na captação e nem na aplicação. A gente consultou os mercados que tinham debêntures e que tem esse mesmo problema, eles fizeram de conta que não...

Aldo - Ignoraram a AMBIT, e não estão...

Pucci - Aí um caso importante que nesse mês que ocorreu, não houve reclamação por parte dos investidores da Leasing e o pagamento da diferença, aceitaram com a TR simplesmente.

Aldo - A que vocês atribuem essa não reclamação por parte.

Marquesini - Desconhecimento, foi passado batido.

Pucci - Foi passado batido, passou batido. É meio difícil, mas o outro fator é o seguinte. Talvez eles não queiram brigar porque dessas decisões já existentes, da não aplicabilidade. O outro fator é o seguinte, nós teríamos que aplicar por outro lado nos nossos contratos acarretaria mais inadimplência. O valor do lado do ativo é bem superior aos três meses que faltam para o encerramento das debêntures, mais três meses acabam, em maio. Então a gente optou, sugeriu ao Comitê, na decisão, da não aplicação.

Vargas - Não aplicação a cláusula.

Marquesini - Isso. E há uma tendência espero de que.

Pucci - Eu não tenho oficialmente, mas a TR já passou ...

Aldo - eu acho que é melhor não tocar nisso. Os Senhores, o Conselho tem mais alguma coisa? Dr. Sérgio o Senhor tem alguma coisa? Dr. Mário?

Vargas - Não muito obrigado.

Aldo - Alguns dos Diretores.

Pucci - Com relação a ações que foram pugnadas realizadas com a SOFHAR. Isso aqui é só um fato...

Aldo - Traga na próxima reunião, pautada.

Pucci - Trazer pautada então?

Aldo - Está bom? Agradecemos a sua atenção e a sua equidade. Obrigado, agradeço a presença de todos.

BANESTADO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

**211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM
03.03.98**

MARÇO DE 1998

Mota - Sobre a ASPEN PARK, que ficou de ser informado nessa reunião, quais as providências iniciais que foram tomadas, que estão sendo tomadas, com relação ao nosso débito com a ASPEN PARK.

Vargas - Crédito, crédito.

Mota - Crédito nosso, débito deles.

Pucci - Esse assunto da ASPEN PARK na reunião anterior com relação à discriminação do que foi tornado a nível jurídico né? não foi possível passar a tempo de constar na pauta, mas nós temos separadamente para cada um dos Senhores, relatórios que já foram feitos vou lhes passar às mãos aliás, foi tomado providências já de passar o que foi possível levantar dos vinte maiores, inclusive a ASPEN PARK que não foi possível entregar. Então faz parte do que foi pedido aqui exposto principalmente da ASPEN PARK, então vou passar para cada um dos Senhores. Junto com isso vou passar também um memorando que foi pedido e eu tomei a liberdade de providenciar a posição do acerto de contas do Escritório Küster Ferreira Machado com relação à Leasing. Ele está em fase final de levantamento, o próprio escritório esta cobrando um posicionamento da Auditoria do Banco, da Contabilidade da Leasing, eu despachei para a área do Vilmar e a área do Vilmar fez uma resposta e está em fase final. Pelo que tivemos conhecimento da contabilidade, da auditoria a diferença que esta perdurando em torno de R\$ 28.000,00 somente, e nós estamos sofrendo ainda aí suspendido na Leasing qualquer pagamento de bem reintegrado que o Escritório Küster e Machado não paga mais desde 96. Então talvez desses R\$ 28.000,00 ainda tem que pagar mais uns R\$ 3 ou R\$ 4 mil, quando for fazer o acordo final.

Mota - Vamos zerar, vamos zerar.

Vargas - Eram R\$ 700.000,00, Paulo?

Pucci - R\$ 700.000,00. Isto está todinho lá item por item, foi acertado, as operações foram, os processos foram se concluindo, terminando, foram feitas as reintegrações e as despesas existentes. Então estão sendo checados com esses valores, pela Auditoria e pela Contabilidade da Leasing.

Vargas - Dentro do contrato original deles de 01% ou de 10%?

Pucci - Dentro do contrato original até a data que nós suspêndemos. Esses contratos foram suspensos em agosto ou novembro. Acho que com relação à ASPEN PARK, o que é mais importante o Dr. Sarmento me ligou ele está de férias. Exatamente está de

férias para fazer a montagem das peças do processo das ASPEN PARK. Só para ter um exemplo do que seriam essas peças, notificação específica, no caso do ASPEN PARK para todos os lojistas. Então tudo isso está sendo providenciado detalhadamente para que sejam supridas as necessidades aos advogados que defenderão essa causa. A Advogada que fez foi a Dra. Maria de Lurdes, ela não é advogada que está levantando esse processo. Ela fez por uma posição que o Dr. Sarmento me passou por telefone e ela deve ter se equivocado aqui.

Vargas - Tudo bem.

Mota - Eu não entendi bem uma coisa aqui. Segundo esse relatório, o Sarmento faz a petição inicial e manda para o Advogado em Londrina?

Pucci - Não ele vai fazer. Ele vai só montar o processo.

Mota - A Advogada responsável pela elaboração da emissão. Quer dizer a elaboração disso aqui não é fazê-la. É montar os elementos só?

Vargas - Ela faz a petição inicial.

Pucci - Não é só a parte de montagem.

Mota - E quem será o advogado em Londrina, será do Banco também? Ou não..

Vargas - São dois, já Presidente. Os advogados são o Dr. Hosken e Otávio Cesário?

Neco - Hosken de Novaes e Otávio Cesário.

Pucci - Isso a gente está discutindo em função, vai haver muita pressão e tudo mais. As pessoas, os advogados do Banco não seriam. Isso já foi discutido.

Vargas - Isso já foi discutido, já foi aprovado.

Mota - Isso está tranquilo, só para saber. Quer dizer que agora os elementos estão prontos?

Marquesini - Estão sendo montados.

Pucci - Quer dizer que no dia 15, mais tardar no final do mês essa documentação será encaminhado ao Escritório.

Mota - Tinha um relatório do Küster tem que olhar tudo, isso já é mais complicado. É tudo Maringá, onde está Londrina leia-se Maringá.

Pucci - Vai ser encaminhado pelo Dr. Sarmento.

Neco - Esse advogado do Banco, porque foi demitido o Oziel, então o Dr. Ronaldo, que é o Advogado do Banco vai acompanhar a ação.

Aldo - Presidente, eu perguntei só pró-forma.

Vargas - O Advogado pode até estar sediado em Londrina, mas o foro é em Maringá. Eu gostaria voltando ao Küster que você deixasse à disposição mim, de quem quiser, para dar uma olhada nesse levantamento que foi feito.

Pucci - Vilmar, por favor a Contabilidade tem esses números.

Marquesini - A qualquer momento.

Vargas - O relatório está com a Auditoria. Só para dar uma olhada, quem fez esse levantamento, na metodologia.

Aldo - Eu não encontrei a figura numérica, valores de adiantamento. Esses R\$ 700.000,00 não está em lugar nenhum aqui.

Pucci - Houve R\$ 700.000,00 de adiantamento, realmente houve R\$ 700.000,00 de adiantamento durante o ano de 1995. As ações que eram encaminhadas e se pagava o adiantamento dos contratos. Os contratos de credenciamento eram diferentes e aí foi suspenso. Foi pedido credenciamento junto ao Banco e posteriormente um levantamento desses valores adiantados porque não se tinha um controle do que já tinha sido adiantado o que já teria sido cumprido com a finalização do processo. E aí só se dizia que foi adiantado, foi adiantado e até agora ninguém viu a cor do dinheiro, quando na realidade o processo estava sendo dado continuidade, os bens estavam sendo reintegrados, vendidos e nós paramos com esse processo de pagamento para fazer o levantamento do quanto foi pago, quanto foi depositado. O que acontece? Passou um ano, quase um ano e meio e não está se pagando mais nada. Esses R\$ 700 mil ficou corroído com o cumprimento das ações que esse advogado tinha, que o Escritório Küster de adiantamento.

Neco - Quem que autorizava esses pagamento adiantados?

Pucci - A Equipe anterior que estava lá. Nós fomos prá lá e com dois meses nós conseguimos bloquear o contrato e descredenciar da forma como estava. Daí passou a nível de financiamento junto ao Banco.

Vargas - É tem uma parcela que você não vai recuperar, é difícil. 10% (dez) por cento que eram pagos para ele, desses 30% era distribuído internamente nas agências.

Mota - Nas agências não.

Vargas - Na Diretoria pelo menos.

Pucci - Não, o Küster não.

Vargas - Ah, interna do Banco. O Küster não distribui.

Pucci - No levantamento da Auditoria você o fato do...

Vargas - É extra-caixa. Não é do Küster.

Pucci - De ilegal não tinha nada, tinha imoral né? Esse é que era o problema.

Mota - Com relação à distribuição dos registros de títulos e documentos, ao 1º Ofício, só ficou decidido nesse Reunião ou se redistribuiria para todo mundo ou se dava uma razão válida para que ficasse só com o 1º Ofício. Como é que ficou isso?

Pucci - Veja, até é bom que eu vou entrar num outro assunto com relação a essas distribuições tá. O 1º Ofício de Títulos e Documentos nos apresentou o orçamento, foi aquele que foi trazido numa reunião, não me lembro mais em qual delas. Você estava presente? A posição de cada cartório com relação ao preço e agilidade, qualidade nos

serviços e esse Cartório foi o que melhor condições de preço e qualidade e o próprio pessoal da cobrança. Após apresentar aqui o pessoal achou por bem dar continuidade. Porque se eu vou distribuir uma coisa, está sendo bem feita, por um preço mais barato, por outros que talvez não apresentam a mesma qualidade e ainda pago mais. Esse foi o preço dado por eles por cada cartório cobrado da Banestado Leasing. A diferença era razoável. Hoje nós temos num único cartório, esse aqui Bacacheri, de Títulos e Documentos. Por exemplo, hoje custa R\$ 60 o registro de títulos por documentos. Para a Banestado Leasing é feito por R\$ 50. Agora eu tive que mandar registrar todos os contratos da CLUBECAR e a DESAFIO, porque a gente está numa iminência de ter que executar esses contratos de R\$ 10 milhões. São 2 mil contratos em função dos emitidos dos 500 e 600 contratos que tinham 3 ou 4 demitidos isso aí daria R\$ 50.000,00 aproximadamente esses o Cartório deixou por R\$ 27.000,00, ele baixou de R\$ 60,00 para R\$ 35,00.

Mota - Essa é uma renovada que vai ficar lá.

Pucci - Mais do que isso, ele pagou as custas quase todas do mês no desconto.

Mota - Nós não estamos levantando o ponto da idoneidade dele.

Vargas - O Paulo, na época em que nós levantamos essa questão, você disse que tinha várias propostas, essas propostas foram formalizadas por escrito ou não?

Pucci - Foram consultadas, veio para nós.

Vargas - Veio, eu não falo nada, eu não falo mais nada, eu não me recordo.

Daros - Porque entrou o problema do Mateus Leme, do Taboão.

Vargas - Ah sim , o Taboão eu até me lembro.

Daros - Não, mas era tudo mandado para o Hauer. Daí veio essa proposta que continua hoje.

Vargas - Mas aqui veja bem, Taboão e Bacacheri, Boa vista, Bacacheri, sei lá esses são tabeliães. Esse é um tipo de custo, um tipo de atividade cartorária e esses aqui não, esses aqui são só registros, são dois tipos, são dois tipos de Cartório.

Daros - Eu me lembro que veio...

Mota - Veio, eu me lembro também

Vargas - Então está bom.

Mota - Eu também me lembro que veio.

Vargas - Minha memória como se diz em informática, é *ram* , ligou a máquina, aperta

Marquesini - Que aliás esses esclarecimentos já foram prestados também na última Reunião do Conselho.

Vargas - Tudo bem. Eu perguntaria se a Auditoria do Banco está fazendo alguma atividade permanente ainda.

Marquesini - Permanente não. Nós temos ocasiões eventuais de trabalhos específicos recomendados.

Mota - E ainda tem o da Küster.

Marquesini - Só tem o da Küster.

Pucci - Foi pedido recentemente uma posição com relação à operação da CLUBCAR.

Vargas - Específica.

Marquesini - Duas vezes o trabalho recomendado prá isso.

Vargas - Isso é um trabalho específico não é uma Auditoria realizada permanente. É específica.

Mota - Dentre as propostas de renegociação ou até de negociação, tem uma aqui, eu não me lembro onde é que está eu vi, nós vimos também.

Vargas - O JULY CUSTO. É uma operação de R\$ 10 dez mil.

Mota - R\$ 10 de mil reais.

Vargas - R\$ 10 de mil reais, está vindo para o Conselho. É uma operação meio pequena.

Mota - Você não acha que, não há necessidade de vir para o Conselho essa aí?

Vargas - É muito pequena:

Marquesini - Não, essa é em função do limite, do nível de endividamento da Empresa no Banco. Embora é uma operação de R\$ 12.000,00, mas o endividamento da Empresa no Banco nos levou a levar ao Comitê I e trazer para homologação.

Mota - Está entendido.

Aldo - Tanto que na próxima alguém tinha mencionado isso.

Marquesini - Na reunião passada foi feito Dr. Aldo, foi comentado.

Vargas - Eu não sei um, eu não vi aqui prá frente, que eu pedi um relatório analítico com relação ao Crédito em Liquidação, que tivessem informações mais detalhadas.

Marquesini - Sobre isso eu insisti com os advogados inclusive e infelizmente a resposta que eu obtive, é que não há possibilidade de se fazer isso, porque para se fazer isso eles teriam que fazer isso manualmente. Nós pedimos que nos fosse apresentado desde a origem, e todas as fases em que ocorreram do processo.

Vargas - Até a fase atual.

Marquesini - E isto tanto o Dr. Fernando como o Dr. Sarmento me colocou que eles teriam uma dificuldade para nos apresentar esse relatório da forma que foi pedido para esta reunião. Mas que estão trabalhando...

Mota - E chegarão a apresentar em alguma reunião?

Pucci - A Dra. Malú conseguiu apresentar alguns cinco desses que estão aí.

Marquesini - Os cinco maiores. Dentre os vinte...

Vargas - Eu acho que nem manualmente nem por sistema porque o que nos apresentaram, vocês se lembram? Nós pedimos as fases dos processos eles apresentaram 400 folhas. Não tinha nada: não sabia nem em que vara estava.

Aldo - Não, é aquele negócio está em andamento.

Vargas - É, em andamento.

Aldo - Não dava detalhes como é que estava a posição do processo.

Marquesini - Tinha que entrar pelo menos os 20 maiores, pelo menos...

Vargas - O sistema existe só que o sistema não é muniçado e está furado só isso. O sistema existe. É informatizado, e daí?

Marquesini - Esperamos...

Aldo - Está sendo orientado inclusive pelo Departamento Jurídico do Banco para montar uma folha específica como é a posição processual de cada processo, isso tem que estar no sistema com todas as informações, como se fosse um cartório, tem que se espelhar num cartório. Concluso o Juiz tal, advogado tal e assim na seqüência. Fica fácil pra eles inclusive, como num cartório de advocacia moderno.

Vargas - Eu vou lhe citar a justiça Federal que está mais informatizada que a Estadual. Na Federal você chega lá na sede da Justiça, tem um terminal igual a um terminal de extrato bancário, põe o número do processo e lista a fase do processo.

Pucci - Dr. Mário, nós temos tomado uma atitude a nível de sistema lá na Leasing em função desse processo a própria Divisão Jurídica do Banco está usando e o sistema é o mesmo utilizado pela Leasing.

Vargas - E ficou caro? Não precisa inventar a roda, já está inventada. Porque não se dirige a Justiça federal, eu tenho certeza que a área de informática deles presta todos os esclarecimentos ou pode até fornecer o sistema pronto, prontinho. E se você quiser o histórico daquela ação, você pede um histórico e ele te da um extrato inteiro da causa desde o começo até o fim.

Mota - No meu Cartório também é assim.

Vargas - O seu é assim?

Mota - Tudo assim.

Vargas - Qualquer, tem cartório bem informatizado.

Mota - Porque hoje em dia com o número de ações que o Banco tem, tem centenas, se não fizer assim não consegue.

Vargas - Agora tem um detalhe, não há sistema que funcione sozinho, precisa ter um digitador, ter um elemento dando as informações. É o caso nosso que tem um sistema

que gerou aquele monte de fichas, sem informação nenhuma, certo? Bom, tudo bem. Tem alguma coisa aí para Crédito em Liquidação? Lá pra frente?

Mota - O sistema de controle, lembram-se de que nós conversamos até exaustivamente sobre a necessidade de haver na Leasing, a par da operacionalidade e da administração, um sistema de controle, que fiscalizasse, prá falar um português bem claro, e já estava sendo providenciado por alguém, não era por você Paulo, que estava montando isso?

Pucci - Veja eu, eu não participei da Reunião anterior do Conselho, mas me passaram uma função que eu faria uma apresentação sobre o Sistema de Controle Operacional. O Arlei prometeu.

Mota - Exatamente

Pucci - Eu fui pego de surpresa, mas eu tenho alguma coisa aqui, a nível do que existe no controle das operações, na realização das operações, na liberação, na cobrança e na recuperação do crédito.

Vargas - Não, mas é exatamente isso Paulo, mas eu gostaria que isso fosse veja bem, você não escreve, você não tem uma rotina, no Banco isso se chamava CDS, hoje eu não sei...

Pucci - Você fala sobre qual rotina.

Vargas - Toda a rotina, todas as rotinas do Banco eram escritas tá? Diz faça isso faça aquilo, vem prá tal departamento, acontece aquilo.

Pucci - Não existe mais isto Dr. Mário, os únicos coisas, documentos que existem no Banco são os KPS, e um manual que cada área está desenvolvendo e revendo hoje, eles tem isso aí.

Vargas - Desculpe eu sempre penso, não só a nível de normatizado, disciplinar uma rotina, disciplinar uma atividade, mas principalmente no momento que você vai cobrar uma coisa de alguém, o que é, porque você não fez, pois está escrito aqui porque você não fez? Então fica mudo, se fica sem nada. É o caso nosso da Leasing, lá toda aquela bagunça que aconteceu. Está tudo diluído lá dentro. Ninguém sabe quem é o responsável. Está diluído.

Pucci - Existe um manual na forma de se operacionalizar da forma de se cobrar. Está em manual.

Marquesini - E isto esta válido para toda a Rede.

Pucci - Não, mas tem lá centralizado lá no Núcleo Estratégico lá da Leasing também, só que eu fiz questão de não trazer pra vocês, porque aquilo ali é enorme, se é isso que vocês querem eu trago. Só que tem uma coisa. Sabe quando um Gerente de agência vai olhar isto aí? Existe essa documentação.

Mota - Vê se alcanço raciocínio dele, sabe quando o gerente vai examinar isto aí, porque?

Pucci - Você tem que perguntar sempre porque ele recebe 500 informações por dia. De todas essas Carteiras do Banco a dificuldade dele demorar cada momento, existe um manual que raramente ele vai lá procurar. De vez em quando hoje em dia está se fazendo uma operação de leasing uma vez por mês na agência.

Mota - E a agência cada vez não tem um operador de leasing?

Pucci - Não, não. Esse operador está lá ele sabe dar informações toda vez para o mesmo gerente que já fez operação de leasing., ele não vai pegar o manual. Mas eu lhe trago o manual! Eu lhe trago o manual, mas eu trago o manual.

Vilmar - O manual é o operador de leasing,

Pucci - Ele exibe, o manual é operador ele tem formalizado isso ele tem tudo, eu trago para os Senhores. O que eu queria apresentar aqui, é que nós estamos a tempo, a forma como é feito a operação; existem regras para serem feitas na operação, no atraso, as medidas imediatas, inclusive via sistemas, não é aquela bagunça que vocês imaginam, a coisa é bem adequada.

Mota - Não; quando o Mário falou em bagunça, à bagunça ela...

Pucci - Então hoje existe.

Vargas - Está diluída. Não sabe quem é o responsável, não sabe o que tem que fazer o que.

Pucci - Só que sinceramente me desculpem, é que eu não entendi na forma que vocês queriam, só que eu não trazer, eu fiz questão, eu disse agora, eu não trazer a norma pura e seco, se é isso eu passo para os Senhores amanhã mesmo, mas eu trouxe ele diluída aqui e explicações que eu faria de como se procede alterações através da Rede...

Vargas - Então a afirmativa é de que existe, isto manualizado e normatizado.

Pucci - Existe.

Mota - Pode nos dar demonstração disto na próxima reunião.

Marquesini - Então eu pediria com licença aqui, de que se tivesse condição de fazer no final da Reunião porque são transparências, né?

Mota - Ah sim tá. Tudo bem.

Aldo - Eu queria fazer, dar um depoimento para os Senhores Conselheiros com relação à manualização das rotinas do Banco. Nós estamos trabalhando em cima das, desse Processo de Saneamento do Banco junto ao Banco Central, do Banestado junto ao Banco Central. Isso tem nos levado, nos levou a montar todo um rol de providências que deverão ser tomadas e implantadas pelo Banco. Não é a primeira vez, desde que eu estou aqui no Banco faz uns 4 anos, essa aqui é a terceira vez que eu já vi o Banco montar um ideário de procedimentos, um ideário de boas intenções, milhares de propósitos e muitas coisas não aconteceram. Porque nós temos uma certa, tivemos dificuldades, primeiro: mudanças sucessivas na Diretoria. Depois um berro que se dava daqui, não passa do Rio Passaúna ou não passa aqui da Serra do Mar não adianta. Se não tiver uma estrutura de acompanhamento não adianta nada. Então dentro desse programa cada Diretor montou na sua área, tivemos bastante diferença agora, cada Diretor está montando o seu trabalho dentro da sua área e nós estamos reestruturando a Auditoria do Banco. Transformando, tentando voltar, eu não sou bancário de carreira mas eu sei que existia uma figura nos bancos chamada inspetor, inspetoria. Aí eu tive o cuidado de perguntar a alguns amigos que eu tenho aqui dentro do Banco, vocês conhecem o tal do Elias que eu conheço a muitos anos, que é do BRADESCO, o Madias que é Vice-Presidente do UNIBANCO, conversando com eles como é que

funciona a Auditoria do Banco. A auditoria do Banco ao contrário do BANESTADO que é sob a alegação que nós iríamos implementar uma auditoria eletrônica, que só está hoje em Reunião de Diretoria, eu falei, foi desmontada a inspetoria manual, quer dizer, nós cometemos um erro terrível sem ter uma auditoria eletrônica à distância funcionando, foi desativada a inspetoria de campo está errado.

Pucci - E ficou saneado.

Aldo - Não, existe está funcionando, só que aquela Inspetoria, eu acho que tem que manter.

Pucci - Claro, é óbvio isso.

Aldo - Eu perguntei a um amigo meu que é Gerente de São Paulo do CITIBANK, até hoje eles tem a figura do Inspetor, que entra na agência do CITIBANK, seja na mesa de um escrivário, de um caixa do Gerente de Negócios ou de até do Diretor, até hoje eles fazem esse sistema: "*o Senhor por favor levante-se sente naquela cadeira que eu vou examinar o que tem na sua mesa*". E começa a ver papel por papel, que papel é esse o que é isso aqui porque não foi deferido, puxa a gaveta por gaveta. Isto eu entendo que é auditoria de campo. Inspetoria de campo, eu acho que o Banco tem que retornar a esse período.

Pucci - Claro que tem.

Aldo - Eu na minha visão não pode acabar.

Vargas - Nunca pode ter acabado.

Aldo - Não poderia, de forma nenhuma. Então a primeira coisa que tem que fazer é retornar aquele sistema que o Inspetor vai lá na Agência e vê se as operações estão foram feitas de forma compatível com a decisão tomada nos Comitês; ou seja, se foram tomados os cuidados, se há vinculação de duplicatas, se há caução de títulos, exatamente como foi exigido no deferimento da operação.

Daros - Senão só vai descobrir como foi feito depois que der errado.

Aldo - Der o que?

Daros - Se der errado.

Aldo - Mas é isso que está acontecendo. Olha não dá pra entrar em juízo porque a hipoteca não foi registrada no Cartório.

Vargas - O cara não assinou o contrato.

Aldo - O cara não assinou o contrato. Mas meu Deus do céu, nós não temos inspetoria, um inspetor que acompanhe.

Mota - Auditoria preventiva, não é Aldo?

Vargas - Agora veja bem Aldo. Existem vários momentos.

Aldo - À distância, por sistema, é muito bonito você pode ter, como me disse o Antônio no Bradesco nós temos as duas.

Daros - Sim é claro que temos que ter as duas.

Aldo - Mas nós temos o perdigueiro que vai lá no interior de São Paulo, lá na agência de Furavila, não sei aonde e quer ver lá como é está o negócio, quer ver a operação.

Vargas - Eu não sei no Banco como é que está funcionando hoje, eu estou fora há muito tempo, mas pelo que se ouve falar, você sente Aldo, na relação do Banco, exatamente esse setor de controle, existe um setor de controle que vai fazer um controle à distância, por sistema ou manualmente de alguma forma. Para ver se está lançado se está dentro do que foi autorizado, isso você pode fazer por Sistema. O sistema te dá a listagem por exceção, só vai listar o que está errado o que está certo não precisa listar, esse é o oficial. Mas as vezes tem que olhar porque o Sistema sozinho também não faz, alguém tem que olhar e inspecionar a agência à distância, isso é distância. Tem que ter isso, e tinha que ter a inspetoria de campo operacional, é o caso, o caso aqui de vocês de controle, quando vem o contrato, quando vem a documentação pra vocês alguém tem que olhar se está certa. Pra não acontecer isso que esta aí dentro como aconteceu conosco que , sem DUT, sem, contrato sem assinatura esse é manual, o Sistema não vê isso.

Daros - Importante que é papel.

Vargas - O sistema não vê isso.

Aldo - A evolução do Sistema não te dá o direito de você abandonar outras vias.

Vargas - Isto aqui não está assinado o contrato o Sistema não vai saber.

Daros - Não sabe.

Vargas - Não vai saber nunca.

Pucci - O Sistema prevê Dr. Mário está aqui ele dá até o título do documento que está faltando. Nós bloqueamos a agência, a Leasing é uma das mais perfeitas Carteiras da Rede do Banco.

Aldo - Você fala por Sistema a distância?

Aldo - Por Sistema a operadora, o que eu faço...

Aldo - Pra vocês é mais fácil.

Pucci - Então o que acontece. Não se confia em 15 dias que aqui é o prazo envio de documentação, aquela operação foi liberada, mas eu bloqueei a agência, que parcialmente me falta documentos no processo. Por causa de um processo eu bloqueeio a agência para qualquer operação de leasing, é a punição da Leasing para a agência. Aí imediatamente já está com outro processo e pede a documentação pendente. Todos esses trabalhos que tem aí, tudo isso eu tenho em Sistema.

Aldo - Na Leasing, no Banco nós não temos ainda.

Vargas - Voltando, eu sempre estou aqui, aqui eu sou historiador. O que é que eu posso fazer?

Mota - Você quer saber tudo, eu vou dar esse privilégio?

Vargas - Quem criou a Auditoria do Banco do Estado fui eu, eu não, o controle. Auditoria com o objetivo de fazer auditorias de alto nível de grande, de coisas de maior importância. O dia a dia da rotina é da inspetoria, é o inspetor que faz, não é o auditor, o auditor não anda na agência no setor do caixa vendo se fecha a conta corrente, esse troço não é problema dele do Auditor. O auditor vai numa agência, vai a um setor interno do Banco ou a uma empresa fazer auditoria de alto nível, de grandes problemas ou de grandes operações, não precisa ser nem problema. Isso é auditoria. Não se confunde uma coisa com outra, e a par disso ainda fica ao setor de fiscalização à distância ou por sistema ou por documentos, vai ter que ser feito à distância. As três coisas nenhuma delas pode trabalhar sozinha, tem que ser as três. Então no Banco, eu não sei se ainda existe existia um departamento que se chamava-se DEIFA - Departamento de Inspeção e Fiscalização de Agências. Fazia a inspeção à distância através de cópias de documentos feitos manualmente e tinha essa inspetoria que ia em campo fazer o seu relatório. Depois criou-se a Auditoria com o objetivo maior, mais alto, ligado à Presidência, etc. maior foi isso.

Aldo - Na realidade esse processo significa uma revolução. Então você não pode desmontar o que está funcionando.

Vargas - A rigor não funcionava, porque a história do Banco é uma história de indisciplina total, sempre foi e agora que você está aí você sabe disso. Então nós fazíamos até num curso de gerência por disciplina, que tinha uma diferença entre eficácia e eficiência. Então o Departamento de Fiscalização de Agências - DEIFA, o resultado dele que achavam que era positivo, era medido pelo número de cartas que eles escrevia para as agências reclamando de irregularidades. Eram mil e tantas, de mil cartas por ano só que qual era o resultado? Qual é o efeito sexta seção a maioria tinha 50 mil cartas. Eficácia nenhuma, eficiência, não tinha resultado nenhum.

Aldo - Nós tínhamos um setor de Controladoria no Banco que é eficientíssimo. Trabalham 45 pessoas, geram relatórios magníficos, só que quem lê, quem que toma as providências, quem acompanha, quem vai verificar se aquilo está sendo colocado em prática. É isso que nós estamos tentando colocar de forma que os que recebem, alguém vai ter que acompanhar o relatório...

Aldo - O Dr. Sérgio está satisfeito?

Mota - Não, da minha parte estou satisfeito.

Vargas - Nós pedimos também está contemplado também na ata, instruções para as agências sobre aquele aspecto do ajuizamentos de Crédito em Liquidação. Nós detectamos que tinham operações com três anos de vencidas e não estavam ajuizadas e nós pedimos um relatório. Alias nem tanto o relatório, nós pedimos que fosse montado instrução à Rede, certo, dando os prazos para ajuizamentos reintegrações de posse, as providências a tomar no caso de inadimplência, tentando apressar...

Marquesini - Infelizmente isso passa pela DIJUR. Então as normas que a DIJUR segue são normas globais não especificamente. Então eu conversei pessoalmente com o Milton Betenheuser, então eles no presente momento estão tendo uma dificuldade, que é relacionada, primeiro com falta de gente. Nas SUREGs, advogados nas SUREGs para poder orientar. E as agências hoje não estão preparadas com orientação e até

com ensinamento para adotar esses procedimentos. Então precisaria de uma doutrinação ou um ensinamento.

Mota - Treinamento.

Marquesini - Treinamento via Banco para que eles pudessem, porque a Leasing por si, nós não temos condições de fazer.

Pucci - Alias eu não vejo condições de as agências hoje, algumas delas tem condições. A maioria não tem condições de suprir essa necessidade.

Aldo - Mas por, justamente por deficiência de pessoal.

Pucci - Deficiência de pessoal, assunto muito técnico. Não é fácil.

Marquesini - Falta de esclarecimento, complexidade

Pucci - Um erro de notificação, um erro numa coisinha, ele atrapalha o processo todo. Para o senhor ter uma idéia Dr. Mário, o senhor sabia que nós temos um processo de indenização lá na Leasing de US\$ 1milhão de dólares. Alguém comentou com o senhor? É, um pedido de indenização?

Vargas - Perdas e danos?

Pucci - É, pedido de perdas e danos. É, foi reintegrado um bem cuja notificação foi expedida e iniciado o processo de execução e por deficiência do sistema, não poderia aceitar aparcela depois de iniciado o processo de ajuizamento. O cidadão depositou na conta da Leasing. Safadeza, e o processo continua. Reintegraramos o bem do cara e vendemos. Aí ele entrou com ação de indenização, US\$ 1milhão de dólares.

Mota - Não vai ganhar.

Pucci - Não vai ganhar. Nós acertamos esta semana, até eu vou comunicar os Senhores já que nós vamos pagar o veículo dele, e o advogado pediu R\$ 15 mil reais e que o veículo é R\$ 34 mil. Vamos pagar um veículo novo para ele, um caminhãozinho F-4000 é R\$ 14 mil. É que nós pegamos e vendemos dele. Ele pediu R\$ 15 mil porque no mínimo achou que ia receber R\$ 150 mil, e eu estou fechando por R\$ 13 mil, que é dez por cento.

Vargas - E o advogado pediu só de honorários.

Pucci - O Advogado consciente de como funciona a coisa e tal passou e passa, porque são muitas ações e existe malvadeza do outro lado. Esse cidadão usou de esperteza e de má fé. Queria ganhar a causa.

Marquesini - Essa solicitação, Mário, eu considero que ela deve merecer uma análise muito aprofundada sobretudo por sentir lá na ponta, nas agências, nós colhemos "mariscos".

Vargas - Veja bem, Marquesini. Eu acho que uma instrução para as agências dando um prazo, curto e grosso. O cara não pagou em dia você já notifica que já está em atraso. Dá um prazo, 72 horas para cumprir. Já tem que iniciar a reintegração do bem.

Marquesini - Isso cabe, eu acho que à Empresa Leasing tomar providências, agora não foi possível ser tomada essa providência entre a última reunião e hoje. Infelizmente, sabe. As nossas deficiências de pessoas é muito grande.

Mota - Depois se não instruir o pessoal da ponta.

Aldo - Desculpe, qual é a sua pergunta?

Vargas - Não, não eu disse que eles estão dizendo que isso é complexo, depende da DIJUR. Eu acho que instruções simples para as agências. A minha idéia...

Pucci - Essas instruções já existem viu Dr. Mário Vargas, desculpe.

Vargas - Então reitere.

Pucci - Eu lhe encaminho as normativas com relação a procedimentos, ajuizamentos de processos, formas de cobranças, quem pode autorizar recibo, quem não pode, os advogados credenciados, isso tem. Eu lhe mando juntamente com o que eu fiquei devendo.

Vilmar - Aquela parte de controle, manual de controle.

Vargas - Manual de controle.

Pucci - eu mando tudo para o Senhor, amanhã. Promessa é dívida.

Vargas - Quero ver, Senhor Paulo.

Pucci - Essa distribuição foi feita. Agora, se não estiver de acordo com o que o Senhor imagina, aí nós podemos discutir na próxima reunião. Esse controle já existe e está dentro do que é possível se fazer, de orientação.

Vilmar - Está mais ou menos de acordo com as orientações do Banco.

Pucci - Que a do Banco. Exatamente quase cópia fiel do que existe no Banco. Isso não tinha na Leasing. Por isso aconteceu esse processo de indenização. Esse processo é de 95.

Vargas - Bom tempo.

Pucci - Não tínhamos esse controle.

Vargas - Mas é o que eu falei.

Pucci - Hoje nós não aceitamos mais, saiu a notificação por sistema, ele bloqueia, não recebe por lugar nenhum mais.

Vargas - Ele bloqueia. Falar em ajuizamento chefe, você diz que tinha não sei quantos mil contratos, como está hoje isso? Ninguém via lembrar quanto tempo.

Pucci - Posso contar para o Senhor, eu não conseguiram mandar os processos ainda, porque, para o Setor está montando os processos, ele tem que fazer lá uma planilha em que montar uma série de documentos. Então que mandar para o Cartório de Títulos e Documentos. O que aconteceu? O processo da CLUBCAR teve que preparar a documentação equivalente a 2 mil processos.

Mota - Absorveu tudo.

Pucci - Absorveu, até quarta-feira agora, que deve terminar o registro lá no Títulos e Documentos do Cartório, desses processos da CLUBCAR, os terceiros envolvidos o

Setor se disponibiliza a começar a ajuizar novamente. Porque realmente aí é humanamente impossível. Porque tem até falta de gente.

Vargas - Já que nós estamos em títulos e documentos, esses contratos não são registrados diretamente nos Títulos e Documentos no momento em que você assina?

Pucci - Hoje nós estamos fazendo isso na área operacional, os novos contratos, que é a minoria, são muito poucos. Depois eu gostaria de entrar nesse assunto com o Senhor aí, porque não se cobrava antes uma taxa de abertura de crédito. Vamos começar cobrar hoje que é exatamente o valor do registro do documento. Fez o contrato lá na agência, chegou na Leasing manda registrar, aqui na Leasing, tá? Porque não se fazia antes, eles achavam que correria, valia a pena correr o risco. A Leasing não tinha inadimplência. Aí começou a explodir a inadimplência, começou surgir problemas de registrar o contrato. Olha o risco no caso da CLUBCAR. O repasse desse veículos da CLUBCAR DESAFIO para terceiros, se esse cidadão pegou esse documento.

Vargas - É discutível essa necessidade de registro desse documentos. Você um documento público, no caso de veículo, é o DETRAN. Esse é o registro público.

Pucci - Deixa eu completar, Sr. Mário, o que aconteceu já.

Vilmar - Qual é a consequência disso?

Pucci - Se o títulos e documentos registrar o primeiro contrato lá na CLUBCAR com o cidadão, mesmo com data posterior ao meu aqui da Leasing, o que vale é o dele.

Vilmar - O que vale é o dele.

Pucci - Ele vai lá e cancela o registro no DETRAN, o Senhor sabia disso?

Mota - É isso é verdade.

Pucci - Eu estou correndo esse risco se estiver algum contrato da CLUBCAR registrado já, porque a Banestado Leasing não fez isso.

Aldo - Não poderia alertar antes que aconteça?

Marquesini - Eu tenho a impressão que isso surgiu agora em função da CLUBCAR.

Pucci - Então eu tomei essa iniciativa, eu consultei o Arlei só para saber o custo dos contratos, dos registros, porque quando eu vi que não ia dar certo a documentação do processo aí, falei esse cara não tem dinheiro para pagar. Nós vamos ter que executar, partir para a execução.

Vilmar - Só que nós vamos correr o risco de ficarmos com o registro anterior.

Pucci - Com certeza.

Vargas - Sim, veja bem vocês faziam leasing com nota fiscal, não com o certificado, o DUT transferido, DUT de transferência. Então, nada obsta de pegar o carro e vender para um terceiro e registrar em nome de terceiro. Isso é o que deve ter acontecido.

Vilmar - ... Só que o cliente pagou o CLUBCAR e não pagou a Leasing.

Vargas - Da CLUBCAR isso?

Pucci - Sim.

Vargas - Mas nós não tínhamos pegado o DUT.

Pucci - Dá uma olhada. O DUT não estava, alguma coisa eles passaram para nós, não sei se

Vilmar - Com mais um agravante ainda.

Vargas - Mais grave que isso?

Vargas - Bom, a parte de contratos acho que já deu. Nós já vimos tudo que é Crédito em Liquidação. Depois vamos indo para frente que tem mais coisa, conforme a própria pauta. É, foi falado aqui, você também falou Aldo saneamento, essa coisa toda. Como é que está o projeto de incorporação da Leasing ao Banco, aquela idéia, transformar em Carteira

Aldo - Está em análise ainda. Aí é que esta o problema. De um lado a idéia e a vontade da Diretoria é transformar em uma Carteira, mas por outro lado se nós transformarmos em uma Carteira, nós indisponibilizamos uma entidade do Conglomerado que tem essa capacidade por exemplo de emitir debêntures. E depois ela é muito mais volátil. Eu me recuso a tomar uma decisão, digamos de caráter definitivo aqui no Conglomerado baseado numa gestão temerária do passado. Eu acho que a Leasing é viável. Desde que seja administrada com competência, com moralidade, com ética, sem falar em outras coisas. Então eu acho que deveria ser, mas um estudo está sendo feito, provavelmente o que nós vamos trazer para o Banco será a parte de controle, mas a Leasing continuará funcionando como empresa.

Vargas - A Empresa permanece.

Aldo - Eu acho que não convém sacrificar a Leasing por um fato que ocorreu no passado. É a mesma coisa que tirar o sofá da sala. Então não adianta nada. Vamos tratar de botar a Leasing em pé e fazer a Leasing funcionar como Empresa dentro das normas legais, dentro da sua atividade, porque eu acho que o mercado de leasing hoje está cada vez mais promissor. Veja aí o BRADESCO que está aí trabalhando, deitando e rolando no leasing, o HSBC então está fazendo aí horrores. Agora nós temos que assumir o compromisso. Acho que a Leasing, no meu ponto de vista...

Vargas - É você quer incorporar só a parte de contabilidade, administração, de pessoal.

Aldo - Como as outras, fazer uma cozinha comum e fazer as pontas todas trabalharem. Então essa é a idéia.

Vargas - Bom, eu volto à água fria, que já está congelada: Digitalização. A nossa famosa SOFHAR, em que pé está isso?

Marquesini - Bom, o processo de digitalização.

Vargas - Está andando?

Marquesini - Está andando não naquele ritmo que nós esperávamos porque a DINFO ficou de nos ceder naquele momento 8 funcionários. Ocorre que dentro do processo de férias só puderam nos ceder 2. E agora, a partir...

Vilmar - Com o agravante que os estagiários que estavam lá contratados saíram fora, porque estavam ganhando muito pouco.

Marquesini - Somente agora a partir, após o Carnaval é que a DINFO começou gradativamente nos atender, então ficaram de mandar mais 2 agora no começo dessa semana. Ontem estavam ainda participando de reuniões e devem complementar isso até agora dia 10 de março com os 8 que ficaram e nós deveremos na medida da nossa possibilidade alocar gente nossa também no processo.

Mota - Quer dizer que aquela idéia de normatizar até o fim de março morreu?

Marquesini - Eu acredito que ficou prejudicado, exatamente com esse processo porque a DINFO não aportou esses 8 elementos imediatamente como havíamos combinado.

Mota - Então daí quando normatizados, normalizado isso, quando que vocês acham que...

Marquesini - Eu conversei com a moça que acompanha isso, que é a Jussara, ela acha que com os 8 elementos da DINFO e se nós pudermos ter lá mais 2 ou 3 da própria

Empresa, a possibilidade de nós recuperarmos esse mês que está perdido e mais uns 20 dias. Agora tem esse aspecto também que nós terminando o processo de digitalização, que nesse mesmo caminho está o processo de licitação para compra dos equipamentos. Está caminhando exatamente dentro desse mesmo prazo, talvez correndo o risco de terminar a digitalização e os equipamentos estar amarrados.

Vargas - Bom, eu quando falo isso eu não estou me referindo só à SOFHAR. A SOFHAR teve baixa no seu saldo devedor por várias dações em pagamento. Não é trabalho. Tem vários contratos nosso em andamento. Amortizaram vários desses contratos como dação em pagamento. Alguns em prestação de serviços, equipamentos, OK? Eu gostaria só para nosso controle, fizessem um demonstrativo rápido, as datas, as dações, da baixa, o valor que foi baixado e que tipo de dação foi feito.

Marquesini - Mas o valor dos equipamentos veio.

Vargas - Veio isso, mas não veio, o que eu gostaria de Ter uma outro elemento que era o saldo devedor na época.

Marquesini - Aquilo que o senhor precisa?

Vargas - Não, veja bem, o tipo de dação, tipo de serviço, o valor da dação e o saldo devedor que restou, e parece que houve estorno de dação também.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.**REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 10.03.98****MARÇO DE 1998**

Neco - Ao Dr. Aldo, Alaor e Eliody a respeito da verdadeira situação do Banco do Estado do Paraná.

Aldo - O Banco do Estado do Paraná por dia está tendo uma despesa de R\$ 2.000.000,00 por dia. Trinta dias significa R\$ 60.000.000,00. A continuar a situação em que nós estamos, em cinco no máximo em 06 meses nós estaremos com o nosso Patrimônio zerado. Nós emprestamos dinheiro, não estamos conseguindo reaver, estamos tendo despesas, como essas de informática, despesas operacional e a Casa, vamos falar assim, a Casa não está correspondendo ao momento em que o Banco está atravessando. Quer dizer, a inadimplência é muito forte, é muito grande e nós não estamos recuperando. Hoje o Alaor está indo buscando R\$ 1.100.000.000,00 e isto está nos dificultando muito, porque a Caixa Econômica e o Banco Central (PAUSA)...

Gabriel - Depois disso que nós já discutimos, com nós mesmos e com outras autoridades, eu acho que é muito mais pra troca de entender é isso. Então essa parte que o Alaor disse que é R\$ 420.000.000, o Milton disse que é R\$ 460.000.000, o outro disse que é R\$ 420.000.000 e o outro diz que é R\$ 450.000.000, isso já era do nosso conhecimento e isso aí seriamente todos nós conhecemos, todos nós sabemos os números nunca foram definitivos, serão no instante da assinatura do contrato. Então eu colocaria aos Senhores de que esses comentários que não tratam de assunto de pauta, que são meramente motivo troca informação entre um motivo e outro, que não façam parte da ata que é um documento pérene do Banco e que essa primeira parte, eu acho que, aqui por exemplo: "Em atenção

ao Senhor Nilton Hirt Mariano, Diretor de Controle, esclareceu que os valores exibidos inicialmente, na ordem de R\$ 400.000.000,00 foram cortejados na Divisão de Controle Operacional, à época eram R\$ 427.000.000,00, com R\$ 460.000.000,00 o Banco estaria equilibrado". Eu não entendo isso. Quer dizer que na hora que estava sendo comentado eu não entendi perfeitamente. Aqui ele quis dizer que com R\$ 460.000.000,00 o Patrimônio do Banco estaria equilibrado. Mas como são assuntos que servem para troca de informação, para conversa, esse assunto já é do conhecimento da Diretoria, do Saneamento dos números. Então eu sinceramente eu acho que não é um assunto que, não é um bate-papo que devesse ser transformado em ata prá; nada do que a gente conversa, pode ser, ficar registrado no Banco, é um assunto que demonstra inclusive que nós não temos nenhuma segurança daquilo que estamos.

Gabriel - Sabe Dr. Aldo isso, como é que você me falou que aquilo era R\$ 300. E agora é R\$ 400. Então R\$ 460 está bom, então é uma conversa que assim um pouco, essas coisas tão, tão, tão registradas e.

Paulo - Acho até como sugestão, assuntos què fossem comentados, mesmo sendo gravados, eria interessante dizer isso não deve contar em assunto de pauta: Só deixar registrado.

Gabriel - Então o Senhor vê o seguinte em dezembro, no final de dezembro, foi apresentado R\$ 50.000.000,00 de prejuízo e vamos recuperar uns R\$ 10.000 ou R\$ 20.000 na Leasing, no Banco, mas estávamos absurdamente navegando né? Não digo mal informados que não era intenção de ninguém que tinha as informações nos passar diferentes daquilo que tinha. Ora de R\$ 50 milhões nós passou para R\$ 2 bilhões em quatro meses. De modos que, era R\$ 50 milhões e depois foi para R\$ 120 milhões, depois foi para R\$ 400 milhões, depois foi para R\$ 600 milhões, R\$ 700 milhões. Agora estão provisionadas para Crédito Liquidação operações feitas muito recentemente, a gente tem certeza do recebimento, quer dizer, certeza, foram feita à luz da boa prática bancária, ninguém pode saber o que vai ocorrer. Agora, toda a operação que é feita no Banco jogar para Crédito Liquidação como provisão é uma posição muito cômodo prá eles, não já está lá, não há capital que resista isso, porque se não mudar a cultura do Banco Presidente não adianta, porque a cultura da Administração mudou muito, todo mundo é testemunha do seu empenho pra que esse Banco seja um Banco nos moldes dos Bancos privados. Agora, e nós Diretores temos acompanhado isso e temos tido presente, que preside as nossas decisões é nesse sentido que o Senhor tem falado sempre, agora, ainda no Banco a cultura não é essa e não vai adiantar nada, vai ser uma fonte que não vai nunca se esgotar se não mudar a cultura, se o gerente não for dado pra ele responsabilidade de cobrança do que ele faz, porque, ele fez operação ontem e aí a provisão para Crédito em Liquidação ele manda por aqui, tá bom. Então o Banco nunca vai operar, não sei se o Banco recebe. O Batata poderia dizer na linha Comercial. O Banco recebe no dia a dia vai gente pagar conta que deve no Banco. Então não sei.

Batata - O que eu acho é o seguinte, eu acho o seguinte: as operações que foram feitas aí novas, vamos dizer de junho do ano passado pra cá, elas estão tendo liquidez normal.

Gabriel - Mas estão todas em Crédito Liquidação.

Batata - Ah, não.

Gabriel - Ah não, na área de Câmbio até pode.

Ricardo - Perguntaram para os gerentes o que eles achavam o que queriam por eles queriam por o Banco inteiro.

Gabriel - Justamente.

Ricardo - Eles sonharam que daqui um ano o cara não vai pagar então empurraram para limpar a Carteira deles.

Batata - Ontem ainda eu falei, em todas as renegociações de dívidas na realidade, que só na nossa Carteira era de R\$ 700 milhões, já estavam em 30 de junho do ano passado, eles colocaram tudo, porque é renegociação subentende-se que é uma operação de difícil liquidez. Muitas vezes eles não analisaram questão de garantia, questão de recuperar totalmente, parcialmente recuperável, você entendeu?

Ricardo - Não analisaram nada. O Batata falou pra eles, eles mandaram tudo.

Batata - Eu falei para o Nilton, você pede à relação eles vão colocar tudo, eles querem limpar, mesmo as dificuldades pequenas, foi o que você falou.

Gabriel - Agora, eu não quero me alongar, desculpa Presidente nesse tema, mas eu acho que os comentários que a gente faz antes e depois da reunião, eu acho que deverá constar em ata aquilo que consta da pauta ou extra-pauta. As outras conversas que a gente tiver, elas que se restrinjam às nossas trocas de informação, que todos temos, cada um conversa com pessoas diferentes e a gente aqui, e muitas das vezes até se elucidou coisas que eu não sabia, o outro completou. Isso faz parte, qualquer reunião ministerial tem um pate-papo anterior e posterior. Então eu acho que é minha sugestão e o Senhor como Presidente decide se, eu acho que deve constar da ata os assuntos da pauta e da extra-pauta. Comentários paralelos eu acho que não, porque esse comentário aqui retrata uma total desinformação. Em dezembro R\$ 150 milhões, depois foi para, quer dizer. Esses não são assuntos que não estavam na pauta.

A minha sugestão que eu colocaria, o Presidente consultar os companheiros, é de que, daqui pra frente, não tenho receio de nada que está escrito aí porque, claro a gente sabe, só que revela às vezes um pouco de falta de informação nossa mesmo. Cada hora apresenta uma coisa. Que no futuro, a partir de hoje os assuntos que constem da ata sejam aqueles que constem da pauta.

Valdemar - Ramiro, figura carimbada. E por fim a Teresa Cristina o mesmo caso. Viu Presidente, hoje nós fechamos a Folha de Pagamento e nós teríamos que nos posicionar a respeito dos salários que não ressarciram. Mês passado nós fizemos o pagamento em cheque, aquela situação. Eu acho que aquele que nós ressarcirmos, paga da mesma forma?

Neco - Precisa saber de um advogado trabalhista. Porque tem vínculo com o Banco do Estado. É uma forma de pressão que nós estávamos agindo para poder receber, mas a Secretaria também não tem dinheiro.

Paulo - Eu vou dar um depoimento aqui, é extremamente doloroso não pagar o funcionário, mas é a única forma Presidente.

Valdemar - Agora, aqui nós não estamos levantando a hipótese de não pagarmos, nós vamos fazer através de cheque-salário.

Neco - Difícil um pouco, para não ficar muito fácil.

Ricardo - Valdemar, de quem aqui que você está falando.

Valdemar - Não, não esse é geral, daqueles que não responderam, que não tomaram providência. É que tem alguns que alegam que a Secretaria da Fazenda está arrumando recurso, alguns alegam, são diversas histórias.

Ricardo - Você tem que ver o custo-benefício dessa história também. Você pega a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o cara tem R\$ 14 milhões só na Poupança. Um ano. Simplesmente ele pode inverter, em vez da Poupança ele põe em CDB, ai custa dez funcionários por mês.

Neco - Qual Secretaria?

Ricardo - Secretaria do Trabalho e Assistência Social. A Assembléia eu fui lá e tirei todo o dinheiro do CDB e pus na poupança. Foi um prejuízo para o meu Pai, ele não descobriu até hoje. R\$ 200 contos por mês. Agora ele teve que emprestar dinheiro para o Governo.

Neco - Tem uma Senhora que estava com o Secretário do Turismo, e quando ela

deixou de comparecer, ela só aparecia, era depositado da conta dela, então ela não ia trabalhar.

Sérgio - Ela rescindiu o contrato, ela não foi demitida. Ela tinha um contrato de prestação de serviços. Foi rescindido o contrato, ela já assinou, já está ciente. Ah, ela tinha um contrato, tem razão.

Galvão, eu queria que se o Senhor me permitir, na DIRHU eu tenho conversado com o pessoal da DIRHU, o

Valdemar e os companheiros dele. Nós sentimos muito a necessidade e o Banco é penalizado na minha opinião por isso, porque se faz um pagamento único de pessoal. O pessoal tem direito adquirido para entrar de férias dia 21, o salário dele é dia 19 no mês seguinte e ele já está recebendo um mês antes o salário dele, no pagamento do dia 20. Não tem como o sistema, o banco de informática fazer pagamento de férias seja no dia que ele tem esse benefício?

Galvão - Bom Presidente, isso foi uma, deve ter sido uma deliberação da Diretoria como forma até de facilitar o trabalho, acredito que alguém combinou.

Neco - Porque, a mão-de-obra já tem, equipamentos já tem.

Paulo - Presidente, provavelmente em época inflacionárias era um alto negócio para o Banco. Com o dinheiro o tempo todo, pagava dia 20 porque no dia 21 já era depreciado esse dinheiro. Provavelmente a decisão de fazer todo esse pagamento antecipado ou postergado

Galvão - Ou vice-versa, mas agora.

Neco - Acontece o contrário. Paga na frente um mês, e o custo do dinheiro o Banco está pagando.

Galvão - Eu não sei, não conheço bem o processo dos Recursos Humanos, mas isso aí poderia ser feito na forma de um adiantamento, aí desconta, uma espécie de um vale. Um dia.

Valdemar - Presidente, ele tenta, essas questões maior facilidade de manuseio está no Gestor de Recursos Humanos como um todo, porque hoje até eu acho que esse aqui o impacto não é tão grande, no período de janeiro ou fevereiro, mas tem algumas coisas que o Senhor pede para nós que complica muito, isso que está complicado, acho que envolve com pessoas, nós estamos com pessoas que tem que trabalhar com tempo integral, sabe então é isso que eu acho que vai trazer esse GRH vai trazer benefício para nós. Mas eu acho que tudo isso foi dado prioridade, por exemplo, ao Novo Sistema Gestor de Recursos Humanos. Tudo isso trará muita facilidade. E volto a dizer, ele acabou sendo prejudicado no passado por ter dado prioridade ao atendimento, que era o nosso ganha pão.

Valdemar - Eu queria falar também, no mês de janeiro e fevereiro a Campanha lançada em cima dos produtos de poupança, Depósitos a Prazo e Fundos. Ainda alcançou ali no final onde foi colocado, 65% da meta dos R\$ 200 Milhões ou seja, R\$ 131 milhões e

ainda tem o saldo comparativo aqui do Banco no mercado que correspondeu esse período, não atingiu porque janeiro e fevereiro essas aplicações normalmente caem, e também nós fizemos um comparativo aqui, porque nós aqui pegamos a média dos últimos três meses passados com a médio dos dois de janeiro e fevereiro. Temos uma projeção aqui que seria o saldo de 31 de dezembro que nós tínhamos e o saldo no 28 de fevereiro que talvez não dá uma diferença muito grande nesse sentido. Então esse aqui é o produto final, no caso a primeira colocada foi Londrina, seguida de São Paulo, Marin já, sucessivamente, e o total que o Banco alcançou foi 65% da projeção dos R\$ 200 milhões e tem R\$ 131.milhões. Aqui para conhecimento como se comporta o mercado nesse período.

Neco - O Valdemar, poderia voltar na transparência anterior, o que me deixa muito surpreso em Curitiba somar os valores dos índices, tem uma atuação inexpressiva.

Paulo - Posso falar sobre a minha lá, nós dois somos padrinhos de Curitiba. Nos esforços nós conversamos com as agências, só que a Nordeste aqui no caso sofreu uma retirada de valores em poupança que estavam em COPEL, em Prefeitura, em Estado violento no mês de dezembro.

Ricardo - Poupança só sofreu saque da Assembléia, só foi isso, não foi de COPEL, o único que deposita em poupança é Assembléia em Pinhais. Meu pai sacou dinheiro para emprestar para o Giovani, e não pagou até hoje.

Paulo - E veja uma coisa. O que aconteceu, eles pegaram outubro e novembro pra fazer a média. Então pegou todos esses órgãos no topo e dezembro eles retiraram. Então quando entrou em janeiro eles entraram abaixo do...

Ricardo - Retiraram porque, porque foi todo o dinheiro para o Estado.

Batata - Sexta-feira teve em Paranavaí, vocês mandaram lá 14 agências recebendo Certificado de Qualidade. Então eu até falei, eu acho importante que nessa hora difícil do Banco o pessoal estar, utilizar esse instrumento e sexta-feira agora mais uma cassetada vai receber um título de qualidade, um Certificado de Qualidade quer dizer, o Banco em situação, independente da situação difícil do Banco o pessoal está fazendo tudo para melhorar o trabalho o desenvolvimento e isso é que é importante.

Aldo - Outro detalhe, nós colocamos aqui Empresas do Conglomerado e aí entra também todas as empresas. Não sei se os Senhores sabem, tem um filme aí que está na eminência de ganhar um OSCAR chamado O QUE É ISSO COMPANHEIRO? que tem o patrocínio da Corretora Banestado de R\$ 195.000,00, eu não sabia disso. Cobrei do Rodrigo e o Rodrigo já mandou uma correspondência porque até agora eu não vi crédito nenhum do BANESTADO nesse falatório desse filme, todo dia falam do filme vai concorrer o OSCAR, CANNES, não sei aonde, nós temos que estar atrelados, como é que é, nós entramos com R\$ 195.000,00.

Paulo - Numa dessas já recebeu milhões de dólares.

Aldo - Pode até ganhar um OSCAR de filme estrangeiro mas eu quero ver o nosso nome lá no OSCAR no dia lá ao menos para alguém gritar BANESTADO! Qualquer coisa nesse sentido. Por isso que é importante termos um controle porque até talvez de repente esse patrocínio vai reverter como um sucesso para o Banco, é importante isso.

Paulo - Quer dizer, esse processo aqui, já que nós vamos ser donos...

Elio - É um processo como na AVÍCOLA FELIPE onde está o Gil lá na AVÍCOLA FELIPE. Ele nos passa um relatório a cada 60 dias.

Paulo - Funcionários do Banco podem ser membros desse Conselho.

Aldo - Pode.

Paulo - Eu sou candidato.

Elio - Provavelmente nós vamos colocar dois funcionários do Banco. Pode, porque veja bem a indicação vai ser feita por parte do próprio FDE e o gestor do FDE é o Banco.

Batata - Claro.

Paulo - Avisa o FDE que eu sou candidato a esse Conselho.

Marquesini - Pode vir no futuro a ser Diretor Industrial.

Paulo - Você sabe tem que estar com a empregabilidade meio esperto. Não sabemos o dia de amanhã.

Ricardo - Sabe o que é que eu vou fazer Aldo, eu vou, eu acho que isto tem. Porra, nós temos que por, eu não vou fazer uma propaganda mas no jornal tem que por, na televisão tem que por lá uma entrevista e dizer: olha, o BANESTADO inova, lança, vai dar prêmio para os mutuários que pagarem em dia. Então Galvão...

Aldo - Será que a legislação do Banco Central, normas não vedam?

Ricardo - Isso não, a Caixa.

Aldo - A Caixa Faz?

Ricardo - Não, a Caixa inventou de fazer e até hoje não lançou, porque são mais mole né? Ela não tinha autorização da SUSEP e tudo. Então só depende do Galvão chegar as cartas o mais rápido possível.

Paulo - Tem mais uma idéia que está andando aí é aquela que você a tempos aí, que fazer sorteios na loteria estadual.

Ricardo - Não essa idéia, isso aí não é idéia, isso aí eu fiz 83 né Paulinho?

Paulo - Que dá aos imóveis do Banco.

Ricardo - Isso eu fiz em 83, eu vendi imóveis para a Loteria, até ele me procurou lá no Palácio eu digo da minha parte não tem problema vamos tocar o "pau", e também não acho que tem problema com o Tribunal de Contas.

Paulo - Não, não tem. E já foi contornado isso porque vai sair, sairia com a portaria.

Ricardo - Porque você vai vender do Estado e...

Aldo - Porque não faz isso logo?

Ricardo - Não, isso eu fiz em 83, eles pegaram lá a idéia antiga, voltaram. Então eles compram imóvel, nosso apartamento e depois eles sorteiam como prêmio. Inclusive já tem um predinho novinho ali pra vender, 19 apartamentos.

Paulo - Como é, do Pessoa?

Ricardo - Pessoa. Então não precisa avalista, não precisa. Arruma um parecer que não precisa, já vamos conversar com ele, já vamos vender uns 10 numa pancada só.

Paulo - O Odair está vendendo isso aí, via Capitaliza.

Marquesini - Bom, isso para os Diretores tomar conhecimento de uma realidade da Empresa. Hoje a Banestado Leasing tem um Capital Social de R\$ 168 milhões de reais de Capital Social. Desse Capital Social de R\$ 168 milhões de reais, nós devemos fechar o Balanço, que não está fechado ainda o Balanço de dezembro com um Patrimônio Líquido de R\$ 16.350 milhões, em números arredondados, sendo que deste Patrimônio Líquido, só entre dezembro de 1996 a setembro de 1997 foi feito um aporte de capital de R\$ 120 milhões de reais por parte do Banco. Isto pra cobrir prejuízos acumulados de R\$ 151 milhões de reais, sendo que desses R\$ 151 milhões, só no exercício de 97 representa quase R\$ 97 milhões de reais, ou seja, devemos fechar o exercício de 97 com aproximadamente R\$ 97 milhões de reais de prejuízo. Nós temos uma Carteira cujo valor presente, hoje puxando o valor presente, ela soma R\$ 488 milhões de reais e disto podemos dizer que nós temos saldos devedores de operações em curso normal de R\$ 177 milhões de reais, que são 5.583 contratos. Saldo devedor em atraso até 60 dias R\$ 57 milhões de reais são 603 contratos e saldos devedor já lançados em Crédito Liquidação, 1.881 contratos que somam R\$ 253 milhões e temos uma provisão para prazo em Crédito Liquidação da ordem de R\$ 300 milhões de reais. Bom, desses números podemos dizer, temos em curso normal e atraso R\$ 220 milhões de reais, se recebermos o que está em curso normal, que está atrasado nós recebemos R\$ 220 milhões de reais e aí R\$ 253 milhões de reais para se fazer o trabalho de recuperação de CL. Dessa recuperação de CL, torna-se extremamente difícil, dizer, quanto se pode receber, porque a Leasing tem uma característica diferente da Carteira Comercial. A Leasing tem a garantia do bem que enquanto um lado a gente sofre a depreciação por outro lado o saldo devedor é corrigido. E na hora em que você executa um indivíduo, ou na hora em que se apresenta pra fazer uma composição, é o drama. Eu tenho o bem, eu tenho o saldo devedor de R\$ 100 milhões de reais e tenho um bem que vale R\$ 10 milhões de reais, e com uma situação pior ainda, situação pior porque aqui na hora que eu tenho o arrendamento eu tenho lá um elemento que se chama VRG, que é o Valor Mínimo de Resgate, esse valor ele tem promove desajustes na Contabilidade da Empresa porque esse Valor Residual em Garantido, as vezes o arrendatário resolve chegar e não exercer a opção de compra. Não exercendo a opção de compra, pelas cláusulas contratuais, o que é que eu tenho que fazer, eu tenho que ver o bem e vender esse bem, se o valor do bem superar o Valor Residual Garantido, eu tenho que devolver pra ele a diferença. Se for inferior ele tem que me pagar, aí é que é aquela questão né? Se ele me deve de valor residual R\$ 100 milhões de reais, me entregou o bem, eu vendi R\$ 10 milhões de reais. Ele me deve R\$ 90 milhões de reais. Aí eu não tenho garantia e nada, tenho que executar ele pra cobrar. Então é uma situação extremamente complicada que nos leva a ter que pensar e muito quais serão os impactos Dr. Aldo que trará para o Banco esta incorporação da Carteira. Sabe? Porque se formos falar, nós vamos trazer um Ativo e Passivo num determinado valor, só que o Ativo poderá não corresponder esse Passivo, porque os valores residuais estarão lá em baixo. Os valores das garantias.

Gabriel - Traz a Leasing, eu entendo o seguinte, transformar a Leasing em Carteira não é, tem que resolver os problemas do passado, mas ela passar a operar daqui pra frente como Carteira do Banco.

Marquesini - Aí que está o problema Dr. Gabriel.

Gabriel - Aquilo que ela tem...

Marquesini - Como Carteira, como Carteira....

Gabriel - Porque vai ser mantida a Empresa Mercantil.

Gabriel - Mas como Carteira o Banco terá que absorvê-la e extinguir a Razão Social.

Paulo - Exatamente

Gabriel - Porque?

Marquesini - Porque sim.

Gabriel - Não fez isso com a Crédito Imobiliário!

Marquesini - Mas ela é uma Carteira.

Gabriel - Não fez isso com a Crédito Imobiliário

Paulo - Fez, fez com a Crédito Imobiliário. Não fez com a BISA.

Marquesini - Mas fez hoje não tem, hoje a Crédito Imobiliário hoje ela não é uma Empresa independente .

Paulo - Não, ela é uma Diretoria.

Marquesini - Ela não é uma Empresa com personalidade jurídica independente.

Gabriel - Bom, eu não sei, o Ricardo está aí...

Marquesini - Não, não é não.

Paulo - Não é não.

Gabriel - Eu acho que, não sei isso cabe ao jurídico analisar.

Marquesini - Sim. Então eu acho que tem esses aspectos que tem que ser muito bem ponderados e avaliar também aspectos estratégicos Dr. Aldo, como por exemplo...

Gabriel - Mas dentro do Projeto de Saneamento, desculpa, dentro do Projeto de Saneamento não está os R\$ 400 milhões de reais da Leasing?

Marquesini - Eu desconheço o número, eu desconheço.

Gabriel - Não, configura esses R\$ 400 milhões de reais

Marquesini - O que se fala dos R\$ 400 milhões da Leasing, é um CDI que o Banco do Estado do Paraná tem, a Leasing tem tomado com o BANESTADO R\$ 451.650.000,00.

Aldo - Eu li outro dia de manhã que era R\$ 461.000.000,00.

Marquesini - Por favor eu peço desculpa porque esses dados aqui são de dezembro. Eu estou falando de dezembro porque eu não tenho fechado o mês de janeiro nem fevereiro. Então e disto nós temos aplicados no BANESTADO R\$ 177 milhões de reais, quer dizer, que então não é os R\$ 400 milhões é R\$ 274 milhões, o que já não resolve não diminuir. Então essa posição, são os números que nós poderemos dizer contábeis. Agora, Dr. Aldo, tem um outro aspecto sim, porque aí é difícil dizer com relação aos bens, o quanto que isso representaria. Bom, então eu diria assim hoje: bens disponíveis e indisponíveis que a Leasing tem arrecadado pra si através das ações executadas ou através daquelas vamos dizer, dações em pagamento, enfim. Nós temos, valores disponíveis para vender R\$ 3,6 milhões correspondentes números de avaliação R\$ 3,632 milhões. Indisponíveis R\$ 20 milhões. Então na relação do nosso Passivo esse Ativo aí é mínimo e destes R\$ 20 milhões correspondem em veículos e afins a metade R\$ 9,2 milhões e R\$ 10,8 milhões em imóveis.

Ações judiciais, documentação, completa ações de revisão enfim. Dessas situações que nós colocamos de R\$ 20 milhões no total, de imóveis indisponíveis nós temos, veículos cuja documentação está em nome de terceiros, impedimento judicial R\$ 422 mil correspondente a veículos em uso, tanto da Leasing como do Banco do Estado. Nós temos aí uma frota praticamente colocada a disposição do Banco, sinistrado de R\$ 2,6 milhões aí sim, R\$ 2,699 milhões, que nós não temos registro ou a BLAM não tem registro.

Tá, então estamos num processo de levantamento, nós temos hoje em termos de veículos e afins, que são tratores implementos e equipamentos, nós temos indisponíveis 656 itens, que estão nesta situação. E aí sim com relação a equipamentos, máquinas, assim equipamentos diretos, tornos essas bugigangaradas, não sabemos "niente". Mostro aqui para o Senhores terem, eu mandei fazer um levantamento e documentei através de fotografias em todos os depósitos que nós temos. Aí Dr. Aldo e Senhores Diretores, cabe aqui uma defesa para que a Leasing também não seja colocada como a responsável única sabe? Ou seja, por exemplo, eu mostro para os Senhores, se alguém sabe identificar que equipamento é esse e depois de identificar esse equipamento, para que é que ele serve.

Aldo - É um bem ajuizado.

Marquesini - É um bem que foi feita uma operação de Leasing, não pagaram, foi gasto dinheiro para reintegrar, foi gasto dinheiro pra remover, está depositado, guardadinho num armazém coberto, que hoje não sabemos de quem nós pegamos, por quanto nós pegamos e que não tem valor pra venda. Este é um exemplo.

Aldo - Deixa eu só fazer uma pergunta. Foi feito um levantamento pela Auditoria nos últimos tempos, qual é o último Relatório da Auditoria que foi feito na Leasing?

Marquesini - O último de Auditoria feito na Leasing Dr. Aldo foi essa auditoria vamos dizer que culminou com a verificação dos processos de operações que acabaram impugnando aquelas ações. Então a Auditoria praticamente centralizou o seu trabalho em 26 Empresas, em operações realizadas em 26 Empresas. Então, então isto está em poder da Auditoria, já foram colocados ao conhecimento e aí foram feitos os levantamentos das irregularidades internas

Aldo - Não, nós não queremos saber das irregularidades agora, mas assim o levantamento da Auditoria com relação a esses bens, está aprovado. Isto é um relatório Gerencial.

Marquesini - Não tem.

Aldo - Não tem.

Marquesini - O único é esse trabalho aí.

Aldo - O trabalho feito lá na sua área, Dr. Paulo Krüger sobre a condição da Leasing, tem um trabalho feito não tem?

Paulo - Tem, tem várias alternativas lá.

Aldo Tem?

Paulo Tem.

Aldo - Então quem é que está fazendo isso?

Paulo - Está pronto isso, não está fazendo está pronto, foi apresentado numa Reunião do Conselho da Leasing ano passado isso.

Aldo - Pois é, então não poderia requerer esse trabalho?

Paulo - Sim trazemos aqui.

Eu só quero adiantar que essa incorporação única é danosa para o Banco eu já falei várias vezes isso aí.

Aldo - Nós temos que trazer esse trabalho e mostrar ao Presidente se é danosa ou sim ou não, tá bom?

Marquesini - Ela vai trazer impactos por exemplo com relação ao Acordo de Basileia, porque serão mais R\$ 500 milhões de operações.

Aldo - Algo mais?

Valdemar - Podemos aproveitar, Dr. Aldo o Presidente comentou no começo sobre aquela pessoa a tal funcionária fantasma que ficou até surpreso, isso na realidade é uma pessoa que é contratada pela Corretora de Seguros, era um contrato especial viu Paulo.

Valdemar - Por isso nós do Banco não sabíamos, era um contrato lá específico lá com o Donha e o Donha já cancelou.

Paulo - Deixa eu falar o seguinte, agora eu estou lembrado. Isso aí é um pedido do Senhor Secretário da Fazenda se não me falha a memória.

Valdemar - Não é funcionária fantasma do Banco.

Paulo - Não. Foi um pedido do Palácio, do Palácio, Sérgio: Um pedido do Palácio que pediu para contratar via Corretora para ficar não disposição do Palácio.

Sérgio - Foi pedido que eu chamassem a pessoa e falasse com ela, já foi chamada, já assinou a rescisão do contrato, sem trauma nenhum, não vai ter repercussão nenhuma.

Aldo - Então está bom. Muito obrigado a todos.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 10.03.98

MARÇO DE 1998

Neco - Ao Dr. Aldo, Alaor e Eliody a respeito da verdadeira situação do Banco do Estado do Paraná.

Aldo - O Banco do Estado do Paraná por dia está tendo uma despesa de R\$ 2.000.000,00 por dia. Trinta dias significa R\$ 60.000.000,00. A continuar a situação em que nós estamos, em cinco no máximo em 06 meses nós estaremos com o nosso Patrimônio zerado. Nós emprestamos dinheiro, não estamos conseguindo reaver, estamos tendo despesas, como essas de informática, despesas operacional e a Casa, vamos falar assim, a Casa não está correspondendo ao momento em que o Banco está atravessando. Quer dizer, a inadimplência é muito forte, é muito grande e nós não estamos recuperando. Hoje o Alaor está indo buscando R\$ 1.100.000.000,00 e isto está nos dificultando muito, porque a Caixa Econômica e o Banco Central (PAUSA)...

Gabriel - Depois disso que nós já discutimos, com nós mesmos e com outras autoridades, eu acho que é muito mais pra troca de entender é isso. Então essa parte que o Alaor disse que é R\$ 420.000.000, o Milton disse que é R\$ 460.000.000, o outro disse que é R\$ 420.000.000 e o outro diz que é R\$ 450.000.000, isso já era do nosso conhecimento e isso aí seriamente todos nós conhecemos, todos nós sabemos os números nunca foram definitivos, serão no instante da assinatura do contrato. Então eu colocaria aos Senhores de que esses comentários que não tratam de assunto de pauta, que são meramente motivo troca informação entre um motivo e outro, que não façam parte da ata que é um documento perene do Banco e que essa primeira parte, eu acho que, aqui por exemplo: "Em atenção

ao Senhor Nilton Hirt Mariano, Diretor de Controle, esclareceu que os valores exibidos inicialmente, na ordem de R\$ 400.000.000,00 foram cortejados na Divisão de Controle Operacional, à época eram R\$ 427.000.000,00, com R\$ 460.000.000,00 o Banco estaria equilibrado". Eu não entendo isso. Quer dizer que na hora que estava sendo comentado eu não entendi perfeitamente. Aqui ele quis dizer que com R\$ 460.000.000,00 o Patrimônio do Banco estaria equilibrado. Mas como são assuntos que servem para troca de informação, para conversa, esse assunto já é do conhecimento

da Diretoria, do Saneamento dos números. Então eu sinceramente eu acho que não é um assunto que, não é um bate-papo que devesse ser transformado em ata prá; nada do que a gente conversa, pode ser, ficar registrado no Banco, é um assunto que demonstra inclusive que nós não temos nenhuma segurança daquilo que estamos.

Batata - Está certo.

Neco - Então ficaria suprimido o parágrafo "De acordo até..."

Emanuel - Até o item 1.1

Gabriel - Quer dizer, é a minha ótica assim, eu acho que, eu acho que a ata deveria começar em Cobrança Terceirizada. Isso é assunto de Diretoria, isso é assunto de reunião. O assunto foi uma conversa informal que os Diretores tiveram. Porque nós já vimos aqui números todos eles, muda a cada dia. Eu tenho, eu tenho uma visão disso, isso eu já comentei com o Alaor, que é um companheiro excelente nosso, de que as operações feitas ontem no Banco já estão em provisão para Crédito em Liquidação. O Banco só opera com Crédito Liquidação, eu não entendo isso. Na minha, quando eu fui ver as provisões, na nossa área de Câmbio, tem operação feita o mês passado que está na provisão para Crédito em Liquidação. Então, e são operações que eu tenho certeza que são. Agora que a gente tenha certeza de que o Banco não recebe nada isso a gente tem. Então é, fica cômodo pro Gerente em, faz a operação e esqueceu que ela existe e vai prá Credito Liquidação. Como se o Banco do Estado encontrasse outro Banco do Estado como eles encontram, nós não encontramos outro Banco do Estado prá fazer conosco o que nós fazemos com os Gerentes.

Emanuel - Do dia 17? Não porque tudo isso aqui foram coisas faladas fora de pauta né? São considerações que foram colocadas fora da pauta.

Gabriel - Sabe Dr. Aldo isso, como é que você me falou que aquilo era R\$ 300. E agora é R\$ 400. Então R\$ 460 está bom, então é uma conversa que assim um pouco, essas coisas tão, tão, tão registradas e.

Paulo - Acho até como sugestão, assuntos que fossem comentados, mesmo sendo gravados, seria interessante dizer isso não deve contar em assunto de pauta. Só deixar registrado.

Batata - Deixar registrados só na pauta os assuntos tratados.

Galvão - É que fica difícil você registrar o que foi escrito e o que foi conversado com fidedignidade.

Emanuel - Fidedignidade.

Batata - É verdade.

Gabriel - Então o Senhor vê o seguinte em dezembro, no final de dezembro, foi apresentado R\$ 50.000.000,00 de prejuízo e vamos recuperar uns R\$ 10.000 ou R\$ 20.000 na Leasing, no Banco, mas estávamos absurdamente navegando né? Não digo mal informados que não era intenção de ninguém que tinha as informações nos passar diferentes daquilo que tinha. Ora de R\$ 50 milhões nós passou para R\$ 2 bilhões em quatro meses. De modos que, era R\$ 50 milhões e depois foi para R\$ 120 milhões, depois foi para R\$ 400 milhões, depois foi para R\$ 600 milhões, R\$ 700 milhões. Agora estão provisionadas para Crédito Liquidação operações feitas muito recentemente, a gente tem certeza do recebimento, quer dizer, certeza, foram feita à luz da boa prática bancária, ninguém pode saber o que vai ocorrer. Agora, toda a operação que é feita no

Banco jogar para Crédito Liquidação como provisão é uma posição muito cômodo pra eles, não já está lá, não há capital que resista isso, porque se não mudar a cultura do Banco Presidente não adianta, porque a cultura da Administração mudou muito, todo mundo é testemunha do seu empenho pra que esse Banco seja um Banco nos moldes dos Bancos privados. Agora, e nós Diretores temos acompanhado isso e temos tido presente, que preside as nossas decisões é nesse sentido que o Senhor tem falado sempre, agora, ainda no Banco a cultura não é essa e não vai adiantar nada, vai ser uma fonte que não vai nunca se esgotar se não mudar a cultura, se o gerente não for dado pra ele responsabilidade de cobrança do que ele faz, porque, ele fez operação ontem e ai a provisão para Crédito em Liquidação ele manda por aqui, tá bom. Então o Banco nunca vai operar, não sei se o Banco recebe. O Batata poderia dizer na linha Comercial. O Banco recebe no dia a dia vai gente pagar conta que deve no Banco. Então não sei.

Batata - O que eu acho é o seguinte, eu acho o seguinte: as operações que foram feitas aí novas, vamos dizer de junho do ano passado pra cá, elas estão tendo liquidez normal.

Gabriel - Mas estão todas em Crédito Liquidação.

Batata - Ah, não.

Gabriel - Ah não, na área de Câmbio até pode.

Ricardo - Perguntaram para os gerentes o que eles achavam o que queriam por eles queriam por o Banco inteiro.

Gabriel - Justamente.

Ricardo - Eles sonharam que daqui um ano o cara não vai pagar então empurraram para limpar a Carteira deles.

Batata - Ontem ainda eu falei, em todas as renegociações de dívidas na realidade, que só na nossa Carteira era de R\$ 700 milhões, já estavam em 30 de junho do ano passado, eles colocaram tudo, porque é renegociação subentende-se que é uma operação de difícil liquidez. Muitas vezes eles não analisaram questão de garantia, questão de recuperar totalmente, parcialmente recuperável, você entendeu?

Ricardo - Não analisaram nada. O Batata falou pra eles.. eles mandaram tudo.

Batata - Eu falei para o Nilton, você pede a relação eles vão colocar tudo, eles querem limpar, mesmo as dificuldades pequenas, foi o que você falou.

Gabriel - Agora, eu não quero me alongar, desculpa Presidente nesse tema, mas eu acho que os comentários que a gente faz antes e depois da reunião, eu acho que deverá constar em ata aquilo que consta da pauta ou extra-pauta. As outras conversas que a gente tiver, elas que se restrinjam às nossas trocas de informação, que todos temos, cada um conversa com pessoas diferentes e a gente aqui, e muitas das vezes até se elucidou coisas que eu não sabia, o outro completou. Isso faz parte, qualquer reunião ministerial tem um pate-papo anterior e posterior. Então eu acho que é minha sugestão e o Senhor como Presidente decide se, eu acho que deve constar da ata os assuntos da pauta e da extra-pauta. Comentários paralelos eu acho que não, porque esse comentário aqui retrata uma total desinformação. Em dezembro R\$ 150 milhões, depois foi para, quer dizer. Esses não são assuntos que não estavam na pauta.

Aldo - Isso eu gostaria de saber esse assunto estava em pauta ou não.

Emanuel - Não, esse assunto foi fruto de uma abertura de uma reunião em que o Presidente relatou uma conversa de uma reunião anterior que tinha tido, no dia anterior com o Diretor Financeiro, com o Nilton Mariano, e foi pinçando alguns comentários.

Gabriel - Como ele fez hoje, e como faz sempre. Sempre ele abre a reunião fazendo um comentário. Hoje ele fez o comentário da onde foi, não é assunto de pauta. Porque a conversa que ele teve com o Governador ele não revela não porque não queira, mas exatamente como foi. Ele tem as interpretações dele e essas coisas não devem constar em ata porque não é assunto de pauta.

Emanuel - A única procedência que eu entendo de uma situação assim é mostrar o clima organizacional, vamos dizer assim a situação financeira da Empresa, mostrar a preocupação que os Diretores tinham, porque isso é um documento oficial, agora logicamente essas controvérsias de números podem gerar.

Gabriel - Claro, aquilo que o Alaor colocou na última reunião tudo bem, aquilo ele apresentou extra-pauta e ali ele fala dos números e nós temos ciência daquilo. Agora esse bate-papo paralelo eu acho que.

Neco - Inclusive eu agradeço a colaboração do Dr. Gabriel. Acho interessante também eu queria apresentar aos Senhores para nós suprimirmos assuntos que são tratados assim espontaneamente, que não constam de uma ata pré-definida. Então pediria aos Senhores a concordância para nós suprimirmos dessa ata o assunto no qual eu abordei vários assuntos e os companheiros abordaram também e nós temos uma filosofia desta Diretoria eu e o Dr. Aldo para com os Senhores Diretores deste Banco, a lealdade acima de tudo e a confiança e para se ter lealdade e confiança é necessário que os Senhores saibam de tudo. Com essa Diretoria os Senhores estão cientes do que está acontecendo no Banco. Não é escondido dos Senhores nenhuma situação. Aqueles que porventura estão presentes nas reuniões nossas ficam sabendo e isso vem ao encontro da necessidade, porque nós somos uma Diretoria harmônica e unida. Daí porque esse assunto de absoluta necessidade de informação aos Senhores Diretores, assuntos extremamente sigilosos são levados aos Senhores. Então eu vou pedir aos Senhores a concordância ou não para nós suprimirmos assuntos que não estão em pauta. Assunto tratado Abertura, Projeto de Saneamento, etc., que nós suprimimos desta pauta da Reunião do dia 17.02.98. Os Senhores Diretores do Banco que estiverem de acordo com essa definição, de suprimirmos esse relatório referente a esse assunto, os que não que se manifestem.

Aldo - Presidente, eu teria uma apreciação. Eu estou de acordo que a ata se atenha exclusivamente à pauta, que não possa fugir da pauta. Pena que não tenhamos a pauta. Agora, como disse o Dr. Gabriel, muito procedente, a ata é um documento quase que histórico, quer dizer, é um documento histórico. Quer dizer, nós estamos passando no Banco agora num período onde esse Saneamento Financeiro é fundamental. Tem nos preocupado, está tomando inclusive o tempo para nós cuidarmos de outros assuntos, o próprio Alaor aí, eu estava conversando com o Gabriel por vezes, o Alaor está envolvido até o pescoço nesse assunto, quando devia estar negociando Caixa, ele e a Corretora, negociando outros assuntos de importância vital para o Banco e está cuidando desse ajuste, tal a importância que tem esse ajuste. Então, realmente eu acho que, se daqui há alguns anos alguém for manusear a ata e não encontrar nenhuma discussão da Diretoria, por mais longa que seja, por mais cansativa que seja a respeito do assunto Saneamento do Banestado, vai ficar a discussão: bem mas naquela época a Diretoria não se manifestou, não disse nada. Eu Dr. Gabriel, eu tenho as minhas dúvidas.

Gabriel - Mas esse assunto já foi motivo de várias discussões.

Aldo - Talvez o que nós poderíamos fazer aqui fosse dar uma enxugada na redação. Enxugar um pouco, diminuir talvez os tópicos e não entrar esse primeiro item aqui eu

estou de acordo, porque aqui não está sendo feito uma declaração, está sendo, pena que eu não gosto de falar, pena que o Senhor Nilton não esteja aqui. Está manifestada aqui uma inquietação, não uma certeza. Então, mas eu acho, eu nesse ponto me permita com todo respeito ao Dr. Gabriel, claro eu acho que, na minha opinião, eu acho que deveria permanecer esse detalhamento aqui que demonstra o interesse da Diretoria para o assunto.

Gabriel - Bom, então Presidente eu quero então fazer uma sugestão.

Aldo - Agora eu acho que talvez nós pudéssemos dar uma...

Gabriel - A minha sugestão que eu colocaria, o Presidente consultar os companheiros, é de que, daqui pra frente, não tenho receio de nada que está escrito aí porque, claro a gente sabe, só que revela às vezes um pouco de falta de informação nossa mesmo. Cada hora apresenta uma coisa. Que no futuro, a partir de hoje os assuntos que constem da ata sejam aqueles que constem da pauta.

Aldo - Veja aqui, por exemplo, nas folhas 2, o 2º parágrafo, está lá: *Continuando, o Senhor Nilton Hirt Mariano comentou que o Senhor Manoel C. Garcia Cid convocará reunião com os Superintendentes Regionais para o próximo dia 18, Quarta-feira desta semana, para tratar, dentre outros assuntos dessa questão, ou seja, a questão da Recuperação, tomando-se por base a relação*

da DIRCO onde consta R\$ 582 milhões, desta estariam de foram duas operações,

quais sejam..." Então é uma oportunidade de um Diretor cobrar o outro e eu quero ser cobrado sempre também. Eu acho que a vida da gente é feita pelos nossos críticos e não pelos nossos bajuladores. Então é importante que isso seja levado em consideração. Amanhã ou depois eu quero falar com o Nilton, como o é que foi a reunião, quanto você recuperou. Mais lá na frente diz, na página 3, no 1º, 2º, 3º item: Fazendo um aparte, o Senhor Oswaldo Rodrigues Batata, Diretor de Operações,

destacou que dos créditos existentes os Superintendentes Regionais sabem perfeitamente aqueles que o Banco tem condições

de receber e os que não são passíveis

de recebimento." Isso tem constar em ata. Na minha opinião. Desculpe, eu acho que tem que constar, porque está registrado aqui os Superintendentes estão de braços cruzados nesse sentido. Não só os Superintendentes, existem algumas exceções, como alguns gerentes. Eu tenho participado aqui em Curitiba, participei de duas reuniões que foram feitas em duas Regionais de Curitiba e se possível vou participar de reuniões que os Regionais façam no interior com os gerentes, quer dizer, tentar levar aí a eles essa mensagem, que eles não podem ficar exclusivamente à mercê da terceirização, da cobrança terceirizada e do CL, que é muito cômodo. Joga para CL, joga para a terceirização. Então é o que está sendo feito. Então aqui o que nós fizemos é um retrato da situação em que se encontra o Banco. Eu acho que talvez poderia tirar alguns itens, realmente essa primeira inquietação aqui do colega Nilton Mariano, eu tiraria da página 1 né, mas lá para a frente nós colocaríamos.

Emanuel - O Senhor me permite Dr. Aldo, só um aparte, desde que começou o Saneamento. Sobre o saneamento só foram feitas reuniões em separado, portanto não há registro formais em ata.

Aldo - Mas eu acho que tem que haver. Desculpe, eu trazer esse impasse aqui, mas eu acho que eu não posso me calar quando eu entendo de uma maneira.

Gabriel - A minha intenção, Dr. Aldo não é querer revelar e não constar nos documentos perenes do Banco o que a gente converse. Só que eu acho que deve ser expurgado aqui, não para que não fique registrado, é simplesmente porque são coisas repisadas, e nós nesse caso específico nós não chegamos, no momento seguinte tem uma carta do Alaor fazendo uma colocação franca, procedente, que revela o nosso Projeto de Saneamento do Banco que nós apresentamos ao Banco Central ele está comprometido, na medida em que passa pela Reunião da Diretoria depois de apresentado, o Projeto de Saneamento Projeto de Saneamento, depois que nós apresentamos nós estamos aqui ainda discutindo números que não estão lá.

Aldo - É, então os números realmente acho que seria o caso de tirar, mas essa análise.

Gabriel - Dos Superintendentes Regionais, perfeitamente.

Aldo - Lá na frente ainda, nas folhas 3: "O Senhor Oswaldo Rodrigues Batata, Diretor de

Operações, retomou a palavra para mostrar-se solidário ao procedimento adotado pela Diretoria de Controle, pois no seu entendimento os Superintendentes Regionais juntamente com os gerentes de agência têm mais condições de definir quais operações.

são totalmente recuperáveis. Eu gostaria que o Diretor Batata levasse, passasse à mão ao telefone e falasse com todos os Gerentes Regionais a respeito disso, que foi tratado em Diretoria que, e mais além, na página 4, no 2º item: O Senhor Ricardo Sabóia, Khury, Diretor de Crédito Imobiliário, mencionou Ter observado o mesmo fenômeno, isto houve uma

Então eu acho que está aqui, está registrado, então nós temos que tomar uma providência em cima desses registros. Vamos trabalhar em cima disso. Quer dizer. Basta telefonemas, visitas, ida dos Diretores nas Reuniões dos Gerentes, né. Eu pedi um levantamento até não sei para quem, acho que foi para você, não o Edson, está respondendo pela parte da DIRHU, me informou agora que vai trazer à tarde, a relação de uns gerentes que participaram ano passado de um curso. Eu quero saber aonde é que está a análise do aproveitamento que esses gerentes tiveram nesse curso. Quais os temas tratados. Nós vamos ter que mandar uma correspondência a todos esses gerentes pedindo que informem o que foi que eles aprenderam nesse curso. E pelo jeito não aprenderam nada. Foram 115 gerentes, evidentemente gerentes das agências estratégicas, e eles que nos dêem uma posição disso.

Neco - Eu, para dar continuidade à nossa atra, eu reitero aquilo que estava colocando em votação para os Senhores Diretores e agradeço a colaboração do Dr. Gabriel e futuramente nós trataremos de assuntos para serem inscritos em ata somente aqueles assuntos pautados na pauta da reunião da Diretoria. O nosso assunto específico desta ata suprimir aquela primeira, na página 1 aonde identifica alguns valores; aquela frase: De acordo em frente até... fala em valores, até na página.

Aldo - Eu terminaria, Presidente, na página 2, até Superintendentes Regionais. E aí o Senhor Nilton Hirt Mariano comentou... e aí entraria as providências que ele determinou.

Neco - Ótimo. Fica bom assim Gabriel.

Gabriel - Fica.

Aldo - Veja, é podar, suprimir; talvez não suprimir totalmente o miolo da árvore, podar o que está meio torto.

Gabriel - Tudo bem.

Agora, com essa recomendação sua que eu achei muito procedente, nós nos cingirmos exclusivamente aos assuntos de pauta.

Gabriel - É evidente que os comentários iniciais que o Presidente sempre fez, do que ele fez ontem ou que fará amanhã, isso ele continuará fazendo.

Aldo - Mesmo que não conste em ata.

Gabriel - Exatamente. Isso não é assunto que deva ficar registrado em ata; a não ser que ele peça. Quero que isso fique registrado em ata.

Emanuel - Ainda em relação a essa Ata do dia 17 Presidente, eu vou distribuir um assunto que foi deliberado dia 3, que é a contratação do Sérgio, como Chefe de Gabinete da Presidência, mas que deve constar no dia 17 da Reunião, porque efetivamente começou a trabalhar, o contrato dele foi com data do dia 18, então nós não podemos registrar na ata do dia 3, temos que registrar na ata do dia 17. Então eu vou só distribuir para os Senhores Diretores, porque tem uma observação que o Senhor Presidente fez na ocasião. Porque lá na frente se o Tribunal de Contas porventura questionar a contratação tem que estar conciliada a data de registro em ata.

Sérgio - Esse assunto faz parte da ata do dia 03?

Emanuel - No dia 17. Foi deliberado, foi trazido para a Diretoria no dia 03.

Sérgio - R\$ 92 milhões é isso aqui ainda?

Emanuel - É o que foi dito no dia pelo Sion.

Valdemar - Essa redação não é do outro assunto não?

Batata - Esse valor não tem nada a ver com o QAT.

Valdemar - Não é desse item. Não é desse caso aqui.

Elio - Esse item incluía no aditivo do Acordo, e essa negociação havia uma redução de despesas para o Banco.

Batata - Mas não a medida em si.

Valdemar - Isso mesmo.

Paulo - Não sei se seria o caso de consulta, mas 13 ficou decidido que uma Comissão faria o ajuste de reforma estatutária, mas não acabou acontecendo. Então ainda hoje prevalece no Estatuto essa nomenclatura realmente o número 13 e hoje perante...

Valdemar - Que número consta hoje no Estatuto?

Paulo - São 13, na época eram 13, foi feito o aditivo. Era para ser feita a reforma estatutária de alguns itens e esse número cairia para 10. Só que a equipe que ficou designada, não houveram as reuniões e com as mudanças acabou não acontecendo.

Emanuel - Suprimiria esse 2º parágrafo?

Neco - E o restante inclui na ata do dia 03?

Emanuel - Não, esse assunto é para constar na ata do dia 177.02.98

Neco - Está em apreciação ainda a ata da reunião. Os Senhores que tiverem mais alguma observação. Eu tenho na página 15, falta um "I" na palavra Caixa Econômica Federal. Na letra a, aqui em baixo, falta a letra "I".

Neco - Analisada então a Ata da Reunião Ordinária da Diretoria de 03.03.98 eu submeto aos senhores Diretores do Banco do Estado do Paraná, para a aprovação e os que estiverem de acordo permaneçam como estão e os que não estiverem que se manifestem. Fica aprovada a Ata da Reunião do dia 03.03.98. Pediria por gentileza ao senhor Valdemar o item da DIRHU, Romano Augusto Teixeira, assunto da DIRHU.

Valdemar - Bom Presidente, nós temos aqui uma série de adições, vamos começar pelo Romano, e o Senhor está lembrado e o Edson conversou a respeito dessas situações são aqueles que, com base naquela correspondência que foi feita para o seu conhecimento aí, então nós estamos regularizando e passando para plenário. O Romano tinha havido um comprometimento já da permanência dele na Prefeitura. Houve um erro aí, colocaram DETRAN, mas é Prefeitura

Paulo - O requisitante é a Prefeitura.

Valdemar - Inclusive aqui em cima está adidos externos Prefeitura Municipal de Curitiba. Aqui nós temos Presidente Orivaldo, da Secretaria da Criança e Assuntos da Família. Aquela correspondência está anexa aqui.

Paulo - Com ônus para a origem, para o Banco?

Valdemar - Bem, o Romano tinha sido feito um acordo antes...

Neco - Está em vigência agora.

Valdemar - Aqui está Osvaldo da Silva Oliveira Presidente, no caso a solicitação da Secretaria da Criança e Assuntos da Família e está nessa correspondência que o Senhor conversou com o Edson e eles fizeram algumas determinações, no caso a Secretaria da Criança e o PROVOPAR, que nós faríamos a cessão, os colegas podem ver essa DIRHU-08/98, que está anexa aqui, foi o Edson em conjunto com o Sion fizeram para submeter ao Presidente, os critérios em relação a isso em função do momento atual. Nós temos o Emanuel aqui trouxe algumas coisas de anos anteriores que determinava, mas isso foi o que foi acertado em função do saneamento do Banestado com o Banco Central. Então em cima dessa determinação do Presidente está o Orivaldo, é o mesmo caso da Inajá também, Secretaria do próprio nome, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, é o mesmo caso aqui do Vladimir/Rogério Backes. Esse aqui está, a FUNDEPAR propõe efetuar o resarcimento de R\$ 17 mil a partir de março. Na realidade, se não me engano são 7 pessoas, três

delas estão se aposentando e quatro que ficam, entre eles o Vladimir. Ah essa aqui consta R\$ 17 mil. O próximo nome aqui é Carlos Roberto Barros é o mesmo caso. Na FUNDEPAR também está identificado como permanecer. Silmara da Silva Santos, mesmo caso FUNDEPAR e o último aqui a Valdenice Silva Santos. Continuando aqui, Ubirajara Correia Bastos, PROVOPAR, mesma questão ali atrás, Aristeu Langner, PROVOPAR.

Paulo - O Ubirajara vai ser com ônus para o Banco ou ônus para o PROVOPAR?

Neco - O PROVOPAR é ônus para o Banco e a FUNDEPAR é ônus para a Secretaria.

Valdemar - Só a Secretaria da Criança e o PROVOPAR também. A FUNDEPAR não.

Paulo - Então o Banco paga o Romano, da Secretaria da Criança e do PROVOPAR.

Valdemar - O Romano já tinha um compromisso anterior. Inclusive, Presidente, bom vamos nos ater aqui no caso do PROVOPAR, o Ramiro também.

Paulo - O Ramiro.

Valdemar - Ramiro, figura carimbada. E por fim a Teresa Cristina o mesmo caso. Viu Presidente, hoje nós fechamos a Folha de Pagamento e nós teríamos que nos posicionar a respeito dos salários que não ressarciram. Mês passado nós fizemos o pagamento em cheque, aquela situação. Eu acho que aquele que nós ressarcirmos, paga da mesma forma?

Neco - Precisa saber de um advogado trabalhista. Porque tem vínculo com o Banco do Estado. É uma forma de pressão que nós estávamos agindo para poder receber, mas a Secretaria também não tem dinheiro.

Paulo - Eu vou dar um depoimento aqui, é extremamente doloroso não pagar o funcionário, mas é a única forma Presidente.

Valdemar - Agora, aqui nós não estamos levantando a hipótese de não pagarmos, nós vamos fazer através de cheque-salário.

Neco - Dificulta um pouco, para não ficar muito fácil.

Ricardo - Valdemar, de quem aqui que você está falando.

Valdemar - Não, não esse é geral, daqueles que não responderam, que não tomaram providência. É que tem alguns que alegam que a Secretaria da Fazenda está arrumando recurso, alguns alegam, são diversas histórias.

Ricardo - Você tem que ver o custo-benefício dessa história também. Você pega a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o cara tem R\$ 14 milhões só na Poupança. Um ano. Simplesmente ele pode inverter, em vez da Poupança ele põe em CDB, ai custa dez funcionários por mês.

Neco - Qual Secretaria?

Ricardo - Secretaria do Trabalho e Assistência Social: A Assembléia eu fui lá e tirei todo o dinheiro do CDB e pus na poupança. Foi um prejuízo para o meu Pai, ele não descobriu até hoje. R\$ 200 contos por mês. Agora ele teve que emprestar dinheiro para o Governo.

Neco - Tem uma Senhora que estava com o Secretário do Turismo, e quando ela deixou de comparecer, ela só aparecia, era depositado da conta dela, então ela não ia trabalhar.

Sérgio - Ela rescindiu o contrato, ela não foi demitida. Ela tinha um contrato de prestação de serviços. Foi rescindido o contrato, ela já assinou, já está ciente.

Neco - Ah, ela tinha um contrato, tem razão. Galvão, a tua área por gentileza.

Galvão - Bom como nós definimos em reunião específica, as prioridades, então eu estou trazendo hoje e foi entregue a cada uma das Diretorias uma pasta com os projetos em andamento. "Conforme determinações dos Srs. Diretores em reunião de planejamento acontecida em 27/02/98, a Diretoria de Informática informa o cronograma de execução dos projetos considerados de altíssima prioridade para o Banco do Estado do Paraná. Para efeito de maximização dos recursos de informática informamos que estamos promovendo alterações na forma de atendimento à manutenção e desenvolvimento de sistemas conforme segue: Mantermos um contingente mínimo para Ter para manter os sistemas em funcionamento promovendo apenas implementações legais e eventuais correções necessárias. As laçadas de SSI(solicitação de Serviços de Informáticas) serão elevadas para nível de Diretor. Na eventualidade de incompatibilidade de prazos e serviços entre Diretores, será solicitado definição da Vice-Presidência. Será criado um comitê interno na DINFO. À nível gerencial, para avaliação de impactos das novas solicitações

nos projetos já definidos e em andamento. Nesta data a Diretoria de informática entrega Diretorias os demais projetos decorrentes do Plano de Saneamento do Banestado junto ao Banco Central juntamente com os demais projetos solicitados para que seja determinada a prioridade e a necessidade dos mesmos. A Diretoria de Informática envidará todos os esforços para suprir as necessidades de informatização do Banestado. Onde não for possível atuar com técnicos próprios serão contratados serviços

terceirizados." Então a pasta que foi entregue a cada uma das Diretoria contém na primeira folha uma explicação de como funciona esse relatório. Na primeira parte tem os projetos que a gente chamou de prioridade máxima. Cada Diretoria tem isso aí relacionado. E depois uma Segunda parte...

Aldo - Galvão, desculpe, então é bom assinalar que como prioridade máxima foi eleito aqui os novos produtos.

Galvão - A pasta que o Senhor tem contempla de todas as Diretorias. As pastas das demais Diretoria são diferentes. Mas é isso que está aqui. Desenvolvimento da nova automação bancária, ficou definido naquela reunião que é prioridade máxima. Esse projeto está ligado à Presidência, como também estão, na folha seguinte os Senhores vão ver o sistema, os aplicativos múltiplos para a Auditoria do Banco. E assim por diante. Então o que eu gostaria que os Diretores fizessem é, primeiro. Fizesse uma avaliação disso e que efetivamente foi resolvido naquela reunião, anterior, esses de prioridade máxima. Na seqüência tem prioridade média, e a última parte, e aí eu gostaria que fosse feita uma análise criteriosa dos seus gerentes, para os projetos de desenvolvimento de melhorias, que estão cadastrados hoje na Diretoria de Informática e a gente acha que tem muita coisa que já não é mais necessário. Estão lá alguns até paralisados, mas enfim, para a gente fazer lá uma limpeza, dar uma geral. Então, cada Diretor poderia passar isso para os seus gerentes e fazer uma análise crítica do que efetivamente é necessário. Esse é o objetivo.

Neco - Galvão, eu queria que se o Senhor me permitir, na DIRHU eu tenho conversado com o pessoal da DIRHU, o Valdemar e os companheiros dele. Nós sentimos muito a necessidade e o Banco é penalizado na minha opinião por isso, porque se faz um pagamento único de pessoal. O pessoal tem direito adquirido para entrar de férias dia 21, o salário dele é dia 19 no mês seguinte e ele já está recebendo um mês antes o salário dele, no pagamento do dia 20. Não tem como o sistema, o banco de informática fazer pagamento de férias seja no dia que ele tem esse benefício?

Galvão - Bom Presidente, isso foi uma, deve ter sido uma deliberação da Diretoria como forma até de facilitar o trabalho, acredito que alguém combinou.

Neco - Porque, a mão-de-obra já tem, equipamentos já tem.

Paulo - Presidente, provavelmente em época inflacionárias era um alto negócio para o Banco. Com o dinheiro o tempo todo, pagava dia 20 porque no dia 21 já era depreciado esse dinheiro. Provavelmente a decisão de fazer todo esse pagamento antecipado ou postergado

Galvão - Ou vice-versa, mas agora.

Neco - Acontece o contrário. Paga na frente um mês, e o custo do dinheiro o Banco está pagando.

Galvão - Eu não sei, não conheço bem o processo dos Recursos Humanos, mas isso aí poderia ser feito na forma de um adiantamento, aí desconta, uma espécie de um vale. Um dia.

Valdemar - Presidente, ele tenta, essas questões maior facilidade de manuseio está no Gestor de Recursos Humanos como um todo, porque hoje até eu acho que esse aqui o impacto não é tão grande, no período de janeiro ou fevereiro, mas tem algumas coisas que o Senhor pede para nós que complica muito, isso que está complicado, acho que envolve com pessoas, nós estamos com pessoas que tem que trabalhar com tempo integral, sabe então é isso que eu acho que vai trazer esse GRH vai trazer benefício para nós. Mas eu acho que tudo isso foi dado prioridade, por exemplo, ao Novo

Sistema Gestor de Recursos Humanos. Tudo isso trará muita facilidade. E volto a dizer, ele acabou sendo prejudicado no passado por ter dado prioridade ao atendimento, que era o nosso ganha pão.

Paulo - Então deixa eu fazer uma pergunta. Naquele reunião que nós fizemos com o Dr. Aldo lá naquele dia foram eleitas as prioridades. Então daquilo veio para cá então.

Galvão - Com prazos, cronogramas, e tal.

Paulo - Isso aqui então é o que foi definido e o que ficou para nós seriam os projetos de desenvolvimento de melhoria para nós avaliarmos.

Galvão - Que eu gostaria que vocês fizessem uma avaliação, para com suas gerências, para dizer: olha esse não precisa, ou esse pode ter algum aí paralisado que não precise.

Paulo - Especificamente eu tenho aqui como prioridade média a substituição de plataforma SID/PROCOMP.

Galvão - É isso na realidade está como prioridade.

Paulo - É eu acho que se você for voltar aqui que padronização foi feita com automação bancária com o Windows HT, como está dizendo aqui, você vai substituir todas as reas.

Galvão - Então todos já estão, se você olharem...

Ricardo - O que é prioritário e o que não é.

Aldo - O quanto antes possível, se pudesse colocar isso até o final da semana, até sexta-feira. Porque daí nós já vamos iniciar a segunda parte do cronograma da implantação das medidas do saneamento

Galvão - Com certeza.

Marquesini - Com licença, Dr. Aldo, dentro desse projeto a Empresa de Leasing estava sendo tratada à parte. Existem necessidades de extrema urgência sobretudo na área de controle, porque a Empresa não tem, o Dr. Galvão por favor.

Galvão - Deve ter ido uma pasta para você exatamente nesse formato, deve ter ido, foi é que deve ter ido ontem, deve ter chegado hoje. Mas você vai, tem uma pasta como essa, então você tem que pedir que façam uma avaliação, o que tiver prioridade.

Sérgio - Viu o Galvão.

Galvão - Foram para todas as empresas, além das diretorias do Banco, todas as Empresas que nós temos projetos, inclusive a Gralha Azul que trabalhamos com ele em alguns projetos.

Batata - Aqui tem dois projetos aqui na pasta um CENNP, não pertence mais à DIROP e tem um aqui, estudo preliminar de Crédito, Fomento Rural. Será que não é do Elio. isso aqui.

Galvão - É que estava cadastrado como DIROP. Isso deve ter alguns erros. Realmente eu não analisei um por um, mas isso deve ter coisas desse tipo, coisas que estavam numa Diretoria.

Elio - Provavelmente isso era antigo, era da DIROP, do tempo que a DIROP tinha Fomento.

Neco - Marquesini, a sua área vai ter isso aqui.

Batata - Vou passar para você, prá você ver se é importante.

Neco - Galvão, isso aqui corresponde aquelas operações do Banestado do primeiro semestre.

Galvão - É quer dizer, na realidade..

Neco - R\$ 242,000 mil é isso? De quanto que é?

Galvão - A cotação dada a Diretoria de informática? Não saberia dizer.

Aldo - Isso seguramente vai significar um gasto. Sim porque agora vão ser definidas as prioridades

Galvão - Um observação, coisa novas serão... Então isso é para conhecimento da Diretoria, então fica estabelecido até sexta-feira prá essa revisão. É isso aí.

Valdemar - Eu queria falar também, no mês de janeiro e fevereiro a Campanha lançada em cima dos produtos de poupança, Depósitos a Prazo e Fundos. Ainda alcançou ali no final onde foi colocado, 65% da meta dos R\$ 200 Milhões ou seja, R\$ 131 milhões e ainda tem o saldo comparativo aqui do Banco no mercado que correspondeu esse período, não atingiu porque janeiro e fevereiro essas aplicações normalmente caem, e também nós fizemos um comparativo aqui, porque nós aqui pegamos a média dos últimos três meses passados com a médio dos dois de janeiro e fevereiro. Temos uma projeção aqui que seria o saldo de 31 de dezembro que nós tínhamos e o saldo no 28 de fevereiro que talvez não dá uma diferença muito grande nesse sentido. Então esse aqui é o produto final, no caso a primeira colocada foi Londrina, seguida de São Paulo, Maringá, sucessivamente, e o total que o Banco alcançou foi 65% da projeção dos R\$ 200 milhões e tem R\$ 131.milhões. Aqui para conhecimento como se comporta o mercado nesse período.

Neco - O Valdemar, poderia voltar na transparência anterior, o que me deixa muito surpreso em Curitiba somar os valores dos índices, tem uma atuação inexpressiva.

Paulo - Posso falar sobre a minha lá, nós dois somos padrinhos de Curitiba. Nos esforços nós conversamos com as agências, só que a Nordeste aqui no caso sofreu uma retirada de valores em poupança que estavam em COPEL, em Prefeitura, em Estado violento no mês de dezembro.

Ricardo - Poupança só sofreu saque da Assembléia, só foi isso, não foi de COPEL, o único que deposita em poupança é Assembléia em Pinhais. Meu pai sacou dinheiro para emprestar para o Giovani, e não pagou até hoje.

Paulo - É veja uma coisa. O que aconteceu, eles pegaram outubro e novembro pra fazer a média. Então pegou todos esses órgãos no topo e dezembro eles retiraram. Então quando entrou em janeiro eles entraram abaixo do...

Ricardo - Retiraram porque, porque foi todo o dinheiro para o Estado.

Paulo - Exatamente. Então uma das explicações nessa Regional, tá inclusive eu tenho os números da Regional que eu recebi ontem, nós estamos com R\$ 56.000.000,00 negativo em 1º de janeiro e ela terminou em 28 de fevereiro com cento e poucos milhões lá.

Ricardo - Geralmente as maiores crescem menos né?

No caso, nesse que está marcando ali a NORDESTE e PODERES PÚBLICOS já tinha uma média de R\$ 26 milhões de depósito à prazo, que foi a média de outubro, novembro e dezembro que foi falado, ela teve R\$ 13 milhões. Isso era 50% que ela tinha. Também nós temos um fato muito grave que foi aqueles comentários que saíram no Banco justamente nesse período. A maioria deles fez saques e a NORDESTE como o Paulo falou pra mim essa questão do saque do Governo. Aqui os Fundos. A meta era 16 e eles tiveram menos nove, quer dizer, era a meta mais nove. Que nem no caso a SUDOESTE se o Senhor pegar aqui, a SUDOESTE tem um argumento Presidente, que ela foi a melhor colocada na CAMPANHA DO SUBIR, que era a campanha que terminou no 31 do 12, então ela acabou pegando a base alta. Pegou a base alta até dezembro, setembro, outubro e novembro e daí houveram os saques, acabou dando esse R\$ 300. Mas de fato como o Senhor falou são as que representam o maior valor. O baque nelas o Banco sente mesmo.

Neco - Cascavel reflete na área...

Valdemar - Cascavel tem os saques que teve lá em Foz.

Ricardo - Foz e não acertaram a Poupança Judicial.

Valdemar - É o seguinte Presidente. Tem uma reivindicação do Ricardo fala e faz sentido, a questão de usar os Depósitos Judicial, considerá-lo aqui, nós temos na área financeira uma análise que passa tudo pelo Comitê Financeiro como o caso, mesmo que se coloca aquele produto aqui e exclua aquele e eles estão avaliando, eles foram contrários no começo, estão avaliando pra colocar agora Inclusive uma das argumentações que eles dizem é a seguinte Presidente: que se depósito judicial valer não pode valer para a Centro Cívico, se não a Centro Cívico já ganhou, não tem campanha.

Ricardo - Mas porque depósito judicial não valem se é o mais barato de todos?

Valdemar - Não, não valem pra efeito de campanha, Ricardo.

Ricardo - Porque não?

Valdemar - Só que nós temos que fazer ajuste porque a Centro Cívico.

Ricardo - Mas porque não vale pra efeito de campanha, é isso que eu queria que alguém me explicasse.

Valdemar - Não, ele é válido o dinheiro é do Banco, acontece que a Centro Cívico só ela que tem a maioria dos depósitos judiciais.

Ricardo - Eu quero saber porque que não vale para efeito de campanha? Qual é a alegação que não vale para efeito de campanha, porque?

Valdemar - Uma delas é essa, uma vez que você fizer isso, você não pode fazer uma premiação, exclua-se a Centro Cívico.

Ricardo - Meu amigo, o Governo do Estado do Paraná, o Poder Judiciário não é obrigado a depositar no Banco do Estado, eu já falei 500 vezes isso!

Valdemar - Não, Veja Ricardo.

Ricardo - Ele pode depositar no Banco do Brasil, ele pode depositar no Meridional, pode depositar na Caixa Econômica Federal.

Valdemar - Campanha interna, Ricardo. Não, não, veja bem, com relação ao recurso que é bom para o Banco é indiscutível...

Ricardo - Então o cara canta R\$ 9.000.000,00 lá em Toledo e não entra na campanha dele? E ainda mandam tirar contas dos não residentes, lógico que ele tem que ficar em último lugar.

Valdemar - Não, não Cascavel está explicado, ele teve não entrou na competição externa

Ricardo - Captou R\$ 9.000.000,00 a 6% ao ano mais TR aí diz que não vale.

Valdemar - Bom, a área financeira está avaliando isso, está avaliando outros Fundos que ela havia considerado e outros Fundos que não havia considerado, e alguns ajustes até junho, mas é polêmico Ricardo você tem razão, é indiscutível que é bom.

Ricardo - De polêmico não tem nada, de polêmico não tem nada.

Paulo - Mas na realidade nós fomos maus.

Valdemar - Que ver, aqui tem um dado que demonstra. Eu gostaria que o Presidente e o Dr. Aldo observassem aqui. Viu Presidente.

Neco - Sim, Desculpe.

Valdemar - Aqui é uma posição é com relação ao mercado nesse período de captação como um todo, nesses três. Então nós temos em azul que é o Banco e em vermelho é a praça no caso, no nosso caso, todas as praças que nós temos agências. Então o Senhor pode observar como é que ele vem conduzindo ali em outubro e novembro, aqui, outubro e novembro nós estávamos mais ou menos como o mercado. Em novembro e dezembro também. Aqui em dezembro nós tivemos uma queda significativa quando saíram aqueles comentários de saques. Então o mercado se manteve no ponto deles. Em seguida, já no mês de janeiro e fevereiro nós equilibraram com o mercado quando começou a campanha e em fevereiro em relação ao mercado, o Senhor veja o nosso volume, nós estamos lá em cima. Então é a Campanha recuperou um estrago muito grande que nós fizemos em termos de imagem que aconteceu no final do ano certo, os dados que mostram ali que, se nós tivéssemos feito essa Campanha com certeza nós estaríamos nesse gráfico aqui em baixo, com certeza. Quer dizer ainda nós estamos buscando uma grana significativa como o Senhor falou, teria sido muito pior se nós não tivéssemos ainda feito esse trabalho com o pessoal. Daí alguém questionou, vou passar para esse outro quadro aqui que esse mostra específico por produtos.

Como é que é o mercado e como é que é o Depósito à Prazo. Esse primeiro período que está aqui embaixo, significa novembro, dezembro, janeiro e fevereiro de 1997 ou seja, os dois últimos meses de 1996 e os dois primeiros de 97 e o segundo período aqui significam os dois últimos de 1997 e os dois primeiros de 1998. Para você ver como está o mercado em relação ao ano passado e a esse ano. Quer dizer, o primeiro período em azul nós estávamos com um bilhão cento e poucos milhões fechamento em fevereiro e outro nós estamos com R\$ 930.000.000,00, perdemos recursos com relação ao que tínhamos no ano passado. Na Poupança nós subimos, nós tínhamos ano passado R\$ 1.112 em fevereiro hoje nós estamos fechando com R\$ 1.378.

Comparando agora o Banco sozinho, o ano passado, no final do ano passado, no final no ano retrasado para o final do ano passado: de Fundos nós estávamos abaixo e agora com a Campanha equiparamos com os Fundos que estavam lá. Então até prá mostrar que, com exceção do Depósito à Prazo, a Poupança e os Fundos a gente conseguiu equiparar o ano passado em que pese as adversidades esse ano. Esse ano nós estamos com um, debateu-se muito mais em termos de imagem e desgaste nós estamos bem pior que estávamos o ano passado em termos de mídia. E outra coisa que foi questionado e que eu queria colocar aqui é que as vezes a questão do critério é meio complicado, as vezes o pessoal diz, mas porque que vocês pegam a média dos últimos três meses setembro outubro e novembro e não pega 31 do 12 por exemplo. Porque pela lógica o Senhor vai dizer assim mas se eu tinha um pico em 31 do 12 de saldo eu vou ter que partir desse saldo, daí você diz olha, mas pra nós esse sistema é muito ruim porque, primeiro, o pessoal, o Batata, muitos não sabem que muitos gerentes conseguem uma aplicação no dia 29 pra contar no dia 30, mas prá gente sempre pegar a média dos dois meses porque correspondem o histórico efetivo, não tem a malandragem de aplicações. Então aqui pra ter uma idéia, se nós tivéssemos pego 31 do 12 a mesma planilha mas se nós tivéssemos pego aqui 31 do 12 como data fixa, nós teríamos tido de uma meta de R\$ 200 milhões um acréscimo de 352%, menos, desculpe 176%, tá? se fosse pego 31 do 12 efetivamente. Porque, a que pese que novembro e dezembro são meses que o depósito é alto, pra nós dezembro foi ruim, foi o que foi falado aqui foi perdido o 13º do Estado, foi perdido o da Assembléia, foi perdido muito dinheiro e perdemos em São Paulo muitas aplicações por causa da boataria que foi feito em São Paulo em dezembro. Mas aqui mostra aqui de que se a gente considerasse data fixa de 31 do 12 teríamos tido 176% que também não era real, nós achamos mais conveniente, mais real, pegar a média. Mas em síntese Presidente, o que eu queria passar a Campanha aqui que pese que no dia 15 paramos de ativar, foi dado um recado para a Recuperação de Crédito, ela foi muito boa no momento em que nós estamos passando por essas dificuldades. E uma outra coisa que eu queria perguntar é o seguinte, nós, houveram premeiações Londrina foi a SUREG que ganhou e as agências as notificações das premiações e nós vamos ter que aí, nesse mês, um jantar com a presença do Padrinho em cada SUREG, em cada Agência, desculpe que ganhou prá motivar, eu acho que é oportuno em função do momento que nós estamos passando agora com descrédito e pessoal fica meio desanimado com tudo isso daí, passar para as agências esse otimismo, porque a gente percebe nas visitas os colegas que foram visitá-los podem me ajudar, eles ainda estão com o pico dentro da realidade deles, temos que continuar até julho, temos ações pra vender uma série de produtos que são interessantes para o Banco. Então nesse mês, em que pese as dificuldades com o Banco Central, esquecer isso fecha o olho e ir para as agências incentivar o pessoal. A gente vai passar o planejamento para cada Diretor-Padrinho para que ele se ajuste com a sua premiada no caso mas que vai lá entregue o prêmio faça esse barulho, essa motivação. Isso a gente fez a avaliação no início da nossa Campanha o que nós estamos gastando é insignificante perto do que nós estamos. É um jantar dos funcionários da agência, é uma barrinha de ouro para aquelas que conseguiram 100%, quer dizer, os custos são baixíssimos, agora o efeito moral o efeito psicológico para eles é muito grande.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.**REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 17.03.98****MARÇO DE 1998**

Valdemar - Bom Dr. Aldo, o assunto aqui é o PDV que nós ainda não temos ele aprovado, aprovamos aqui na plenária mas faltou a aprovação do Secretário do Conselho da Administração, mas existe um estudo sobre a incidência ou não do Imposto de Renda sobre o PDV.

Aldo - Parece que essa é a primeira vez que estamos lidando com o PDV no Banco?

Valdemar - Não, não mas é aquele.

Aldo - Não houve outros casos de PDV?

Paulo - É um dos casos.

Valdemar - É só que veio Dr. Aldo aqui, deixa eu dar uma lidinha, nós vamos entender aqui: "Aprovar a não tributação de Imposto de renda sobre os três salários pagos ao PDV No caso os três salários nós não tínhamos nos anteriores.. Esse é um benefício que está sendo para esse PDV. "Deixando o Plano do desligamento Voluntário mais atrativo e estimulando uma maior adesão. Justificativa: em consulta feita à DICON, Gestão Fisco Tributária, perguntando sobre a incidência de Imposto de Renda, sobre a verba 130/131, Incentivo de Desligamento Voluntário. Há entendimento doutrinário que a verba tem natureza remuneratória e sobre o seu pagamento deverá incidir o Imposto de Renda. No entanto, conclusão do parecer recomenda a não tributação, alegando a existência de várias jurisprudências sobre a matéria que consideraram a refer verba como sendo de natureza Indenizatória e que portanto sobre tais valores não incidem Imposto de Renda Pessoa.

F1

E aqui tem a posição da Controladoria na questão tributária com diversos pareceres inclusive do Superior Tribunal de Justiça.

Aldo - Parecer? O Superior Tribunal de Justiça não dá Parecer, ele da a decisão.

Valdemar - Decisão. Obrigado. Então aqui na página 1.2 aqui o recurso especial no 2º parágrafo: "Do Superior Tribunal de justiça, instância final competente para apreciar a matéria, extraímos as seguintes decisões unâimes da 1ª

turma". Então em todos eles aqui, eles são, eles consideram não tributário de ato. Então a nosso, isso aqui corresponde 25% aproximadamente de desconto de Imposto de Renda sobre esses três salários. A intenção era deixar isso aí conforme esse ponto de vista, isento do recolhimento do Imposto. Se por um acaso tivermos problema tem aqui no último parágrafo da página 1.3, "Caso seja de interesse da Diretoria tomar o incentivo mais atrativo ao quadro funcional, inobstante o entendimento doutrinário desta Gestão Fisco-Tributária e a legislação em vigor, opinamos pela não tributação da verba. Se formos autuados pela Receita Federal, iremos buscar amparo judicial utilizando os mesmos argumentos que estão se consolidando na jurisprudência"

Aldo - É que esse assunto, é novidade na...

Valdemar - Os três salários não é Dr. Aldo?

Aldo - Não, mesmo que a lei fale da necessidade da obrigatoriedade nos pedidos de Imposto de Renda, face desse julgamento o pessoal da área está achando que nós, tem um parecer que nós não devemos independer Imposto de Renda sobre, é isso?

Valdemar - É isso. Porque torna mais atrativo para o pessoal que aderiu.

Aldo - Os Senhores Diretores entenderam o assunto, tem alguma coisa a acrescentar?

Alaor - Na minha opinião é que devem deixar sem a Tributação.

Valdemar - É tem amparo.

Aldo - Quem estiver de acordo permaneça como está Ok? Aprovada.

Gabriel - O PDV já está aprovado, não né?

Aldo - Não só os termináveis. Vamos, todo o dia assim porque o Secretário Giovani está chegando de viagem hoje, aí eu vou conversar com ele para decidir

Valdemar - Está terminado viu Dr. Aldo, praticamente todo ele está estruturado, talvez é uma questão, uma vez aprovada pelo Conselho...

Paulo - Deixa eu só fazer uma pergunta na questão do PDV, nós temos prazos de validade daquele concurso para que as pessoas se apresentarem, você tem até dia 13 de abril.

Valdemar - Não, a contratação está ocorrendo, esse que é o meu medo, porque veja, nós assumimos informalmente o compromisso de as coisas irem meio paralelas, nós estamos fazendo a nossa parte que é a contratação, inclusive já foi convocado já estamos decidindo todos os critérios, a contratação está ocorrendo.

Aldo - Seu Valdemar está com a palavra.

Valdemar - Vamos lá. Bom aqui: "Empregados à Disposição da Associação Banestado". Esse assunto parece-me que teria sido tratado, o Edson havia conversado com o Presidente." O Banestado atendeu a um pedido da Associação Banestado, autorizando a

disponibilização
de empregados para prestar
serviços
àquele
Associação,
sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo
Banestado por um
período
de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97. Os empregados abaixo relacionados
estão atualmente prestando
serviço.
à A B. O Banestado tem um custo total mensal com os empregados acima citados, no
importe total de R\$ 38.129,39, base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos
que os resarcimentos dos valores devidos pela
Associação
Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam a
disposição
daquele órgão após o término do
período
de 180 dias acima citado, ou seja, 12/12/97, encontra-se pendente até a presente data.
Proposta da
Associação:
A
associação
solicita a
manutenção
da
liberação
dos empregados até dezembro de 98, comprometendo-se a efetuar os resarcimentos
das despesas a partir da folha de pagamento de
março,
através de
dedução
dos créditos referentes ao contrato de
utilização
das
instalações
da colônia de férias de Praia de Leste. Quer dizer, a Associação tinha pedido que
fosse descontado essa despesa desse pessoal daquele recebimento que ela tem do
aluguel das instalações do Faxinal do Leste lá.

Nilton - Só uma dúvida aqui, esses elementos elencados, aqueles funcionários
elencados consta também o MILTON TREIN, e o MILTON TREIN é aposentado.

Valdemar - Ainda não, está na boca aí, está na lista dos 180.

Batata - Essa lista vai sair.

Alaor - Eu não entendo porque que a Associação não paga de dezembro do período de
dezembro pra cá?

Valdemar - Não tem dinheiro.

Alaor - Desconta agora que nós temos que pagar ai.

Valdemar - Aí me parece Alaor que teve uma conversa prévia com o Presidente sobre
isso.

Alaor - Ah, bom.

Aldo - Aqui tem duas coisas, primeiro lugar, na minha opinião eu acho que deveria, se for por 180 dias deveria considerar o término em 12/12/97, começa por aí. Outra coisa, eu não sou muito favorável a essa vinculação aqui, não sei, só o Diretor Administrativo podem nos informar, se é possível, razer esse encontro de contas isso não é meio anti-ortodoxo. Eles estão propondo aqui de deduzir inclusive aquilo que está sendo pago no valor do ressarcimento, é uma dívida engracada.

Valdemar - Tem que pagar e receber. A bem da verdade, quer dizer, não é necessariamente de forma contábil, esse dinheiro que vem, o dinheiro que vão receber pagar.

Alaor - Credita numa conta e debita.

Paulo - Só como experiência tem que fazer como credita e debita no mesmo dia. Se ficar para cobrar, não vai receber nunca mais.

Batata - Até porque ele está dizendo que a partir de março.

Alaor - Tem que creditar primeiro...

Aldo - Porque?

Alaor - Senão a conta fica descoberta. Fica depósito, adiantamento depositantes.

Aldo - Ah é?

Alaor - Sim, eu não sei quanto eles têm na conta.

Valdemar - Sim, sim, não deve ter saldo R\$ 30 mil sobrando lá fazendo média. Com certeza, por isso é que pedi que fosse debitado concomitante.

Alaor - Quando sai o pagamento dele? Desses acertos?

Valdemar - É está na segunda folha.

Paulo - O Contrato está sendo administrado pela DIRHU?

Valdemar - DIRHU.

Alaor - Agora, tinha algum acerto com o Presidente?

Valdemar - Veja, a bem da verdade teve. Teve todo aquele problema de mal estar que aconteceu com a Associação daí um dia o MILTON TREIN esteve aqui conversou com o Presidente eu e o Edson participamos da conversa, o Presidente falou que até ia fazer o Faxinal do Leste até para dar uma força no sentido, o MILTON disse que ficou sem dinheiro, então existiu uma conversa antes.

Aldo - Então você assistiu a conversa?

Valdemar - Veja bem, eu assisti essa conversa agora a última em que o Edson ia, me pediu pra pautar isso que ele havia tratado com o Presidente, eu não participei, com o

MILTON ficou acertado isso aqui. Tanto eu, apenas eu gostaria de estar, eu gostaria que o Presidente estivesse.

Aldo - Então vamos tirar de pauta.

Valdemar - É melhor né?

Aldo - Você retira de pauta e deixa para próxima reunião. Eu acho que isso aí não tem tanta urgência. Mas grave bem o que o Alaor deixou para dizer depois na próxima reunião. DIRCO. São Jorge, o Senhor Nilton Mariano.

Nilton - INSDÚSTRIAS REUNIDAS SÃO JORGE. São Jorge é uma daquelas composições de leasing, que nós realizamos a dois ou três anos atrás, que já estavam em CL e CCP e nós fizemos alteração. Quando nós fizemos essa ativação dessa operação a dois ou três anos atrás uma parte dela foi garantido com precatório, garantia adicional, precatórios alimentares do advogado da CR Almeida, lá...

Batata - Luiz Alberto Machado.

Nilton - Então por isso é que está com, como vocês podem ver lá tem três operações. Duas sem garantias de precatórios e uma com garantia de precatório. As duas operações que estão sem garantias de precatórios elas tinham originalmente a garantia de trigo, penhor de trigo que obviamente não existe. A execução em cima dele pra botá-lo na cadeia por infiel depositário, por falda do penhor foi derrubado em juízo, porque o trigo, era o meio de funcionamento da própria indústria então foi em juízo e caiu. E no transcorrer das negociações, agora o maior credor deles é o BANESPA, uns R\$ 60 milhões aproximadamente e o BRADESCO que capitaneou uma negociação de todos os Bancos e coordenando um pool de Bancos que a semana passada na terça-feira nós fizemos uma reunião em São Paulo, para ver de que maneira que a gente vai conduzir daqui para frente. Está sendo feito, o Dr. Aldo sabe disso há uma auditoria através da TREVISAN, dentro do MOINHO SÃO JORGE para determinar condições, prazos e valores que poderão ser acordados com o pool de bancos, que vai envolver as debêntures, participação societária, e uma série de coisas. Essa auditoria vai ficar pronta no prazo de 120 dias com a proposta; 90 dias para a conclusão da auditoria e mais 30 dias para uma proposta. Isto eu estou só historiando pra vocês como é que está o negócio. Está evidenciado já a necessidade de aporte de recursos de capital de giro, inicialmente se falou em R\$ 10 milhões, qualquer coisa assim, está se pensando em mais. Qual seria a participação dos bancos? Cada um dentro do percentual que é a sua dívida, o seu crédito, tá? Como nós temos. Aqui há um outro detalhe, a perfeição inicial da solução desse problema envolve prazos novos de 10 a 15 anos. Essa já foi um horizonte que a TREVISAN já deu inicialmente. Como nós temos a metade, pouco mais da metade da dívida, aqui consta R\$ 15 milhões de precatórios em garantia, mas o valor dos precatórios não é os R\$ 15 milhões, porque: porque a operação ECC vem sendo gravados com juros internos nossos e a garantia dos precatórios que é IGP + 1% ou + 0,5%, agora eu não tenho...

Alaor - 16% ao ano, deve ser 16% aa.

Ricardo - 12% + 6%, é 18% ao ano.

Nilton - 12% + 6% no caso da, quando há inadimplência, por parte do Governo.

Ricardo - Essa aí é 12% + 6%, TR +12 e +6% de juro compensatório.

Nilton - Isso depois que o Governo passa a ser inadimplente, digo para fazer o cálculo agora para fazer a conta de chegada. Então não vai atingir os 15. Mas a nossa

proposta qual que é? Pegar esses precatórios como "dação em pagamento"; esses precatórios tem uma característica por ser alimentar, considerado alimentar, porque é precatório do advogado a ser pago antes da dívida que originou esse precatório, ou seja, deve ser pago antes do CR Almeida. Primeiro paga o precatório do advogado e depois o titular da dívida. Qual que é a nossa intenção, e eu antes de trazer para os Senhores eu já conversei com o Dr. Aldo e conversei também com o Presidente, pra que a coisa, eu também não ia trazer uma coisa que não houvesse condições de aceitação. Expliquei para o Presidente que no caso de uma execução desta dívida, nós iríamos buscar a garantia que é o precatório. Então passaria a ser uma discussão ionóqua, porque o BRADESCO já está oferecendo esse precatório como dação parcial. Se os Senhores quiserem ou eventualmente eu acho que até poderia ser feito, para evitar esse ruído todo em cima do precatório, se for aprovado pelo Colegiado, levar para ter uma ciência do secretário viu Dr. Aldo.

Aldo - Não precisa levar para o Conselho.

Batata - Homologação do Conselho.

Nilton - Não, porque não atinge o valor né?

Ricardo - É bom, é bom.

Aldo - O que abunda não prejudica.

Nilton - Então iria para a Reunião do Conselho. Nós somos de parecer, ele é meio inferior a R\$ 15 milhões? Eu não tenho o valor exato disso aqui.

Alaor - Mas pegaríamos por 100%.

Nilton - Por 100%. Porque não tem o valor exato aqui? Existe uma normativa da vigilância do Tribunal da Justiça do Estado, estabelecendo que o critério, viu o Ricardo, não sei isso é válido para todos, um critério da correção dos precatórios que é a média entre a TR mais IGP dividido por 2 acrescido dos 6% + 12%, no caso. Então o Senhor vê que está sendo esclarecido e depois eu vou trazer o número correto disto daqui. Então o nosso parecer, é pegar o que nós temos como garantia de precatórios como "dação em pagamento", porque queremos receber isso bem antes dos 10, 15 anos, com garantia de rendimentos na ordem de 18% ao ano mais indéxador, coisa que lá na negociação da dívida nós não vamos ter e mais ainda, diminuindo o aporte de capital de giro em cima da dívida.

Alaor - Esse precatório de que Estado que é?

Nilton - Do Paraná.

Alaor - Paraná?

Aldo - Tem três aspectos aqui, primeiro: comentou, não sei se isso está ocorrendo com nos outros bancos, eles estão negociando talvez com debêntures, com participação acionária de outros bancos. Outros bancos?

Nilton - Todos.

Aldo - Pois é, aí é que está. Esses precatórios estão correndo risco amanhã do Banco Central, numa falha qualquer de pagamento, mandar provisionar isso?

Nilton - Eu entendo que não Presidente, Dr. Aldo. Entendo que não pelo seguinte: os precatórios são dívidas reconhecidas judicialmente do Estado. Está líquido e certo, não existe possibilidade de ação rescisória em cima, que perfeita e acabado. A questão de derrepente o Banco Central em função do não pagamento pelo Estado. Está orçado, mas o Estado não paga, passa para o orçamento seguinte, não paga, o Banco Central pode chegar e dizer vamos provisionar esse caso.

Alaor - O que o Banco Central fará sem dúvida, é nós teremos em ativo no Banco, e ele vai perguntar qual o valor de mercado. Então a diferença está aí gente. Se ele tiver uma perda de 50%, o lucro de 50% nós vamos provisionar.

Aldo - Porque que no nosso caso também não entrá debêntures como está sendo com os outros?

Nilton - A diferença daí nós vamos compor com os outros bancos, com a participação societária e as debêntures.

Alaor - Mas isso quer dizer que a debênture também, pode sim, seguramente não será um bom ativo.

Nilton - Não será um bom ativo.

Alaor - Porque a debênture, deles mesmo?

Nilton - Deles mesmo.

Alaor - Quer dizer eles serão os devedores.

Agora só uma particularidade, aqui para esclarecer você, no que está sendo estudado pelo pool de Bancos que já está condicionado é o afastamento do BANRISUL. A participação na administração deles no Conselho, vai ser de 2/3 dele, 1/3 dele obviamente e 2/3 do pool de bancos, quer dizer ele vai ficar sem o poder de mando, isso aí está escrito.

Aldo - Qual o valor total da dívida?

Nilton - O valor total da dívida está em torno de R\$ 15 milhões.

Aldo - Não, não total que ele tem com os bancos.

Nilton - O BANESPA é na ordem de R\$ 60 milhões, nós estamos com R\$ 15 milhões o BRADESCO tem R\$ 19 ou R\$ 25 milhões, se não me falha a memória, e mais o Banco Rural, eu acredito que eu devia ter escrito aqui, não, não está, e o BOSANO mas o BOSANO já tinha feito a negociação. E tem mais o Banco do Brasil que não esta compondo aqui a negociação com o Banco do Brasil é um pouco diferente. O Banco do Brasil é detentor da hipoteca, através de uma série industrial, com o MOINHO e o MOINHO é a principal garantia principal do Banco do Brasil, vai ser inclusive, só que hoje ele só garante o Banco do Brasil por um detalhe operacional. Porque a operação de ação judicial não prevê hipoteca em segundo grau, só que a dívida do Banco do Brasil é menor, o que é que vai acontecer com esse, com a dívida do Banco do Brasil? Fazendo, fechando esse, essa negociação global com o Moinho São Jorge, o BANESPA que é detentor de uma série de hipotecas menores, libera as hipotecas menores, aquelas que o Banco do Brasil precisa ter e o Banco do Brasil libera a hipoteca do Moinho e que isso daí vai cobrir.

Alaor - Agora a única garantia nossa é o precatório?

Nilton - Só. Nós tínhamos penhor de trigo em toda a operação e esse penhor de trigo não existe, e na justiça nós perdemos.

Aldo - Hoje nós estamos completamente sem garantia nenhuma.

Nós temos uma garantia do aspecto judicial que nós fizemos uma penhora e levamos à leilão na casa do Jorge Santos, a casa dele é muito grande e é composta por diversas matrizes. Então o advogado nosso identificou isso daí, depois penhorou algumas hipotecas, porque a casa que o cidadão mora, é penhorada, mas penhorou alguns lotes, tem um terreno tem à piscina dele, a garagem, a churrasqueira está penhorada. E isso daí já foi a leilão, vale R\$ 1 milhão. Então se nós executarmos ele novamente fica suspenso. Eles vão ter 24 horas para nos dar R\$ 1 milhão de réais para gente liberar essa fiança, essa arrematação; mas é R\$ 1 milhão só que, agora respondendo a sua pergunta, que é a garantida que eu diria em termos jurídicos que nós temos.

Aldo - Fora isso mais nada?

Nilton - Nada.

Aldo - Bom aqui tem uma determinação do Presidente do Conselho e do Secretário Giovani que nós não podemos mais aceitar, só em caso excepcional e dada a excepcionalidade do caso eu acho, não sei, proponho que seja aprovado em Diretoria, eu vou submeter aos Senhores, que, mas que seja notificado isso daqui, essa história seja contada por inteira, porque assim como está aqui, está faltando o primeiro capítulo, que é o que exatamente o que você acabou de me dizer, que nós tínhamos penhor de trigo, o trigo foi, o rato comeu, aí nós tentamos, entramos com uma ação, perdemos a ação e hoje estamos sem garantia nenhuma.

Alaor - E o total da dívida.

Aldo - E o total da dívida.

Alaor - Não, não o total com o mercado.

Nilton - A gente pode dar um valor estimado e eu explico porque.

Aldo - Não, não precisa ser. Mais ou menos o do Banco, e levaríamos esse assunto para apreciação do Conselho, bem explicadinho para que na hora "h", o Celso Sabóia vai querer saber quantos anos o trigo tinha...

Nilton - Hoje à tarde eu trago a relação completa.

Ricardo - Vai na Reunião do Conselho explicar verbalmente.

Nilton - Não isso eu faço.

Aldo - Então eu queria submeter essa, por favor.

Marquesini - Dr. Aldo com respeito a essa questão do precatório estamos vivendo uma peculiaridade em participar, qual seja a própria recomendação por escrito do Secretário, cancelasse a operação com precatório de terceiros. Então eu só coloco como uma preocupação quanto o aspecto que desde que seja dada detalhada aos Senhores é de que a empresa com a qual nós não ocorreu a operação com precatórios, está nos acionando para aceitação dos precatórios, então talvez seja...

Ricardo - Porque você não aciona ele, a venda dos carros isso é estelionato.

Marquesini - Isso também está sendo feito.

Ricardo - Manda o cassete nele.

Marquesini - Isso está sendo feito. Então só coloco que inclusive a BLAM tem dois documentos e que eles incorporaram à ação com documentos internos, obtidos por vias nada ortodoxas. Porque como houve aquela determinação por escrito pelo Secretário de não aceitar precatórios de terceiros.

Nilton - Por isso que nós vamos levar ao Conselho; em que pese o valor não atingir.

Aldo - Qual é a tua preocupação?

Marquesini - Não, Dr. Aldo, eu só está fazendo um registro.

Aldo - Fazendo um registro.

Marquesini - De que realmente essa empresa poderá entender como precedente ou não.

Aldo - Precedente não gera direitos. Nós sempre estamos sujeitos a alguém nos acionar por alguma coisa e isso não pode exigir em um dia e tomar a decisão, eu acho, que a Leasing é um caso, aqui é outro caso, tem que deixar bem claro que o Banco aqui está sendo, eu acho oportuna essa sua observação, só que no meu ponto de vista.

Dalledone - O Conselho pode até não aprovar né?

Aldo - Alguém quer fazer alguma...

Elio - Dr. Aldo, mas existe uma diferença, isso aqui já é garantia.

Galvão - A origem da operação é nossa garantia.

Elio - No outro caso lá que estão nos oferecendo precatório esse é o contrário já é garantia.

Aldo - Garantia de precatório. Já existe precatório.

Elio - Já existe. É bem diferente do outro caso.

Galvão - Daí nós renegociamos.

Elio - Exatamente.

Aldo - Bom de qualquer forma eu acho que convém mesmo que já tenha sido, que nós estamos transformando a garantia em dação de pagamento, está bom? Essa é a aprovação, e com o histórico todo.

Nilton - Aquele histórico todo eu faço e depois eu passo para os Senhores.

Aldo - Alguém tem alguma observação a fazer com relação essa operação?

Galvão - Eu acho que essa é uma dívida daquelas impagáveis, que não vão pagar nunca. Essa operação é de que Agência?

Nilton - É Nossa Senhora da Lapa, Álvares Penteado. É São Paulo né?

Galvão - O que entrar aqui é lucro. Isso é munição pronta para o Senador Requião.

Aldo - Porque munição, a operação foi feita na época dela.

Ricardo - O Senador Requião, foi no Governo dele.

Alaor - Dação com garantia de precatório, na época dele.

Aldo - Então está bem assim?

Alaor - Mas a Diretoria é favorável?

Aldo - Pelo jeito é favorável.

Batata - Com homologação.

Nilton - Favorável na Diretoria, vai para Reunião de Conselho.

Alaor - Parecer favorável da Diretoria.

Aldo - Não, com a aprovação da Diretoria e depois ao Conselho para homologação.

Rodrigo - Dr. Aldo só como o Alaor falou, a título de legislação. Os precatórios no mercado informal tem 40% do valor de face.

Aldo - Quanto?

Rodrigo - 40%.

Batata - Mas também não tem comprador.

Alaor - Não resolve né Dr. Aldo, a observação que ele fez é válida porque o Banco Central quando verificar esse ativo ele vai pedir que a gente provisione 50%. Bom nós temos duas alternativas, provisionar 50% ou provisionar a operação toda, certo, porque nós não vamos receber mesmo. Está em CCP isso aqui né?

Nilton - Não isso nós ativamos.

Batata - Isso foi ativado em 96 se não me engano.

Nilton - Com a garantia dos precatórios vai funcionar?

Alaor - Vai Para CL.

Aldo - Alguém tem alguma coisa..

Aldo - Todos de acordo. Vamos passar para a segunda proposta da pauta.

Nilton - A segunda pauta aqui é uma conversa que nós tivemos, inicialmente eu fui convidado pelo Erminio, da Secretaria da Fazenda para atender um pessoal do Banco PACTUAL que está tentando entre outras coisas aí a SANEPAR, A COPEL, fui chamado porque eles estavam querendo fazer uma realização fazer uma renegociação com o Banco em cima do CL... Bom eu pedi pra eles fazerem uma proposta.

Aldo - Porque não trouxe uma cópia para a Diretoria?

Nilton - Eu não trouxe mas eu posso pedir lá, peça para a Mirna a cópia da proposta do PACTUAL.

Alaor - Essa auditoria a ser contratada teria que ser paga pelo BANESTADO?

Nilton - Não. O que está escrito aqui em baixo. O que acontece...

Aldo - Exponha, exponha.

Nilton - Então o Banco PACTUAL, em associação como a GLOBOSAX, estão propondo ao BANESTADO, um processo de.... para contrair dívidas na Carteira de Inadimplência, através de análise desse crédito que será feito diretamente nos nossos arquivos, por empresa de auditoria a ser contratada por eles para compilação e avaliação bancária. O que é que eles querem com isso: duas alternativas, 1 gerir os nossos ativos difíceis, os nossos créditos inadimplentes, e essa gestão ela pegaria desde a inadimplência, passaria para eles e eles iriam atrás da recuperação, primeiro numa recuperação extrajudicial, não logrando o intento, passariam a utilizar os advogados daí pra judicialmente, para buscar o devido. A remuneração deles, isso aqui é depois no futuro que vai receber, se aprovado em forma de cascata, eles inicialmente estão, nos falaram em termos de valores mínimos de operação da ordem de R\$ 500.000,00. O que é que eles querem na realidade, fazer uma análise dos nossos créditos e em cima dessa análise duas propostas. Uma de compra desses créditos, que seriam créditos compensados pelo Banco, Créditos em CL e outra de administração da recuperação desses recursos. Então é uma forma de terceirização que já usada de acordo com eles e que a gente vê também em jornais e revistas aí, que é bastante usada na Europa e nos Estados Unidos e tudo, e pelos grandes bancos. Eles não cuidam mais da inadimplência. Então eles passam para terceiros e é o que eles estão fazendo aqui. Quando nós recebemos o pessoal, o Diretor deles, conversamos, escutamos e qual é a nossa proposta: a nossa proposta é que seja autorizado pela Reunião de Conselho, pela Diretoria, que nós demos prosseguimento aos entendimentos no sentido da contratação da auditoria, porque a contratação da consultoria está escrito aí, respondendo uma pergunta do Alaor, se nós concordarmos com a negociação com eles, lá na frente o que vamos fazer para Reunião de Diretoria para aprovar ou não, que eles pagam a auditoria. Caso contrário, nós pagaremos, logicamente que o valor já previamente estabelecido. Então o que é que nós trazemos aqui hoje para aprovação da Diretoria, e o nosso parecer é favorável disso daqui, é que nós possamos, a DIRCO de comum acordo com a VIPRE, continuar as negociações com eles, qual seja, o restabelecimento da contratação, não por nós e sim por ele, porque nós teríamos problemas com a 8666, não é? Eles contratam a Empresa, trazem aqui internamente para fazer esse levantamento, nós já temos basicamente levantado quase todos os dados que eles precisam das maiores operações, eles vão fazer rapidamente isso daí e dependendo disso, vai depender do preço que vai se pagar, e só uma coisa tem que

ficar clara aqui para a Diretoria, que ninguém vai autorizar a gente contratar, fazer ou fechar o negócio, vender os ativos nada, autorizar que seja feita essa dívida para depois, que a Diretoria decidir, etc.

Alaor - Você vai ater-se apenas ao cliente das grandes operação e as garantia em dívida

Nilton - Das propostas, dos contratos estão bem informados.

Alaor - Só Isso?

Nilton - Só.

Alaor - Não vai entrar no mérito como foi aprovado?

Nilton - Não, absolutamente, absolutamente.

Alaor - Porque daí ia abrir demais o Banco pra eles.

Nilton - Eles assumem, inclusive tem aqui as propostas deles, eles assumem por escrito o compromisso da confidencialidade, aquela coisa toda que agente sabe.

Dalledone - Se o Banco não fechar contrato com eles, o Banco vai ter de pagar a consultoria, estar infligindo da mesma forma a 8.666.

Nilton - Não, porque vai passar por esse processo aí de aprovação, não vejo problema nenhum, porque não teria como a gente fazer uma licitação pra ele.

Aldo - Eu tinha pedido quando nós fizemos nós tivemos lá rápido com eles, uma relação de algumas instituições financeiras que já fizeram, não sei se já fizeram, não mandaram ainda?

Nilton - Não, mas eles, eu recebi naquela reunião que nós fizemos eles tem bastante empreendimentos no México não é? Estados Unidos bastante.

Aldo - Está começando agora.

Nilton - Falaram que estavam com processo semelhante mas não tinham ainda.

Alaor - Falaram que não teriam como devedora, agora em teto máximo eles falaram?

Nilton - Máximo não. Eu li, fiz questão de colocar aqui, mas depois de uma conversa inicial, ele diz não.

Alaor - Quer dizer que se nós levarmos uma relação de R\$ 300, 400 milhões pra eles.

Nilton - Só que eles vão colocar um preço, vão analisar, contrato por contrato, de 30,40,50, depende das garantias, da situação econômica.

Dalledone - Esse é recebível, esse não é, esse eu não quero, né?

Nilton - Não, e daí isso tudo eles saber o andamento processual, que nós já levantamos eles querem saber a formalização do contrato que já foi feito, as garantias que estão feitas e constituídas na empresa, então você pega um penhor mercantil que não existe.

Aldo - Nilton, pelos nossos belos olhos eles não vão fazer, acredito que eles vão querer levantar aqueles créditos que são mais convenientes e fáceis de recuperar, sabe o que nós também podemos fazer?

Nilton - Não, mas nós temos uma, eu levantei ali já dentro dessa ótica mais ou menos umas 50 pastas de clientes, o que é que acontece? Então vamos pegar JOÃO JOSÉ ZAC ou MIGUEL ZAK, a dívida é perfeita, temos garantias, já estamos brigando com eles morreu esses tempos aí, a 5 anos ou mais.

Ricardo - O JOSÉ MIGUEL ZAK, o objetivo deles não é receber créditos, não, eles querem me comprar créditos.

Nilton - Sim querem comprar ou administrar, certo?

Ricardo - O objetivo maior deles é ficar com os créditos prá ele e prá Leasing, pra abater no Imposto de Renda lá no outro lado.

Alaor - Não, eles fazem isso também, mas aí é que está.

Ricardo - Vender crédito pra Banco, pra negociar, tudo. Compra por R\$ 20 mil ele vai lá no BRADESCO e vende por R\$ 100 mil e o BRADESCO joga lá no CL dele por, R\$ 100 mil está tudo perdido. Você acha que Banco Americano vai fazer, flor?

Nilton - Não, mas aí veja bem.

Ricardo - Faz prá render, mas o resto é prá vender o podre, pagar Imposto de Renda.

Nilton - Mas nós vamos vender só os que nos interessarem.

Ricardo - Lógico, vamos vender o que nos interessar e eu sou favorável. Agora vamos vender o que nos interessar, não o que interessar prá eles.

Nilton - Claro, claro.

Ricardo - Esse SÃO JORGE aí pode vender pra eles, nós não vamos receber nunca isso mesmo. É isso que eles querem, eles pegam pelo valor cheio pagam aí R\$ 3 milhões, vendem pro BRADESCO por R\$ 5 milhões, o BRADESCO entope lá, não paga Imposto de Renda, outra parte jogam na Contábil, se eles puderem receber eles recebem também.

Aldo - Está em discussão o assunto da proposta do Nilton Mariano, sobre *Due Diligence* para o BANCO PACTUAL está terceirizando a venda com gestão terceirizada dos créditos problemáticos do BANESTADO. Eu queria a opinião dos Diretores, um por um. Por favor Senhor.

Alaor - Eu sou favorável, condicionado realmente àquilo que o Ricardo falou, nós vamos escrever quem é quem na relação de créditos possíveis de venda, receber os créditos. Reservamos aqueles piores e vamos ver se eles aceitam o risco.

Ricardo - E aceitamos propostas também, né?

Alaor - Por quanto, aí chega a hora .

Aldo - Mas nós não estamos decidindo isso, nós estamos aqui a contratação da *Due Diligence*

Alaor - A contratação da *Due Diligence*.

Aldo - Porque simplesmente eles não vão nos dizer nada enquanto não fizer a contratação.

Alaor - Agora nós não sabemos quanto que custa *Due Diligence*. Então nós queremos saber.

Nilton - Eles vão pagar. Mas se nós na seqüência não fecharmos o contrato ou de venda ou de gestão daí nós temos que pagar. Isto está escrito na proposta deles, só que também está escrito que eles nos vão nos dar ciência previamente do valor da *Due Diligence*, quer dizer, nós, o que eu tenho aqui para o Colegiado, é que autorize VIPRE com a DIRCO para dar seqüência nessa negociação e deixando bem claro que não vamos negociar nada sem trazer para o Colegiado.

Batata - Apreciação do Colegiado para a aprovação.

Alaor - Eu acho que estou de acordo com isso daí.

Batata - Aqui está dizendo que basta "o processo para a contratação do serviço, acontecerá de comum acordo com a VIPRE e quando concluir será levada à apreciação do Colegiado para aprovaç

Nilton - Exatamente.

Batata - Quer dizer, não vai se decidir nada.

Nilton - Não, não.

Aldo - Vamos decidir se...

Batata - Se há contratação ou não. Não as vendas.

Nilton - Sim, negociar a agilidade do processo. Eles estão telefonando querendo saber como vai o caso.

Alaor - O processo pode dar andamento até a hora da contratação da *Due Diligence*? Na hora que se tiver o valor da *Due Diligence*, remeter ao Colegiado para a venda.

Paulo - Uma sugestão uma contra proposta do que eles fizeram. Como as de risco, mostra pra eles e se eles tem interesse, talvez esse risco eles não assumissem, porque se a gente não aceitar eles vão dar porcentagem em cima disso aí. De repente, vamos rachar o risco aí, do que ficar só pra nós. Com risco de ele apresentar recurso ainda.

Tadeu - Pelo menos metade.

Aldo - O Senhor sabe quais seriam os valores?

Alaor - Vai depender do número de processos que você entregar a ele.

Nilton - Mas eu acho que não é muito, só pra dar um referencial; eu vou dar três exemplos. No MOINHO SÃO JORGE, está saindo por R\$ 450 mil, mas daí uma auditoria completa na Empresa toda, aqui nós vamos auditar alguns processos que vamos dar pra eles verem para discutir.

Aldo - Então vamos modificar a proposta seu Nilton Mariano. Modificar no sentido o seguinte: autorizando a área da VIPRE e da DIRCO, a dar continuidade às negociações dentro do que foi ouvido aqui: primeiro, questão de custo dessa *Due Diligence*, questão de créditos bons, que poderiam ficar com créditos ruins também, , e o período de tempo de demora, abrangência da *Due Diligence*, daí então nós tomamos a decisão, traz novamente a Reunião da Diretoria para apreciação.

Nilton - Isso aí está mais ou menos dentro do contexto aqui que nós explicamos, nós ficamos, fazemos, damos continuidade ao processo e assim que tivermos alguma coisa mais concreta, nós submetemos a apreciação da Diretoria.

Aldo - Muito bem.

Galvão - Nós não estamos gastando um tostão nesse processo, por enquanto.

Nilton - Nada. Absolutamente nada. Ninguém vai ser contratado a auditoria antes de trazermos isso aqui para a Diretoria.

Aldo - Então nessas condições está aprovada. Operações a serem analisadas, quem tiver alguma coisa... Qual é a dúvida?

Batata - Jamais foi discutido dessa maneira aqui, juros trimestrais na carência, garantias constantes na proposta, hipoteca e para completar os 120%, a Empresa poderá oferecer as garantias durante o prazo de carência.

Aldo - Está em discussão.

Alaor - Eu sei que alguns diretores aqui tem falado inconsistentemente dizendo olha, é um dinheiro que já está dado, portanto nós não podemos discutir o que é custo e o que não é. É tem razão, nós temos R\$ 4 bilhões em ativos que já foi dado e esses R\$ 4 bilhões em ativos está fora do Banco, foi dado, nós temos em ativos considerados ruins pelo Banco Central R\$ 1.786.000.000,00, e dentre esses ativos, não estão esses aí, não estão esses daí que, segundo o Banco Central não é bom. Então nós estamos fazendo uma composição por TBF "seca", o que representa hoje uma taxa menor do que o custo de captação que nós estamos tendo.

Batata - Com Certeza.

Alaor - Então é isso que eu quero que fique registrado. Eu entendo o problema da sociedade hoje, os empresários não estão pagando, existe um crise de inadimplência, então tudo isso pode ser conciliado quando da aprovação de uma rolagem de uma dívida. Agora, neste caso e nos outros que certamente virão aqui em função deste, nós estaremos trocando 6 por 5. É isto que está acontecendo e mais, nós estamos alongando o perfil da dívida do cliente, enquanto a nossa está ainda no curto prazo e nós não temos fôlego de alongar o perfil. Era só essa observação que eu queria que os Senhores tivessem ciência...

Batata - E Você?

Alaor - Que nós não estamos fazendo renegociação abaixo do custo que está sendo. E

eu entendo também, que esse dinheiro não está na conta como todo o nosso ativo já está. São R\$ 4 bilhões que nós temos.

Ricardo - Me dá licença.

Aldo - Não, só pra terminar a Ata.

Ricardo - Não, eu quero fazer uma observação.

Aldo - Senhores tem uma, vamos fazer uma reunião só.

Ricardo - Concordo com o Alaor, não se fala em custos. O problema é o seguinte, nós estamos numa crise brutal, hoje ninguém está pagando, está danado. Ou você joga esse "troço" para CL, ou você compõe para receber. Hoje a crise é brutal. Eu nunca quis falar do caso da CIDADELA porque eu estou vendo que já faz oito meses que essa "merda" está rolando aí, faz oito meses que está rolando essa "porra" aí. E joga pra cá, joga pra lá, como eu já trabalhei na CIDADELA eu nunca falei, mas agora eu vou falar. Agora pega os contratos da Caixa Econômica com a CIDADELA, será que a Caixa Econômica é burra, pega o contrato do Banco Central com a CIDADELA, agora se uma empresa com dificuldade nós temos que salvar, agora quando você vê o nosso está aí. Quantos anos a Caixa Econômica deu para a CIDADELA, 10 anos.

Batata - Foi trazido aqui na reunião da Diretoria TR + 1.

Ricardo - Quantos anos o Banco Central deu para a CIDADELA? E ainda abriram uma linha de crédito de R\$ 12 milhões de reais. Não é só o caso da CIDADELA, é o caso de muitas delas. Então vamos conhecer o histórico da operação, como o histórico da XINGU que eu vou repetir pra vocês na hora da votação. Quem é que "entocou" o pepino da XINGU. Foi o nosso sócio majoritário. Então nós temos duas decisão, ou nós jogamos pra CL, ou pra salvar o nosso.

Alaor - Eu entendo o que você está falando, realmente com a inadimplência, ocorre o que está ocorrendo agora.

Ricardo - Agora todos os bancos estão pagando isso agora. Só que nós estamos mais "fodidos", nós estamos indo buscar no mercado.

Alaor - Na verdade o que ocorre. A Caixa Econômica, a captação dela é poupança, é recurso do Governo, quer dizer, ela tem um funding.

Ricardo - A Caixa Econômica tem o recurso do Fundo de Garantia.

Alaor - Mas ela tem um funding, ela tem funding muito mais barato do que o nosso. Agora eu me recorro a Caixa Econômica quando eu não consigo pegar mais dinheiro no Banco Central. Sabe quanto eles cobram? 4% ao mês. E nós estamos cobrando 2%.

Ricardo - Eu concordo com você. Nós estamos "fodidos", nós temos que buscar, mas se nós não formos atrás pra receber, nós vamos ficar mais "fodidos" ainda. Pode gravar essa "porra" é bom que o Governo tem que ouvir, porque tem também, então nós vamos ficar mais "fodidos" ainda.

Ricardo: Eu não estou falando em questão de sexo, eu estou falando em questão de tudo...

Aldo - Eu sei que tudo o que você fala é procedente, eu estou sabendo.

Ricardo - Como nós estamos "fodidos", então nós temos que buscar, agora eu vejo aqui, mandam fazer composição, com 30% do valor da dívida, coisa pequena. Coisa grande todo mundo se "borra" de medo. Porque é CIDADELA porque é DM, porque é XINGU, porque é não sei o que. Eu tenho que decidir a operação de R\$ 50,00 com a, eu vou receber.

Nilton - Isso Alaor, nós não estamos renegociando R\$ 4 bilhões, nós estamos renegociando 3 ou 4 operações.

Alaor - E vai ter que renegociar R\$ 1.786.000.000,00.

Nilton - Não tem problema, nós vamos partir pra isso também, já que foi concedido errado.

Alaor - Se dentro desse R\$ 1.786.000.000,00, se dentro desse R\$ 1.786.000.000,00, nós sempre perdemos 6 para receber 5, pra onde que esse Banco vai?

Nilton - Para a "merda".

Ricardo - Mas Alaor veja, o caso do MOINHO SÃO JORGE. Foi dado R\$ 7.094.000,00 para o MOINHO SÃO JORGE, com garantia do trigo, o trigo desapareceu. Nós temos que ir atrás. Quanto foi dado lá em Umuarama, ninguém fala que é o dobro da dívida de todas essas aí, SOALGO e ALGOESTE.

Ricardo - Sumiu tudo.

Alaor - Nós vamos ter outras, você falou DM, nós vamos ter outras que não vai fazer por mais TBF. Porque nós fizemos a TBF para a CIDADELA. A XINGU, porque isso aqui cinco minutos depois o Sr. RACHED sabe que passou a CIDADELA, ele sabe, tranquilo.

Batata - Então todos os outros empreiteiros vão saber.

Alaor - Mas todos, todos vão saber e aí nós não vamos ter que, e mais, penhor de máquinas de R\$ 1.900.000,00 do RACHED, mais hipoteca R\$ 700.000,00 e aqueles recebíveis que ele tinha onde é que está? Está faltando, some no meio do caminho.

Alaor - Vamos falar da XINGU.

Ricardo - Dá licença, posso contar uma historinha para vocês aqui. O único que acompanhou aqui seu Marquesini, em 1983 eu entrei no Banco estava sentado toda essa mesa aqui, e daí teve um Diretor novo que disse, executa todo mundo, põe no pau todo mundo, daí o seu Valmor Pícolo estava ai que era Assistente Financeiro lá ligou, qual é o Patrimônio Líquido do Banco? 30 bilhões de Cruzeiros. Quanto esses caras devem? 40 bilhões. Ele disse nós vamos quebrar o Banco, e nós viemos devagarinho, recebendo a conta de todo mundo, emprestou mau, vocês me desculpem, tem que beliscar devagarinho. O Sr. RACHED pegou um milhãozinho? Então vamos tomar um milhãozinho dele.

Batata - Recebemos R\$ 1.905.000,00, e ele quer dar R\$ 1 milhão.

Ricardo - Nós tínhamos aqui a HD, era a maior devedora do Banco do Estado. Eu passei a mão fiquei 4 anos recebendo deles. É, antes do CR Almeida.

Batata - Então veja bem só pra complementar, viu Ricardo?

Ricardo - Deixa eu falar, Batata. O negócio é o seguinte: Tudo isso aqui, o papel é muito bonito, é muito bonito, pega uma "porrada" de porcaria desse "troço" que não pode fazer não sei o que, que não pode fazer não sei o que, e não recebe nunca, nunca recebe entende? Então o "troço" não está funcionando. Agora o cara tem um milhão, deve 20 milhões, vamos buscar um milhão dele. O que acontece? Vamos contar, quem é que sabe, como é que foi feita a dívida do RACHED. Alguém conhece aqui? Então eu vou contar pra vocês.

Alaor - Mas só deixa eu dizer um negócio pra você. A última negociação que você estava aqui, você sabe disso. Era uma obra emergencial e ele ia pagar R\$ 2.300.000,00 milhões, tinha uma procuração. Só que de repente, de repente essa procuração...

Ricardo - O problema é que os que devem pra nós, são mais malandros que nós e nós "chupamos o dedo" nós enchemos de parecer e ninguém decide "porra" nenhuma.

Alaor - Então na verdade o que é que aconteceu. Ele devia R\$ 2.300 milhões e tinha que pagar R\$ 2.300 milhões, porque tinha procuração, de repente o órgão que vai fazer o pagamento, não aceita a nossa procuração e ele recebe via BRADESCO.

Ricardo - Eu sei, o que é que houve. O seu José Richa chegou para o Jayme, o Jayme Lermer perguntou seu José Richa o que é que o Senhor quer. Eu quero que o Senhor dê a Estrada COPEL para o Seu RACHED. Perfeitamente, está aqui, está dada. O seu RACHED foi na Leasing tomou não sei R\$ 4 ou R\$ 5 milhões de reais, e sabe quanto tempo depois foi encontrado, depois de 3 anos foram dar o contrato prá ele, 3 anos depois. Ainda aconteceu o seguinte o Senhor Governador pensou que estava assinado, e assinaram o contrato de outro Estado lá na coisa. Então o homem quebrou. Eu não estou defendendo ele estou defendendo, vamos receber. Como nós recebemos no período do Governo do Richa, e vou dar um exemplo prá vocês da HD. HD naquela época devia US\$ 5 milhões de dólares, que se multiplicar hoje vai para US\$30 ou 40 milhões de dólares.

Aldo - Terminou Senhor Ricardo?

Ricardo - Não, não, eu quero explicar para eles entenderem. Tem cara mais malandro que a HD. Você conheceu o Alaor. O cara dava nó em pingo d'água, e nós recebemos praticamente tudo dele.

Alaor - O fato é o seguinte. O que está acontecendo no caso dessas empresas. Eles vêm aqui e sabem qual é a nossa fraqueza. Eles vêm aqui acompanhado dos nossos ex-colegas.

Alaor - Eu não sou contrário à composição, eu não sou contrário, agora veja...

Ricardo - Não é composição, você olha um monte de troço aqui, o cara fica sentado atrás de uma mesa sem experiência nenhuma.

Aldo - Senhor Batata, por favor, leva para o Comitê I, e decida primeiro no Comitê I. Está bom?

Batata - Vamos retirar de pauta.

Aldo - Mais alguma coisa ou não, Dr. Ricardo? Eu gostaria que os Diretores das Empresas do Conglomerado, alguma coisa? Não tem nada para contar para nós? D. Daros, nada?

Daros - Nada.

Aldo - Fundação?

Tadeu - Somente que amanhã nós faremos uma Reunião da Diretoria tem uma coisa boa.

Aldo - Tem. Amanhã, Senhores, a diretoria aqui reunida, está convocada para as nove horas da manhã, o Presidente convocou junto com o Secretário da Fazenda virá aqui para fazer uma reunião conosco. Então quem tiver compromisso, por favor cancele, porque às nove horas da manhã temos uma reunião aqui, com o Secretário, todos do Conglomerado certo?

Ricardo - Eu não posso vir.

Aldo - Está convocado, se Senhor não puder vir.

Ricardo - Quer que traga atestado médico?

Aldo - Não, não precisa, mas manda alguém da área, seria interessante. Bom, eu acho que é só isso, eu só queria comunicar os Senhores que nós fizemos uma reunião na sexta feira, isso é importante que os Senhores saibam, com os integrantes dos PABs que atendem que atendem os funcionários públicos. Estiveram lá o Senhor Cequinel, os dois Regionais de Curitiba, os três gerentes das agências Bacacheri, Centro Cívico e Comendador, nós convocamos, desculpe, o Batata saiu-se maravilhosamente bem na reunião, gostei muito. Nós reunimos, mandamos convites para 55 funcionários, convite não, uma convocação, e compareceram 29. Então como vinte e poucos deixaram de comparecer, nós estamos marcando uma outra reunião, para mostrar pra eles como é importante a participação, porque? Porque dos 215 mil funcionários públicos que existem, nós não temos nem 10%, e os outros bancos, já foi apresentado aqui, os Senhores tem conhecimento, estão abocanhando uma fatia de mercado que é nossa. Que nós fazemos o mais pesado, que nós fazemos o mais difícil, eles vem e colhem isso nas nossas barbas. Então nós estamos primeiro tentando melhorar o serviço, porque o serviço do PAB, muitos funcionários públicos se queixam da prestação de serviço, nós vamos fazer uma reunião com os PABs que atendem a COPEL, a CELEPAR, a SANEPAR, e a Secretaria de Educação também, que é fora daqui do eixo Centro Cívico, começar com um impacto maior. E fui informado que é a primeira reunião que foi feita com os funcionários do Estado. Eu também fui informado de um fato que me deixou até preocupado, porque de um certo aspecto é engraçado, que o critério de escolha de quem vai para o PAB é incompetência, incapacidade, insubordinação. Então nas agências, é verdade isso, não é brincadeira. Nas agências o que tem de, quando é o pior da agência, o gerente diz, não, vai lá para o PAB. Muito obrigado Senhores todos e até amanhã as 9 horas.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.**REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 17.03.98****MARÇO DE 1998**

Aldo - Tem alguma referência descrever na Ata, se tiver alguma, objeção, inclusão, alteração, exclusão, e de qualquer forma...

Paulo - Página 15.

Aldo - Só um minutinho.

Alaor - Eu teria aqui na página 2.

Aldo - Só um instantinho Diretor, eu estou vendo algumas alterações solicitadas pelo Senhor Presidente.

Valdemar - Bom Dr. Aldo, o assunto aqui é o PDV que nós ainda não temos ele aprovado, aprovamos aqui na plenária mas faltou a aprovação do Secretário do Conselho da Administração, mas existe um estudo sobre a incidência ou não do Imposto de Renda sobre o PDV.

Aldo - Parece que essa é a primeira vez que estamos lidando com o PDV no Banco?

Valdemar - Não, não mas é aquele.

Aldo - Não houve outros casos de PDV?

Paulo - É um dos casos.

Valdemar - É só que veio Dr. Aldo aqui, deixa eu dar uma lidinha, nós vamos entender aqui: "Aprovar a não tributação"

de Imposto de renda sobre os três salários pagos ao PDV No caso os três salários nós não tínhamos nos anteriores. Esse é um benefício que está sendo para esse PDV.

"Deixando o Plano do desligamento Voluntário mais atrativo e estimulando uma maior adesão. Justificativa: em consulta feita à DICON, Gestão Fisco Tributária, perguntando sobre a incidência de Imposto de Renda, sobre a verba 130/131, Incentivo de Desligamento Voluntário. Há entendimento doutrinário que a verba tem natureza remuneratória e sobre o seu pagamento deverá incidir o Imposto de Renda. No entanto, conclusão do parecer recomenda a não tributação,

alegando a existência de várias jurisprudências sobre a matéria que consideraram a refer verba como sendo de natureza Indenizatória e que portanto sobre tais valores não incidem Imposto de Renda Pessoa

Fí

E aqui tem a posição da Controladoria na questão tributária com diversos pareceres inclusive do Superior Tribunal de Justiça.

Aldo - Parecer? O Superior Tribunal de Justiça não dá Parecer, ele da a decisão.

Valdemar - Decisão. Obrigado. Então aqui na página 1.2 aqui o recurso especial no 2º parágrafo: "Do Superior Tribunal de justiça,
instância final competente para apreciar a matéria,
extraímos
as seguintes decisões unâimes da
1ª

turma". Então em todos eles aqui, eles são, eles consideram não tributário de fato. Então a nosso, isso aqui corresponde 25% aproximadamente de desconto de Imposto de Renda sobre esses três salários. A intenção era deixar isso aí conforme esse ponto de vista, isento do recolhimento do Imposto. Se por um acaso tivermos problema tem aqui no último parágrafo da página 1.3, "Caso seja de interesse da Diretoria tomar o incentivo mais atrativo ao quadro funcional, inobstante o entendimento doutrinário desta Gestão Fisco-Tributária e a legislação em vigor, opinamos pela não tributação da verba. Se formos autuados pela Receita Federal, iremos buscar amparo judicial utilizando os mesmos argumentos que estão se consolidando na jurisprudência"

Aldo - É que esse assunto, é novidade na...

Valdemar - Os três salários não é Dr. Aldo?

Aldo - Não, mesmo que a lei fale da necessidade da obrigatoriedade nos pedidos de Imposto de Renda, face desse julgamento o pessoal da área está achando que nós, tem um parecer que nós não devemos independer Imposto de Renda sobre, é isso?

Valdemar - É isso. Porque torna mais atrativo para o pessoal que aderiu.

Aldo - Os Senhores Diretores entenderam o assunto, tem alguma coisa a acrescentar?

Alaor - Na minha opinião é que devem deixar sem a Tributação.

Valdemar - É tem amparo.

Aldo - Quem estiver de acordo permaneça como está Ok? Aprovada.

Gabriel - O PDV já está aprovado, não né?

Aldo - Não só os termináveis. Vamos, todo o dia assim porque o Secretário Giovani está chegando de viagem hoje, aí eu vou conversar com ele para decidir

Valdemar - Está terminado viu Dr. Aldo, praticamente todo ele está estruturado, talvez é uma questão, uma vez aprovada pelo Conselho...

Paulo - Deixa eu só fazer uma pergunta na questão do PDV, nós temos prazos de validade daquele concurso para que as pessoas se apresentarem, você tem até dia 13 de abril.

Valdemar - Não, a contratação está ocorrendo, esse que é o meu medo, porque veja, nós assumimos informalmente o compromisso de as coisas irem meio páraelas, nós estamos fazendo a nossa parte que é a contratação, inclusive já foi convocado já estamos decidindo todos os critérios, a contratação está ocorrendo.

Aldo - Seu Valdemar está com a palavra.

Valdemar - Vamos lá. Bom aqui: "Empregados à Disposição da Associação Banestado". Esse assunto parece-me que teria sido tratado, o Edson havia conversado com o Presidente." O Banestado atendeu a um pedido da Associação Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação, sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97. Os empregados abaixo relacionados estão atualmente prestando serviço à A.B.O. Banestado tem um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe total de R\$ 38.129,39, base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os resarcimentos dos valores devidos pela Associação Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam à disposição

de 180 dias acima citado, ou seja, 12/12/97, encontra-se pendente até a presente data.

Proposta da

Associação:

A

associação

solicita a

manutenção

da

liberação

dos empregados até dezembro de 98, comprometendo-se a efetuar os resarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de

março,

através de

dedução

dos créditos referentes ao contrato de

utilização

das

instalações

da colônia de férias de Praia de Leste. Quer dizer, a Associação tinha pedido que fosse descontado essa despesa desse pessoal daquele recebimento que ela tem do aluguel das instalações do Faxinal do Leste lá.

Nilton - Só uma dúvida aqui, esses elementos elencados, aqueles funcionários elencados consta também o MILTON TREIN, e o MILTON TREIN é aposentado.

Valdemar - Ainda não, está na boca aí, está na lista dos 180.

Batata - Essa lista vai sair.

Alaor - Eu não entendo porque que a Associação não paga de dezembro do período de dezembro pra cá?

Valdemar - Não tem dinheiro.

Alaor - Desconta agora que nós temos que pagar aí.

Valdemar - Aí me parece Alaor que teve uma conversa prévia com o Presidente sobre isso.

Alaor - Ah, bom.

Aldo - Aqui tem duas coisas, primeiro lugar, na minha opinião eu acho que deveria, se for por 180 dias deveria considerar o término em 12/12/97, cõmeça por aí. Outra coisa, eu não sou muito favorável a essa vinculação aqui, não sei, só o Diretor Administrativo podem nos informar, se é possível fazer esse encontro de contas isso não é meio anti-ortodoxo. Eles estão propondo aqui de deduzir inclusive aquilo que está sendo pago no valor do resarcimento, é uma dívida engraçada.

Valdemar - Tem que pagar e receber. A bem da verdade, quer dizer, não é necessariamente de forma contábil, esse dinheiro que vem, o dinheiro que vão receber pagar.

Alaor - Credita numa conta e debita.

Paulo - Só como experiência tem que fazer como credita e debita no mesmo dia. Se ficar para cobrar, não vai receber nunca mais.

Batata - Até porque ele está dizendo que a partir de março.

Alaor - Tem que creditar primeiro...

Aldo - Porque?

Alaor - Senão a conta fica descoberta. Fica depósito, adiantamento a depositantes.

Aldo - Ah é?

Alaor - Sim, eu não sei quanto eles têm na conta.

Valdemar - Sim, sim, não deve ter saldo R\$ 30 mil sobrando lá fazendo média. Com certeza, por isso é que pedi que fosse debitado concomitante.

Alaor - Quando sai o pagamento dele? Desses acertos?

Valdemar - É está na segunda folha.

Paulo - O Contrato está sendo administrado pela DIRHU?

Valdemar - DIRHU.

Alaor - Agora, tinha algum acerto com o Presidente?

Valdemar - Veja, a bem da verdade teve. Teve todo aquele problema de mal estar que aconteceu com a Associação daí um dia o MILTON TREIN esteve aqui conversou com o Presidente eu e o Edson participamos da conversa, o Presidente falou que até ia fazer o Faxinal do Leste até para dar uma força no sentido, o MILTON disse que ficou sem dinheiro, então existiu uma conversa antes.

Aldo - Então você assistiu a conversa?

Valdemar - Veja bem, eu assisti essa conversa agora a última em que o Edson ia, me pediu pra pautar isso que ele havia tratado com o Presidente, eu não participei, com o MILTON ficou acertado isso aqui. Tanto eu, apenas eu gostaria de estar, eu gostaria que o Presidente estivesse.

Aldo - Então vamos tirar de pauta.

Valdemar - É melhor né?

Aldo - Você retira de pauta e deixa para próxima reunião. Eu acho que isso aí não tem tanta urgência. Mas grave bem o que o Alaor deixou para dizer depois na próxima reunião. DIRCO. São Jorge, o Senhor Nilton Mariano.

Nilton - INSDÚSTRIAS REUNIDAS SÃO JORGE. São Jorge é uma daquelas composições de leasing, que nós realizamos a dois ou três anos atrás, que já estavam em CL e CCP e nós fizemos alteração. Quando nós fizemos essa ativação dessa operação a dois ou três anos atrás uma parte dela foi garantido com precatório, garantia adicional, precatórios alimentares do advogado da CR Almeida, lá...

Batata - Luiz Alberto Machado.

Nilton - Então por isso é que está com, como vocês podem ver lá tem três operações. Duas sem garantias de precatórios e uma com garantia de precatório. As duas operações que estão sem garantias de precatórios elas tinham originalmente a garantia de trigo, penhor de trigo que obviamente não existe. A execução em cima dele pra botá-lo na cadeia por infiel depositário, por falta do penhor foi derrubado em juízo, porque o trigo, era o meio de funcionamento da própria indústria então foi em juízo e caiu. E no transcorrer das negociações, agora o maior credor deles é o BANESPA, uns R\$ 60 milhões aproximadamente e o BRADESCO que capitaneou uma negociação de todos os Bancos e coordenando um pool de Bancos que a semana passada na terça-feira nós fizemos uma reunião em São Paulo, para ver de que maneira que a gente vai conduzir daqui para frente. Está sendo feito, o Dr. Aldo sabe disso há uma auditoria através da TREVISAN, dentro do MOINHO SÃO JORGE para determinar condições, prazos e valores que poderão ser acordados com o pool de bancos, que vai envolver as debêntures, participação societária, e uma série de coisas. Essa auditoria vai ficar pronta no prazo de 120 dias com a proposta; 90 dias para a conclusão da auditoria e mais 30 dias para uma proposta. Isto eu estou só historiando pra vocês como é que está o negócio. Está evidenciado já a necessidade de aporte de recursos de capital de giro, inicialmente se falou em R\$ 10 milhões, qualquer coisa assim, está se pensando em mais. Qual seria a participação dos bancos? Cada um dentro do percentual que é a sua dívida, o seu crédito, tá? Como nós temos. Aqui há um outro detalhe, a perfeição inicial da solução desse problema envolve prazos novos de 10 a 15 anos. Essa já foi um horizonte que a TREVISAN já deu inicialmente. Como nós temos a metade, pouco mais da metade da dívida, aqui consta R\$ 15 milhões de precatórios em garantia, mas o valor dos precatórios não é os R\$ 15 milhões, porque: porque a operação ECC vem sendo gravados com juros internos nossos e a garantia dos precatórios que é IGP + 1% ou + 0,5%, agora eu não tenho...

Alaor - 16% ao ano, deve ser 16% aa.

Ricardo - 12% + 6%, é 18% ao ano.

Nilton - 12% + 6% no caso da, quando há inadimplência, por parte do Governo.

Ricardo - Essa aí é 12% + 6%, TR +12 e +6% de juro compensatório.

Nilton - Isso depois que o Governo passa a ser inadimplente, digo para fazer o cálculo agora para fazer a conta de chegada. Então não vai atingir os 15. Mas a nossa proposta qual que é? Pegar esses precatórios como "dação em pagamento", esses precatórios tem uma característica por ser alimentar, considerado alimentar, porque é precatório do advogado a ser pago antes da dívida que originou esse precatório, ou seja, deve ser pago antes do CR Almeida. Primeiro paga o precatório do advogado e depois o titular da dívida. Qual que é a nossa intenção, e eu antes de trazer para os Senhores eu já conversei com o Dr. Aldo e conversei também com o Presidente; pra que a coisa, eu também não ia trazer uma coisa que não houvesse condições de aceitação. Expliquei para o Presidente que no caso de uma execução desta dívida, nós iríamos buscar a garantia que é o precatório. Então passaria a ser uma discussão ionóqua, porque o BRADESCO já está oferecendo esse precatório como dação parcial. Se os Senhores quiserem ou eventualmente eu acho que até poderia ser feito, para evitar esse ruído todo em cima do precatório, se for aprovado pelo Colegiado, levar para ter uma ciência do secretário viu Dr. Aldo.

Aldo - Não precisa levar para o Conselho.

Batata - Homologação do Conselho.

Nilton - Não, porque não atinge o valor né?

Ricardo - É bom, é bom.

Aldo - O que abunda não prejudica.

Nilton - Então iria para a Reunião do Conselho. Nós somos de parecer, ele é meio inferior a R\$ 15 milhões? Eu não tenho o valor exato disso aqui.

Alaor - Mas pegaríamos por 100%.

Nilton - Por 100%. Porque não tem o valor exato aqui? Existe uma normativa da vigilância do Tribunal da Justiça do Estado, estabelecendo que o critério, viu o Ricardo, não sei isso é válido para todos, um critério da correção dos precatórios que é a média entre a TR mais IGP dividido por 2 acrescido dos 6% + 12%, no caso. Então o Senhor vê que está sendo esclarecido e depois eu vou trazer o número correto disto daqui. Então o nosso parecer, é pegar o que nós temos como garantia de precatórios como "dação em pagamento", porque queremos receber isso bem antes dos 10, 15 anos, com garantia de rendimentos na ordem de 18% ao ano mais indexador, coisa que lá na negociação da dívida nós não vamos ter e mais ainda, diminuindo o aporte de capital de giro em cima da dívida.

Alaor - Esse precatório de que Estado que é?

Nilton - Do Paraná.

Alaor - Paraná?

Aldo - Tem três aspectos aqui, primeiro: comentou, não sei se isso está ocorrendo com

nos outros bancos, eles estão negociando talvez com debêntures, com participação acionária de outros bancos. Outros bancos?

Nilton - Todos.

Aldo - Pois é, aí é que está. Esses precatórios estão correndo risco amanhã do Banco Central, numa falha qualquer de pagamento, mandar provisionar isso?

Nilton - Eu entendo que não Presidente, Dr. Aldo. Entendo que não pelo seguinte: os precatórios são dívidas reconhecidas judicialmente do Estado. Está líquido e certo, não existe possibilidade de ação rescisória em cima, que perfeita e acabado. A questão de derrepente o Banco Central em função do não pagamento pelo Estado. Está orçado, mas o Estado não paga, passa para o orçamento seguinte, não paga, o Banco Central pode chegar e dizer vamos provisionar esse caso.

Alaor - O que o Banco Central fará sem dúvida, é nós teremos em ativo no Banco, e ele vai perguntar qual o valor de mercado. Então a diferença está aí gente. Se ele tiver uma perda de 50%, o lucro de 50% nós vamos provisionar.

Aldo - Porque que no nosso caso também não entra debêntures como está sendo com os outros?

Nilton - A diferença daí nós vamos compor com os outros bancos, com a participação societária e as debêntures.

Alaor - Mas isso quer dizer que a debênture também, pode sim, seguramente não será um bom ativo.

Nilton - Não será um bom ativo.

Alaor - Porque a debênture, deles mesmo?

Nilton - Deles mesmo.

Alaor - Quer dizer eles serão os devedores.

Agora só uma particularidade, aqui para esclarecer você, no que está sendo estudado pelo pool de Bancos que já está condicionado é o afastamento do BANRISUL. A participação na administração deles no Conselho, vai ser de 2/3 dele, 1/3 dele obviamente e 2/3 do pool de bancos, quer dizer ele vai ficar sem o poder de mando, isso aí está escrito.

Aldo - Qual o valor total da dívida?

Nilton - O valor total da dívida está em torno de R\$ 15 milhões.

Aldo - Não, não total que ele tem com os bancos.

Nilton - O BANESPA é na ordem de R\$ 60 milhões, nós estamos com R\$ 15 milhões o BRADESCO tem R\$ 19 ou R\$ 25 milhões, se não me falha a memória, e mais o Banco Rural, eu acredito que eu devia ter escrito aqui, não, não está, e o BOSANO mas o BOSANO já tinha feito a negociação. E tem mais o Banco do Brasil que não esta compondo aqui a negociação com o Banco do Brasil é um pouco diferente. O Banco do Brasil é detentor da hipoteca, através de uma série industrial, com o MOINHO e o MOINHO é a principal garantia principal do Banco do Brasil, vai ser inclusive, só que

hoje ele só garante o Banco do Brasil por um detalhe operacional. Porque a operação de ação judicial não prevê hipoteca em segundo grau, só que a dívida do Banco do Brasil é menor, o que é que vai acontecer com esse, com a dívida do Banco do Brasil? Fazendo, fechando esse, essa negociação global com o Moinho São Jorge, o BANESPA que é detentor de uma série de hipotecas menores, libera as hipotecas menores, aquelas que o Banco do Brasil precisa ter e o Banco do Brasil libera a hipoteca do Moinho e que isso daí vai cobrir.

Alaor - Agora a única garantia nossa é o precatório?

Nilton - Só. Nós tínhamos penhor de trigo em toda a operação e esse penhor de trigo não existe, e na justiça nós perdemos.

Aldo - Hoje nós estamos completamente sem garantia nenhuma.

Nós temos uma garantia do aspecto judicial que nós fizemos uma penhora e levamos à leilão na casa do Jorge Santos, a casa dele é muito grande e é composta por diversas matrizes. Então o advogado nosso identificou isso daí, depois penhorou algumas hipotecas, porque a casa que o cidadão mora, é penhorada, mas penhorou alguns lotes, tem um terreno tem a piscina dele, a garagem, a churrasqueira está penhorada. E isso daí já foi a leilão, vale R\$ 1 milhão. Então se nós executarmos ele novamente fica suspenso. Eles vão ter 24 horas para nos dar R\$ 1 milhão de reais para gente liberar essa fiança, essa arrematação, mas é R\$ 1 milhão só que, agora respondendo a sua pergunta, que é a garantida que eu diria em termos jurídicos quê nós temos.

Aldo - Fora isso mais nada?

Nilton - Nada.

Aldo - Bom aqui tem uma determinação do Presidente do Conselho e do Secretário Giovani que nós não podemos mais aceitar, só em caso excepcional e dado a excepcionalidade do caso eu acho, não sei, proponho que seja aprovado em Diretoria, eu vou submeter aos Senhores, que, mas que seja notificado isso daqui, essa história seja contada por inteira, porque assim como está aqui, está faltando o primeiro capítulo, que é o que exatamente o que você acabou de me dizer, que nós tínhamos penhor de trigo, o trigo foi, o rato comeu, aí nós tentamos, entramos com uma ação, perdemos a ação e hoje estamos sem garantia nenhuma.

Alaor - E o total da dívida.

Aldo - E o total da dívida.

Alaor - Não, não o total com o mercado.

Nilton - A gente pode dar um valor estimado e eu explico porque.

Aldo - Não, não precisa ser. Mais ou menos o do Banco, e levaríamos esse assunto para apreciação do Conselho, bem explicadinho para que na hora "h", o Celso Sabóia vai querer saber quantos anos o trigo tinha...

Nilton - Hoje à tarde eu trago a relação completa.

Ricardo - Vai na Reunião do Conselho explicar verbalmente.

Nilton - Não isso eu faço.

Aldo - Então eu queria submeter essa, por favor.

Marquesini - Dr. Aldo com respeito a essa questão do precatório estamos vivendo uma peculiaridade em participar, qual seja a própria recomendação por escrito do Secretário, cancelasse a operação com precatório de terceiros. Então eu só coloco como uma preocupação quanto o aspecto que desde que selada dada detalhada aos Senhores é de que a empresa com a qual nós não ocorreu a operação com precatórios, está nos acionando para aceitação dos precatórios, então talvez seja...

Ricardo - Porque você não aciona ele, a venda dos carros isso é estelionato.

Marquesini - Isso também está sendo feito.

Ricardo - Manda o cassete nele.

Marquesini - Isso está sendo feito. Então só coloco que inclusive a BLAM tem dois documentos e que eles incorporaram à ação com documentos internos, obtidos por vias nada ortodoxas. Porque como houve aquela determinação por escrito pelo Secretário de não aceitar precatórios de terceiros.

Nilton - Por isso que nós vamos levar ao Conselho, em que pese o valor não atingir.

Aldo - Qual é a tua preocupação?

Marquesini - Não, Dr. Aldo, eu só está fazendo um registro.

Aldo - Fazendo um registro.

Marquesini - De que realmente essa empresa poderá entender como precedente ou não.

Aldo - Precedente não gera direitos. Nós sempre estamos sujeitos a alguém nos acionar por alguma coisa e isso não pode exigir em um dia e tomar a decisão, eu acho que a Leasing é um caso, aqui é outro caso, tem que deixar bem claro que o Banco aqui está sendo, eu acho oportuna essa sua observação, só que no meu ponto de vista.

Dalledone - O Conselho pode até não aprovar né?

Aldo - Alguém quer fazer alguma...

Elio - Dr. Aldo, mas existe uma diferença, isso aqui já é garantia.

Galvão - A origem da operação é nossa garantia.

Elio - No outro caso lá que estão nos oferecendo precatório esse é o contrário já é garantia.

Aldo - Garantia de precatório. Já existe precatório.

Elio - Já existe. É bem diferente do outro caso.

Galvão - Daí nós renegociamos.

Elio - Exatamente.

Aldo - Bom de qualquer forma eu acho que convém mesmo que já tenha sido, que nós estamos transformando a garantia em dação de pagamento, está bom? Essa é a aprovação, e com o histórico todo.

Nilton - Aquele histórico todo eu faço e depois eu passo para os Senhores.

Aldo - Alguém tem alguma observação a fazer com relação essa operação?

Galvão - Eu acho que essa é uma dívida daquelas impagáveis, que não vão pagar nunca. Essa operação é de que Agência?

Nilton - É Nossa Senhora da Lapa, Álvares Penteado. É São Paulo né?

Galvão - O que entrar aqui é lucro. Isso é munição pronta para o Senador Requião.

Aldo - Porque munição, a operação foi feita na época dela.

Ricardo - O Senador Requião foi no Governo dele.

Alaor - Dação com garantia de precatório, na época dele.

Aldo - Então está bem assim?

Alaor - Mas a Diretoria é favorável?

Aldo - Pelo jeito é favorável.

Batata - Com homologação.

Nilton - Favorável na Diretoria, vai para Reunião de Conselho.

Alaor - Parecer favorável da Diretoria.

Aldo - Não, com a aprovação da Diretoria e depois ao Conselho para homologação.

Rodrigo - Dr. Aldo só como o Alaor falou, a título de legislação. Os precatórios no mercado informal tem 40% do valor de face.

Aldo - Quanto?

Rodrigo - 40%.

Batata - Mas também não tem comprador.

Alaor - Não resolve né Dr. Aldo, a observação que ele fez é válida porque o Banco Central quando verificar esse ativo ele vai pedir que a gente provisione 50%. Bom nós temos duas alternativas, provisionar 50% ou provisionar a operação toda, certo, porque nós não vamos receber mesmo. Está em CCP isso aqui né?

Nilton - Não isso nós ativamos.

Batata - Isso foi ativado em 96 se não me engano.

Nilton - Com a garantia dos precatórios vai funcionar?

Alaor - Vai Para CL.

Aldo - Alguém tem alguma coisa..

Aldo - Todos de acordo. Vamos passar para a segunda proposta da pauta.

Nilton - A segunda pauta aqui é uma conversa que nós tivemos, inicialmente eu fui convidado pelo Ermínio, da Secretaria da Fazenda para atender um pessoal do Banco PACTUAL que está tentando entre outras coisas aí a SANEPAR, A COPEL, fui chamado porque eles estavam querendo fazer uma realização fazer uma renegociação com o Banco em cima do CL... Bom eu pedi pra eles fazerem uma proposta.

Aldo - Porque não trouxe uma cópia para a Diretoria?

Nilton - Eu não trouxe mas eu posso pedir lá, peça para a Mirna a cópia da proposta do PACTUAL.

Alaor - Essa auditoria a ser contratada teria que ser paga pelo BANESTADO?

Nilton - Não. O que está escrito aqui em baixo. O que acontece...

Aldo - Exponha, exponha.

Nilton - Então o Banco PACTUAL, em associação como a GLOBOSAX, estão propondo ao BANESTADO, um processo de.... para contrair dívidas na Carteira de Inadimplência, através de análise desse crédito que será feito diretamente nos nossos arquivos, por empresa de auditoria a ser contratada por eles para compilação e avaliação bancária. O que é que eles querem com isso: duas alternativas, 1 gerir os nossos ativos difíceis, os nossos créditos inadimplentes, e essa gestão ela pegaria desde a inadimplência, passaria para eles e eles iriam atrás da recuperação, primeiro numa recuperação extrajudicial, não logrando o intento, passariam a utilizar os advogados daí pra judicialmente, para buscar o devido. A remuneração deles, isso aqui é depois no futuro que vai receber, se aprovado em forma de cascata, eles inicialmente estão; nos falaram em termos de valores mínimos de operação da ordem de R\$ 500.000,00. O que é que eles querem na realidade, fazer uma análise dos nossos créditos e em cima dessa análise duas propostas. Uma de compra desses créditos, que seriam créditos compensados pelo Banco, Créditos em CL e outra de administração da recuperação desses recursos. Então é uma forma de terceirização que já usada de acordo com eles e que a gente vê também em jornais e revistas aí, que é bastante usada na Europa e nos Estados Unidos e tudo, e pelos grandes bancos. Eles não cuidam mais da inadimplência. Então eles passam para terceiros e é o que eles estão fazendo aqui. Quando nós recebemos o pessoal, o Diretor deles, conversamos, escutamos e qual é a nossa proposta: a nossa proposta é que seja autorizado pela Reunião de Conselho, pela Diretoria, que nós demos prosseguimento aos entendimentos no sentido da contratação da auditoria, porque a contratação da consultoria está escrito aí, respondendo uma pergunta do Alaor, se nós concordarmos com a negociação com eles, lá na frente o que vamos fazer para Reunião de Diretoria para aprovar ou não, que eles pagam a auditoria. Caso contrário, nós pagaremos, logicamente que o valor já previamente estabelecido. Então o que é que nós trazemos aqui hoje para aprovação da Diretoria, e o nosso parecer é favorável disso daqui, é que nós possamos, a DIRCO

de comum acordo com a VIPRE, continuar as negociações com eles, qual seja o restabelecimento da contratação, não por nós e sim por ele, porque nós teríamos problemas com a 8666, não é? Eles contratam a Empresa, trazem aqui internamente para fazer esse levantamento, nós já temos basicamente levantado quase todos os dados que eles precisam das maiores operações, eles vão fazer rapidamente isso daí e dependendo disso, vai depender do preço que vai se pagar, e só uma coisa tem que ficar clara aqui para a Diretoria, que ninguém vai autorizar a gente contratar, fazer ou fechar o negócio, vender os ativos nada, autorizar que seja feita essa dívida para depois, que a Diretoria decidir, etc.

Alaor - Você vai ater-se apenas ao cliente das grandes operação e as garantia em dívida

Nilton - Das propostas, dos contratos estão bem informados.

Alaor - Só Isso?

Nilton - Só.

Alaor - Não vai entrar no mérito como foi aprovado?

Nilton - Não, absolutamente, absolutamente.

Alaor - Porque daí ia abrir demais o Banco pra eles.

Nilton - Eles assumem, inclusive tem aqui as propostas deles, eles assumem por escrito o compromisso da confidencialidade, aquela coisa toda que agente sabe.

Dalledone - Se o Banco não fechar contrato com eles, o Banco vai ter de pagar a consultoria, estaria infligindo da mesma forma a 8.666

Nilton - Não, porque vai passar por esse processo aí de aprovação, não vejo problema nenhum, porque não teria como a gente fazer uma licitação pra ele.

Aldo - Eu tinha pedido quando nós fizemos nós tivemos lá rápido com eles, uma relação de algumas instituições financeiras que já fizeram, não sei se já fizeram, não mandaram ainda?

Nilton - Não, mas eles, eu recebi naquela reunião que nós fizemos eles tem bastante empreendimentos no México não é? Estados Unidos bastante.

Aldo - Está começando agora.

Nilton - Falaram que estavam com processo semelhante mas não tinham ainda.

Alaor - Falaram que não teriam como devedora, agora em teto máximo eles falaram?

Nilton - Máximo não. Eu li, fiz questão de colocar aqui, mas depois de uma conversa inicial, ele diz não.

Alaor - Quer dizer que se nós levarmos uma relação de R\$ 300, 400 milhões pra eles.

Nilton - Só que eles vão colocar um preço, vão analisar, contrato por contrato, de 30,40,50, depende das garantias, da situação econômica.

Dalledone - Esse é recebível, esse não é, esse eu não quero, né?

Nilton - Não, e daí isso tudo eles saber o andamento processual, que nós já levantamos eles querem saber a formalização do contrato que já foi feito, as garantias que estão feitas e constituídas na empresa, então você pega um penhor mercantil que não existe.

Aldo - Nilton, pelos nossos belos olhos eles não fazer, acredito que eles vão querer levantar aqueles créditos que são mais convenientes e fáceis de recuperar, sabe o que nós também podemos fazer?

Nilton - Não, mas nós temos uma, eu levantei ali já dentro dessa ótica mais ou menos umas 50 pastas de clientes, o que é que acontece? Então vamos pegar JOÃO JOSÉ ZAC ou MIGUEL ZAC, a dívida é perfeita, temos garantias, já estamos brigando com eles morreu esses tempos aí, a 5 anos ou mais.

Ricardo - O JOSÉ MIGUEL ZAK, o objetivo deles não é receber créditos, não, eles querem me comprar créditos.

Nilton - Sim querem comprar ou administrar, certo?

Ricardo - O objetivo maior deles é ficar com os créditos prá ele e prá Leasing, pra abater no Imposto de Renda lá no outro lado.

Alaor - Não, eles fazem isso também, mas aí é que está.

Ricardo - Vender crédito pra Banco, pra negociar, tudo. Compra por R\$ 20 mil ele vai lá no BRADESCO e vende por R\$ 100 mil e o BRADESCO joga lá no CL dele por, R\$ 100 mil está tudo perdido. Você acha que Banco Americano vai fazer, flor?

Nilton - Não, mas aí veja bem.

Ricardo - Faz prá render, mas o resto é prá vender o podre, pagar Imposto de Renda.

Nilton - Mas nós vamos vender só os que nos interessarem.

Ricardo - Lógico, vamos vender o que nos interessar e eu sou favorável. Agora vamos vender o que nos interessar, não o que interessar prá eles.

Nilton - Claro, claro.

Ricardo - Esse SÃO JORGE aí pode vender pra eles, nós não vamos receber nunca isso mesmo. É isso que eles querem, eles pegam pelo valor cheio pagam aí R\$ 3 milhões, vendem pro BRADESCO por R\$ 5 milhões, o BRADESCO entope lá, não paga Imposto de Renda, outra parte jogam na Contábil, se eles puderem receber eles recebem também.

Aldo - Está em discussão o assunto da proposta do Nilton Mariano, sobre *Due Diligence* para o BANCO PACTUAL está terceirizando a venda com gestão terceirizada dos créditos problemáticos do BANESTADO. Eu queria a opinião dos Diretores, um por um. Por favor Senhor.

Alaor - Eu sou favorável, condicionado realmente àquilo que o Ricardo falou, nós vamos escrever quem é quem na relação de créditos possíveis de venda, receber os créditos. Reservamos aqueles piores e vamos ver se eles aceitam o risco.

Ricardo - E aceitamos propostas também, né?

Alaor - Por quanto, aí chega a hora .

Aldo - Mas nós não estamos decidindo isso, nós estamos aqui a contratação da *Due Diligence*

Alaor - A contratação da *Due Diligence*.

Aldo - Porque simplesmente eles não vão nos dizer nada enquanto não fizer a contratação.

Alaor - Agora nós não sabemos quanto que custa *Due Diligence* . Então nós queremos saber.

Nilton - Eles vão pagar. Mas se nós na sequência não fecharmos o contrato ou de venda ou de gestão daí nós temos que pagar. Isto está escrito na proposta deles, só que também está escrito que eles nos vão nos dar ciência previamente do valor da *Due*

Diligence, quer dizer, nós, o que eu tenho aqui para o Colegiado, é que autorize VIPRE com a DIRCO para dar sequência nessa negociação e deixando bem claro que não vamos negociar nada sem trazer para o Colegiado.

Batata - Apreciação do Colegiado para a aprovação.

Alaor - Eu acho que estou de acordo com isso daí.

Batata - Aqui está dizendo que basta "o processo para a contratação do serviço, acontecerá de comum acordo com a VIPRE e quando concluir será levada à apreciação do Colegiado para aprovação

Nilton - Exatamente.

Batata - Quer dizer, não vai se decidir nada.

Nilton - Não, não.

Aldo - Vamos decidir se...

Batata - Se há contratação ou não. Não as vendas.

Nilton - Sim, negociar a agilidade do processo. Eles estão telefonando querendo saber como vai o caso.

Alaor - O processo pode dar andamento até a hora da contratação da *Due Diligence* ?

Nilton - Isso.

Alaor - Na hora que se tiver o valor da *Due Diligence* , remeter ao Colegiado para a venda.

Aldo - Vocês estão de acordo, estão de acordo ou não.

Paulo - Uma sugestão uma contra proposta do que eles fizeram. Como as de risco, mostra pra eles e se eles tem interesse, talvez esse risco eles não assumissem, porque se a gente não aceitar eles vão dar porcentagem em cima disso aí. De repente, vamos rachar o risco aí, do que ficar só pra nós. Com risco de ele apresentar recurso ainda.

Tadeu - Pelo menos metade.

Aldo - O Senhor sabe quais seriam os valores?

Alaor - Vai depender do número de processos que você entregar a ele.

Nilton - Mas eu acho que não é muito, só pra dar um referencial, eu vou dar três exemplos. No MOINHO SÃO JORGE, está saindo por R\$ 450 mil, mas daí uma auditoria completa na Empresa toda, aqui nós vamos auditar alguns processos que vamos dar pra eles verem para discutir.

Aldo. Então vamos modificar a proposta seu Nilton Mariano. Modificar no sentido o seguinte: autorizando a área da VIPRE e da DIRCO, a dar continuidade às negociações dentro do que foi ouvido aqui: primeiro, questão de custo dessa *Due Diligence*, questão de créditos bons, que poderiam ficar com créditos ruins também, , e o período de tempo de demora, abrangência da *Due Diligence* , daí então nós tomamos a decisão, traz novamente a Reunião da Diretoria para apreciação.

Nilton - Isso aí está mais ou menos dentro do contexto aqui que nós explicamos, nós ficamos, fazemos, damos continuidade ao processo e assim que tivermos alguma coisa mais concreta, nós submetemos a apreciação da Diretoria.

Aldo - Muito bem.

Galvão - Nós não estamos gastando um tostão nesse processo, por enquanto.

Nilton - Nada. Absolutamente nada. Ninguém vai ser contratado a auditoria antes de trazermos isso aqui para a Diretoria.

Aldo - Então nessas condições está aprovada. Operações a serem analisadas, quem tiver alguma coisa... Qual é a dúvida?

Batata - Jamais foi discutido dessa maneira aqui, juros trimestrais na carência, garantias constantes na proposta, hipoteca e para completar os 120%, a Empresa poderá oferecer as garantias durante o prazo de carência.

Aldo - Está em discussão.

Ricardo - Viu Aldo, foi informado que desse...

Batata - Não é que na realidade ele esqueceu de anotar aqui.

Ricardo - Me desculpe mas está na XINGU aqui estivemos ativando o Comitê I ontem, não veio a decisão...

Batata - Não, não ontem não passou pelo Comitê só foi conversado no Comitê.

Ricardo - Tem que vir uma decisão. Então não foi tratada, realmente pra quem não estava aí deixa dúvida.

Batata - Mas é que ontem não foi colocada, como era alçada do Colegiado, na realidade só foi conversado, não foi decidido nada.

Aldo - Só me diz o seguinte. Ser os integrantes do Comitê I realmente estão decidindo daquela maneira, que o Batata acabou de dizer. Quem é integrante do Comitê I, o Batata, Valdemar.

Sérgio - Essa foi decidido aqui?

Aldo - Não está para ser decidido. Foi levantado aqui uma dúvida com relação ao Comitê I.

Batata - Não isso aí é uma outra proposta.

Marquesini - Não, isso aí é uma operação da XINGU.

Batata - Ele está falando outra coisa Dr. Aldo. XINGU vem hoje, está aqui.

Aldo - Eu vou insistir no que eu estou falando com vocês, aqui nas folhas 7, o assunto CIDADELA, na folhas 7, aproveitando a opinião de alguém aqui, lá no final. Comitê de Crédito de Operações ! à apreciação da Reunião da Diretoria, parecer favorável. Eu acho também que isso aqui é muito, eu acho que o Comitê de Crédito mesmo que ele não sendo superior, que ele decida. Qualquer decisão do Comitê de Crédito nesse caso da CIDADELA.

Batata - A CIDADELA não passou pelo Comitê.

Aldo - Não?

Batata - Não.

Aldo - Veio direto prá cá?

Batata - Veio direto pra cá.

Batata - Por causa da alçada.

Aldo - Mas aqui diz, Comitê de Crédito e Operações.

Batata - Mas não passou.

Aldo - Vocês deram até o parecer favorável.

Batata - Não, não passou.

Ricardo - Batata cadê aquela proposta você trouxe inclusive com os contrato que ele fez inclusive com a Caixa Econômica e com o Banco Central. Dá pra desmontar?

Batata - Está tudo com ele aqui. Parecer do Diretor responsável pelo Comitê I, quer dizer, ela veio aqui, como a alçada aqui não passou, então ontem foi conversado no Comitê e não foi decidido nada.

Aldo - Esse assunto aqui?

Batata - Não. O que ele disse é outra coisa. Isso aqui também é CIDADELA não passou no Comitê I. Veio direto pela alçada da Diretoria então acabou não sendo passado lá.

Aldo - Então eu vou propor o seguinte, vamos cortar essa, então se não passou do Comitê não tem parecer nenhum.

Batata - Não deu parecer nenhum. Veio aqui justamente para discutir.

Alaor - Agora já está decidido que é TBF "seca". Na reunião do Comitê I, ele decidiu isso na reunião passada. Está decidido. Então eu gostaria de fazer uma observação Dr. Aldo se o Senhor me permitir, ocorre o seguinte: Eu sei que alguns diretores aqui tem falado inconsistentemente dizendo olha, é um dinheiro que já está dado, portanto nós não podemos discutir o que é custo e o que não é. É tem razão, nós temos R\$ 4 bilhões em ativos que já foi dado e esses R\$ 4 bilhões em ativos está fora do Banco, foi dado, nós temos em ativos considerados ruins pelo Banco Central R\$ 1.786.000.000,00, e dentre esses ativos, não estão esses aí, não estão esses daí que, segundo o Banco Central não é bom. Então nós estamos fazendo uma composição por TBF "seca", o que representa hoje uma taxa menor do que o custo de captação que nós estamos tendo.

Batata - Com Certeza.

Alaor - Então é isso que eu quero que fique registrado. Eu entendo o problema da sociedade hoje, os empresários não estão pagando, existe um crise de inadimplência, então tudo isso pode ser conciliado quando da aprovação de uma rolagem de uma dívida. Agora, neste caso e nos outros que certamente virão aqui em função deste, nós estaremos trocando 6 por 5. É isto que está acontecendo e mais, nós estamos alongando o perfil da dívida do cliente, enquanto a nossa está ainda no curto prazo e nós não temos fôlego de alongar o perfil. Era só essa observação que eu queria que os Senhores tivessem ciência...

Batata - E Você?

Alaor - Que nós não estamos fazendo renegociação abaixo do custo que está sendo. E eu entendo também, que esse dinheiro não está na conta como todo o nosso ativo já está. São R\$ 4 bilhões que nós temos.

Batata - Ok. Depois, eu tenho mais duas propostas aqui inclusive. Depois que a gente fechar isso aqui.

Aldo - Estamos na CIDADELA , vamos ver como é que fica, vamos ver a CIDADELA.

Alaor - A CIDADELA já está aprovada.

Batata - Dentro daqueles, isso, é que na realidade acabou não sendo constado aqui, é que obrigatoriamente, até o Paulinho falou uma verdade mesmo. Quando decidir Diretoria, a Diretoria decidir isso, isso, isso, tem que colocar aqui.

Aldo - Entendo, você está alertando?

Alaor - Não, não é provocação não Dr. Aldo. Com referência à taxa praticada e ao custo.

Batata - Todos os valores e tudo certinho. Sabe Dr. Aldo, veja bem, traz a proposta aqui tem, o Parecer da Agência, a proposta do cliente, o Parecer do Comitê I, o Parecer da

Superintendência, o Parecer da Mesa, aí nós vamos ter que fazer um condensado, para dizer o que nós decidimos.

Aldo - Eu confirmando, eu confirmando, não precisa da Controladoria. TBF está em torno de 2,75%.

Aldo - Então fica aprovada dentro daquela.

Ricardo - Me dá licença.

Aldo - Não, só pra terminar a Ata.

Ricardo - Não, eu quero fazer uma observação.

Aldo - Senhores tem uma, vamos fazer uma reunião só.

Ricardo - Concordo com o Alaor, não se fala em custos. O problema é o seguinte, nós estamos numa crise brutal, hoje ninguém está pagando, está danado. Ou você joga esse "troço" para CL, ou você compõe para receber. Hoje a crise é brutal. Eu nunca quis falar do caso da CIDADELA porque eu estou vendo que já faz oito meses que essa "merda" está rolando aí, faz oito meses que está rolando essa "porra" aí. E joga pra cá, joga pra lá, como eu já trabalhei na CIDADELA eu nunca falei, mas agora eu vou falar. Agora pega os contratos da Caixa Econômica com a CIDADELA, será que a Caixa Econômica é burra, pega o contrato do Banco Central com a CIDADELA, agora se uma empresa com dificuldade nós temos que salvar, agora quando você vê o nosso está aí. Quantos anos a Caixa Econômica deu para a CIDADELA, 10 anos.

Batata - Foi trazido aqui na reunião da Diretoria TR + 1.

Ricardo - Quantos anos o Banco Central deu para a CIDADELA? E ainda abriram uma linha de crédito de R\$ 12 milhões de reais. Não é só o caso da CIDADELA, é o caso de muitas delas. Então vamos conhecer o histórico da operação, como o histórico da XINGU que eu vou repetir pra vocês na hora da votação. Quem é que "entocou" o pepino da XINGU. Foi o nosso sócio majoritário. Então nós temos duas decisão, ou nós jogamos pra CL, ou pra salvar o nosso.

Alaor - Eu entendo o que você está falando, realmente com a inadimplência, ocorre o que está ocorrendo agora.

Ricardo - Agora todos os bancos estão pagando isso agora. Só que nós estamos mais "fodidos", nós estamos indo buscar no mercado.

Alaor - Na verdade o que ocorre. A Caixa Econômica, a captação dela é poupança, é recurso do Governo, quer dizer, ela tem um *funding*.

Ricardo - A Caixa Econômica tem o recurso do Fundo de Garantia.

Alaor - Mas ela tem um *funding*, ela tem *funding* muito mais barato do que o nosso. Agora eu me recorro a Caixa Econômica quando eu não consigo pegar mais dinheiro no Banco Central. Sabe quanto eles cobram? 4% ao mês. E nós estamos cobrando 2%.

Ricardo - Eu concordo com você. Nós estamos "fodidos", nós temos que buscar, mas se nós não formos atrás pra receber, nós vamos ficar mais "fodidos" ainda. Pode gravar essa "porra" é bom que o Governo tem que ouvir, porque tem também, então nós vamos ficar mais "fodidos" ainda.

Alaor - Eu entendo, agora eu como financeiro.

Aldo - Eu peço ao Diretor que modere a sua linguagem.

Ricardo - Não é...

Ricardo - O Paulinho faz lá com o dedo assim, não é reunião de colégio.

Alaor - O que eu quero dizer a vocês..

Ricardo - Agora vamos analisar, você tem aí uma DM.

Alaor - Ricardo?

Ricardo - Quantos anos a DM , espera, deixa eu falar. Quantos anos a DM tem de Banco do Estado do Paraná? Quem é que já trabalhou aí com a DM, sempre pagou em dia? Sempre..

Alaor - Sempre, sempre.

Ricardo - Quantos anos a CIDADELA trabalha com o Banco do Estado do Paraná? 30 anos, sempre pagou em dia. Ela atirou um caminhão de "pepino", de falência do Banco, ela veio aqui e comprou, tinha uma parte, está embutido aí. Então tem coisa que nós temos que analisar, não adianta nós ficar, "porra" põe mais um pouquinho, não vai pagar.

Aldo - Alguém mais tem alguma coisa com relação a CIDADELA? Faz favor.

Ricardo - Não, aqui eu...

Alaor - Eu só gostaria de complementar...

Ricardo - Não é, viu Aldo eu não estou falando em questão de sexo, eu estou falando em questão de tudo...

Aldo - Eu sei que tudo o que você fala é procedente, eu estou sabendo.

Ricardo - Como nós estamos "fodidos"; então nós temos que buscar, agora eu vejo aqui, mandam fazer composição, com 30% do valor da dívida, coisa pequena. Coisa grande todo mundo se "borra" de medo. Porque é CIDADELA porque é DM, porque é XINGU, porque é não sei o que. Eu tenho que decidir a operação de R\$ 50,00 com a, eu vou receber.

Alaor - Ninguém tem medo. Ricardo, eu estou querendo alertar que o Colegiado fique sabendo tá, mas é importante.

Ricardo - Mas isso nós já sabemos.

Alaor - Não, mas é importante. Se vocês pensarem, se vocês pensarem o dinheiro já está lá fora mesmo, agora nós temos que rolar aí. Eu só estou avisando o seguinte, nós temos lá fora R\$ 4 bilhões, que eu vou no mercado.

Nilton - Isso Alaor, nós não estamos renegociando R\$ 4 bilhões, nós estamos renegociando 3 ou 4 operações.

Alaor - E vai ter que renegociar R\$ 1.786.000.000,00

Nilton - Não tem problema, nós vamos partir pra isso também, já que foi concedido errado.

Alaor - Se dentro desse R\$ 1.786.000.000,00, se dentro desse R\$ 1.786.000.000,00, nós sempre perdemos 6 para receber 5, pra onde que esse Banco vai?

Nilton - Para a "merda".

Ricardo - Mas Alaor veja, o caso do MOINHO SÃO JORGE. Foi dado R\$ 7.094.000,00 para o MOINHO SÃO JORGE, com garantia do trigo, o trigo desapareceu. Nós temos que ir atrás. Quanto foi dado lá em Umuarama, ninguém fala que é o dobro da dívida de todas essas aí, SOALGO e ALGOESTE.

Ricardo - Sumiu tudo.

Alaor - Nós vamos ter outras, você falou DM, nós vamos ter outras que não vai fazer por mais TBF. Porque nós fizemos a TBF para a CIDADELA. A XINGU, porque isso aqui cinco minutos depois o Sr. RACHED sabe que passou a CIDADELA, ele sabe, tranquilo.

Batata - Então todos os outros empreiteiros vão saber.

Alaor - Mas todos, todos vão saber e aí nós não vamos ter que, é mais, penhor de máquinas de R\$ 1.900.000,00 do RACHED, mais hipoteca R\$ 700.000,00 e aqueles recebíveis que ele tinha onde é que está? Está faltando, some no meio do caminho.

Ricardo - Mas o Alaor.

Aldo - Calma, essa discussão é necessária Batata.

Batata - Não, não estou falando, deixa na hora que eu apresentar a XINGU, a gente conversa daí.

Aldo - Esse tipo de conversa.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 24.03.98

MARÇO DE 1998

Neco - Aprovada a Ata da Reunião Ordinária da Diretoria de 17.03.98. Então vamos iniciar a reunião com o assunto da DIROP.

Batata - Essa operação já veio aqui na reunião anterior. Por é bom trazer esse esclarecimento, porque nós estamos trazendo mais um extra-pauta, por exemplo, porque estamos trazendo mais um extra-pauta, a proposta chegou ontem à tarde e prá nós, prá gente não perder a Reunião da Diretoria, e demorar mais uma semana, então a gente está trazendo extra-pauta. Nós passamos essa proposta da XINGU no Comitê um, tá, então ficou a decisão ali no final, que foi colocada essa proposta, de que maneira?

Aldo - Na página 1/2?

Batata - Na página 1/2. Somos favoráveis à proposta no valor de R\$ 14.219.184,00.

Aldo - Não porque é bom explicar porque o Presidente não estava.

Batata - Ah é, o Presidente não estava. Foi lida todos esses pareceres todo. O Comitê I fez um resumo de todos esses pareceres, ai na folha 1/2. Então somos favoráveis à proposta no valor de R\$ 14.219.184,00 mais a responsabilidade do CENPP R\$ 2.634.737,27. Foi aquela operação que deu uma polêmica danada ai. Que mandou dinheiro pelo BRADESCO, a gente tentou segurar no BRADESCO e deu aquele bafafá todo. Expurgo dos juros de mora, ele queria recálculo, tinha carta dele pedindo recálculo, mas nós não demos recálculo. O Comitê I achou por bem apenas tirar os juros de mora. A carta dele está junto ai. Carência de 1 ano; taxa TBF; foi o que ele tinha pedido na oportunidade; pagamento de juros semestral; capital após a carência semestral também. As garantias dessa operações, a COPEL, DERSUL, Penhor de Máquinas e Equipamentos de R\$ 4.383.000,00, hipoteca de R\$ 730.000,00, que era o que já existia, e mais essa procuração do CENPP. Na realidade dá quase R\$ 4 milhões, porque ele já recebeu R\$ 1.965.000,00. Amortização no ato de R\$ 1 milhão, tá?

Aldo - Isso está escrito onde?

Batata - Ele não, na renegociação, ele dá R\$ 1 milhão. A carta dele...

Aldo - Ele tem R\$ 1 milhão.

Batata - Ele tem porque esse dinheiro era nosso. Era nosso, está aqui a carta dele oferecendo R\$ 1 milhão; prazo 5 anos, ou seja 1 ano de carência, mais 4 anos. Amortização dos valores recebidos pela procurações dadas como garantia ao Banco no total da responsabilidade existente e aqui depois ele se reuniu com os 4 diretores, a gente recebeu de novo, os 4 diretores, que é o mínimo do Comitê I, ele diz que nós temos que respeitar os prazos e a garantia. Eu falei acho que uma coisa que também foi colocada ai, respeitando-se o prazo e a garantia existentes. Acompanhamento do setor jurídico lá da SUREG para elaboração do instrumento legal. então foi aprovada pelo Comitê I dessa maneira.

Neco - Batata, tem que cuidar, aqui na página 1/3, o item 10, a amortização dos valores não

Batata - As procurações, tem uma procuração DER/COPEL de R\$ 6.420.000,00, tem uma procuração aí DER/COPEL de R\$ 1.875.000,00, e tem uma procuração DERSUL que é R\$ 4.015.472,95.

Neco - Essas são as garantias. Quero saber a dívida.

Batata - R\$ 16.646.000,00.

Neco - Aqui fala as responsabilidades existentes.

Batata - Amortização dos valores recebidos pelas procurações dadas como garantia ao Banco.

Neco - No total da responsabilidade existente.

Batata - Justamente. O que a gente quis dizer aí é que todos esses valores seriam.

Neco - Que hoje são deles as procurações?

Paulo - Se quis dizer que vai se quitar toda a operação.

Neco - E não da dívida existente.

Batata - É, justamente, é isso aí, a dívida existente.

Neco - Isso não está claro.

Paulo - Prá evitar o que aconteceu com esses R\$ 2 milhões.

Batata - É isso, prá quitar os R\$ 2 milhões. A gente colocou aqui no total da responsabilidade existente.

Neco - A redação não está clara.

Batata - Não, mas eu entendi.

Elio - Vai acontecer o seguinte, se por exemplo nós recebermos aquela procuração de R\$ 6.420.000,00 e nós tivermos próximo da amortização de alguma parcela, amortiza essa parcela, a diferença ele vai ter que cobrir, ele vai ter que dar outra procuração na diferença para nós liberarmos o total, caso contrários nós arcaríamos com tudo.

Gabriel - Porque o prazo é 5 anos.

Batata - Eu concordo com você. Na realidade ela está mais, isso aí, não tem problema porque a gente pode corrigir aqui.

Neco - Então vamos corrigir.

Batata - Nós vamos corrigir. Logico vamos corrigir aqui.

Elio - Temos que corrigir: as procurações, em caso de vencimento antecipado, e tal e tal...

Batata - É que aqui o seguinte, como nós já tínhamos dado parecer, daí ele fez reunião com a gente, a gente só aumentou ali, só que aqui no Colegiado.

Elio - Não, mas acho que têm que ficar bem claro...

Sérgio - Foi uma esperteza dele, claro.

Batata - Só que aqui no Colegiado.

Sérgio - Se ele receber esses R\$ 12 milhões aqui e não tiver vencido nada nesses próximos seis meses, ele vai ficar com tudo.

Batata - Não, não. Nós só vamos liberar para ele o dinheiro porque essa procuraçāo está conosco, se ele der outra garantia.

Aldo - Depois que eles pagam substitui por outra.

Gabriel - Isso tem que constar por escrito, depois que pago substitui por outra.

Sérgio - O que está escrito é o seguinte, ele vai receber do DER 2 milhões, se ele não tiver alguma coisa vencida, não, então tem que liberar também.

Neco - Então libera.

Aldo - Então só nesse item aqui, tem que incluir aqui...

Batata - Tem que fazer Emanuel uma. Vamos fazer de uma maneira... Veja bem, essas procurações quando é DER/COPEL não, porque a Lilian passa pelo CENPP todo dinheiro liberado e ela monitora todo dinheiro pāsssa pelo Governo Estadual. O problema é essa do DERSUL, é outra história.

Paulo - Deixa eu fazer uma coisa meio fora aqui, eu não muito desse negócio. O que o Banco pode fazer contra o DNER na questão daquela outra procuração, que era nossa e eles jogaram para o BRADESCO?

Batata - É, veja bem, é poder, segundo o Milton Betenheuser você pode entrar com uma ação do colarinho branco, uma série de coisas, só que não vai resolver o problema também, entendeu, não resolve o problema.

Elio - O problema que você tem que analisar...

Batata - Se você entrar contra o DNER.

Sérgio - Nós tínhamos uma procuração...

Elio - Só se você entrar com uma ação contra o BRADESCO.

Sérgio - Não, mas veja o BRADESCO não tem nada a ver com...

Batata - O BRADESCO é o seguinte, eles mandaram um DOC, o pessoal de Brasília para o BRADESCO daqui. O cara recebeu o DOC, quitou os empréstimos que ele tinha também. Você não pode, como é que você vai entrar com uma ação?

Paulo - Mas veja o seguinte, se é uma pessoa dessa, um grupo desse tem a capacidade de fazer uma vez isso, de repente essas procurações aqui...

Aldo - Eu acho que nós deveríamos amarrar.

Batata - É o que eu estou tentando fazer, fazendo um rascunho aqui...

Neco - Elio, você poderia nos orientar como amarrar mais esse item 10? Aqui não está claro o objetivo.

Batata - Eu vou tentar fazer uma aqui, cada um faz uma aí, de repente a gente chega num consenso.

Aldo - Amortização dos valores recebidos pelas procurações;

Batata - Eu escrevi aqui Dr. Aldo: Amortização dos valores referentes as procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira, dois pontos.

Aldo - Aí estabelecemos um roteiro.

Batata - Isso, um roteiro.

Aldo - Procuração do DNER/COPEL data de tanto, amortizará tal valor. DER/COPEL amortizará tal valor.

Gabriel - Essa redação ele aceita?

Batata - Aceita. Nós discutimos em 4 Diretores.

Elio - Ele voltou aqui exatamente por causa disso, e aí ele colocou, se fosse fazer isso...

Gabriel - Qual é a segurança que a procuração é dada numa vez só, precisa registrar lá no órgão que vai pagar?

Sérgio - Sim, sim. Isso aqui vai ser feito.

Gabriel - Aí ele só registra uma procuração, claro. Mas é registrado lá?

Batata - É registrado. Lá em Brasília tem o pessoal do órgão..

Gabriel - Não, da COPEL aqui DNER?

Batata - Não, a COPEL aqui não tem problema.

Elio - Aqui não tem problema, porque o dinheiro transita no Banestado.

Batata - O único problema que tem aqui na COPEL é se o Secretário pagar por fora pra ele.

Elio - Quer dizer, a do DER e da COPEL a preocupação não é tanta, porque o dinheiro vem pra nós.

Aldo - Aí é que está, as vezes a ponta não controla. O gerente da ponta não fica sabendo.

Elio - O Pessoal do CENPP controla muito bem.

Aldo - O CENPP tudo bem.

Gabriel - Se alguém for na COPEL com uma procuração e falar olha, quando for receber isso aqui, deposita na minha conta porque eu tenho uma procuração.

Elio - Mas passa pelo CENPP. Não a procuração é nossa.

Gabriel - Mas se ele deu pra outro, outra procuração igual.

Aldo - Mas ele já fez uma vez isso.

Gabriel - Pode dar pra outro.

Elio - O que ele fez, ele foi lá em Brasília, no DNER, deve dado algum pra alguém pra fazer aquilo.

Aldo - Ele pode se sentir no direito de fazer novamente. Essa é que é a preocupação, nós temos que amarrar melhor isso.

Sérgio - A Prefeitura deu uma procuração pra nós recebermos um contrato aí, nós consultamos o Dr. Fausto, ele falou pra pessoa que não podia, sob pena de o Banco pagar duplicado.

Gabriel - E a gente não pode, não sei se seria o caso, mas em todos os casos, porque a COPEL e o DER registrasse a operação na ordem de preferência, a primeira que registrou, porque a procuração que ele deu pra nós ele pode dar para o BRADESCO, não pode? Mas Dr. Aldo, eu digo que todos os empreiteiros são desonestos mas tem aquela piadinha, mas todos os desonestos são empreiteiros. Então é difícil de, quer dizer, ele já tapeou a gente uma vez, ele agiu mal. Agora isso aqui 16 do 02, se a gente não acertar, está de uma forma que foi feito tudo ontem. O que falta é esclarecer bem esses itens. Isso representa R\$ 40. Milhões para nosso CL, e o que sai do CL, melhora o nosso PL.

Aldo - Então, a gente amarrando bem, e o CENPP sendo alertado essas operações maiores o CENPP deveria ser alertado.

Gabriel - Exatamente.

Neco - É aquela idéia do Controller.

Gabriel - Exatamente, é isso aí, as grandes operações, ser tratado por um grupo, não é Dr. Elio?

Aldo - Essa não é. São operações novas as composições, dação em pagamento.

Elio - Aliás o RACHED me falou olha, ninguém do Banco vai lá falar comigo, nem para tomar um cafezinho.

Aldo - Sim mas ele vive aqui!

Batata - Ele conversou com todos os Diretores do Banco, e daí na última estava, ele disse que a gente não atendia. Eu disse em quanto o senhor não fizer uma carta dizendo como quer renegociar, não tem como a gente conversar. Porque você conversa, ele conta a história tudo de novo: mas o Senhor quer assim? Não, eu quero TR "seca". Porque a primeira carta é TR "seca". Ele não chega num acordo nunca. Não essa carta é a segunda.

Aldo - Você já tem as atas aí seu Batata?

Batata - Não, eu estou colocando o conceito: amortização dos valores referentes às procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira: a) DER/COPEL R\$ 6.420.000,00 e R\$ 1.875.000,00, pagamento de juros e capital

vencidos; b) DERSUL R\$ 4.015.000,00, pagamento de juros e capital vencidos, c) procuração junto ao CENPP, pagamento juros e capital vencido; d) os valores somente serão liberados à Empresa, caso a mesma substitua procurações por outras garantias. Não sei o que a gente...

Gabriel - Outras procurações.

Aldo - Mas porque já abrir essa possibilidade pra eles?

Batata - Não, é porque dentro do prazo de carência, ontem ele veio conversar com nós, vamos dizer que com um mês de carência ele recebe um valor, aí não tem como nós prender porque nós demos um prazo de um ano de carência pra ele.

Elio - Se ele não substitui por outra procuração.

Batata - Por isso é que eu estou escrevendo aqui. Os valores somente serão reintegrados a empresa caso a mesma substitua as procurações por outras equivalentes, né.

Aldo - Exatamente.

Gabriel - Não por outras garantias, por outra procuração.

Batata - Colocar mais alguma coisa?

Aldo - Não, eu acho que ficou bem amarrado.

Batata - Acha que está bom assim, ou vocês querem aumentar mais alguma coisa?

Aldo - Não.

Gabriel - Agora, isso que o Dr. Aldo falou, o Dr. Aldo e o Elio, eu acho importante dar conhecimento ao órgão Controlador, dessas operações são feitas, das que está na agenda, colocar na agenda, quando vira a página, hoje venceu tal da XINGU.

Batata - Veja bem, quando é da Secretaria da Comunicação, DER, COPEL, qualquer órgão do governo que faça pagamento através do Banco do Estado, a menina vai no sistema, vê o nome da Empresa, e vê se tem alguma responsabilidade no Banco. Assim que ela procede. Se tem ela já desconta, se não tem daí elas liberam o dinheiro, dessa maneira. Posso colocar essa outra?

Aldo - Por favor, a proposta, tem DM.

Batata - Essa outra termina esse trio polêmico. CIDADELA terminou acho que o contrato essa aqui também, e a DM que chegou ontem à tarde mas a gente fez questão de conversar com alguns Diretores pra passar também, porque é mais R\$ 15.000.000,00 aqui também, que nesses três casos aí são R\$ 50.000.000,00 de renegociação e tem mais a parte do Elio lá ainda também que tem que passar. ECC

Não Rotativo R\$ 15.000.000,00; Prazo 365; Taxa TRF "Sec.". Ele fez uma carta aqui para o Banco do Estado. Ele já tinha conversado anteriormente até com o Presidente com o Alaor, conversou comigo várias vezes, conversou com, eu acho que com quase todos os Diretores também. Então veja bem, o que é que ele está propondo pra nós. Ele deve R\$ 32.507.044,00, e o que é que a gente fez, veio a proposta da Agência que fez a carta, então veja bem, ele deve uma operação de R\$ 8.000.000,00, que está em R\$ 12.059.176,00, deve uma operação de R\$ 5.500.000,00, que está em R\$

5.803.524,00, deve operação de R\$ 1.700.000,00, que está em R\$ 897.000,00. Esses, o capital era R\$ 15.200.000,00, e hoje está em R\$ 19.760.317,00. Foi feito um recálculo, porque está vencida algumas dessas operações, com taxa do próprio contrato, que se chegou em R\$ 18.523.108,23. Ele vai pagar o juro que dá R\$ 3.323.108,53, e mais R\$ 200.000,00 do capital, que ele vai, ele quer retomar os R\$ 15.000.000,00, um ano de prazo, pagamento de juro e capital no final. E fica só o FINAME pra renegociar, eu acho que o Elio vai trazer.

Elio - Esse já está ok.

Batata - Já está ok também né?

Aldo - É R\$ 18.500.000,00 ou é R\$ 18.300.000,00?

Batata - R\$ 18.523.000,00 tudo.

Elio - Aqui em cima está, da R\$ 3.553.000,00 e no meu R\$ 3.323.000,00.

Batata - Mas ele vai pagar mais R\$ 200.000,00 do capital, que era R\$ 15.200.000,00 do capital né? Das três operações, e daí fica só R\$ 15.000.000,00. Então veja bem, a agência aqui relacionou operação por operação tudo certinho, Mesa de Negócio também foi favorável; Prazo de 1 ano; Taxa de TBF "Seca", que na realidade ele já tinha até tratado, eu acho que o Alaor estava também presente nessa negociação. A COPEL deverá manter aplicação financeira de igual valor durante a vigência da presente operação com remuneração de 60% do CDI, para viabilizar a taxa da TBF "Seca" conforme negociação mantida com a DIRCO. A DIRCO estava presente nessa negociação, tá. Efetiva constituição da garantia de penhor de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 17.843.000,00 mais a manutenção da hipoteca no valor de R\$ 1.900.000,00, e procuração da COPEL de R\$ 12.000.000,00, que já existia essa garantia, tá? Pagamento final de encargo: ele não quer pagar semestral, ele quer pagar só o juro final porque termina dessa negociação, essa obra termina essa obra o ano que vem, e segundo a Agência aqui que também colocou aqui, conversou com ele, a gente também conversou com ele, essa obra aqui vai, olha aqui, pelas informações que obtivemos junto à Empresa, contrato entre a COPEL e DM, deve encerrar em dezembro de 1998, porém a obras deve se encerrar definitivamente em junho de 1999, e o saldo a receber da COPEL gira em torno de R\$ 90.000.000,00, mais um possível reajuste poderá ser aprovado pela COPEL de R\$ 20.000.000,00, ele escreveu aqui: desconhecemos os valores necessários para acabar a obra. Na realidade esses R\$ 20.000.000,00 é uma diferença, segundo ele foi feito um levantamento por uma empresa credenciada ele está alegando prejuízo, então ele conseguiu provar isso aí junto com o pessoal da COPEL e está *sub-judice* isso aí, o pessoal da COPEL ficou de realmente estudar e ver o que é que pode ser pago pra ele, né, até porque o Governador quer inaugurar agora antes da eleição.

Paulo - Eu quero fazer uma pergunta só, eu acho que cabe no valor maior. Esta dentro dessas máquinas e equipamentos no valor de R\$ 17.843.000,00. Isso é uma, já teve uma avaliação pronta disso ou ainda vai pra ser feito?

Batata - Não, essa aí já, esses contratos aqui, existem garantias, cada contrato destes, um tem garantia de procuração, e aqui, veja bem, máquinas e equipamentos relacionadas fará parte integrante da proposta, a Agência tem uma cópia lá, a Empresa, estamos encaminhado pedido de avaliação ao DEPA para inflacionar percentual de garantia dentro do exposto, então eles estão, já encaminharam para o DEPPA, e o DEPPA vai fazer avaliação, certinho, então.

Paulo - Certo, a pergunta então foi, acertei na pergunta então vamos lá, você entende a pergunta. Então eles estão encaminhando.

Batata - Estão encaminhando.

Paulo - O que eu acredito, é que esta avaliação não chegue.

Batata - Mas porque?

Paulo - Porque está superestimado.

Batata - Superestimado.

Paulo - Na hora que for fazer realmente, certos equipamentos tem uma depreciação terrível.

Batata - É. Dentro das propostas todas, eu acho essa proposta a menos ruim né? Porque ele está pagando praticamente R\$ 3.500.000,00, está entrando no caixa do Banco, eu acho que se nós não pegar forte nisso aí, tem que pelo menos, esse trio aí olha, eu não aguento mais falar. Então a TBF hoje, porque se você vai na justiça, primeiro, você vai pegar 10 anos vai ganhar o que? TR +0,5% ou + 1%, além de uma revisional de juros, então...

Aldo - Como é essa história?

Paulo - Eu sei mais ou menos.

Aldo - A COPEL vai depositar no Banco mais R\$ 15.000.000,00, mas vai aceitar uma remuneração menor, pra compensar a TR. Eu faria duas observações Batata, primeiro eu tiraria essa, da Ata TBF "Seca", porque fazer "Seca" aqui.

Batata - Mas ai a Mesa colocou TBF "Seca". Eu tiraria o "Seca".

Aldo - Eu não colocaria na ata essa aplicação.

Batata - Tirar. Eu também, veja bem, Como a mesa de negócios:

Aldo - Tira daqui mas não tira da aplicação.

Batata - Como a Mesa colocou isso aí, a Mesa dá o parecer dela e a gente vai segundo o parecer dela.

Elio - Aí eu concordo, você poderia deixar, por exemplo sem os 60%.

Gabriel - Mas eu acho que, olha mesmo assim, se a COPEL sofreu uma auditoria lá, aí você pode achar um favorecimento pra um ou pra outro.

Batata - Pode achar não, vão achar.

Gabriel - Porque ela está garantindo uma dívida de empreiteiro, a COPEL não pode isso, eu acho que eu tiraria.

Batata - Sabe porque nós colocamos aqui, porque de repente a gente não coloca casos dessa natureza, o pessoal vai dizer não, não você está omitindo, então a gente colocou tudo.

Aldo - Não, foi bom ter colocado.

Batata - Foi colocado até a título de conhecimento.

Aldo - Porque esteve aqui esses tempos o Presidente da COPEL e o Diretor Financeiro. Mas essa medida tem que ser concomitante, assinou e deposita.

Batata - Exatamente. Eu conversei com o financeiro.

Aldo - Tem que saber onde é que está esse dinheiro.

Batata - Na realidade esse dinheiro...

Paulo - Falando em dinheiro, Dr. Aldo eu acho que o Valdemar tem razão, que se tira ali o negócio de 60%, mas diz pra COPEL que vai manter.

Valdemar - Prá nós Banco, é bom constar essa informação, porque afinal 60% esta boa também.

Aldo - Pois é alguém me falou certa vez, parece que o Banco Central não permite esse tipo de casamento eu não sei, parece meio incestuoso. Teria que ver esse caso.

Elio - Você acha o que? Melhora ou prejudica?

Valdemar - Não eu acho que nós o pessoal quer uma operação melhor para o Banco essa informação. Não é uma operação que o Banco vai ser lesado.

Batata - Prá nós é um bom negócio.

Paulo - Essa informação ela, agora, excluímos essa informação.

Aldo - Tem que ter por expresso isso na ata.

Valdemar - Não eu acho que, prá nós eu deixaria isso aí, agora...

Batata - É pra nós não tem problema nenhum, pode dar problema pra COPEL.

Elio - Batata, isso aqui...

Gabriel - Porque a COPEL aplicar 60% do valor financiado aqui é uma negligência do aplicador no sistema financeiro.

Batata - Apesar que ela pode justificar pelo serviço que a gente presta para ela.

Gabriel - Não tem justificativa, isso é que nem comprar precatório.

Elio - Para o Banco Central é setor público.

Batata - Não, não porque a Empresa não tem nada a ver com o setor.

Elio - Não é a Empresa mas a garantia que está sendo dada.

Batata - Não é garantia da COPEL, a COPEL não está dando garantia, ela está tendo uma funding pra nós, prá viabilizar, porque ela tem interesse no término da obra e...

Gabriel - Um funding pra nós. E acho que não pode ser registrado.

Batata - Vocês que sabem.

Gabriel - Isso é um acordo básico, eu acho que não deve ser registrado.

Batata - Vamos tirar, né. Eu acho que prá nós não pode mas pode pra COPEL aí não ser, aliás. Conclusão da Diretoria reunida então, excluir os 60%? Só deixar a COPEL ali?

Gabriel - Tira da Ata né?

Aldo - Valdemar, argumente mais aí nessa...

Valdemar - O meu ponto de vista

Aldo - O que é que você acha? Desculpe...

Valdemar - O meu ponto de vista é o seguinte, corre o risco de alguém vir fazer uma auditoria da COPEL e descobrir aqui, não tem? Agora nós sermos questionados, que isso aqui não vai trazer problema prá nós, muito pelo contrário vai mostrar que a operação é melhor para o Banco.

Batata - Essa informação...

Paulo - Há um ano não é a mesma administração da COPEL, eles podem também sair disso aqui, ou seja, ficar com o ITAU, um exemplo.

Elio - Batata, qual é o custo acumulado na PPO?

Batata - Na PPO? Deixa eu dar uma olhadinha para ver se eles colocaram, não aqui não traz.

Elio - Se colocaram na PPO, tem que excluir na PPO também.

Sérgio - Precisamos ouvir o Presidente aqui na...

Batata - Não, não consta não.

Elio - Não consta?

Batata - Na realidade eles não tem nem dinheiro, eles não tinham nem conhecimento.

Neco - eu acho que o item 4 deve ser retirado inteiro.

Batata - Aprovado, retirando o item 4 e TBF "Seca"

Aldo - Eu também acho.

Elio - Porque veja bem, isso é um acordo entre as duas diretorias.

Gabriel - Tira a TBF também ou não? Só o "Seca", né?

Batata - Só a palavra "Seca" aliás eu nem sei porque escreveram essa "porra" aí. Eu acho que uma taxa ótima, uma taxa básica de financiamento é muito melhor que TR.

Não digo "Seca", a palavra "Seca"

Neco - Batata, eu pediria aos Senhores nessa página que, não sei número de página que é mas no item 4, tirar todo o parágrafo. Excluir esse troço.

Elio - Excluir todo.

Gabriel - E remunera.

Batata - Excluindo o item 4 da Mesa de Negócio, né? Exatamente. Porque isso aí no acordo é um fio de bigode né? Vamos dizer assim né?

Sérgio - Ele não pode fazer, ele está lesando o interesse da COPEL.

Gabriel - Agora que o mutuário, no caso dele não saiba disso.

Batata - Não ele sabe.

Gabriel - Não ele não sabe que nós estamos retirando isso da Ata.

Neco - Então a respeito da COPEL ali na folha no item 8, mais ou menos na metade a operação da ordem de R\$ 8.500.000,00. Parecer, eu não lembro do empréstimo R\$ 1.679.974...

Batata - É R\$ 5.500

Neco - Eu queria que explicassem, essa operação quitou duplicata, e o Banco descontou duplicata e o Banco estornou prá ele?

Batata - Olha aqui, essa operação foi iniciada em 14.04.96

Neco - Você que estava em Maringá nessa época.

Batata - Não, não. Eu estava em Maringá mas não foi feita em Maringá não, foi feita aqui em Curitiba na Agência Bacacheri. Isso aí, lembra aquela história do Shopping, o Shopping quando foi feito leasing, era para pagar essa duplicata aqui e que essa empresa ia descontar. Acontece que eles liberaram o dinheiro aqui, não se conversou Leasing e a Diretoria aqui, e deram o dinheiro para a Empresa. Porque nós fizemos uma, uma das coisas que na época foi feita a operação, porque já existiam operação de R\$ 4.000.000,00 que é a ação que a DM tem até hoje contra o Shopping que é dessa duplicata não paga. O cara tirou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro está tudo na nossa mão de negócios, não falaram, certo.

Neco - A duplicata é emitida pela ASPEN PARK?

Batata - Emitida pela ASPEN PARK.

Neco - Deve ser prestação de serviços que a empresa fez para construir

Batata - É a DM fez prestação de serviços.

Neco - Agora, como que nós não estamos sabendo de um volume desses não passou pela Diretoria?

Batata - Não, eles conversaram, o pessoal da Leasing conversou, só que ligaram pra nós depois que já tinham tirado o dinheiro, o dinheiro foi liberado aqui em Curitiba, portanto foi liberado aqui na agência Bacacheri. Era liberado aqui pelo Bacacheri.

Neco - O gerente tinha alçada de R\$ 6.000.000,00?

Batata - Não, foi autorizado pela Diretoria, Presidente.

Neco - Mas como a Diretoria faz, sabe que é da Leasing?

Batata - Mas é isso que eu estou dizendo, é tudo dentro da mesma casa, o Senhor entendeu? Nós mesmo liberamos o dinheiro para o cara e não pagamos nossa dívida. O Senhor entendeu?

Aldo - Abril de 96?

Batata - Abril de 96. Não, não sabia estava tudo as mil maravilha.

Paulo - Estava começando a explodir.

Batata - Na realidade explodindo aqui por um pessoal que sabia, a gente que estava fora daqui não sabia.

Neco - E estou me informando aqui, porque eu me lendo, recebi um processo ASPEN PARK pela Leasing, é anterior ao problema da ASPEN PARK.

Batata - Esse valor quando foi liberado, até foi conversado com o pessoal da Mesa aqui,

Neco - Então na ASPEN PARK, vamos supor é R\$ 10.000.000,00 na Leasing. R\$ 8.000.000,00?

Batata - É feito na época era R\$ 8.000.000,00. Hoje deve ser uns R\$ 14.000.000,00. R\$ 8.000.000,00, e dos R\$ 8.000.000,00 iriam pagar essa dívida, eles já tinham no Banco do Estado desconto de duplicatas, esses R\$ 4.000.000,00 aqui, R\$ 6.000.000,00, o Senhor me entendeu? Quer dizer a Empresa iria pegar R\$ 2.000.000,00

Neco - A DM pagou pra eles e a DM não pagou pra nós.

Batata - A DM, julga-se que a DM fez o trabalho com a ASPEN PARK, do Grupo, veio no Banco do estado, o Banco descontou porque sabia que a Leasing iria liberar o dinheiro pra eles. Só que a Leasing liberou e não avisou estou liberando aqui, debite a duplicata o Senhor me entendeu? Aí nós ficamos com duas dívidas o ASPEN ficou devendo e a DM ficou devendo, e ficou devendo pro Banco do Estado. Então é uma barbaridade né? Fazer o que?

Neco - Eu estou ficando escalado.

Batata - Não, olha isso aqui foi a maior pateada que eu já fiz na minha vida, agora saber o que é que aconteceu fica difícil.

Paulo - A hipoteca também.

Batata - A hipoteca também, veja bem foi feita aqui em Curitiba e não quiseram hipoteca....

Batata - Com exclusão do Item 4.

Emanuel - Exclusão do item 4 por completo, e deixa só a TBF, nada de "Seca".

Batata - Isso, do item 4 do parecer da Mesa de Negócios né?

Aldo - E ali na Mesa de Negócios, também operação proposta da COPEL, também retira a palavra "Seca"

Batata - Todos "Seca".

Aldo - O que fala em "Seca" aí

Paulo - Molha toda ela.

Batata - Isso é no item 2 excluir onde existe, eu não sei porque que escreveram "Seca", tinham que escrever pelo mesmos molhado então, porque eu acho que, escrever "Seca".

Emanuel - Excluir todo esse item 4, transcreve...

Batata - Só que daí você transcreve do jeito que está aí.

Emanuel - Transcreve-se o parecer da mesa e a decisão da Diretoria diferente disso. Ou já na própria...

Batata - Espera aí, não, você tem que tirar se não fica na Ata você vai deixar vestígio.

Emanuel - Pra não deixar vestígio tem que tirar o próprio parecer da Mesa?

Batata - O próprio parecer da Mesa.

Emanuel - Então você tem que pedir para eles refazerem esta proposta aqui.

Batata - Você vai ter de refazer...

Neco - Eu queria dar uma sugestão aqui no item 2, assim redigido: pagamento dos encargos nesta data totaliza R\$ 3 milhões. já recalculado expurgando-se a mora. Eu quero dizer o seguinte, o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, os encargos que nessa data totaliza, que nessa data já recalculado totalizam R\$ 3.303.000.000,00. Inverter, só para dar mais ênfase.

Paulo - Inverter, prá dar mais ênfase.

Batata - Daí a gente tem que falar com a Mesa de Negócios lá viu Emanuel, fazer...

Neco - Que o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, que nesta data totaliza, que nesta data, já recalculado totaliza R\$ 3.303.000.000.

Batata - Muito bem Presidente. Também tem muitas coisas que ficam sem sentido, mas como é outras pessoas que dão o parecer fica difícil a gente...

Neco - Eu queria também no item 5 na proposta da DM, eu sugeriria uma reavaliação dos equipamentos e pedir ao oficial da garantia o penhor de máquinas e equipamentos. Solicitar uma reavaliação dessas máquinas.

Batata - Não mas no parecer da superintendência, esta aqui ó, efetivo constituição das garantias com avaliações atualizadas pelo DEPPA, no parecer da SEREG, da Superintendência aí, na penúltima folha, é porque na realidade...

Neco - O item 5. Efetiva constituição da garantia e penhor de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 17 milhões.

Batata - Ah, o Senhor está no mesmo aí em baixo. Efetivo processual da garantia.

Neco - Mais manutenção de hipoteca e procuração da COPEL no valor R\$ 12.000.000,00.

Emanuel - Eu poderia colocar as avaliações deverão ser atualizadas pelo DEPPA.

Batata - Sim. É que eles não colocaram, o próprio Comitê. Coloque isso aí porque daí a gente conversa com a MESAN.

Neco - No início da operação, vamos supor que as máquinas continuem as mesmas, elas não tem o mesmo valor.

Batata - Não, é verdade. É que aqui. Não precisa modificar, é que na realidade nós nem poderíamos mexer no parecer da Mesa de Negócios, certo? Mas como tem o negócio da COPEL que já vai mexer, então já concerta o resto também, porque o parecer não é nosso é parecer da Mesa.

Elio - Mas viu o Batata você não está mexendo, você está acrescentando.

Batata - Veja bem, o parecer deles... Nós não podemos mexer no parecer deles.

Gabriel - Porque? Nós podemos retificar. Não senhor, a Diretoria aprova da seguinte forma, seria eliminado aquele item 4.

Batata - Nós como é a Mesa que está aqui, o que a gente pode fazer, é olha o item 4

Gabriel - Não há necessidade de decidir, o critério é o seguinte, não veio para a Diretoria homologar?

Batata - Certo.

Aldo - A Diretoria homologa através de uma nova redação.

Gabriel - Exatamente.

Aldo - Refaz a redação.

Batata - Deixa eu só repetir, é isso que ele está dizendo. É porque se a gente aprovar do jeito que você está falando, nós vamos aprovar mediante isso sim, só que se nós não mexer, vai ficar escrito aqui com o parecer deles, então nós vamos ter que mexer.

Gabriel - Eliminar o item 4.

Neco - Eu tenho outra sugestão aqui na 2ª folha, lá em baixo. A Empresa também pede isenção de TAC.

Batata - É Taxa de Abertura.

Neco - Não está abrindo nada. É uma recomposição de dívida.

Batata - Sim, é por isso que ela está pedindo isenção. Toda vez que faz um contrato novo, automaticamente nós cobramos pra....

Neco - Não é contrato novo.

Batata - Nós entendemos como contrato novo, mas nós estamos isentando ele. O que é errado né?

Neco - Batata, ontem eu ouvi dos funcionários lá de Londrina, um tal de INOC.

Batata - Não, isso não existe mais não.

Paulo - Deu alguns PAs esse tal de INOC, ai.

Batata - Nós éramos contra porque o seguinte: o que a gente não quer pra gente, a gente não deve desejar para os outros. Por exemplo. Imagina que você ter uma conta no Banco e forem debitar uma coisa prá você, eu fico puto da vida se acontecer um negócio desses.

Neco - Eu não, eu gosto. Batata quando da avaliação do DEPPA não foi relativa aos equipamentos e sim ao percentual de garantia.

Batata - Aonde o Senhor diz?

Neco - "Estamos encaminhando pedido de avaliação

No final da primeira página: "estamos encaminhando pedido de avaliação ao DEPPA, para equacionar percentual em garantia".

Batata - Certo. Mas é que isso aqui é o Parecer da Agência. Nós não podemos mexer no parecer deles mas nós temos que aumentar no nosso.

Aldo - Batata, chama o Edson e o Luiz Sérgio, eles são bons, eles entendem esse item aqui.

Batata - Não, isso aqui nós vamos de fato, eu não estou dizendo em relação à Agência...

Aldo - Mas tinha que solicitar até por uma questão de garantia deles, eu entendo aqui a posição do Comitê da DIROP, mas eles vão compreender também que essa vinculação da procuraçao da COPEL aqui vai ficar.

Batata - Não, isso daqui já está definido, nós vamos tirar, porque ali não tem problema eles puxam outra PPO disso aqui, a gente já tira vai excluir isso aí. Se a gente colocar no nosso, é o que eu estava dizendo ao Gabriel, vai ficar no parecer deles, e daí fica a mesma coisa.

Neco - Terminou Batata?

Batata - Terminei sim.

Neco - Eu pediria um, favor ao Cequinel, que está respondendo pela Diretoria de Recursos Humanos, assunto referente a Empregados à Disposição da Associação Banestado.

Valdemar - Nós apresentamos essa proposta na Reunião da Diretoria anterior. Na realidade é o seguinte: a Associação pede a manutenção da disposição dos funcionários e isso fica uma coisa pendente conosco quanto a esse pagamento. Então

"a pedido da

Associação

Banestado, autorizando a

disponibilização

de empregados para prestar

serviços

àquela

Associação,

sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período

de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97" Lista dos Empregados: "O Banestado têm um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe de R\$ 38.129,39 base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os resarcimentos dos valores devidos pela

Associação

Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam à disposição

daquele órgão após o término do período

de 180 dias acima citados, ou seja, 12.12.97, encontra-se pendente até a presente data.

A Proposta da

Associação:

a

Associação

solicita a

manutenção

da

liberação

dos empregados até dezembro de 98, comprometeu-se a efetuar os resarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de março

de 98, através de

dedução

dos créditos referentes ao contrato de

utilização

das

instalações

da Colônia de Férias de Praia de Leste" para nosso treinamento. É a proposta da DIRHU. Nós conversamos com o Presidente, a DIRHU, está fazendo a seguinte proposta, ele concorda com a proposta da Associação, mas sugere, que os débitos

anteriores relativos aos resarcimentos, e que encontram-se pendentes dessa data, sejam transformados em créditos para outros uso futuros junto a AB conforme a base. Dezembro R\$ 14.000.000, janeiro, R\$ 38.000,00, fevereiro R\$ 37.000,00, total de R\$ 90 mil. Na cotação do dólar, hoje nós teríamos um débito de R\$ 80.272,00 com a Associação Banestado.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA, REALIZADA EM 24.03.98

MARÇO DE 1998

Batata - Nós passamos essa proposta da XINGU no Comitê um, tá, então ficou a decisão ali no final, que foi colocada essa proposta, de que maneira?

Batata - Somos favoráveis à proposta no valor de R\$ 14.219.184,00.

Aldo - Não porque é bom explicar porque o Presidente não estava.

Batata - Então somos favoráveis à proposta no valor de R\$ 14.219.184,00 mais a responsabilidade do CENPP R\$ 2.634.737,27. Foi aquela operação que deu uma polêmica danada ai. Que mandou dinheiro pelo BRADESCO, a gente tentou segurar no BRADESCO e deu aquele bafafá todo. As garantias dessa operações, a COPEL, DERSUL, Penhor de Máquinas e Equipamentos de R\$ 4.383.000,00, hipoteca de R\$ 730.000,00, que era o que já existia, e mais essa procuração do CENPP. Na realidade dá quase R\$ 4 milhões, porque ele já recebeu R\$ 1.965.000,00. Amortização no ato de R\$ 1 milhão, tá?

Aldo - Isso está escrito onde?

Batata - Ele não, na renegociação, ele dá R\$ 1 milhão. A carta dele...

Aldo - Ele tem R\$ 1 milhão.

Batata - Ele tem porque esse dinheiro era nosso. Era nosso, está aqui a carta dele oferecendo R\$ 1 milhão; prazo 5 anos, ou seja 1 ano de carência, mais 4 anos. Amortização dos valores recebidos pela procurações dadas como garantia ao Banco no total da responsabilidade existente.

Neco - Batata, tem que cuidar, aqui na página 1/3, o item 10, a amortização dos valores não

Batata - As procurações, tem uma procuração DER/COPEL de R\$ 6.420.000,00, tem uma procuração ai DER/COPEL de R\$ 1.875.000,00, e tem uma procuração DERSUL que é R\$ 4.015.472,95.

Neco - Essas são as garantias. Quero saber a dívida.

Batata - R\$ 16.646.000,00.

Neco - A redação não está clara.

Batata - Não, mas eu entendi.

Elio - Vai acontecer o seguinte, se por exemplo nós recebermos aquela procuração de R\$ 6.420.000,00 e nós tivermos próximo da amortização de alguma parcela, amortiza essa parcela, a diferença ele vai ter que cobrir, ele vai ter que dar outra procuração na diferença para nós liberarmos o total, caso contrários nós arcariam com tudo.

Batata - Eu concordo com você. Na realidade ela está mais, isso ai não tem problema porque a gente pode corrigir aqui.

Neco - Então vamos corrigir.

Sérgio - Foi uma esperteza dele, claro. Se ele receber esses R\$ 12 milhões aqui e não tiver vencido nada nesses próximos seis meses, ele vai ficar com tudo.

Batata - Não, não. Nós só vamos liberar para ele o dinheiro porque essa procuração está conosco, se ele der outra garantia.

Aldo - Depois que eles pagam substitui por outra.

Gabriel - Isso tem que constar por escrito, depois que pago substitui por outra.

Sérgio - O que está escrito é o seguinte, ele vai receber do DER 2 milhões, se ele não tiver alguma coisa vencida, não, então tem que liberar também.

Neco - Então libera.

Aldo - Então só nesse item aqui, tem que incluir aqui.

Batata - Tem que fazer Emanuel uma. Vamos fazer de uma maneira... Veja bem, essas procurações quando é DER/COPEL não, porque a Lilian passa pelo CENPP todo dinheiro liberado e ela monitora todo dinheiro passa pelo Governo Estadual. O problema é essa do DERSUL, é outra história.

Batata - Eu escrevi aqui Dr. Aldo: Amortização dos valores referentes as procurações dadas como garantia ao Banco, se dará da seguinte maneira, dois pontos.

Aldo - Aí estabelecemos um roteiro. Procuração do DNER/COPEL data de tanto, amortizará tal valor. DER/COPEL amortizará tal valor.

Gabriel - Essa redação ele aceita?

Batata - Aceita. Nós discutimos em 4 Diretores.

Elio - Na COPEL aqui não tem problema, porque o dinheiro transita no Banestado.

Batata - O único problema que tem aqui na COPEL e se o Secretário pagar por fora pra ele.

Elio - Quer dizer, a do DER e da COPEL a preocupação não é tanta, porque o dinheiro vem pra nós.

Aldo - Aí é que está, as vezes a ponta não controla. O gerente da ponta não fica sabendo.

Elio - O Pessoal do CENPP controla muito bem.

Aldo - O CENPP tudo bem.

Gabriel - Se alguém for na COPEL com uma procuração e falar olha, quando for receber isso aqui, deposita na minha conta porque eu tenho uma procuração.

Elio - Mas passa pelo CENPP. Não a procuração é nossa.

Gabriel - Mas se ele deu pra outro, outra procuração igual.

Aldo - Mas ele já fez uma vez isso.

Gabriel - Pode dar pra outro.

Elio - O que ele fez, ele foi lá em Brasília, no DNER, deve dado algum pra alguém pra fazer aquilo.

Aldo - Ele pode se sentir no direito de fazer novamente. Essa é que é a preocupação, nós temos que amarrar melhor isso.

Sérgio - A Prefeitura deu uma procuração pra nós recebermos um contrato aí, nós consultamos o Dr. Fausto, ele falou pra pessoa que não podia, sob pena de o Banco pagar duplicado.

Gabriel - E a gente não pode, não sei se seria o caso, mas em todos os casos, porque a COPEL e o DER registrasse a operação na ordem de preferência, a primeira que registrou, porque a procuração que ele deu pra nós ele pode dar para o BRADESCO, não pode? Mas Dr. Aldo, eu digo que todos os empreiteiros são desonestos mas tem aquela piadinha, mas todos os desonestos são empreiteiros. Então é difícil de, quer dizer, ele já tapeou a gente uma vez, ele agiu mal. Agora isso aqui 16 do 02, se a gente não acertar, está de uma forma que foi feito tudo ontem. O que falta é esclarecer bem esses itens. Isso representa R\$ 40. Milhões para nosso CL, e o que sai do CL, melhora o nosso PL.

Aldo - Por favor, a proposta, tem DM.

Batata - A DM que chegou ontem à tarde mas a gente fez questão de conversar com alguns Diretores prá passar também, porque é mais R\$ 15.000.000,00 aqui também, que nesses três casos ai são R\$ 50.000.000,00 de renegociação e tem mais a parte do Elio lá ainda também que tem que passar. ECC Não Rotativo R\$ 15.000.000,00; Prazo 365; Taxa TBF "Seca". Ele fez uma carta aqui para o Banco do Estado. Ele já tinha conversado anteriormente até com o Presidente, com o Alaor, conversou comigo várias vezes, conversou com, eu acho que com quase todos os Diretores também. Então veja bem, o que é que ele está propondo pra nós. Ele deve R\$ 32.507.044,00, e o que é que a gente fez, veio a proposta da Agência que fez a carta, então veja bem, ele deve uma

operação de R\$ 8.000.000,00, que está em R\$ 12.059.176,00, deve uma operação de R\$ 5.500.000,00, que está em R\$ 5.803.524,00, deve operação de R\$ 1.700.000,00, que está em R\$ 897.000,00. Esses, o capital era R\$ 15.200.000,00, e hoje está em R\$ 19.760.317,00. Foi feito um recálculo, porque está vencida algumas dessas operações, com taxa do próprio contrato, que se chegou em R\$ 18.523.108,23. Ele vai pagar o juro que dá R\$ 3.323.108,53, e mais R\$ 200.000,00 do capital, que ele vai, ele quer retomar os R\$ 15.000.000,00, um ano de prazo, pagamento de juro e capital no final. E fica só o FINAME prá renegociar, eu acho que o Elio vai trazer.

Elio - Aqui em cima está, da R\$ 3.553.000,00 e no meu R\$ 3.323.000,00,

Batata - Mas ele vai pagar mais R\$ 200.000,00 do capital, que era R\$ 15.200.000,00 do capital né? Das três operações, e daí fica só R\$ 15.000.000,00. A COPEL deverá manter aplicação financeira de igual valor durante a vigência da presente operação com remuneração de 60% do CDI, para viabilizar a taxa da TBF "Seca" conforme negociação mantida com a DIRCO. Ele quer pagar só o juro final porque termina essa negociação, essa obra termina o ano que vem, e segundo a Agência aqui que também colocou aqui, conversou com ele, a gente também conversou com ele, essa obra aqui vai, olha aqui, pelas informações que obtivemos junto à Empresa, contrato entre a COPEL e DM, deve encerrar em dezembro de 1998, porém a obras deve se encerrar definitivamente em junho de 1999, e o saldo a receber da COPEL gira em torno de R\$ 90.000.000,00, mas um possível reajuste poderá ser aprovado pela COPEL de R\$ 20.000.000,00, ele escreveu aqui: desconhecemos os valores necessários para acabar a obra. Na realidade esses R\$ 20.000.000,00 é uma diferença, segundo ele foi feito um levantamento por uma empresa credenciada ele está alegando prejuízo, então ele conseguiu provar isso aí junto com o pessoal da COPEL e está *sub-judice* isso aí, o pessoal da COPEL ficou de realmente estudar e ver o que é que pode ser pago pra ele, né, até porque o Governador quer inaugurar agora antes da eleição.

Aldo - A COPEL vai depositar no Banco mais R\$ 15.000.000,00, mas vai aceitar uma remuneração menor, pra compensar a TR. Eu faria duas observações Batata, primeiro eu tiraria essa, da Ata TBF "Seca", porque fazer "Seca" aqui.

Batata - Mas ai a Mesa colocou TBF "Seca". Eu tiraria o "Seca".

Aldo - Eu não colocaria na ata essa aplicação.

Batata - Tirar. Eu também, veja bem, Como a mesa de negócios.

Aldo - Tira daqui mas não tira da aplicação.

Batata - Como a Mesa colocou isso aí, a Mesa dá o parecer dela e a gente vai segundo o parecer dela.

Elio - Aí eu concordo, você poderia deixar, por exemplo sem os 60%.

Gabriel - Mas eu acho que, olha mesmo assim, se a COPEL sofrer uma auditoria lá, aí você pode achar um favorecimento pra um ou prá outro.

Batata - Pode achar não, vão achar.

Gabriel - Porque ela está garantindo uma dívida de empreiteiro, a COPEL não pode isso, eu acho que eu tiraria.

Batata - Sabe porque nós colocamos aqui, porque de repente a gente não coloca casos

dessa natureza, o pessoal vai dizer não, não você está omitindo, então a gente colocou tudo.

Aldo - Não, foi bom ter colocado.

Batata - Foi colocado até a título de conhecimento.

Aldo - Porque esteve aqui esses tempos o Presidente da COPEL e o Diretor Financeiro. Mas essa medida tem que ser concomitante, assinou e deposita.

Batata - Exatamente. Eu conversei com o financeiro.

Aldo - Tem que saber onde é que está esse dinheiro.

Batata - Na realidade esse dinheiro...

Paulo - Falando em dinheiro, Dr. Aldo eu acho que o Valdemar tem razão, que se tira ali o negócio de 60%, mas diz pra COPEL que vai manter.

Valdemar - Prá nós Banco, é bom constar essa informação, porque afinal 60% esta boa também.

Aldo - Pois é alguém me falou certa vez, parece que o Banco Central não permite esse tipo de casamento eu não sei, parece meio incestuoso. Teria que ver esse caso.

Elio - Você acha o que? Melhora ou prejudica?

Valdemar - Não eu acho que nós o pessoal quer uma operação melhor para o Banco essa informação. Não é uma operação que o Banco vai ser lesado.

Batata - Prá nós é um bom negócio.

Paulo - Essa informação ela, agora, excluímos essa informação.

Aldo - Tem que ter por expresso isso na ata.

Valdemar - Não eu acho que, prá nós eu deixaria isso aí, agora...

Batata - É pra nós não tem problema nenhum, pode dar problema pra COPEL.

Elio - Batata, isso aqui...

Gabriel - Porque a COPEL aplicar 60% do valor financiado aqui é uma negligência do aplicador no sistema financeiro.

Batata - Apesar que ela pode justificar pelo serviço que a gente presta para ela.

Gabriel - Não tem justificativa, isso é que nem comprar precatório.

Elio - Para o Banco Central é setor público.

Batata - Não, não porque a Empresa não tem nada a ver com o setor.

Elio - Não é a Empresa mas a garantia que está sendo dada.

Batata - Não é garantia da COPEL, a COPEL não está dando garantia, ela está tendo uma funding pra nós, pra viabilizar, porque ela tem interesse no término da obra e...

Gabriel - Um funding pra nós. E acho que não pode ser registrado.

Batata - Vocês que sabem.

Gabriel - Isso é um acordo básico, eu acho que não deve ser registrado.

Batata - Vamos tirar, né. Eu acho que prá nós não pode mas pode pra COPEL a não ser, aliás. Conclusão da Diretoria reunida então, excluir os 60%? Só deixar a COPEL ali?

Gabriel - Tira da Ata né?

Aldo - Valdemar, argumente mais aí nessa...

Valdemar - O meu ponto de vista

Aldo - O que é que você acha? Desculpe...

Valdemar - O meu ponto de vista é o seguinte, corre o risco de alguém vir fazer uma auditoria da COPEL e descobrir aqui, não tem? Agora nós sermos questionados, que isso aqui não vai trazer problema prá nós, muito pelo contrário vai mostrar que a operação é melhor para o Banco.

Batata - Essa informação...

Paulo - Há um ano não é a mesma administração da COPEL, eles podem também sair disso aqui, ou seja, ficar com o ITAU, um exemplo.

Elio - Batata, qual é o custo acumulado na PPO?

Batata - Na PPO? Deixa eu dar uma olhadinha para ver se eles colocaram, não aqui não traz.

Elio - Se colocaram na PPO, tem que excluir na PPO também.

Sérgio - Precisamos ouvir o Presidente aqui na...

Batata - Não, não consta não.

Elio - Não consta?

Batata - Na realidade eles não tem nem dinheiro, eles não tinham nem conhecimento.

Neco - eu acho que o item 4 deve ser retirado inteiro.

Batata - Aprovado, retirando o item 4 e TBF "Seca"

Aldo - Eu também acho.

Elio - Porque veja bem, isso é um acordo entre as duas diretorias.

Gabriel - Tira a TBF também ou não? Só o "Seca", né?

Batata - Só a palavra "Seca" aliás eu nem sei porque escreveram essa "porra" aí. Eu acho que uma taxa ótima, uma taxa básica de financiamento é muito melhor que TR. Não digo "Seca", a palavra "Seca"

Neco - Batata, eu pediria aos Senhores nessa página que, não sei número de página que é mas no item 4, tirar todo o parágrafo. Excluir esse troço.

Elio - Excluir todo.

Gabriel - E remunera.

Batata - Excluindo o item 4 da Mesa de Negócio, né? Exatamente. Porque isso aí no acordo é um fio de bigode né? Vamos dizer assim né?

Sérgio - Ele não pode fazer, ele está lesando o interesse da COPEL.

Gabriel - Agora que o mutuário, no caso dele não saiba disso.

Batata - Não ele sabe.

Gabriel - Não ele não sabe que nós estamos retirando isso da Ata.

Neco - Então a respeito da COPEL ali na folha no item 8, mais ou menos na metade a operação da ordem de R\$ 8.500.000,00. Parecer, eu não lembro do empréstimo R\$ 1.679.974...

Batata - É R\$ 5.500

Neco - Eu queria que explicassem, essa operação quitou duplicata, e o Banco descontou duplicata e o Banco estornou pra ele?

Batata - Olha aqui, essa operação foi iniciada em 14.04.96

Neco - Você que estava em Maringá nessa época.

Batata - Não, não.. Eu estava em Maringá mas não foi feita em Maringá não, foi feita aqui em Curitiba na Agência Bacacheri. Isso aí, lembra aquela história do Shopping, o Shopping quando foi feito leasing, era para pagar essa duplicata aqui e que essa empresa ia descontar. Acontece que eles liberaram o dinheiro aqui, não se conversou Leasing e a Diretoria aqui, e deram o dinheiro para a Empresa. Porque nós fizemos uma, uma das coisas que na época foi feita a operação, porque já existiam operação de R\$ 4.000.000,00 que é a ação que a DM tem até hoje contra o Shopping, que é dessa duplicata não paga. O cara tirou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro está tudo na nossa mão de negócios, não falaram, certo.

Neco - A duplicata é emitida pela ASPEN PARK?

Batata - Emitida pela ASPEN PARK.

Neco - Deve ser prestação de serviços que a empresa fez para construir

Batata - É a DM fez prestação de serviços.

Neco - Agora, como que nós não estamos sabendo de um volume desses não passou pela Diretoria?

Batata - Não, eles conversaram, o pessoal da Leasing conversou, só que ligaram pra nós depois que já tinham tirado o dinheiro, o dinheiro foi liberado aqui em Curitiba, portanto foi liberado aqui na agência Bacacheri. Era liberado aqui pelo Bacacheri.

Neco - O gerente tinha alçada de R\$ 6.000.000,00?

Batata - Não, foi autorizado pela Diretoria, Presidente.

Neco - Mas como a Diretoria faz, sabe que é da Leasing?

Batata - Mas é isso que eu estou dizendo, é tudo dentro da mesma casa, o Senhor entendeu? Nós mesmo liberamos o dinheiro para o cara e não pagamos nossa dívida. O Senhor entendeu?

Aldo - Abril de 96?

Batata - Abril de 96. Não, não sabia estava tudo as mil maravilha.

Paulo - Estava começando a explodir.

Batata - Na realidade explodindo aqui por um pessoal que sabia, a gente que estava fora daqui não sabia.

Neco - E estou me informando aqui, porque eu me lendo, recebi um processo ASPEN PARK pela Leasing, é anterior ao problema da ASPEN PARK.

Batata - Esse valor quando foi liberado, até foi conversado com o pessoal da Mesa aqui,

Neco - Então na ASPEN PARK, vamos supor é R\$ 10.000.000,00 na Leasing. R\$ 8.000.000,00?

Batata - É feito na época era R\$ 8.000.000,00. Hoje deve ser uns R\$ 14.000.000,00: R\$ 8.000.000,00, e dos R\$ 8.000.000,00 iriam pagar essa dívida, eles já tinham no Banco do Estado desconto de duplicatas, esses R\$ 4.000.000,00 aqui, R\$ 6.000.000,00, o Senhor me entendeu? Quer dizer a Empresa iria pegar R\$ 2.000.000,00

Neco - A DM pagou pra eles e a DM não pagou pra nós.

Batata - A DM, julga-se que a DM fez o trabalho com a ASPEN PARK, do Grupo, veio no Banco do estado, o Banco descontou porque sabia que a Leasing iria liberar o dinheiro pra eles. Só que a Leasing liberou e não avisou estou liberando aqui, débito à duplicata o Senhor me entendeu? Aí nós ficamos com duas dívidas o ASPEN ficou devendo e a DM ficou devendo, e ficou devendo pro Banco do Estado. Então é uma barbaridade né? Fazer o que?

Neco - Eu estou ficando escolado.

Batata - Não, olha isso aqui foi a maior pateada que eu já fiz na minha vida, agora saber o que é que aconteceu fica difícil.

Paulo - A hipoteca também.

Batata - A hipoteca também, veja bem foi feita aqui em Curitiba e não quiseram hipoteca....

Batata - Com exclusão do Item 4.

Emanuel - Exclusão do item 4 por completo, e deixa só a TBF, nada de "Seca".

Batata - Isso, do item 4 do parecer da Mesa de Negócios né?

Aldo - E ali na Mesa de Negócios, também operação proposta da COPEL, também retira a palavra "Seca"

Batata - Todos "Seca".

Aldo - O que fala em "Seca" aí

Paulo - Molha toda ela.

Batata - Isso é no item 2 excluir onde existe, eu não sei porque que escreveram "Seca", tinham que escrever pelo mesmos molhado então, porque eu acho que, escrever "Seca".

Emanuel - Excluir todo esse item 4, transcreve...

Batata - Só que daí você transcreve do jeito que está aí.

Emanuel - Transcreve-se o parecer da mesa e a decisão da Diretoria diferente disso. Ou já na própria...

Batata - Espera aí, não, você tem que tirar se não fica na Ata você vai deixar vestígio.

Emanuel - Pra não deixar vestígio tem que tirar o próprio parecer da Mesa?

Batata - O próprio parecer da Mesa.

Emanuel - Então você tem que pedir para eles refazerem esta proposta aqui.

Batata - Você vai ter de refazer...

Neco - Eu queria dar uma sugestão aqui no item 2, assim redigido: pagamento dos encargos nesta data totaliza R\$ 3 milhões. já recalculado expurgando-se a mora. Eu quero dizer o seguinte, o pagamento dos encargos, expurgando-se a mora, os encargos que nessa data totaliza, que nessa data já recalculado totalizam R\$ 3.303.000,00. Inverter, só para dar mais ênfase.

Paulo - Inverter, prá dar mais ênfase.

Batata - Veja bem, o parecer deles... Nós não podemos mexer no parecer deles.

Gabriel - Porque? Nós podemos retificar. Não senhor, a Diretoria aprova da seguinte forma, seria eliminado aquele item 4.

Batata - Nós como é a Mesa que está aqui, o que a gente pode fazer, é olha o item 4

Gabriel - Não há necessidade de decidir, o critério é o seguinte, não veio para a Diretoria homologar?

Batata - Certo.

Aldo - A Diretoria homologa através de uma nova redação.

Gabriel - Exatamente.

Aldo - Refaz a redação.

Batata - Deixa eu só repetir, é isso que ele está dizendo. É porque se a gente aprovar do jeito que você está falando, nós vamos aprovar mediante isso sim, só que se nós não mexer, vai ficar escrito aqui com o parecer deles, então nós vamos ter que mexer.

Gabriel - Eliminar o item 4.

Neco - Batata, ontem eu ouvi dos funcionários lá de Londrina, um tal de INOC.

Batata - Não, isso não existe mais não.

Paulo - Deu alguns PAs esse tal de INOC, ai.

Batata - Nós éramos contra porque o seguinte: o que a gente não quer pra gente, a gente não deve desejar para os outros. Por exemplo. Imagina que você ter uma conta no Banco e forem debitar uma coisa prá você, eu fico puto da vida se acontecer um negócio desses.

Neco - Eu não, eu gosto. Eu pediria um, favor ao Cequinel, que está respondendo pela Diretoria de Recursos Humanos, assunto referente a Empregados à Disposição da Associação Banestado.

Valdemar - A Associação pede a manutenção da disposição dos funcionários e isso fica uma coisa pendente conosco quanto a esse pagamento. Então "a pedido da Associação

Banestado, autorizando a disponibilização de empregados para prestar serviços àquela Associação,

sendo que as despesas de pessoal tidas com esses empregados seriam arcadas pelo Banestado por um período de 180 dias, cujo o término se deu em 12.12.97" Lista dos Empregados: "O Banestado têm um custo total mensal com os empregados acima citados, no importe de R\$ 38.129,39 base de janeiro, já acrescidos os encargos. Informamos que os resarcimentos dos valores devidos pela

Associação

*Banestado relativo às despesas dos empregados que estão ou estavam à disposição
daquele órgão após o término do período
de 180 dias acima citados, ou seja, 12.12.97, encontra-se pendente até a presente data.*

A Proposta da Associação:

a

Associação solicita a manutenção

da

liberação

dos empregados até dezembro de 98, comprometeu-se a efetuar os resarcimentos das despesas a partir da folha de pagamento de

março

de 98, através de

dedução

dos créditos referentes ao contrato de

utilização

das

instalações

da Colônia de Férias de Praia de Leste" para nosso treinamento. E a proposta da DIRHU. Nós conversámos com o Presidente, à DIRHU, está fazendo a seguinte proposta, ele concorda com a proposta da Associação, mas sugere, que os débitos anteriores relativos aos resarcimentos, e que encontram-se pendentes dessa data, sejam transformados em créditos para outros usos futuros junto a AB conforme a base. Dezembro R\$ 14.000.000, janeiro, R\$ 38.000,00, fevereiro R\$ 37.000,00, total de R\$ 90 mil. Na cotação do dólar, hoje nós teríamos um débito de R\$ 80.272,00 com a Associação Banestado.

Batata - Boa idéia essa.

Neco - Então nós podíamos ficar com esse crédito, essa é a minha opinião, sugestão, poderíamos usar o hotel deles.

Valdemar - Isso, conforme vai usando vai amortizando.

Neco - Vai amortizando; inclusive com aqueles cursos lá em Pontal, na Praia de Leste, não precisa cobrar tudo de uma vez só, cobra em duas, três vezes. Mas deixar de cobrar não. Eu queria submeter aos Senhores para apreciação, para aprovação a proposta da DIRHU, quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada a proposta da DIRHU. Agora assunto da Presidência. Esse assunto da Presidência, eu queria conversar a respeito dessa apreciação da publicidade que está sendo solicitada através do Shalapak e Juracy Moreira, na folha 6/1, o volume que se gasta. Nós temos dois compromissos, um com o Banco Central de reduzir o custo de adequação e o outro que é conter os gastos, e também o compromisso a permuta das horas extras assumidas para reduzir custos de patrocínio com publicidade. Então eu gostaria de solicitar nós retirarmos esse assunto aqui que são vários assuntos eu e o Dr. Aldo. Para ver qual e a expectativa do Palácio do Governo com relação a este ano, é um ano político, e aqui também nós temos uma informação só do Shalapak, não tem do Palácio, a Assessoria de Comunicação aqui do Banco é muito vinculada a compromissos com o Palácio do Governo e eu não estou em condições de apresentar aos Senhores, porque eu não tenho as informações. Esse assunto vai ser tirado da pauta e o outro fica prejudicado. Isso aqui fala só o que foi aprovado em Agosto de 1997 e proposta para Agosto de 1998. Só os veículo de comunicação, mas não fala os valores.

Emanuel - Perdão, Presidente essa é uma abreviatura de AGO - Assembléia Geral. É publicações aprovadas na AGO de 97, Assembléia Geral. Ordinária.

Paulo - Isso aqui eu acho que não tem problema de aprovação porque é só o órgão que vai veicular as informações oficiais do Banco. E essa distribuição aqui é uma distribuição equitativa por órgãos da imprensa.

Neco - Então eu vou submeter para votação. Primeiro deixa eu fazer uma correção na folha 4, é Folha do Paraná não é Folha de Londrina. Também na folha 4/1, aonde se lê Folha de Londrina, leia-se Folha do Paraná.

Emanuel - É nós colocamos uma observação que ela circula com outro nome. Em Londrina ela circula Presidente, como Folha do Paraná também?

Neco - Tem a página de Londrina, não tem mais a Folha de Londrina, com a Folha do Paraná. Imprensa Jornalística Folha de Londrina mas o nome fantasia é Folha do Paraná. Então vou submeter aos Senhores da página 4 - SEGER, Publicações Legais do Banco do Estado do Paraná e das Empresas Banestado e Ligadas referentes a 1998. Quem estiver de acordo que permaneça como está caso contrário que se manifeste. Então está aprovada, conforme as observações de alteração dos nomes reais dos jornais e veículos de comunicação. Aprovado.

Batata: Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, tem uma reforma, era R\$ 3.000.000,00, veio baixando R\$ 2.497.000,00 que recebemos, também ele não tem limite, não tem coisa pública na operação feita dentro da margem de endividamento.

Paulo - Só uma pergunta, podemos operar com a CELEPAR?

Batata - Não, não pode. Mas já existia essa operação. Mas não tem outra alternativa, não pode, a CELEPAR já devia R\$ 3.000.000,00 pra nós, foi até conversado com o Giovani e com o pessoal da CELEPAR eles estão baixando.

Paulo - Quem que veio o Augusto?

Batata - É, foi conversado com o pessoal da CELEPAR pelo CENNP. Na realidade essa operação não poderia ser feita lá no passado, foi feito, quer dizer, é uma das poucas operações que não pode fazer porque é do Estado. Então, mas isso aí é de conhecimento do próprio Banco Central, foi feito lá atrás, só nós resta, a gente tentou liquidar tudo isso aí, fazerem em outro Banco, foi conversado com o Giovani mas não tinha também como liquidar a operação.

Neco - Batata, eu queria levantar uma questão aqui, o Carlos Xavier Simões eu sei uma operação foi salientado na operação para que se aprovasse, mas eu só quero umas informações. Aqui estão dizendo valor ECC Não Rotativo R\$ 400.000,00 e o total das responsabilidade está R\$ 429.014,00.

Batata - Na realidade esses R\$ 400.000,00 Presidente, ele nem foi feito essa operação, vai vir outra de R\$ 469.000,00 já foi totalizado, inclusive porque a gente tinha mandado R\$ 400.000,00 para ver se ele pagava os juros, mas ele não teve dinheiro daí veio outra, outro pedido de R\$ 469.000,00, já co-autorizado uma de R\$ 469.000,00 para ele baixar. Eu acho que até que a Maria Odete conversou com o Senhor a respeito disso. E o Giovani ligou pra mim, eu disse não seu Giovani já fôi, porque na realidade ele não queria assinar a reforma aí o Giovani ontem me ligou e falou Batata, ele está aqui na minha frente, então ele falou que vai assinar, então você fala para a Maria Odete aí, eu falei com a Lu e ele foi lá no Banco assinar ontem.

Neco - Esses dois assuntos, esse aqui específico e o outro do AT, quando foi que o Giovani estava aqui, chegou o Secretário do AT e eu saí e eles conversaram e ficou acertado, como eu não sei.

Batata - Foram conversar comigo, mas eu não estou sabendo. O que eu estou sabendo é que o Giovani, o Nilton Mariano, eu falei com o Nilton ele disse que conversou com o Giovani e o Giovani falou não, isso aí eu não quero saber.

Neco - Ele falou isso ?

Batata - Falou para o Nilton.

Neco - Precisamos conversar.

Batata - É verdade. E então ficou, pelo menos o que o Nilton disso isso, desse pra mim. Até o Nilton falou poxa, na hora de fazer e agora o Secretário falou isso eu não sei o que é que vai ser feito. Aí seria importante conversar com o Nilton na hora que ele voltar de, pelo menos foi o que ele me disse para nós no Comitê, eu não sei se vocês estavam presentes.

Neco - A informação é que era para renovar a operação, foi o que dito e foi renovada.

Aldo - Qual é o valor, é quatrocentos e?

Neco - R\$ 434.000,00.

Batata - Não, na realidade essa operação foi até autorizada a reforma, não no nome da Empresa.

Neco - Foi dividido em três empresas.

Batata - Não, foi feito numa só.

Elio - Eram três empresas, dois milhões e pouco, onde entrou os precatórios aonde passou para esses seiscentos e poucos.

Batata - Isso foi o ano passado.

Elio - E aí ocorreu o erro nosso. Porque nós renovamos com uma taxa de 5% ao mês justamente pra..

Batata - Essa aí que é a, você administrou com o Nilton né? Que o Senhor tinha pedido, não sei como é que foi feito sinceramente. O que eu posso dizer é que essa semana o Nilton falou que tinha conversado com o Secretário sobre essa operação, então, pelo menos foi o que ele me falou. Teria que comprovar com o Nilton, conversar com o Nilton pra ver se é isso mesmo.

Gabriel: LAVIOLETERA foi até uma discussão, não bem uma discussão porque eu até me dou bem com ele o Valdir Gerente da Comendador, ele diz que nós indeferimos uma operação para a LAVIOLETERA por causa da reciprocidade, que essa operação tinha garantia excelentes e que a Empresa tinha limites, eu disse pra ele que essa operação jamais passou pelo Câmbio, pela Diretoria pelo menos e ele disse que tinha e eu falei que não tinha, tinha, não tinha, tinha, não tinha, e depois eu fui verificar e ele tinha razão só que eu não tomei conhecimento dessa operação. Essa operação foi indeferida pelos caminhos antes de chegar a Diretoria e não é alçada que eu sei de

deferir abaixo da Diretoria. Então eu pedi para o pessoal colocarem nessa pauta para a Diretoria tomar conhecimento de que é uma falha da minha área e eu não tinha conhecimento. E serve pra gente analisar o seguinte, de que as coisas tem que valer no Banco para todo mundo igual e não prá uns vale e pra outros não vale. Essa Empresa tem pelo mesmo Limite implantado de R\$ 1.000.000,00 e prá essa não pode dar e prá outras que não tem nada dão. Eu não conheço a Empresa.

Paulo - Eles são donos da Agência da Comendador

Gabriel - É eles são donos do prédio.

Gabriel - Isso veio pra cá para eu dizer aos Senhores, me penitenciar porque é uma falha minha e que eu corrigi, espero que tenha corrigido, mas prá ver como, eu disse olha eu não sou do Banco, eu não sou da Folha de Pagamento do Banco não sou funcionário mas eu gosto do Banco que nem vocês porque tem gente que diz eu acabo concordando nós não mandamos no Banco, pelo menos os alienígenas. Somos em três.

Paulo - Vamos nos esposar dessa sua.

Paulo - Eu acho que foi indeferido porque ele tem respaldo e vai pagar.

Paulo - Essa Empresa aqui é a maior proprietária de imóveis no centro de Curitiba.

Gabriel - Não, é imóveis do Banco. Aonde está a Agência Comendador é deles.

Paulo - Onde estava a Corretora.

Gabriel - Então são essas falhas eu trago para conhecimento dos Senhores, quando um empresário faz uma proposta ou da administração ou de um nível assim de decisão inferior, não inferior no sentido da palavra, mas na hierarquia, então eles resolveram indeferir porque, mas eu já pedi para que essas coisas não ocorram mais. Porque não quiseram dar, dão para quem não tem nada de limite e deixam de dar para quem tem. Eu trouxe aqui só para conhecimento, mas concordo que não é o fato de indeferir. Eu não tinha conhecimento disso como advogado.

Elio - Com relação ao FDE, eu coloquei parte dos meus técnicos para fazer cobrança nas Regionais, e agora na hora do almoço o meu Gerente de Divisão me falou nós vamos ter que puxar os nossos técnicos de Londrina e Maringá, porque o que está acontecendo. O pessoal chegou lá e as duas GEREGs disseram que não precisam, que já estão fazendo lá por conta deles, querem autonomia porque eles não vão ter como negociar o custo do FDE, e o que me deixou mais preocupado foi o seguinte pegam toda a dívida da empresa, estão pegando, pegam os recursos que entram jogam todo para carteira comercial e nada para o FDE porque é como eles dizem, então para o FDE não vem nada. Isso me parece que em Umuarama também está a mesma coisa. E a outra que me deixou mais preocupado ainda é com relação a Cascavel, isso a proposta está aqui. O ano passado eles já fizeram uma negociação com uma empresa chamada VARGUINHAS COMÉRCIO E TRANSPORTES, nós descobrimos por acaso, quando apareceu uma cópia do contrato na Divisão. Eles liquidaram dois FINAMEs, você conhece Valdemar.

Valdemar - Conheço.

Elio - Liquidaram dois ou três contratos, fizeram contratos com TJLP, contratos viciados, que já foram feitos, contratos iniciados e que se formos executar, não se recebe porque é proibido por lei só pode se usar...

Elio - Contratação do seguro da frota, 43 itens com 1, prêmio total de R\$ 66.000,00. Quer dizer, eles estão dando um desconto de 72% na dívida do FDE e estão fazendo o seguro de R\$ 66.000,00.

Batata - 72%?

Paulo - Quanto é que é a comissão?

Elio - Eu não sei, aí que está o detalhe. Quer dizer, nós FDE, o FDE vai ter que assumir um alíquota em R\$ 72.000,00 e eles vão fazer um seguro de R\$ 66.000,00. Eu vou simplesmente não irá deferir isso aí.

Neco - Sem dúvida, lógico.

Elio - Quer dizer, o que dá para ver, damos um desconto de R\$ 72.000,00 eles fazem um seguro de R\$ 66.000,00 e tudo bem. Quer dizer é esse o tratamento em muitos casos aos recursos que são do FDE.

Neco - Tem que ver com quem é padrinho dessa SUREG.

Elio - Cascavel eu não sei.

Gabriel - O Ricardo é o padrinho da recuperação.

Valdemar - O Ricardo está fazendo a campanha.

Batata - É a mesma.

Elio - Esta está no papel, os técnicos estão colocando eu pedi para eles fazerem um relatório o que é que está acontecendo efetivamente para passar para o Senhor.

Neco - Por favor.

Elio - Me preocupa muito, porque nós estamos dando um tratamento que não é do nosso ramo, que era problema nosso, transferimos ao FDE e agora me parece o seguinte, joga embaixo do pano, embaixo do tapete porque o FDE vai bancar. Quer dizer, é o que está acontecendo, está havendo o Saneamento do Banco.

Batata - Será que isso aí é uma verdade? Será que é concreta, eles estão fazendo só as outras FDE não?

Elio - As outras estão fazendo lá e aí o que acontece, o FDE não recebe nada, eles rolam no ritmo que eles querem, não é isso, aí que está o detalhe.

Batata - Aí é que está o detalhe. Então quer dizer, estão dando tratamento totalmente diferente e isso me preocupa. É isso aí.

Neco - É mas tem que orientar esse negócio, tem que dar uma dura neles não é assim não.

Gabriel - Nós vamos fazer um relatório ai nós traremos e entregaremos ao Sr. e ao Dr. Aldo.

Valdemar - Existe um estudo que diz o seguinte, quando o cara ganha dinheiro lembra no máximo dois anos, então ele ganha uma viagem, lembra quinze. Então o efeito digamos numa viagem que ele vai com a família e tudo mais, é bem maior, agora sempre vai existir isso aí. Mais tem um cara que quer de uma forma e outro quer de outra, teve um que ligou agora para nós fazendo uma sugestão.

Batata - Não consegue concertar o mundo.

Valdemar - Não, mas está o regime lá tem estado no Paraguai, numa dessas acontece alguma coisa.

Aldo - O máximo que pode fazer é prender.

Paulo - Eu falei isso porque ele falou quinta feira que ele estava preocupado em pegar a viagem porque ele podia ficar preso lá.

Valdemar - Na realidade ele está querendo Nova Iorque, ele está querendo Nova Iorque.

Batata - Eu também. Eles dão prêmio para Diretor também?

Paulo - Pode sortear de repente, nós estamos comprando 20 passagens, conseguir uma a mais o Senhor é Diretor aí.

Aldo - Alguém mais tem alguma. Não?

**APARTE DO SR. SENADOR ROMEU TUMA AO SR. SENADOR
LÚCIO ALCÂNTARA, FEITO NA SESSÃO DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1998,
QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO SENADOR:**

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Sr. Presidente, posso conceder um aparte ao Senador Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - O tempo de V. Ex^a está esgotado, mas, evidentemente, a Casa nada perderá em ouvir também o Senador Romeu Tuma.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Com grande prazer, ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) - Gostaria de saudá-los, com muita saudade. Entrei aqui praticamente quando V. Ex^a estava recebendo vários apartes.

Quando entramos em um partido - o Senador Josaphat Marinho foi claro nesse ponto -, recebemos a carta de princípios e os objetivos do partido. Então, se aceitarmos nos inscrever num partido, seremos fiéis àqueles princípios da carta dos partidos, e não a decisões ou a interesses pessoais ou governamentais que ferem alguns princípios da carta recebida quando se ingressou no partido. Uma questão que se discute é de ordem pessoal. Tive dois filhos candidatos: um eleito, com 60 mil votos, e o outro, que teve praticamente 13 mil votos, não se elegeu, porque a legenda não conseguiu o coeficiente, ficando sem a possibilidade de assumir o Legislativo de São Paulo. Ouvi, com todo o respeito, o Senador Sérgio Machado, por mais de uma vez, fazer referência na TV Senado - no meu restabelecimento a distração era ficar vendo a TV Senado - de que, pelo seu projeto, o mandato é do partido e não do eleito; o partido é que é o dono, em tese, do mandato. Fico numa dúvida muito grande, porque a luta é de cada um de nós para buscar o voto, convencer o eleitor, fazer com que ele acredite nos nossos princípios. Depois de eleitos, assumimos e perdemos o mandato? Passa o mandato a não ser mais nosso? Essa é a proposta que vai vingar? Tenho idéia, inclusive, de conversar com o Senador Sérgio Machado a respeito desse assunto, porque acho que deve haver um meio termo. Cumprimento V. Ex^a por abordar o tema. É uma angústia muito grande esse debate permanente. Às vezes, dentro do partido, V. Ex^a é escolhido para seguir um caminho, disputar um mandato e, depois, no meio do caminho, o partido faz um acordo e V. Ex^a fica, sem dúvida nenhuma, na estrada, tendo que concordar ou não com esses desígnios, que são naturais pela legislação atual. Cumprimento V. Ex^a, agradeço e peço desculpas por interromper o discurso de V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - V. Ex^a traz uma contribuição que é importante.

Já vou concluir, mas quero deixar claro que com este pronunciamento quisemos levantar a questão, mostrar alguns dos seus aspectos. Certamente, cada um vai refletir sobre o assunto e, no momento próprio, se pronunciar, com a sua independência, com a sua coerência, com a sua consciência.

A razão de o Senador Sérgio Machado dizer que o mandato do Deputado é do partido é que S. Ex^a entende que o Deputado que não atingiu o coeficiente eleitoral, automaticamente foi eleito em função do total de votos obtidos pelos diferentes candidatos e pela legenda. É isso que S. Ex^a chama de "mandato do partido". De qualquer maneira, acredito que essa questão tem muita importância, porque todos estamos de acordo que teremos que ter alguns parâmetros para definir isso. Mas também parece que não se aceita que se exorbita disso, sob pena de garrotear a opinião do Parlamentar, sua manifestação, e assim por diante.

ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1998
(Publicada no DSF de 6 de outubro de 1998)

RETIFICAÇÕES

À página 13198, 1^a coluna, na leitura da Mensagem nº 232, de 1998,

Onde se lê:

(...) do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1998 (...)

Leia-se:

(...) restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1998 (...)

.....

À página 13199, 2^a coluna, na fala da presidência referente à Mensagem nº 228/98,

Onde se lê:

(...) de 1º de setembro último, encaminhando, (...)

Leia-se:

(...) de 1º de setembro último, do Senhor Presidente da República, encaminhando, (...)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.710-2, ADOTADA EM 8 DE OUTUBRO DE 1998 E
PUBLICADA NO DIA 9 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ACRESCENTA
DISPOSITIVO À LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, QUE
DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENais E ADMINISTRATIVAS
DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE”.

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	001,002.

TOTAL DE EMENDAS: 02.

MP 1710-2**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000001**

data 14/10/98	proposição Medida Provisória nº 1.710-2/98			
autor DEPUTADO SILAS BRASILEIRO		nº do prontuário		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória 1.710-2/98 para dar nova redação ao inciso II do art. 79A, inserido pela MPV na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

II - O prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Justificativa

A presente emenda visa restabelecer o texto da Medida Provisória original.

Para atender os objetivos buscados pelo próprio artigo 79-A, qual seja permitir que as pessoas mencionadas no *caput* possam promover as necessárias correções de suas atividades e atender as exigências impostas pelas autoridades ambientais, é preciso dar-lhes prazos compatíveis e diferenciados para que as empresas, já em produção antes da promulgação da lei, possam ter tempo hábil para se adaptarem às suas exigências.

Portanto, nada mais justo, dada a complexidade da adaptação em algumas empresas, que não se limitará, por exemplo, a filtros em chaminés, a lagoas de decantação e à vedação do chorume produzido por rejeito.

Podem-se fazer necessárias várias modificações e quase ao longo de toda a cadeia de produção; e, neste caso, é preciso conceder-lhes tempo tecnicamente razoável para promover as alterações exigidas que se destinam à preservação do meio ambiente, que é o fim último buscado pela MP.

Demais disso, os critérios na concessão dos prazos deverão ser rigorosamente técnicos. Portanto, em nada prejudica a fixação do limite de 05 anos, como fixado na MP 1.710-2/98, para que os órgãos ambientais possam legitimamente atender aos casos que demandarem maior prazo.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de outubro de 1998

Deputado Silas Brasileiro

MP 1710-2

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000002

data
14/10/98proposição
Medida Provisória nº 1.710-2 /98autor
DEPUTADO SILAS BRASILEIRO

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória 1.710-2/98 para dar nova redação ao § 4º do art. 79-A, inserido pela MPV na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

"Art.79-A

.....

" § 4º. - A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento, relativas a atividades que não tenham sido objeto do termo de compromisso, conforme inciso III do § 1º. "

Justificativa

O § 4º do Art.79-A, inserido pela MP 1.710-2/98, nos termos em que está proposto, mostra-se incoerente com a finalidade do termo de compromisso expresso no § 1º do mesmo artigo.

Se o termo de compromisso se destina, exclusivamente, a possibilitar àquele que utiliza recursos naturais a promover as necessárias correções de suas atividades, visando unicamente ao atendimento das exigências impostas pelos órgãos ambientais, não se mostra absolutamente razoável que se possa cobrar as multas que sejam decorrentes do não atendimento dessas mesmas exigências.

Assim, faz-se necessário corrigir tal situação, por ser de inteira justiça e para permitir somente a cobrança de multas anteriores, relativas a atividades que não foram objeto do termo de compromisso.

PARLAMENTAR

Brasília, 14 de outubro de 1998

Deputado Silas Brasileiro

Publique-se em 15/10/98.

Alvaro Martin

José Maria Betelho Cebulac
Analista do Serviço de Apoio Técnico - SSAPE

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.767, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10 do Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 1997, e tendo em vista o contido no Processo n.º 014955/97-0,

RESOLVE aprovar as anexas minutas-padrão de contratos de credenciamento para a prestação de serviços médico-hospitalares e para a realização de exames médicos complementares a senadores, ex-senadores, servidores, do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados filiados ao Sistema Integrado de Saúde, e seus dependentes.

Senado Federal, em 14 de outubro de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**CONTRATO
DE
CREDENCIAMENTO N°**

Que entre si fazem, de um lado, o
SENADO FEDERAL, e, do outro, o(a)

_____, para credenciamento
com vistas à prestação de serviços de
exames médicos complementares.

O Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em
Brasília-DF, CGC n.º 00.530.279/0001-15, doravante denominado SENADO

ou CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral,
e o(a)
_____, com sede à
_____, Brasília-
DF, telefone n.º (____) ____-, fax n.º (____) ____-, CGC/MF n.º
_____/_____, doravante denominada CONTRATADA ou
CREDENCIADA, representada neste ato por
_____, CI n.º _____, expedida pela
_____, CPF n.º _____. resolvem celebrar o presente contrato para
a prestação de serviços de exames médicos complementares, nos termos do
caput do art. 25 da 8.666/93, consoante consta no Processo n.º ____/_
_ e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços
compreendendo exames médicos complementares de diagnóstico e
tratamento, no âmbito das especializações da CONTRATADA, aos
Senadores, ex-Senadores, servidores, do SENADO e de seus órgãos
supervisionados filiados ao SIS, e seus dependentes.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste
contrato ou decorrente da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições que
ensejaram sua contratação;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou
contrato social, sempre que houver alteração;
- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais,
bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas
relacionadas à execução deste contrato;
- IV - comunicar ao gestor deste contrato todas as ocorrências
anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as
com dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e
ao esclarecimento dos fatos; e
- V - realizar, por intermédio de seu corpo médico credenciado,
procedimentos de exames complementares para diagnóstico
do tratamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se responsabilizará
civil, penal e administrativamente pelos serviços que vier a prestar,

obrigando-se a ressarcir qualquer dano causado ao SENADO, aos usuários ou a terceiros, seja por prática de ato de sua direta autoria ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca da prestação dos serviços a que se refere este contrato, assim como cobrar dos usuários ou de seus responsáveis as parcelas glosadas pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os exames de rotina serão requisitados diretamente à CONTRATADA, pelos usuários, cabendo ao órgão competente do SENADO requisitar os demais exames, em formulário próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os exames serão realizados nas dependências da CONTRATADA, que fornecerá, quando for o caso, os utensílios necessários à coleta de materiais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os resultados dos exames serão entregues ao paciente, preferencialmente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do atendimento, mediante recibo na 1ª via da requisição que acompanhará a nota fiscal-fatura, ressalvados os exames que demandem maior prazo de entrega, os quais deverão ser justificados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, considerada a tabela do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A nota fiscal-fatura, que será atestada pela SAMS, far-se-á acompanhar, para esse fim, das primeiras vias das requisições, assinadas pelo paciente ou responsável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço a ser pago será o previsto na tabela vigente do mês da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será feito, mensalmente, por intermédio do recebimento da nota fiscal-fatura, com discriminação dos serviços, em 2 (duas) vias, cuja data de emissão não

poderá ser anterior à do último dia do mês vencido, devendo ser apresentada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado mediante depósito na conta bancária da CONTRATADA até o último dia útil do mês em que a nota fiscal-fatura for apresentada ao órgão competente do SENADO, condicionado à apresentação do seguinte:

- I - atestado do paciente ou do responsável que comprove a efetiva prestação do serviço; e
- II - cópias autenticadas da Certidão Negativa de Débitos - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados.

PARÁGRAFO QUINTO - O atraso no pagamento, por fato imputável ao SENADO, importará na atualização dos preços, se for o caso.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de glosas, a parcela remanescente da nota fiscal-fatura será paga normalmente, no prazo e forma estabelecidos nesta cláusula, garantido o direito de defesa nos termos da cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será atualizado pela última tabela o valor da parcela glosada se, interposto recurso pela CONTRATADA, for ela restabelecida.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE

Os preços constantes das tabelas referidas na cláusula quarta deste contrato sofrerão os reajustes acordados pelo Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza da Despesa _____, tendo sido empenhada pela Nota de Empenho n.º _____, de _____ de _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao órgão competente do SENADO requisitar e fiscalizar os serviços, periciar e atestar a nota fiscal-fatura, e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato ou pelo descumprimento das obrigações ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, serão impostas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA resarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite máximo da multa convencional, de natureza simplesmente moratória, pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou obrigação, é fixado em 10% (dez por cento) do montante da nota de empenho emitida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação da multa não impede o SENADO de:

- I - cobrar as reparações devidas, em função dos danos efetivamente apurados e decorrentes da inadimplência ou da responsabilidade da CONTRATADA;
- II - promover a rescisão unilateral deste contrato; e
- III - aplicar outras sanções previstas em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada da nota fiscal-fatura emitida pela CONTRATADA ou, se insuficiente, o valor remanescente deverá ser recolhido à conta do SENADO.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos administrativos deverão ser interpostos:

- I - no caso de glosa na nota fiscal-fatura, junto ao gestor deste contrato;
- II - no caso de aplicação de penalidade, dirigido ao Diretor da Secretaria Administrativa; ou
- III - quando não reconsiderada a decisão, serão apreciados, em instância única, pelo Diretor-Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá à CONTRATADA recorrer a partir da data da comunicação do SENADO, nos seguintes prazos:

- I - 30 (trinta) dias corridos, no caso de glosa na nota fiscal-fatura; e
- II - 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Findo o prazo estabelecido nos incisos acima, a não manifestação da CONTRATADA importará na aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o SENADO;
- III - por denúncia unilateral da Contratada, formalizada junto ao Senado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se dará a rescisão; ou
- IV - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As rescisões de que tratam os itens I, II e III do parágrafo anterior serão precedidas de autorização escrita e fundamentada do Diretor-Geral do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DISPOSIÇÃO GERAL

Fica estabelecido que o Regulamento Interno da CONTRATADA e suas normas complementares serão respeitados pelos pacientes encaminhados pelo SENADO e seus responsáveis, desde que não contrariem o estipulado nas cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____

DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL **REPRESENTANTE**
CONTRATADA

Diretor da SSACCS

Diretor da SSAMP

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N°

Que entre si fazem, de um lado, o SENADO FEDERAL, e, do outro, o(a)

_____, para credenciamento com vistas à prestação de serviços médico-hospitalares fora do Distrito Federal.

O Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CGC n.º 00.530.279/0001-15, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral,

_____, e o(a) _____, com sede à _____, Brasília-

DF, telefone n.º (____) ____-____, fax n.º (____) ____-____, CGC/MF n.º _____/_____, doravante denominada CONTRATADA ou CREDENCIADA, representada neste ato por _____, CI n.º _____, expedida pela _____/_____, CPF n.º _____-_____, resolvem celebrar o presente contrato para a prestação de serviços médico-hospitalares, nos termos do caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, consoante consta no Processo n.º _____/_____, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços médico-hospitalares pela CONTRATADA, aos Senadores, ex-Senadores, servidores, do SENADO e de seus órgãos supervisionados filiados ao SIS, e seus dependentes.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrente da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV - comunicar ao gestor deste contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as com dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;
- V - realizar, por intermédio de seu corpo médico credenciado, procedimentos clínicos e cirúrgicos, bem assim exames complementares para diagnóstico e tratamento em regime de internação;
- VI - aceitar, em relação aos pacientes encaminhados, a assistência de médicos do SENADO ou de livre escolha dos interessados ou de seus responsáveis, todos com direito à utilização dos serviços e instalações, inclusive Centro Cirúrgico e Obstétrico; e
- VII - acatar as indicações de médicos ou de servidores qualificados do SENADO para acompanharem o cumprimento deste contrato, assegurando-lhes livre acesso a todas as dependências e registros relacionados com a prestação dos serviços ajustados; sendo que os indicados abster-se-ão de intervir na orientação terapêutica e administrativa da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se responsabilizará civil, penal e administrativamente pelos serviços que vier a prestar, obrigando-se a ressarcir qualquer dano causado ao SENADO, aos usuários ou a terceiros, seja por prática de ato de sua direta autoria ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca da prestação dos serviços a que se refere este contrato, assim como cobrar dos usuários ou de seus responsáveis as parcelas glosadas pelo CONTRATANTE, salvo quando se tratar dos gastos extraordinários a que se refere o parágrafo terceiro da cláusula terceira deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O SENADO, por intermédio de guias encaminhará à CONTRATADA pacientes para tratamento e/ou exames complementares após prévio diagnóstico feito pelo corpo clínico de seu serviço médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA colocará à disposição dos usuários, obedecendo aos termos e aos limites estabelecidos nas guias de encaminhamento expedidas pelo SENADO, os seguintes serviços:

- I - internação, na unidade de terapia intensiva ou em apartamento com banheiro privativo e acomodações para acompanhante, de acordo com as disponibilidades e consoante com o padrão indicado na guia de internação expedida pelo SENADO;
- II - tratamento clínico ou cirúrgico, segundo as necessidades do caso; e
- III - exames complementares para diagnóstico e tratamento, quando se fizer necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além de outros serviços próprios da rotina interna hospitalar, o valor da diária compreende:

- I - alojamento em apartamento (roupa de cama e banho, com troca diária ou com maior freqüência, sempre que se fizer necessário);
- II - refeição de boa qualidade ao paciente, inclusive dietas específicas determinadas pelo médico assistente;
- III - serviços de enfermagem de rotina; e
- IV - transporte e remoção do paciente nas dependências do estabelecimento, quando necessário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Estão excluídos do valor da diária mencionada no parágrafo anterior desta cláusula as despesas extraordinárias, que serão cobradas pela CONTRATADA diretamente do paciente ou de seu responsável, sem interveniência do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de urgência, a CONTRATADA deverá fornecer os elementos necessários para que o responsável possa providenciar, junto ao órgão competente do SENADO, a guia de internação.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de tratamento sob regime de internação, a CONTRATADA obriga-se a enviar ao SENADO relatório médico declarando o diagnóstico final, o tratamento realizado com a identificação dos profissionais que o prescreveram e administraram, a evolução hospitalar e as condições de alta, a relação diária dos medicamentos empregados, dos materiais consumidos e de exames

realizados, por paciente, e, em casos de intervenções cirúrgicas, também a descrição do ato operatório e o boletim anestésico. Os documentos serão encaminhados ao órgão competente do SENADO, juntamente com a nota fiscal-fatura dos serviços realizados, em envelope lacrado e contendo na parte externa a denominação de confidencial.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA os serviços prestados, consideradas as seguintes tabelas:

- I - Em relação às diárias, aos serviços, aos materiais consumidos e em relação aos honorários médicos, as tabelas constantes do processo n.º _____, observadas as normas legais pertinentes aos encargos fiscais e tributários; e

- II - Em relação aos medicamentos empregados, as tabelas constantes do processo n.º _____ ou, na sua ausência, da BRASÍNDICE ou similar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os honorários médicos serão pagos diretamente à CONTRATADA ou, à vista do recibo, mediante crédito em conta dos profissionais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço a ser pago será o previsto na tabela vigente do mês da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será feito, mensalmente, por intermédio do recebimento da nota fiscal-fatura, com discriminação dos serviços, em 2 (duas) vias, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido, devendo ser apresentada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado mediante depósito na conta bancária da CONTRATADA até o último dia útil do mês em que a nota fiscal-fatura for apresentada ao órgão competente do SENADO, condicionado à apresentação do seguinte:

- I - atestado do paciente ou do responsável que comprove a efetiva prestação do serviço;

- II - cópias autenticadas da Certidão Negativa de Débitos - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados; e

III - documentos referidos no parágrafo quinto da cláusula terceira deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O atraso no pagamento, por fato imputável ao SENADO, importará na atualização dos preços, se for o caso.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de glosas, a parcela remanescente da nota fiscal-fatura será paga normalmente, no prazo e forma estabelecidos nesta cláusula, garantido o direito de defesa nos termos da cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será atualizado pela última tabela o valor da parcela glosada se, interposto recurso pela CONTRATADA, for ela restabelecida.

PARÁGRAFO OITAVO - Os honorários médicos não incluídos na nota fiscal-fatura da CONTRATADA deverão ser relacionados em conta à parte, com a indicação dos procedimentos realizados, do nome do profissional, dos n.ºs do CRM e do CPF, do nome e do número do Banco, da agência e da conta bancária, observadas as normas legais quanto aos encargos fiscais e tributários.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE

Os preços constantes das tabelas referidas na cláusula quarta deste contrato poderão ser revistos, mediante acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza da Despesa _____, tendo sido, empenhada pela Nota de Empenho n.º _____, de _____ de _____

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao órgão competente do SENADO requisitar e fiscalizar os serviços, periciar e atestar a nota fiscal-fatura, e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato ou pelo descumprimento das obrigações ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, serão impostas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA resarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite máximo da multa convencional, de natureza simplesmente moratória, pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou obrigação, é fixado em 10% (dez por cento) do montante da nota de empenho emitida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação da multa não impede o SENADO de:

- I - cobrar as reparações devidas, em função dos danos efetivamente apurados e decorrentes da inadimplência ou da responsabilidade da CONTRATADA;
- II - promover a rescisão unilateral deste contrato; e
- III - aplicar outras sanções previstas em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada da nota fiscal-fatura emitida pela CONTRATADA ou, se insuficiente, o valor remanescente deverá ser recolhido à conta do SENADO.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos administrativos deverão ser interpostos:

I - no caso de glosa na nota fiscal-fatura, junto ao gestor deste contrato;

II - no caso de aplicação de penalidade, dirigido ao Diretor da Secretaria Administrativa; ou

III - quando não reconsiderada a decisão, serão apreciados, em instância única, pelo Diretor-Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá à CONTRATADA recorrer a partir da data da comunicação do SENADO, nos seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias corridos, no caso de glosa na nota fiscal-fatura; e

II - 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Findo o prazo estabelecido nos incisos acima, a não manifestação da CONTRATADA importará na aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes reduzido a termo, desde que haja conveniência para o SENADO;

III - por denúncia unilateral da Contratada, formalizada junto ao Senado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se dará a rescisão; ou

IV - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As rescisões de que tratam os itens I, II e III do parágrafo anterior serão precedidas de autorização escrita e fundamentada do Diretor-Geral do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DISPOSIÇÃO GERAL

Fica estabelecido que o Regulamento Interno da CONTRATADA e suas normas complementares serão respeitados pelos pacientes encaminhados pelo SENADO e seus responsáveis, desde que não contrariem o estipulado nas cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____

**DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SSACCS

Diretor da SSAMP

**CONTRATO
DE
CREDENCIAMENTO N°**

Que entre si fazem, de um lado, o SENADO FEDERAL, e, do outro, o(a)

_____, para credenciamento com vistas à prestação de serviços médico-hospitalares.

O Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CGC n.º 00.530.279/0001-15, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, _____, e o(a)

_____, com sede à Brasília-DF, telefone n.º (____) ____-____, fax n.º (____) ____-____, CGC/MF n.º ____/_____, doravante denominada CONTRATADA ou CREDENCIADA, representada neste ato por CI n.º _____, expedida pela ____/_____, CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente contrato para a prestação de serviços médico-hospitalares, nos termos do caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, consoante consta no Processo n.º ____/_____, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços médico-hospitalares pela CONTRATADA, aos Senadores, ex-Senadores, servidores, do SENADO e de seus órgãos supervisionados filiados ao SIS, e seus dependentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrente da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV - comunicar ao gestor deste contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as com dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;
- V - realizar, por intermédio de seu corpo médico credenciado, procedimentos clínicos e cirúrgicos, bem assim exames complementares para diagnóstico e tratamento em regime de internação;
- VI - aceitar, em relação aos pacientes encaminhados, a assistência de médicos do SENADO ou de livre escolha dos interessados ou de seus responsáveis, todos com direito à utilização dos serviços e instalações, inclusive Centro Cirúrgico e Obstétrico; e
- VII - acatar as indicações de médicos ou de servidores qualificados do SENADO para acompanharem o cumprimento deste contrato, assegurando-lhes livre acesso a todas as dependências e registros relacionados com a prestação dos serviços ajustados; sendo que os indicados abster-se-ão de intervir na orientação terapêutica e administrativa da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se responsabilizará civil, penal e administrativamente pelos serviços que vier a prestar, obrigando-se a ressarcir qualquer dano causado ao SENADO, aos usuários ou a terceiros, seja por prática de ato de sua direta autoria ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca da prestação dos serviços a que se refere este contrato, assim como cobrar dos usuários ou de seus responsáveis as parcelas glosadas pelo CONTRATANTE, salvo quando se tratar dos gastos extraordinários a que se refere o parágrafo terceiro da cláusula terceira deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O SENADO, por intermédio de guias, encaminhará à CONTRATADA pacientes para tratamento e/ou exames complementares após prévio diagnóstico feito pelo corpo clínico de seu serviço médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA colocará à disposição dos usuários, obedecendo aos termos e aos limites estabelecidos nas guias de encaminhamento expedidas pelo SENADO, os seguintes serviços:

- I - internação, na unidade de terapia intensiva ou em apartamento com banheiro privativo e acomodações para acompanhante, de acordo com as disponibilidades e consoante com o padrão indicado na guia de internação expedida pelo SENADO;
- II - tratamento clínico ou cirúrgico, segundo as necessidades do caso; e
- III - exames complementares para diagnóstico e tratamento, quando se fizer necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além de outros serviços próprios da rotina interna hospitalar, o valor da diária compreende:

- I - alojamento em apartamento (roupa de cama e banho, com troca diária ou com maior freqüência, sempre que se fizer necessário);
- II - refeição de boa qualidade ao paciente, inclusive dietas específicas determinadas pelo médico assistente;
- III - serviços de enfermagem de rotina; e
- IV - transporte e remoção do paciente nas dependências do estabelecimento, quando necessário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Estão excluídos do valor da diária mencionada no parágrafo anterior desta cláusula, as despesas extraordinárias, que serão cobradas pela CONTRATADA diretamente do paciente ou de seu responsável, sem interveniência do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de urgência a CONTRATADA deverá fornecer os elementos necessários para que o responsável possa providenciar, junto ao órgão competente do SENADO, a guia de internação.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de tratamento sob regime de internação, a CONTRATADA obriga-se a enviar ao SENADO relatório médico declarando o diagnóstico final, o tratamento realizado com a identificação dos profissionais que o prescreveram e administraram, a evolução hospitalar e as condições de alta, a relação diária dos medicamentos empregados, dos materiais consumidos e de exames realizados, por paciente, e, em casos de intervenções cirúrgicas, também a

descrição do ato operatório e o boletim anestésico. Os documentos serão encaminhados ao órgão competente do SENADO, juntamente com a nota fiscal-fatura dos serviços realizados, em envelope lacrado e contendo na parte externa a denominação de confidencial.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA os serviços prestados, consideradas as seguintes tabelas:

- I - do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS, em relação às diárias, aos serviços, aos materiais consumidos e em relação aos honorários médicos, observadas as normas legais pertinentes aos encargos fiscais e tributários; e

- II - do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS, ou, na sua ausência, da BRASÍNDICE ou similares, em relação aos medicamentos empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os honorários médicos serão pagos diretamente à CONTRATADA ou, à vista do recibo, mediante crédito em conta dos profissionais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço a ser pago será o previsto na tabela vigente do mês da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será feito, mensalmente, por intermédio do recebimento da nota fiscal-fatura, com discriminação dos serviços, em 2 (duas) vias, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido, devendo ser apresentada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado mediante depósito na conta bancária da CONTRATADA até o último dia útil do mês em que a nota fiscal-fatura for apresentada ao órgão competente do SENADO, condicionado à apresentação do seguinte:

- I - atestado do paciente ou do responsável que comprove a efetiva prestação do serviço;

- II - cópias autenticadas da Certidão Negativa de Débitos - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados; e

III - documentos referidos no parágrafo quinto da cláusula terceira deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O atraso no pagamento, por fato imputável ao SENADO, importará na atualização dos preços, se for o caso.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de glosas, a parcela remanescente da nota fiscal-fatura será paga normalmente, no prazo e forma estabelecidos nesta cláusula, garantido o direito de defesa nos termos da cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será atualizado pela última tabela o valor da parcela glosada se, interposto recurso pela CONTRATADA, for ela restabelecida.

PARÁGRAFO OITAVO - Os honorários médicos não incluídos na nota fiscal-fatura da CONTRATADA deverão ser relacionados em conta à parte, com a indicação dos procedimentos realizados, do nome do profissional, dos n.ºs do CRM e do CPF, do nome e do número do Banco, da agência e da conta bancária, observadas as normas legais quanto aos encargos fiscais e tributários.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE

Os preços constantes das tabelas referidas na cláusula quarta deste contrato sofrerão os reajustes acordados pelo Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - CIEFAS.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza da Despesa _____, tendo sido empenhada pela Nota de Empenho n.º _____, de _____ de _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao órgão competente do SENADO requisitar e fiscalizar os serviços, periciar e atestar a nota fiscal-fatura, e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato ou pelo descumprimento das obrigações ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, serão impostas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA resarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite máximo da multa convencional, de natureza simplesmente moratória, pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou obrigação, é fixado em 10% (dez por cento) do montante da nota de empenho emitida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação da multa não impede o SENADO de:

- I - cobrar as reparações devidas, em função dos danos efetivamente apurados e decorrentes da inadimplência ou da responsabilidade da CONTRATADA;
- II - promover a rescisão unilateral deste contrato; e
- III - aplicar outras sanções previstas em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada da nota fiscal-fatura emitida pela CONTRATADA ou, se insuficiente, o valor remanescente deverá ser recolhido à conta do SENADO.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos administrativos deverão ser interpôsos:

I - no caso de glosa na nota fiscal-fatura, junto ao gestor deste contrato;

II - no caso de aplicação de penalidade, dirigido ao Diretor da Secretaria Administrativa; ou

III - quando não reconsiderada a decisão, serão apreciados, em instância única, pelo Diretor-Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá à CONTRATADA recorrer a partir da data da comunicação do SENADO, nos seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias corridos, no caso de glosa na nota fiscal-fatura; e

II - 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Findo o prazo nos incisos acima, a não manifestação da CONTRATADA importará na aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes reduzido a termo, desde que haja conveniência para o SENADO;

III - por denúncia unilateral da Contratada, formalizada junto ao Senado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se dará a rescisão; ou

IV - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As rescisões de que tratam os itens I, II e III do parágrafo anterior serão precedidas de autorização escrita e fundamentada do Diretor-Geral do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DISPOSIÇÃO GERAL

Fica estabelecido que o Regulamento Interno da CONTRATADA e suas normas complementares serão respeitados pelos pacientes encaminhados pelo SENADO e seus responsáveis, desde que não contrariem o estipulado nas cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

**DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SSACCS

Diretor da SSAMP

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Publique-se em 15/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucat
P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.768, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO SÉRGIO LORENZONI, matrícula nº 3449, e HÉLIO DE LACERDA, matrícula nº 2944, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 086/98, celebrado entre o Senado Federal e LABORATÓRIO GUARÁ DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. - ME

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 15/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.769, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

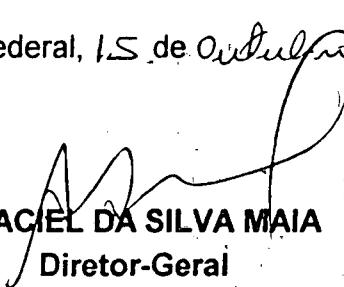
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO SÉRGIO LORENZONI, matrícula nº 3449, e HÉLIO DE LACERDA, matrícula nº 2944, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 083/98, celebrado entre o Senado Federal e INSTITUTO DE MEDICINA NUCLEAR E EDOCRINOLOGIA DE BRASÍLIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 15/10/98.

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cebulski
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.770, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora.

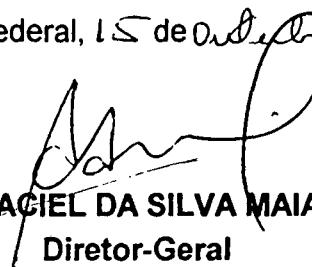
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO SÉRGIO LORENZONI, matrícula nº 3449, e HÉLIO DE LACERDA, matrícula nº 2944, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 08598, celebrado entre o Senado Federal e CLÍNICA SHALLOM DE ECOGRAFIAS S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 15/10/98

Ulisses Martins
José Paulo Botelho Cobucci
P/Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.771, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1324/98-5, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, FRANCELINO MENDES VIEIRA, matrícula 1697, Técnico Legislativo, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Publique-se em 15/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.772, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013292/98-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **CELSO CAVALCANTI DE MELO**, matrícula 30867, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, 15 de outubro de 1998.

Agaciel Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA

fl / Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PSDB

1. Lucio Alcântara
2. (Vago)

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

PTB

1. Emilia Fernandes

PP

1. Osmar Dias

PT

1. Marina Silva

PDT

1. (Vago)

Suplentes

1. José Agripino
2. Carlos Patrônio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira
1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antonio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13-4-98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF - 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO - 4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ZANETE CARDINAL	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSE ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO
---------------	------------	------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/08/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65
DJALMA BESSA	BA - 2211/12
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAM BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
OSMAR DIAS	PR-2124/25
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
PPB	
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219
	1-ARLINDO PORTO
	MG- 2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 1º/07/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA (1)	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

(1) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS

SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541

FAX: 311-4315

Atualizada em: 1º/07/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
DJALMA BESSA	BA - 2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
ROMEU TUMA	SP-2050/57
EDISON LOBÃO	MA-2311/46
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ SARNEY (4)	AP-3429/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO	
PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32
VAGO (3)	
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
BENI VERAS	CE-3242/43
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5° feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 09/10/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA (2)	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
---------------	-------------	-----------------	------------

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(2) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/10/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**TITULARES****SUPLENTES****PFL**

JOSE AGRIPIINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA (5)	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA,	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- WALDECK ORNELAS (2)	BA

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY (6)	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
RENAN CALHEIROS (3)	AL	6- VAGO	

PSDB

JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (4)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSE EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	-----------------	--------------

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Previdência e Assistência Social.

(3) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Justiça.

(4) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(5) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(6) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÚBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (3)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 24/06/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PFL			
JOSÉ ALVES GILBERTO MIRANDA	SE-4055/56 AM-3104/05	1-VILSON KLEINÜBING 2- WALDECK ORNELAS (2)	SC-2041/47 BA
PMDB			
VAGO (3) VAGO		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	VAGO (4)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPILCY - PT VAGO	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

- (1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
- (2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
- (3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98
- (4) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 25/06/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES

ZANETE CARDINAL	MT-4064/65
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05
JOSE SAAD	GO-3148/50
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
BENI VERAS	CE-3242/43
EDUARDO SUPILCY-PT	SP-3215/16
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55

SUPLENTES

PFL	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
PMDB	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
PSDB	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)		
PPB + PTB		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 25/06/98

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**
(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
1 - JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
2 - CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 - VILSON KLEINÜBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
2 - DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 - LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 - LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 - JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 - BENEDITA DA SILVA	1 - EMILIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 - PAULO BORNHAUSEN	1 - VALDOMIRO MEGER
2 - JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 - BENITO GAMA
PMDB	
1 - EDISON ANDRINO	1 - CONFÚCIO MOURA
2 - GERMANO RIGOTTO	2 - ROBSON TUMA
PSDB	
1 - FRANCO MONTORO	1 - NELSON MARCHEZAN
2 - CELSO RUSSOMANO	2 - RENATO JOHNSSON
PPB	
1 - JÚLIO REDECKER	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PT / PDT / PC do B	
1 - MIGUEL ROSSETO	1 - LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 318-2154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 5-5-97



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

**Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R\$ 40,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Telefones para contato:



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** “O Atributo da Soberania”, de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** “A Arbitragem nos Países do Mercosul”, de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 256 PÁGINAS